UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE DOUTORADO

LUCAS DA SILVA SALMERON

A GEOGRAFIA URBANA ENQUANTO POSSIBILIDADE PARA A EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: O POTENCIAL EDUCATIVO DAS PEQUENAS CIDADES

Maringá - PR

2024

LUCAS DA SILVA SALMERON

A GEOGRAFIA URBANA ENQUANTO POSSIBILIDADE PARA A EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: O POTENCIAL EDUCATIVO DAS PEQUENAS CIDADES

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Profª. Drª. Angela Maria Endlich

Maringá - PR

2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

Salmeron, Lucas da Silva

S171g A geografia urbana enquanto possibilidade para a educação geográfica : o potencial educativo das pequenas cidades / Lucas da Silva Salmeron. -- Maringá, PR, 2024.
278 f. : il. color., figs., tabs., mapas

Orientadora: Profa. Dra. Angela Maria Endlich.
Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2024.

1. Geografia urbana. 2. Ensino de geografia. 3. Educação geográfica. 4. Pequenas cidades. I. Endlich, Angela Maria, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDD 23.ed. 910.07

Elaine Cristina Soares Lira - CRB-9/1202

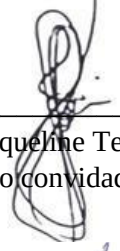
A GEOGRAFIA URBANA ENQUANTO POSSIBILIDADE PARA A EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: O POTENCIAL EDUCATIVO DAS PEQUENAS CIDADES.

Tese de Doutorado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

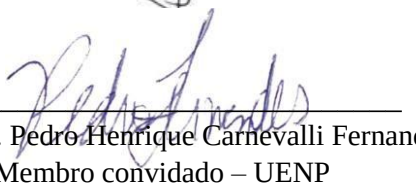
Aprovada em **05 de abril de 2024.**

BANCA EXAMINADORA

Profª. Drª. Angela Maria Endlich
Orientadora - UEM



Profª. Drª. Jaqueline Telma Vercezi
Membro convidado – UEL



Prof. Dr. Pedro Henrique Carnevalli Fernandes
Membro convidado – UENP

Prof. Dr. Marcos Clair Bovo
Membro convidado – UNESPAR

Prof. Dr. Claudivan Sanches Lopes
Membro convidado - UEM

Dedico à minha avó, Natalia (in memorian),
minha grande incentivadora dos estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço os meus familiares primeiramente, por todo apoio e incentivo aos estudos. Sem a minha base familiar, com toda certeza não estaria aqui hoje.

Agradeço meus pais, Roseli e Carlos, por fazerem o possível e o impossível por mim. Meu avô Genivaldo e minha avó Natalia *(in memorian*) que sempre se demonstraram preocupados com meus estudos. Em especial minha avó, que mesmo não estando mais aqui, foi a pessoa que mais torceu pelo meu bem e pelo sucesso na minha trajetória acadêmica.

Agradeço minha orientadora, Drª Angela Maria Endlich, que desde o início me acolheu nessa caminhada e sempre se mostrou muito disposta a ajudar no que fosse preciso. Serei sempre grato à sua dedicação e empatia para com os orientados. Cada conselho, ideia ou mesmo palavras que ajudavam a acalmar a pressão de escrever uma tese serão sempre lembrados.

Agradeço aos meus amigos e namorado pelos momentos de descontração, por me ouvirem em cada desabafo e por vibrarem a cada conquista minha. Longe ou perto, pude contar com essas pessoas no meu dia a dia.

Agradecimento especial à minha amiga Juliana, que pude conhecer durante o processo do doutorado, e costumo falar que foi o maior presente que o doutorado me deu: uma amizade verdadeira, que posso compartilhar os momentos bons e ruins, as aflições e felicidades, e que muito me ensinou sobre o que é ser amiga. Obrigado por tudo!

Agradeço aos alunos e professores que aceitaram participar da pesquisa. Foi junto a eles que essa investigação foi possível. Todos os relatos e experiências foram fundamentais para comprovar os pressupostos que foram levantados há quatro anos atrás, quando a presente pesquisa era apenas um projeto.

Agradecimento às escolas e seus funcionários me deram todo o suporte necessário e que permitiram que a pesquisa acontecesse.

Agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEM pela oportunidade e por todo o suporte e apoio sempre que necessário.

Por fim, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela concessão da bolsa de estudo e financiamento da pesquisa.

A todos esses que direta ou indiretamente contribuíram para o desenvolvimento da presente pesquisa, meus sinceros agradecimentos. Assim como destaco na epígrafe, no fundo sempre sabemos que deve haver mais. Esta não é a parte final, mas sim o começo de uma nova etapa que trará muitas coisas novas na minha vida!

Você não pode perder

O que você nunca viu antes

Mas no fundo você sabe

Deve haver mais

(Prisoner, Stumfol, tradução nossa)

RESUMO

As pequenas cidades são a maior parcela da rede urbana brasileira, porém o interesse acadêmico pelo estudo dessas realidades é relativamente recente. Atualmente verifica-se uma expansão no número de trabalhos e de estudos que contemplam a realidade das pequenas cidades, demonstrando que estas, assim como as demais cidades da rede urbana, possuem papéis e funções específicos dentro dela. Como tal, é necessário pensar as pequenas cidades no contexto do ensino da Geografia escolar, já que cada cidade possui suas próprias características, estabelece relações com outras localidades e não estão isoladas dos processos e fenômenos da rede urbana como um todo. Defende-se, portanto, que a atenção voltada à pesquisa desses contextos também precisa se fazer presente no processo de ensino e aprendizagem, e estudar as cidades é pensá-las enquanto um lugar de formação que pode contribuir ativamente para a compreensão do espaço geográfico em suas diferentes escalas. Partindo de constatações de que, em muitos casos, as pequenas cidades são negligenciadas nos materiais didáticos e nos currículos escolares, a pesquisa procura evidenciar a importância de incorporar a realidade dessas cidades no processo de ensino-aprendizagem. O objetivo central foi de contribuir para o ensino da Geografia Urbana ao considerar as especificidades de pequenas cidades no ensino, destacando as visões de alunos e professores na compreensão dessas realidades enquanto conteúdo das aulas de Geografia. A metodologia adotada foi a abordagem qualitativa, que foi direcionada pelo método crítico-dialético. Para tanto, houveram pesquisas bibliográficas em diferentes fontes e autores, análises de documentos como a Base Nacional Comum Curricular e o Currículo do Estado do Paraná, bem como de livros didáticos e de materiais oriundos do Programa de Desenvolvimento Educacional. Ainda, a pesquisa de campo ocorreu para a coleta de informações com professores e alunos de duas escolas dos municípios de Mamborê e Peabiru - PR. Os instrumentos de coleta de dados utilizados para a pesquisa de campo foram a aplicação de questionários e a realização de entrevistas. A partir de seus resultados, foi possível concluir que ainda existem diferentes lacunas quanto à presença das pequenas cidades nas salas de aulas e nos materiais didáticos, representando um desafio que ainda precisa ser superado no ensino da Geografia. Os professores desempenham um papel fundamental nesse processo, mas isso depende de uma formação docente sólida, capacitando-os para estabelecer as conexões entre diversas escalas geográficas e integrar efetivamente o estudo das pequenas cidades em suas práticas didático-pedagógicas. O estudo das pequenas cidades é de suma importância para uma educação geográfica significativa, no qual o educando possa compreender o espaço e se reconhecer enquanto um cidadão ativo e participante da vida em sociedade.

Palavras-chave: Ensino de Geografia. Pequenas Cidades. Educação Geográfica. Geografia Urbana.

ABSTRACT

The small towns constitute the largest portion of the Brazilian urban network; however, academic interest in studying these realities is relatively recent. Currently, there is an expansion in the number of academic studies that contemplate the reality of small towns, demonstrating that these, like other cities in the urban network, have specific roles and functions within them. As such, it is necessary to consider small towns in the context of geography teaching at school, since each city has its own characteristics, establishes relationships with other localities, and is not isolated from the processes and phenomena of the urban network as a whole. It is argued, therefore, that the attention focused on researching these contexts also needs to be present in the teaching and learning process, and studying cities means considering them as a place of formation that can actively contribute to the understanding of the geographical space at its different scales. Based on observations that, in many cases, small towns are neglected in educational materials and school curricula, the research seeks to highlight the importance of incorporating the reality of these towns into the teaching-learning process. Its objective was to contribute to the teaching of Urban Geography considering the specificities of small towns in education, highlighting the perspectives of students and teachers in understanding these realities as content in Geography classes. The adopted methodology was a qualitative approach guided by the critical-dialectical method. To this end, there were bibliographic researches from different sources and authors, analyses of documents such as the National Common Curricular Base and the Curriculum of the State of Paraná, as well as textbooks and materials from the Educational Development Program. Furthermore, field research was conducted to collect information from teachers and students at two schools in the municipalities of Mamborê and Peabiru - PR. The data survey instruments used for the field research were questionnaires and interviews. From its results, it was possible to conclude that there are still different gaps regarding the presence of small towns in classrooms and teaching materials, representing a challenge that still needs to be overcome in the Geography teaching. Teachers play a fundamental role in this process, but it depends on solid teacher training, empowering them to establish connections between various geographical scales and effectively integrate the study of small towns into their didactic and pedagogical practices. The study of small towns is of utmost importance for a meaningful geographic education, in which students can understand space and recognize themselves as active citizens participating in society.

Keywords: Geography Teaching. Small Towns. Geographic Education. Urban Geography.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização da Região Geográfica Imediata de Campo Mourão e dos municípios de Peabiru e Mamborê - PR.....27
Figura 2: Livro didático “Geografia Geral e do Brasil” (2018).....109
Figura 3: Livro didático “Por dentro da Geografia” 113
Figura 4: Livro didático “Araribá Mais: Geografia” 117
Figura 5: Mamborê – PR. Distribuição das turmas em porcentagem que participaram da pesquisa, 2023.....166
Figura 6: Mamborê – PR. Porcentagem das respostas dos alunos sobre gostar da sua cidade, 2023.....167
Figura 7: Peabiru – PR. Distribuição das turmas em porcentagem que participaram da pesquisa, 2023. 172
Figura 8: Peabiru – PR. Porcentagem das respostas dos alunos sobre gostar da sua cidade, 2023.....173
Figura 9: Mamborê – PR. Porcentagem das respostas dos alunos sobre o estudo da sua cidade nas aulas, 2023.....197
Figura 10: Mamborê – PR. Porcentagem das respostas dos alunos sobre seu grau de interesse pelos conteúdos na disciplina de Geografia, 2023. 199
Figura 11: Mamborê – PR. Porcentagem das respostas dos alunos sobre considerar importante o estudo da sua cidade na disciplina de Geografia, 2023. 205
Figura 12: Peabiru – PR. Porcentagem das respostas dos alunos sobre o estudo da sua cidade nas aulas, 2023.....209
Figura 13: Peabiru – PR. Porcentagem das respostas dos alunos sobre seu grau de interesse pelos conteúdos na disciplina de Geografia, 2023. 212
Figura 14: Peabiru – PR. Porcentagem das respostas dos alunos sobre considerar importante o estudo da sua cidade na disciplina de Geografia, 2023. 217

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Trabalhos da categoria “Produção do Espaço Urbano”.....47
Quadro 2: Trabalhos da categoria “Indústrias e industrialização em pequenas cidades”.....50
Quadro 3: Trabalhos da categoria: “inserção e papéis das pequenas cidades na rede urbana”.....52
Quadro 4: Trabalhos da categoria “Caracterização e dinâmica das pequenas cidades”.....55
Quadro 5: Trabalhos de temáticas diversas.....56
Quadro 6: Dados da obra “Geografia: Território e Sociedade”.....105
Quadro 7: Dados da obra “Geografia Geral e do Brasil” 109
Quadro 8: Dados da obra “Por dentro da Geografia” 113
Quadro 9: Dados da Obra “Araribá Mais: Geografia” 118
Quadro 10: Peabiru-PR. Trabalhos acadêmicos que contemplam o município, 2023. 151
Quadro 11: Mamborê – PR. Trabalhos acadêmicos que contemplam o município, 2023. 157

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Comcam	Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão
Crep	Currículo da Rede Estadual Paranaense
DCE	Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE	Programa de Desenvolvimento Educacional
Pibid	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
RCP	Referencial Curricular do Paraná
RCO	Registro de Classe Online
ReCiMe	Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias
Seed	Secretaria de Estado da Educação
Seti	Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UnB	Universidade de Brasília
Unesp	Universidade Estadual Paulista
Unespar	Universidade Estadual do Paraná
Unicentro	Universidade Estadual do Centro-Oeste

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 16

2. AS PEQUENAS CIDADES ENQUANTO OBJETO DE ESTUDO NA PESQUISA GEOGRÁFICA: CONCEITO, DEFINIÇÕES E REFLEXÕES 30

2.1 AS PEQUENAS CIDADES E A BUSCA DE UMA CONCEITUAÇÃO 32

2.2 AS PEQUENAS CIDADES E SEU ESPAÇO NOS DEBATES ACADÊMICOS 44

2.2.1 Produção do espaço urbano 46

2.2.2 Indústrias e industrialização em pequenas cidades 49

2.2.3 Inserção e papéis das pequenas cidades na rede urbana 51

2.2.4 Caracterização e dinâmica das pequenas cidades 54

2.2.5 Outras temáticas de pesquisa 56

2.3 REFLEXÕES SOBRE AS PEQUENAS CIDADES NO ENSINO DE GEOGRAFIA 61

3. O PAPEL DAS PEQUENAS CIDADES E DA REALIDADE LOCAL NOS CURRÍCULOS ESCOLARES 69

3.1 A BNCC E OS PRESSUPOSTOS PARA O ESTUDO DAS PEQUENAS CIDADES 71

3.2 O REFERENCIAL CURRICULAR DO ESTADO DO PARANÁ E A GEOGRAFIA 80

4. ONDE ESTÃO AS PEQUENAS CIDADES NO ENSINO DE GEOGRAFIA? 94

4.1 O ENSINO DE GEOGRAFIA, AS CIDADES E OS LIVROS DIDÁTICOS 95

4.1.1 Uma análise das pequenas cidades nos livros didáticos 103

4.2 AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ENSINO DAS PEQUENAS CIDADES: O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL (PDE) .. 124

4.2.1 A cartografia e a utilização das geotecnologias no ensino de geografia .. 126

4.2.2 Estudos da paisagem do município 129

4.2.3 Meio ambiente e análises ambientais 130

4.2.4 Estudos urbanos no ensino 132
4.2.5 As diferentes metodologias aplicadas ao ensino de geografia 135
4.2.6 Outras temáticas.....139
5. CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E SUJEITOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....142
5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE ESTUDO 144
5.1.1 Peabiru 148
5.1.2 Mamborê.....153
5.2 Os sujeitos participantes da pesquisa.....158
6. OS ALUNOS, OS PROFESSORES E AS PEQUENAS CIDADES: A PESQUISA DE CAMPO EM PRÁTICA.....163
6.1 AS PERSPECTIVAS E OLHARES DOS DISCENTES EM RELAÇÃO ÀS SUAS CIDADES 164
6.1.1 Os alunos e sua cidade: concepções gerais sobre Mamborê – PR.....165
6.1.2 Os alunos e sua cidade: concepções gerais sobre Peabiru – PR 172
6.1.3 Os aspectos positivos e negativos da minha cidade – as impressões sobre Mamborê-PR 179
6.1.4 Os aspectos positivos e negativos da minha cidade – as impressões sobre Peabiru-PR 190
6.1.5 Os alunos, a cidade e o ensino de Geografia em Mamborê-PR.....195
6.1.6 Os alunos, a cidade e o ensino de Geografia em Peabiru-PR.....209
6.2 OS PROFESSORES E AS PEQUENAS CIDADES: UM DEBATE A PARTIR DA VISÃO DOCENTE.....222
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS 246
REFERÊNCIAS.....256
APÊNDICES 270
ANEXOS 273

1. INTRODUÇÃO

A escrita de uma tese é um desafio em diferentes sentidos. Trata-se de um desafio em explorar um determinado tema, cientificamente, dentro de normas específicas, de métodos, perpassando por diferentes possibilidades metodológicas até se chegar a um objetivo mais refinado: a tese, uma proposição intelectual que busca apresentar os resultados de uma investigação científica mais aprofundada sobre um assunto específico. Trata-se de uma contribuição frente ao que vem sendo produzido, buscando ir além, trazendo novos olhares para a realidade estudada.

Como afirma Eco (2008), fazer uma tese significa aprender a colocar em ordem as próprias ideias e ordenar os dados, sendo a experiência de um trabalho metódico, ou seja, construir um "objeto", de acordo com o autor, que, como princípio, possa também servir a outras pessoas. Nesse sentido, "[...] uma tese serve sobretudo para ensinar e coordenar ideias, independentemente do tema tratado" (Eco, 2008, p. 14).

A construção desse objeto tratado pelo autor anteriormente citado não é simples. Envolve uma série de leituras, análises, dados, investigações, pesquisas *in loco*, trabalhos de campo, debates e assim por diante. São alguns dos desafios que o pesquisador vivencia nesta caminhada ao longo dos anos da produção e escrita de uma tese. Porém, é também um momento de crescimento, tanto acadêmico, como profissional, assim como pessoal.

Acrescenta-se ainda o fato de que a tese reflete um conjunto de ideias do pesquisador que incorpora a sua formação até então construída. Ou seja, cada sujeito traz consigo suas referências, problemáticas e inquietudes sobre determinado assunto ou temática, que amadurecem e ganham forma ao longo da caminhada da produção de uma tese.

Durante o período da graduação em Geografia, na Universidade Estadual do Paraná (Unespar), o interesse pela pesquisa sobre o ensino chamava a atenção. Foram quatro anos da licenciatura em envolvimento com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), atuando diretamente nas salas de aula, assim como a oportunidade de desenvolver pesquisas sobre o ensino de Geografia em projetos de Iniciação Científica.

O contato da pesquisa científica na área do ensino iniciou-se desde o primeiro ano da graduação e prosseguiu após a mesma, com o mestrado realizado também na Universidade Estadual de Maringá (UEM), entre 2018-2020, sob orientação do

professor Claudivan Sanches Lopes, no qual se analisou, à luz do contexto da reforma do Ensino Médio implementada pela Lei nº 13.415, a importância do conhecimento geográfico para a formação dos alunos.

Ao ingressar no doutorado, conhecendo o trabalho da professora Angela Maria Endlich sobre as pequenas cidades/localidades, surgiu uma outra inquietude: onde estão as pequenas cidades no ensino de Geografia? Nesse interesse em investigar as pequenas cidades no contexto do ensino percebeu-se que pouco se fala sobre estas nas pesquisas científicas. Apesar de existir uma significativa preocupação em tratar sobre o ensino da Geografia Urbana e sobre as cidades, de uma forma geral, ainda pouco se fala sobre estes espaços nas salas de aula, no qual documentos norteadores do ensino, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo do Estado do Paraná, não fazem menção às pequenas cidades.

O urbano brasileiro é complexo e multifacetado, composto pelas mais diferentes realidades. Portanto, pensar as pequenas cidades nas aulas de Geografia é também necessário. Partindo desse pressuposto é que se levantou algumas questões problemas que nortearam a presente pesquisa: as pequenas cidades são contempladas no ensino de Geografia na Educação Básica? Existem materiais que abordem essas localidades nas escolas dessas pequenas cidades? Como os professores dessas realidades trabalham com suas cidades nas aulas de Geografia?

Nesse sentido, pensar as potencialidades das pequenas cidades no ensino de Geografia e analisar as possíveis estratégias didáticas utilizadas em sala de aula foram questões centrais para a construção da presente pesquisa. Contudo, não se trata apenas do desafio de pensar as pequenas cidades no âmbito da educação geográfica, já que no cenário acadêmico, conceituar e trabalhar com essas localidades ainda representa um desafio intelectual.

A preocupação com o urbano brasileiro se faz presente tanto nas pesquisas acadêmicas como nos próprios currículos e planejamentos escolares. No entanto, essa preocupação, como destaca Fernandes (2018), precisa ser com o urbano em sua totalidade, inserindo também as pequenas cidades no debate, especialmente a partir dos papéis urbanos que desempenham e sua inserção na rede de cidades.

Apenas muito recentemente, se comparado a outros estudos urbanos, que pesquisadores das mais diversas ciências redescobriram as cidades pequenas e passaram a estudar sua importância, significado e sua representação social, econômica e cultural no contexto da urbanização brasileira (Fresca, 2010). Atualmente

as pequenas cidades vêm sendo objeto de pesquisa em trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses em um número maior que se comparado há 20 anos atrás, havendo então essa preocupação pelo urbano em seus diferentes aspectos. Contudo, muito ainda precisa se avançar nesse tema.

As grandes cidades e metrópoles receberam, e recebem ainda nos dias de hoje, grande parte da atenção de pesquisadores de diferentes áreas do saber. Como destaca Moreira Junior (2014), tanto nos estudos das metrópoles quanto das cidades médias, existem esforços em construir uma metodologia unificada de pesquisa, que permite a comparabilidade. Como exemplo desses estudos se tem o Observatório das Metrópoles e a Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe). Entretanto, ao tratar sobre os estudos das pequenas cidades brasileiras, observa-se uma lacuna com a ausência de uma agenda comum entre os pesquisadores, ou seja, as diferentes metodologias, recortes empíricos e temporais.

Conceituar as pequenas cidades se trata de uma árdua tarefa, no qual diferentes questionamentos surgem: são pequenas devido ao tamanho de sua área territorial? São pequenas devido aos papéis e funções desenvolvidas na rede urbana no qual estão inseridas? Estas cidades são consideradas pequenas devido aos aspectos demográficos?

Inicialmente, destaca-se que os termos “pequenas cidades” e “pequenas localidades” podem ter um sentido conceitual diferente. O uso do termo “localidades” se refere à algumas sedes municipais que não têm a complexidade mínima para serem consideradas como cidades.

De acordo com Endlich (2017, p. 41), “A cidade local corresponde à dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir aos imperativos da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população”. Reitera-se, de acordo com classificação utilizada pelo IBGE (2010), que uma “cidade” é a localidade onde está sediada a prefeitura municipal, sendo constituída pela área urbana do distrito sede, e é delimitada pelo perímetro urbano estabelecido por lei municipal. Logo, pequena cidade e pequena localidade podem ser considerados conceitualmente diferentes.

O problema de definir uma pequena cidade, como ressalta Owusu (2008), é provavelmente tão antigo quanto o problema conceitual de definir o que constitui "urbano" ou "cidade". Nesse sentido, definir o que é uma pequena cidade é ainda mais complexo, já que, embora a maioria dos países tenha pelo menos definições oficiais

para centros urbanos (ou cidades), não existem tais definições para categorias como centros urbanos “pequeno”, “médios” e “grandes”. As definições que são utilizadas nos diferentes países têm, portanto, variado entre os pesquisadores, mesmo quando se trata de um mesmo país ou região.

Além desses desafios, há também o fato de que por muito tempo as cidades pequenas não foram priorizadas por pesquisadores de diversas áreas, como ressaltado. Bell e Jayne (2009) argumentam que as pequenas cidades foram ignoradas pelos próprios teóricos urbanos que, ao tentarem conceituar amplas agendas urbanas e ao enfatizarem temáticas como a estrutura e natureza da hierarquia urbana, as cidades globais, as cidades-regiões globais, entre outras, tenderam a “obscurecer” os estudos das cidades pequenas.

O olhar para as pequenas cidades não deve estar isolado do restante da rede urbana. Ao contrário, é preciso compreender as dinâmicas destas localidades em interação. E quando se classifica uma cidade enquanto pequena considerando apenas o aspecto quantitativo, por exemplo, se empobrece tal conceituação. Cada cidade representa um caso específico, e possuem realidades diversificadas.

As cidades são, portanto, espaços únicos e singulares. Cada qual apresenta traços e características muito diferentes uma da outra, além do fato de que todas elas possuem diferentes relações espaciais ao longo de sua história. Logo, aspectos como a historicidade, as contradições que existem, bem como as relações internas e externas devem ser consideradas ao se analisar estas realidades.

Ao tentar conceituar as pequenas cidades, além dos aspectos quantitativos, é preciso também entender os aspectos qualitativos destas cidades, considerando as relações e influências na rede urbana na qual está inserida e a formação socioespacial destas regiões. Uma pequena cidade, portanto, não diz respeito apenas aos números da sua população, ou sua extensão territorial, mas um conjunto de fatores que as caracterizam como tal, e que precisam ser analisadas inseridas no contexto da rede urbana.

Sendo assim, este esforço em conceituar e entender o que é uma cidade pequena decorre da própria pluralidade da realidade socioespacial do urbano brasileiro. O urbano brasileiro, como já ressaltado, é heterogêneo, multifacetado, e como tal, cada realidade carrega consigo diversos aspectos a serem analisados e estudados, merecendo, portanto, uma atenção especial do pesquisador.

E como tal, estas localidades também precisam ser analisadas sob o ponto de vista do saber geográfico, e, por conseguinte, como estas são abordadas dentro das salas de aula propriamente ditas. Porém, as pesquisas que abordam diretamente as pequenas cidades associadas ao ensino de Geografia ainda são escassas, representando uma outra lacuna quando se trata de analisar, cientificamente, o que produz sobre a temática.

Como demonstra Fresca (2001), os livros didáticos escolares, em quase unanimidade, discutem temáticas como a urbanização, a rede urbana e as cidades dando um foco especial às regiões metropolitanas e grandes cidades, atreladas às áreas de grande concentração industrial.

De uma forma geral, as pequenas cidades não são abordadas nos materiais didáticos utilizados no cotidiano escolar. Há, nesse sentido, uma ênfase no estudo das grandes metrópoles, e pouco ou quase nada falam sobre as médias e pequenas cidades brasileiras. É fato que os materiais didáticos não conseguem abordar todos os 5.570 municípios brasileiros. No entanto, nem sempre essa diversidade de cidades e realidades é abordada nas salas de aula ou nos livros didáticos.

Portanto, tão relevante como abordar as grandes cidades enquanto conteúdo nas aulas de Geografia, é também considerar as pequenas cidades no processo de ensino-aprendizagem, para que esta não se torne invisível nos conteúdos escolares, tanto para estes alunos que habitam em pequenas cidades como para os que não vivenciam essa realidade no dia a dia.

Silva (2011) afirma que a ideia de “cidade pequena” ganha, constantemente, uma conotação vaga, cujo sentido geográfico é perdido, distorcido ou mesmo negligenciado. Todavia, como destaca o autor, é preciso chamar atenção ao fato de que existe uma realidade rica do ponto de vista empírico e social a ser investigada e que o debate geográfico pode contribuir para a compreensão dessas localidades. Sendo assim, acrescenta-se também que é *mister* que estes debates se façam presentes na formação escolar dos estudantes, e nesse contexto a educação geográfica pode desempenhar um papel de suma importância.

O estudo das cidades e de sua realidade deve potencializar no estudante o seu reconhecimento enquanto um sujeito consciente de seus direitos e deveres, ou seja, o aluno deve se reconhecer como um cidadão que participa e atua no espaço em que ele experencia cotidianamente. Portanto, é fundamental que as cidades não sejam

pensadas somente como mais um conteúdo a ser transmitido pela Geografia, mas sim como um instrumento de consciência cidadã, de vivência e de ensino-aprendizagem

A temática das cidades é objeto de diversas reflexões na atualidade, pois estas são espaços das práticas cotidianas de diferentes sujeitos, agentes e contextos, e como tal podem ser analisadas sob diferentes perspectivas. São locais complexos, que abrigam uma grande diversidade de grupos, uma multiplicidade de redes sociais, de manifestações culturais, em disputa e em conflito nesses mesmos locais (Cavalcanti, 2011).

O estudo das cidades, portanto, pode (e deve) potencializar no estudante o seu reconhecimento enquanto um sujeito consciente de seus direitos e deveres, ou seja, o aluno deve se reconhecer enquanto cidadão que participa e atua no espaço em que ele experencia cotidianamente. Assim, considerar o ensino da cidade nas salas de aula é fundamental para que estes estudantes também se reconheçam como agentes ativos que transformam e que deixam suas marcas no espaço urbano.

Afinal, o que se busca é ensinar os educandos a raciocinar geograficamente, ou seja, desenvolver um olhar geográfico acerca dos fenômenos do espaço. Como muito bem destacam Callai *et al* (2016), ensinar Geografia não se trata apenas de ensinar um conjunto de conteúdos e de temáticas variadas, mas antes de tudo, é ensinar um modo de pensar, de perceber a realidade espacialmente.

Nesse sentido, o estudo da realidade urbana, e aqui enfatizando principalmente das pequenas cidades, se torna de grande relevância e necessita ser compreendido no contexto do ensino de Geografia, de modo que se busque entender como os docentes desta disciplina abordam estas questões em suas aulas e ainda o potencial educativo que a temática possui nas discussões referentes ao ensino da Geografia escolar.

O estudo da realidade urbana, e aqui enfatizando as pequenas cidades, assume uma significativa relevância e exige uma compreensão mais profunda no contexto do ensino de Geografia. É fundamental, pois, explorar o potencial educativo que essa temática tem a oferecer nas salas de aula. Neste cenário, torna-se necessário analisar como os docentes dessa disciplina abordam questões específicas relacionadas às pequenas cidades em suas aulas, buscando compreender quais práticas pedagógicas vêm sendo utilizadas, e como estas contribuem no processo de ensino e de aprendizado dos educandos.

Ainda que nos últimos anos venham ocorrendo avanços nas pesquisas sobre as pequenas cidades brasileiras, ainda é imperativo que estas discussões adentrem com maior profundidade nos debates acadêmicos, e também nas práticas de ensino da Geografia escolar.

Partindo da premissa de que em muitos casos as pequenas cidades não são contempladas nos materiais didáticos ou nos parâmetros e currículos escolares, a presente pesquisa busca mostrar que a realidade destas cidades deve ser considerada no processo de ensino-aprendizagem, e que o estudo das cidades é fundamental para a compreensão do estudante no espaço, bem como para se compreender no mesmo, sendo capaz de se ver como um cidadão que é ativo e partícipe da vida social.

Para tanto, dois municípios da região mesorregião centro-ocidental paranaense (ou considerando a regionalização mais atual, da Região Geográfica Imediata de Campo Mourão)[1] foram escolhidos para a realização desta pesquisa, sendo eles os municípios de Mamborê e Peabiru. Levantamentos foram realizados com alunos e professores de Geografia destes municípios para compreender as especificidades destas localidades e como estas são contempladas nas salas de aula.

Neste contexto, o objetivo geral da pesquisa é o de contribuir para o ensino da Geografia Urbana ao considerar as especificidades de pequenas cidades no processo de ensino e aprendizagem, considerando as visões de alunos e professores na compreensão dessas realidades enquanto conteúdo das aulas de Geografia.

Para alcança-lo, outros objetivos específicos também foram delimitados, tais como:

- Compreender conceitualmente o que são as pequenas cidades, com enfoque nas dinâmicas das cidades de Peabiru e Mamborê selecionadas para a pesquisa;

[1] Recentemente, no ano de 2017, o IBGE apresentou a definição de um novo quadro regional, relacionado ao intenso processo de mudança ocorrido no espaço produtivo nacional que, junto ao acelerado movimento de criação de municípios, apresentou novos desafios metodológicos para sua construção. De acordo com o IBGE (2017), a necessidade de atualização dos recortes regionais vem ao encontro do expressivo aumento verificado na diferenciação interna do território brasileiro, como resultado das transformações econômicas, demográficas, políticas e ambientais que ocorreram nas últimas décadas. Assim se teve então uma revisão das unidades mesorregionais e microrregionais, que nesse estudo recebem os nomes de “Regiões Geográficas Intermediárias” e Regiões Geográficas Imediatas”, respectivamente. Portanto, os municípios aqui estudados, se enquadrariam na Região Geográfica Imediata de Campo Mourão.

- Analisar a relevância dos estudos das pequenas cidades no ensino da Geografia escolar, levando em consideração a análise de diretrizes curriculares, planos de ensino, materiais didáticos e falas dos sujeitos participantes da pesquisa;
- Estabelecer uma análise de livros didáticos e de Cadernos do PDE, afim de constatar se o estudo das pequenas cidades ou do espaço local são contemplados em materiais de apoio.
- Investigar como os educandos da Educação Básica dos municípios selecionados para a pesquisa compreendem o espaço em que habitam, de forma a entender como o entendimento da Geografia Urbana e o ensino de Geografia podem auxiliar nesta compreensão.
- Entender como os docentes da disciplina de Geografia abordam a temática das pequenas cidades e ainda se existem materiais didático-pedagógicos que tratem sobre tal temática nas salas de aula;

Para alcançar a estes objetivos, é preciso de um método científico que auxilie o pesquisador na busca de seus resultados. Salvador (2012) afirma que ao se tratar de métodos científicos, não se fala apenas de procedimentos e de técnicas da pesquisa, mas também de teorias e/ou de bases teóricas que alicerçam o caminho da mesma, de modo a expressar o ponto de vista do pesquisador sobre a realidade pesquisada. Sendo assim, adotar uma perspectiva teórica e metodológica que acompanha o desenvolvimento da pesquisa é de suma importância quando se trata de fazer ciência.

A presente pesquisa está orientada pelo método dialético, no qual algumas de suas proposições teórico-metodológicas são apresentadas na sequência. Fazer Geografia dentro da perspectiva do método dialético assenta-se no confronto de ideias, de modo que o pensamento elaborado, uma vez estabelecido, vai ser confrontado com um novo pensamento, criando assim uma tensão entre os dois modos de pensamento. A tensão entre afirmação e negação leva, necessariamente, a uma nova posição, superior às duas, mas que contém suas ideias confrontadas, chegando-se à negação da negação (Becker, 2005).

Como explica Sposito (2004), no método dialético o sujeito da pesquisa se constrói e se transforma vis-à-vis o objeto e vice-versa, e assim as antíteses e as teses estão em constante contradição e movimento. O autor ainda destaca que os trabalhos que adotam tal método geralmente caracterizam-se por serem mais críticos da realidade

por sua concretude e pelo fato de mostrarem as contradições sobre o objeto a ser pesquisado.

De acordo com Becker (2005), o método dialético se destaca por considerar a dinâmica das coisas em constante transformação e a inter-relação do todo. Assim, uma análise radical, crítica, totalizante, necessita da crise na reflexão do pesquisador para alinhar a teoria e a realidade e então evoluir para um novo conhecimento, que considere a transformação da realidade, ou seja, a solução para o problema a ser investigado.

Trata-se, portanto, de um método que por si só refuta o senso comum e a simples aparência dos objetos. Busca a essência dos objetos. Assim, o trabalho com o método dialético se atenta para a materialidade (concreto) em movimento, o que revela inúmeras contradições que estão em unidade (combinadas), integrando o mesmo processo (Salvador, 2012).

O método dialético não descarta os dados quantitativos. No entanto, estes são utilizados para as análises qualitativas da realidade, não apenas enquanto números que nada revelam ao pesquisador. Sendo assim, a presente pesquisa apresenta um caráter qualitativo, cujo foco principal é a interpretação da realidade estudada.

O pesquisador busca observar através daqueles que estão sendo pesquisados, compreendendo as interpretações que os sujeitos (atores sociais) possuem do mundo, já que são estes que motivam o comportamento que cria o próprio mundo social. Porém, como explicitado, o uso de dados quantitativos não fora descartado, mas utilizados em prol desta análise conjunta da realidade estudada.

Ainda para garantir o cumprimento dos objetivos supracitados, a presente investigação consistiu, metodologicamente, em pesquisas bibliográficas em materiais e fontes variadas que abordem a temática das pequenas cidades e do ensino de Geografia propriamente dito, assim como as produções acadêmicas das pequenas cidades investigadas.

Destaca-se ainda a utilização da Análise de Conteúdo (AC) para ajudar na sistematização das pesquisas e levantamentos que foram realizados. Segundo Moraes (1999), a AC se constitui enquanto uma metodologia de pesquisa utilizada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos, cuja análise vai além de uma simples leitura comum. Nas palavras do autor:

> A matéria-prima da análise de conteúdo pode constituir-se de qualquer material oriundo de comunicação verbal ou não-verbal, como cartas, cartazes, jornais, revistas, informes, livros, relatos auto-biográficos, discos, gravações, entrevistas, diários pessoais, filmes, fotografias, vídeos, etc. Contudo os dados advindos dessas diversificadas fontes chegam ao investigador em estado bruto, necessitando, então ser processados para, dessa maneira, facilitar o trabalho de compreensão, interpretação e inferência a que aspira a análise de conteúdo (Moraes, 1999, p. 02).

De acordo com Caregnato e Mutti (2006), a maioria dos autores se referem à Análise de Conteúdo como sendo uma técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, “[...] permitindo de forma prática e objetiva produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto replicáveis ao seu contexto social” (p. 682).

Percebe-se deste modo que a Análise de Conteúdo, seja ela de fontes escritas, de falas, relatos, jornais ou qualquer outra fonte, permite ao pesquisador realizar inferências acerca destes materiais ou comunicações, e tal técnica se mostrou adequada aos propósitos da presente pesquisa, que lida diretamente com a análise de documentos, normativas, e da análise de materiais diversos, assim como também das falas de alunos e professores ao longo da pesquisa.

É neste contexto que Moraes (1999) alerta que não é possível um pesquisador realizar uma leitura neutra acerca do objeto estudado. Segundo o autor, a Análise de Conteúdo, de certo modo, é uma interpretação pessoal por parte do pesquisador com relação à percepção que este tem dos dados. Toda leitura se constitui numa forma de interpretação. Portanto, não seria possível realizar uma leitura neutra dos objetos de estudo da presente pesquisa, logo é preciso uma metodologia que ajude a interpretar também o não-dito que existe por trás dos variados textos e discursos.

O referencial teórico da pesquisa foi levantado e elaborado com base na pesquisa de livros, capítulos de livros, artigos científicos e outras fontes documentais, no qual se discute a conceituação das pequenas cidades, bem como suas características e desafios para se firmar no meio acadêmico e no meio escolar. Um levantamento sobre o que se produziu em programas de pós-graduação do Brasil também ocorreu, destacando como tal temática aparece nas teses e dissertações já publicadas.

Foram realizadas também análises de documentos como a Base Nacional Comum Curricular, Referencial Curricular do Paraná e o Currículo do Estado do Paraná, observando se estes colocam as pequenas cidades enquanto temática a ser trabalhada pelos professores em sala de aula.

Além disso, realizou-se a análise de livros didáticos, afim de averiguar se estas contemplam o estudo das pequenas cidades ou do espaço local. Um levantamento sobre o que se produziu sobre as pequenas cidades nos Cadernos do Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná também ocorreu, e mostrou como estes espaços foram e podem ser explorados nas salas de aula.

Uma análise dos municípios selecionados para a pesquisa foi realizada, de modo a entender suas características, problemáticas e seus aspectos um contexto mais geral. A investigação utilizou questionários que foram aplicados aos alunos, e de entrevistas realizadas junto aos professores das escolas nos municípios de Mamborê e Peabiru - PR.

Sendo assim, foram aplicados 151 questionários aos alunos em ambas as escolas sendo 80 o número de questionários respondidos pelos alunos da escola de Mamborê, e 71 os questionários respondidos pelos discentes da escola do município de Peabiru. Os questionários foram respondidos por turmas diversas, do 6º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio.

Já as entrevistas foram realizadas junto à quatro docentes, sendo dois de cada um dos municípios no qual a pesquisa se desenvolveu. As entrevistas foram semiestruturadas, que possibilitou uma maior liberdade do pesquisador em interagir com os entrevistados, aprofundando determinados assuntos ou realizando outros questionamentos que surgissem no decorrer das entrevistas.

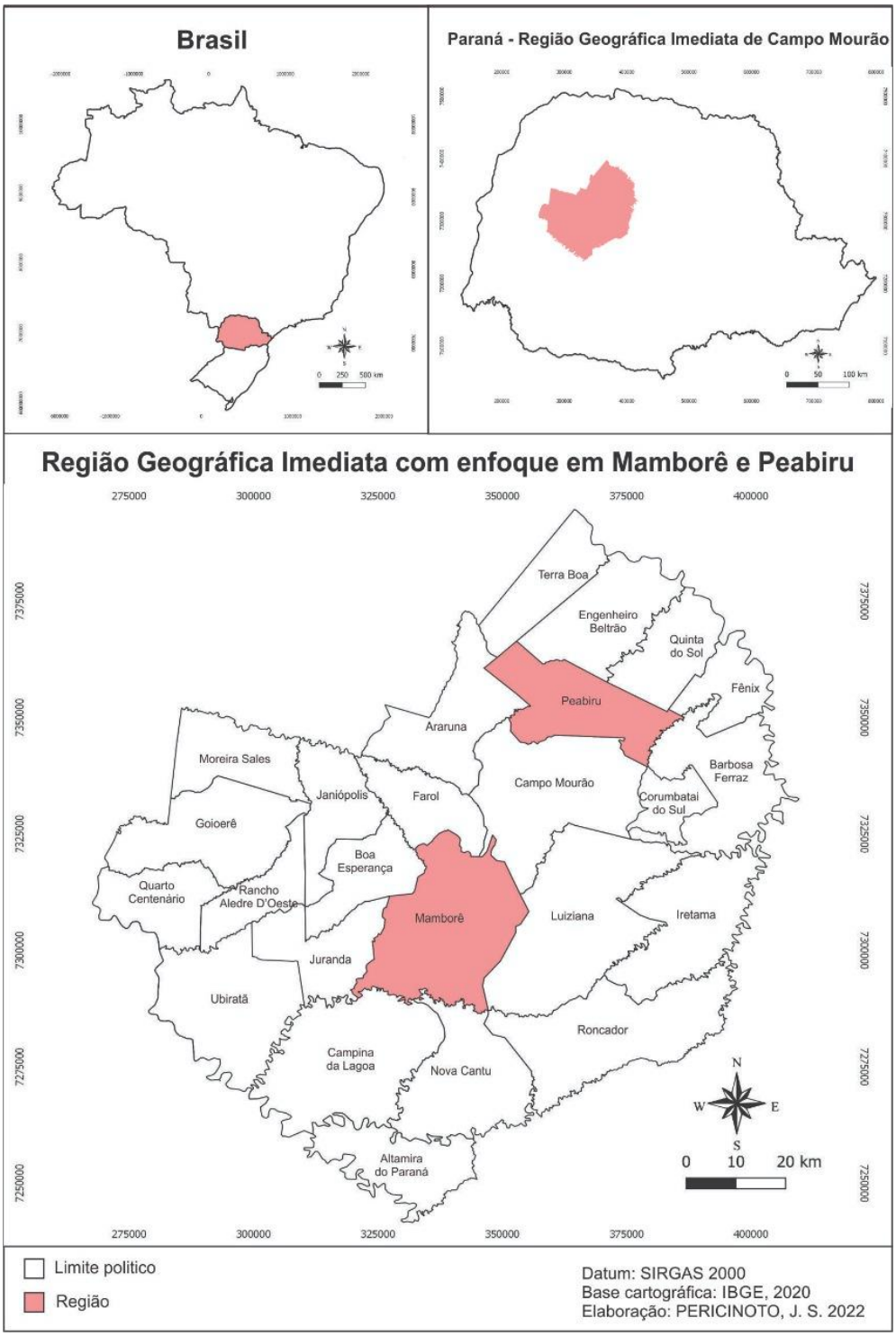
Tal abordagem metodológica permitiu não apenas uma coleta de dados e informações de natureza primária, como uma interação e oportunidade de compreensão das percepções, experiências e necessidades dos sujeitos envolvidos na pesquisa, contribuindo assim para uma análise mais abrangente das particularidades das pequenas localidades no contexto do ensino de Geografia.

Para entender um pouco mais sobre a realidade das pequenas cidades e de como se dá o ensino destas temáticas nas salas de aula, selecionou-se estes municípios em razão da viabilidade da realização da pesquisa, sendo municípios próximos à Campo Mourão, facilitando a locomoção para realização da pesquisa, e que facilitaram a realização de contatos junto ao Núcleo de Educação, e entre os próprios alunos e professores para a concretização da coleta de resultados.

O município de Mamborê localiza-se a aproximadamente 40 km de Campo Mourão, com uma área de 778,683km², e uma população de 13.452 habitantes de acordo com o portal das cidades do IBGE (Censo de 2022). Já o município de Peabiru

encontra-se mais próximo de Campo Mourão, a aproximadamente 15 km de distância. Possui uma área de 469,495 km² e uma população de 13.346 habitantes. A localização dos municípios selecionadas pode ser observado na figura 1 a seguir.

Figura 1: Localização da Região Geográfica Imediata de Campo Mourão e dos municípios de Peabiru e Mamborê - PR



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017.

Nesse sentido, o objetivo foi de investigar junto aos professores e estudantes de pequenas cidades se a realidade urbana local está contemplada no ensino de Geografia enquanto um conteúdo, e como são desenvolvidas as práticas escolares para tanto. As pequenas cidades vêm sendo contempladas nas aulas de Geografia? Estes municípios possuem um material próprio que aborde suas especificidades? Como os professores das escolas selecionadas para a pesquisa trabalham com o ensino das pequenas cidades e de sua realidade em suas aulas? Quais são as percepções dos educandos acerca de suas cidades? Qual o papel que os conteúdos relativos às cidades, em especial as cidades pequenas, podem desempenhar na perspectiva de uma Geografia voltada para a construção da cidadania?

Estes foram alguns dos questionamentos que orientaram a presente pesquisa, que contou com a colaboração de professores e alunos para investigar as questões aqui consideradas. Tais questionamentos foram fundamentais para que se pudesse pensar em forma de avançar nos estudos sobre a Geografia Urbana, principalmente no que tange às pequenas cidades e o seu ensino nas aulas de Geografia, cuja produção acadêmica ainda é pouco explorada. É partindo desta necessidade de não negligenciar o potencial educativo do conteúdo pequenas cidades no contexto da educação geográfica que a presente tese se apresenta.

A tese se encontra estruturada do seguinte modo: a primeira seção é a introdução que apresenta a contextualização da pesquisa e seus objetivos, métodos, justificativa e metodologias adotadas.

A segunda seção visa debater os desafios ao tentar conceituar as pequenas cidades. Apresenta também um levantamento realizado em dissertações e teses de programas de pós-graduação no Brasil para discutir o que se vem produzindo sobre esta temática no meio acadêmico, ainda que parcialmente. Por fim, encerra-se a seção destacando alguns elementos sobre a importância do estudo das pequenas cidades nas salas de aula, discutindo a relevância de tratar a temática no meio escolar.

A terceira seção buscou verificar o que se fala sobre as pequenas cidades nos currículos e planejamentos escolares. Para tanto, analisou-se a BNCC, o Referencial Curricular do Paraná e o Currículo do Estado do Paraná, atentando-se especificamente aos conteúdos relativos à Geografia Urbana e observando se as pequenas cidades possuem um espaço nestes documentos.

A quarta seção teve por objetivo realizar uma análise de livros didáticos diversos, observando se as pequenas cidades são ou não discutidas por estes

materiais. Apresenta-se também uma análise do Programa de Desenvolvimento Educacional, pontuando o que foi produzido sobre a temática das pequenas cidades nas salas de aula do estado do Paraná.

A quinta seção apresenta uma caracterização dos municípios investigados na presente pesquisa, e traz ainda a metodologia utilizada para a pesquisa de campo realizada junto aos alunos e professores.

Por fim, apresenta-se os resultados e análises da referida pesquisa de campo na sexta seção, apresentando, num primeiro momento, as visões dos estudantes participantes da pesquisa, bem como a análise realizada em torno das mesmas, e em seguida uma análise crítica das falas e depoimentos dos professores entrevistados. Por fim, as considerações finais são realizadas na seção sete da presente pesquisa, fechando as ideias e das análises que foram debatidas ao longo da presente tese de doutoramento.

2. AS PEQUENAS CIDADES ENQUANTO OBJETO DE ESTUDO NA PESQUISA GEOGRÁFICA: CONCEITO, DEFINIÇÕES E REFLEXÕES

Debater as pequenas cidades conceitualmente se mostra enquanto uma tarefa complexa, pois não existe um único conceito que pode ser usado em toda realidade urbana, seja em nível global ou mesmo ao se falar do Brasil. Apesar de comumente utilizado em muitos países, não é apenas o fator numérico que definirá o patamar para se definir se uma cidade é considerada pequena.

Uma compreensão clara do que se entende por "pequenas cidades" ajuda a estabelecer o contexto da presente pesquisa. Tal conceituação, como será destacado, pode variar em cada país, dependendo do contexto geográfico, territorial ou mesmo administrativo.

Associado a tal questão, ainda cabe ressaltar que o estudo destas localidades no meio acadêmico é consideravelmente recente. As pequenas cidades, enquanto objeto de investigação de pesquisadores em diversas áreas do saber, ainda é algo que só teve sua expansão nos últimos 20 ou 30 anos, no qual estas realidades tiveram uma maior preocupação em serem investigadas em maior profundidade nas pesquisas de mestrado, doutorado e outras produções acadêmicas.

Portanto, falar sobre pequenas cidades é analisar produções científicas recentes, ao contrário de pesquisas que versam sobre as grandes cidades, ou sobre as regiões metropolitanas, que foram e continuam sendo o objeto de investigação de maior parte das pesquisas na área urbana. Certamente, o estudo destas são de relevância, e não se pretende aqui ressaltar a importância das pesquisas nas pequenas cidades em detrimento das que têm as metrópoles como objeto de estudo.

Todavia, é essencial pensar também nesta outra face do urbano, especialmente no território brasileiro, composto, em sua maior parte, por pequenos núcleos urbanos. Se considerado em termos quantitativos, dos 5.570 municípios brasileiros, 4.957 destes registraram uma população inferior a 50 mil habitantes, representando 89,07% dos municípios do país.

O estudo das pequenas cidades, contudo, não se deve dar apenas por estas serem maior número no Brasil. Apesar de muitas vezes não serem destacadas nos estudos, ou mesmo no ensino, como a presente pesquisa se incumbe de estudar, é importante lembrar que diferentes cidades, de uma diversidade populacional e territorial heterogênea, assumem formas, funções e estruturas singulares nas

diferentes regiões brasileiras, desempenhando papéis distintos na rede urbana (Moreira Júnior, 2016), e como tal, merecem ser analisadas em suas particularidades.

Logo, valorizar o estudo das pequenas cidades é de relevância, como se buscará argumentar nesta seção, visto que é recente a preocupação com estas realidades nos estudos urbanos.

> Não contemplar as pequenas cidades é esquecer uma parte da realidade urbana. Não se deixa apenas de estudar uma parte concreta da espacialidade brasileira, como também esta falta de estudo compromete uma compreensão mais ampla da rede urbana, até mesmo das questões tratadas no domínio dos centros urbanos maiores, bem como das possibilidades de intervenção [...]. Trata-se, então, de reconhecer a existência das cidades menores. Estas localidades compõem expressiva parte do território do Brasil e demograficamente são ainda espaços de significativa parte da sociedade (Endlich, 2006, p. 31).

É preciso, portanto, ampliar os debates que se referem às pequenas cidades. Apesar dos avanços recentes em tal área, ainda há muito que se pode explorar nesta face do urbano. Porém, como aqui se reforçou, não se trata de privilegiar a escala local em detrimento das demais escalas de análise. Não é possível entender as pequenas cidades, a escala do local, sem entender suas relações com outras escalas geográficas de análise.

Como destaca Vainer (2002), a escolha de uma escala é também quase sempre escolher um sujeito, assim como um determinado modo e campo de confrontação. As escalas não estão isentas dos embates e confrontos que nela ocorrem. Nas palavras do autor: “[...] como uma cidade não existe solta no ar, as formas de dominação e acumulação que a caracterizam não podem ser percebidas sem um olhar para suas articulações regionais, nacionais e, cada vez mais, internacionais” (Vainer, 2002, p. 27-28).

Portanto, estudar as pequenas cidades não se trata apenas de olhar para o local, ainda que este seja de grande relevância para entender estes espaços. Reitera-se ainda nesta seção a importância deste olhar para tal escala também no ensino. Discutir a inserção das pequenas cidades nas pesquisas acadêmicas, é, pois, de grande relevância, e tão importante quanto, é pensa-las também no processo de ensino e aprendizagem, como aqui se pretende discorrer.

A presente seção se encontra dividida em três momentos: primeiramente, se discute os conceitos de cidade e de pequenas cidades em específico. Posteriormente,

se apresenta um levantamento realizado em dissertações e teses de programas de pós-graduação no Brasil para discutir o que se vem produzindo sobre esta temática no meio acadêmico. Por fim, encerra-se esta seção destacando alguns elementos sobre a importância do estudo das pequenas cidades nas salas de aula.

2.1 AS PEQUENAS CIDADES E A BUSCA DE UMA CONCEITUAÇÃO

Conceituar as pequenas cidades não é uma tarefa simples. É preciso refletir: a cidade é considerada pequena a partir de quais parâmetros? O que define uma cidade enquanto pequena? Seus aspectos demográficos? Sua extensão territorial? Não há, nesse sentido, um conceito universal que defina quando uma cidade pode ser considerada pequena.

Há de se destacar ainda a forma como a ideia da pequena cidade é transmitida. Silva (2011) mostra que o termo “cidade pequena” ganha, constantemente, uma conotação vaga, cujo sentido geográfico é perdido, distorcido ou mesmo negligenciado. Nas palavras do autor, em muitos casos “[...] diz-se que tais locais são pacatos e seguros, são polos de recepção de idosos e com altíssimo nível de qualidade de vida, sem ao menos estabelecer uma investigação acurada para provar ou não tais afirmações” (Silva, 2011, p. 33).

As particularidades de uma pequena cidade vão muito além de um pacato lugar para se morar. Ainda, generalizar que todas elas são lugares calmos, com muitos idosos, é, nessa perspectiva, algo errôneo, visto que cada realidade é única e apresenta uma série de variáveis a serem analisadas.

O ato de tentar conceituar algo, portanto, vai além dessas vagas generalizações. Lencioni (2008) relembra que todo conceito serve para se compreender a essência dos objetos, fenômenos, de leis e, assim, se constitui num instrumento de conhecimento e pesquisa. Portanto, “o conceito é sempre uma simplificação do real e ao mesmo tempo uma generalização deste” (Lencioni, 2008, p. 111). Ainda para a autora, um conceito pode se modificar, se alterar e se renovar. Como o conceito é um reflexo do real, e esse real está em permanente mudança, então este também pode se modificar.

Portanto, a tarefa de conceituar algo não se mostra como algo tão simplório, e envolve pensar diferentes aspectos relacionados àquilo que se pretende estudar.

Seria pertinente, antes de iniciar as discussões referentes às pequenas cidades, pensar em um outro conceito fundamental: o de cidade.

De acordo com o dicionário de língua portuguesa Bueno (2000), uma cidade seria uma “Povoação de categoria superior à de vila; sede de município”. Contudo, esta seria uma definição que se aplica ao caso brasileiro. O IBGE estabelece para o país uma definição que adota critérios qualitativos e administrativos.

De acordo com definição do IBGE (2010), a cidade é uma localidade com o mesmo nome do município a que pertence - sede municipal - e onde está sediada a respectiva prefeitura. Sendo assim, a cidade corresponderia à sede do município, no caso brasileiro. Entretanto, conceitualmente, o que é a cidade?

Carlos (2019) ao indagar o que é a cidade afirma que tal pergunta pode ficar no ar, pois qualquer habitante de uma cidade sabe o que ela é, visto que ele vive na mesma e que constrói no seu cotidiano o cotidiano da cidade. Lencioni (2008, p. 114-115), afirma que o conceito de cidade é obscuro: “Como um conceito pode açambarcar desde cidades pequenas, de 2.000 habitantes, até cidades que abrigam milhões e milhões de habitantes?”.

Para Rolnik (1994), a cidade é como um imã, que atrai, reúne e concentra indivíduos. Ainda para a autora, a cidade significa uma maneira de organizar o território, assim como uma relação política. Contudo, esta seria uma forma muito vaga de definir a cidade.

A discussão do conceito de cidade nos conduz a pensar na discussão de um objeto que evoca várias ideias. A cidade, não importando sua dimensão ou características, é um produto social. E para toda cidade, independente de suas variações, há uma noção em comum, que é a de aglomeração. Seja esta uma aglomeração de habitações, ou de pessoas, a ideia de aglomeração e de sedentarismo é característico das cidades (Lencioni, 2008).

Contudo, como alerta a autora, seria pouco proveitoso na conceituação de cidade utilizar de critérios sobre o tamanho dessa aglomeração, ou especificamente, sobre o tamanho da população de um dado lugar para definir o que é ou não cidade. Se fosse definido como condição conceituar as cidades com uma população no limiar de dois mil habitantes, por exemplo, isso poderia definir cidades em determinados locais e num momento determinado, mas em outro lugar e tempo, não seria possível, já que cada realidade possui suas especificidades.

> Na conceituação de cidade, excluindo-se, portanto, a ideia que nega a incorporação da população voltada às lides do campo, bem como a de tamanho da população, mantém-se as ideias de aglomerado, sedentarismo, mercado e administração pública, que parecem constituir referências importantes na conceituação de cidade (Lencioni, 2008, p. 116).

Nessa visão da autora acerca da cidade, essa depende de formas políticas e sociais, e que ainda são produto de determinações sociais. Logo, “São essas forças que a caracterizam e que lhe dão individualidade”. (Lencioni, 2008, p. 116).

Para Carlos (2019), a cidade é um modo de viver, pensar e também de sentir. O modo de vida urbano, nesse sentido, produz ideias, comportamentos, valores, conhecimentos, formas de lazer e também uma cultura, de acordo com autora.

> A cidade aparece como materialidade, produto do processo de trabalho, de sua divisão técnica, mas também da divisão social. É a materialização das relações da história dos homens, normatizada por ideologias; é forma de pensar, sentir, consumir; é modo de vida de uma vida contraditória (Carlos, 2019, p. 26).

Assim, a cidade é o material, no qual o tempo a transforma, sendo resultante do trabalho e das relações sociais que ali ocorrem. Além disso, como destacou a autora, é também a sentir, pensá-la. Refere-se a um modo de vida. Tal ideia mostra a complexidade da cidade, no qual é uma construção social em que os aspectos materiais, sociais, históricos e subjetivos estão entrelaçados.

Vainer (2002) ressalta também que cidade é um complexo de relações sociais, relações econômicas, e ainda de relações de poder. Ela, portanto, não é apenas o reflexo da sociedade; a cidade é, ela mesma, um universo social, econômico e político. Assim, a cidade produz riquezas, produz e reproduz relações econômicas, políticas, culturais, e assim por diante.

O entendimento da cidade deve ser feito tendo como cenário a sociedade urbana em processo de constituição, em movimento. Significa, a partir de uma perspectiva geográfica, pensá-la a partir da espacialidade das relações sociais em sua natureza social e histórica. Ela é uma realização humana, produto e obra. Por meio do trabalho humano, a cidade se transforma constantemente, e como decorrência disso, modifica a vida do cidadão e de seu cotidiano, pois redefine suas formas de apropriação e o modo de reprodução do espaço (Carlos, 2019).

> A metrópole aparece hoje como a expressão última do processo de urbanização que tende à universalização, o lugar da liberdade e do aprisionamento, onde as diferenciações se alocam de forma clara e evidente nas formas arquitetônicas, nos gestos, roupas, olhares. Pensar a cidade na perspectiva aqui analisada significa pensar a dimensão do humano, onde o espaço urbano é entendido enquanto *produto, condição e meio* do processo de reprodução da sociedade urbana (Carlos, 2019, p. 90, grifos da autora).

Quando se trata das metrópoles, colocada como a expressão última do processo de urbanização, não resta dúvida que se referem às grandes cidades. Parece mais simples, portanto, analisar o que é uma grande cidade. Todavia, quando se trata de olhar para as pequenas cidades/localidades, esta tarefa é mais árdua e complexa.

De tal modo, tanto as metrópoles, e, mais recentemente, as cidades médias, tornaram-se alvos de estudos e pesquisas, especialmente no que tange seus aspectos físicos, territoriais, econômicos e sociais. De maneira geral, os estudos sobre os espaços urbanos sempre privilegiaram as abordagens sobre as cidades médias e grandes. Contudo, há uma outra face do urbano brasileiro que não pode ser abandonada e deve constar nas pautas acadêmicas e políticas: as cidades pequenas (Moreira Junior, 2014).

Se faz necessário, pois, pensar na importância que essas localidades possuem na rede urbana, e assim avançar nos estudos relacionados a elas.

> We argue that small cities are much more than bit-part players, 'not [yet] cities' or would-be cities—they are important nodes in the networks between places of different scales, and they are seen to mediate between the rural and the urban, the centre and the suburb as well as between the local and the global (Bell; Jayne, 2009, p. 691)[2].

Estas localidades precisam também do olhar dos pesquisadores para que os debates acerca destas possam se fazer mais presentes. Fernandes (2018) reitera que o urbano não é formado apenas pelas grandes e médias cidades, e que os estudos acadêmicos não devem contemplar somente estas cidades e suas áreas metropolitanas - assim como, acrescenta-se aqui, os currículos e os livros didáticos também não deveriam abordar somente essa perspectiva nas salas de aula.

---

2 "Argumentamos que as pequenas cidades são muito mais do que pequenas partes, 'não [ainda] cidades' ou cidades em potencial - elas são nós importantes nas redes entre locais de diferentes escalas, e são vistas como mediadoras entre o rural e o urbano, o centro e o subúrbio, bem como entre o local e o global" (Tradução nossa).

A rede urbana brasileira é heterogênea. Logo, o olhar para as pequenas cidades não deve estar isolado do restante da rede urbana. Ao contrário, é preciso compreender as dinâmicas dessas localidades em interação, em movimento, “[...] consoante à apreensão de uma realidade que considere os demais centros urbanos e os fluxos humanos existentes entre eles” (Endlich, 2006, p. 29). Neste sentido, este olhar às pequenas cidades também deve se fazer presente no ensino e no aprendizado nas salas de aula, como discutir-se-á mais adiante.

Sendo assim, é preciso de início indagar: o que caracteriza uma cidade enquanto “pequena”? Quais são os parâmetros para definir se uma cidade é ou não pequena? Silva (2011) afirma que a noção de “cidade pequena” tem muita dificuldade para se firmar enquanto conceito. Como corrobora Moreira Junior (2014), classificar ou atribuir uma conceituação à cidade pequena é uma tarefa complexa, e tal dificuldade se revela ainda maior quando se considera a heterogeneidade destas realidades urbanas e, principalmente, a reduzida preocupação acadêmica dada a esta temática.

Como questiona Endlich (2017), quando se refere a uma cidade enquanto pequena, se está referindo a sua população, ao seu território ou a seus aspectos funcionais e seus papéis na rede urbana? A autora destaca que é preciso considerar que existem essas três possibilidades quanto a essa atividade comparativa, que é classificar e enquadrar uma localidade quanto ao seu tamanho demográfico, territorial e funcional.

Ainda para a autora, muitas vezes estes aspectos estão relacionados, ou seja: uma pequena cidade na perspectiva demográfica, possivelmente assim será quanto ao seu território e também quanto aos seus papéis na rede urbana. No entanto, é o aspecto demográfico, em geral, que acaba se sobressaindo. Se trata de falar sobre o demograficamente pequeno, e “Igualmente, quando nos referimos a municípios pequenos é preciso especificar, pois muitas vezes do ponto de vista territorial são municípios extensos e apenas demograficamente pequenos” (Endlich, 2017, p. 38).

Deste modo, muito comumente quando se pensa em definir uma cidade como pequena, média ou grande, recorre-se aos aspectos demográficos e populacionais daquela determinada localidade. Como destaca Silva (2011), a definição de cidade nos diferentes países é diversa, e sendo assim não obedece a uma regra geral ou universal.

Percebe-se que não existe uma única definição ao se discutir os parâmetros para estabelecer o que é uma pequena cidade, no qual a realidade de cada país imprime suas diferenças conceituais. Gonçalves (2005) mostra que no que se refere à delimitação do termo, a classificação das cidades enquanto pequenas, médias ou grandes é muito variável para cada país. Assim, cada Estado, de acordo com a sua realidade, e principalmente a partir de seus pré-requisitos administrativos, elaboram tal classificação.

Leão (2010) destaca que as estatísticas internacionais estabeleceram um marco de 20 mil habitantes, mas que "[...] vários países adotam um critério próprio também baseado em um número mínimo de habitantes a partir do qual essas aglomerações possam ser consideradas cidades" (Leão, 2010, p. 136-137).

> [...] na Suíça, Grécia, Espanha e Senegal a quantidade é de 10.000 habitantes; na Áustria e na Índia esse número diminui para 5.000 habitantes; na Venezuela, esse contingente diminui para 2.500 habitantes; na Argentina e Portugal, 2.000 habitantes; na Malásia e na Escócia, 1.000 habitantes e na Dinamarca as aglomerações com 200 habitantes são consideradas cidades (Gonçalves, 2005, p. 33).

Capel afirma que no caso do território espanhol "[…] se ha considerado que la escala de las ciudades pequeñas se sitúa entre los 2 000 y 10 000 habitantes, en el umbral inferior, y entre los 20 000 y los 30 000 o incluso los 50 000 habitantes, por el superior" (Capel, 2009, p. 12).

No caso das cidades dos Estados Unidos, Bell e Jayne (2009) afirmam que uma cidade é definida como pequena tendo menos de 50 mil habitantes. Em Gana, por exemplo, Owusu (2008) mostra que são oficialmente definidos como centros urbanos aqueles com população de cinco mil habitantes ou maior.

Contudo, como destacam os diversos pesquisadores que tratam sobre a temática das pequenas cidades, recorrer a estes aspectos numéricos pode ser um insuficiente, que não representa, de fato, a realidade urbana. Para Fernandes (2018), independentemente da quantidade absoluta ou do patamar relativo de uma da população, utilizar apenas de dados demográficos para definir uma cidade como pequena empobrece o conceito. Moreira Junior (2014) corrobora que é necessário considerar que as cidades pequenas exibem realidades bastantes distintas uma das outras, o que dificultará então o estabelecimento de generalizações para conceituá-las.

Bell e Jayne (2009, p. 689) afirmam também que o tamanho não deve ser absoluto, e ressaltam: “Reluctant to replicate the failings of archetypal generalization, we argue against any minimum or maximum requirements of small urbanity[3]”. Ainda, prosseguem os autores:

> We argue that there is a clear need to look in detail at the actual political, economic, social, cultural, spatial and physical nature of small cities rather than judging them simply with reference to theories and measurements developed with reference to big cities and metropolises[4] (Bell; Jayne, 2009, p. 690).

Nesse sentido, percebe-se que existem outras variáveis que devem ser levadas em consideração, e que, pensar apenas num aspecto numérico, pode levar a uma generalização indevida do conceito. Como corrobora Fresca (2010), utilizar deste caminho quantitativo para caracterizar uma cidade como sendo pequena, incorre-se ao risco de igualar cidades que na sua essência são diferentes entre si:

> Em outras palavras, o número de habitantes como variável utilizada resultará em considerar cidades com populações similares como sendo pequenas, mas não levará em conta as especificidades de cada uma delas. Não permitirá que se entenda as diferentes inserções de cada núcleo urbano nas redes ou região, impedindo que se entenda seus papéis, suas áreas de influência, suas integrações internas e externas às redes, dentre outros aspectos fundamentais para a consideração de uma cidade como sendo pequena (Fresca, 2010, p. 76).

Considerando o caso específico do Brasil, país de dimensões continentais e de uma rede urbana multifacetada e variada, se tornaria ainda mais difícil adotar um patamar mínimo de habitantes para tal conceito. Como bem afirma Gonçalves (2005), qualquer critério rígido corre o risco de cair numa generalização indevida, pois cada cidade possui diferentes trajetórias de desenvolvimento e múltiplos perfis, que impedem essa simplificação do termo.

É preciso, para além destes aspectos aqui mencionados, levar em consideração uma perspectiva qualitativa ao se abordar o conceito de pequenas

---

[3] “Relutantes em replicar as falhas de arquetípicas generalizações, argumentamos contra quaisquer requisitos mínimos ou máximos da pequena urbanidade” (Tradução nossa).

4 “Argumentamos que há uma necessidade clara de examinar em detalhes a real natureza política, econômica, social, cultural, espacial e física das pequenas cidades, em vez de julgá-las simplesmente com referência a teorias e medidas desenvolvidas com referência a grandes cidades e metrópoles” (Tradução nossa).

cidades. Podem haver cidades que possuem 20 mil habitantes, por exemplo, e que possuem uma maior concentração industrial e uma maior influência sob outras cidades ao seu entorno do que uma cidade que tenha 70 mil habitantes.

Como aponta Fresca (2010), é a inserção da cidade em uma rede urbana ou região que trará melhores condições para entende-las como tal. É preciso entender seus papéis, suas áreas de influência, suas integrações internas e externas às redes, dentre outros aspectos fundamentais para a consideração de uma cidade como sendo pequena. Em complemento a esta visão, a pequena cidade:

> [...] não pode ser considerada isoladamente, deve estar relacionada a outras variáveis, tais como: a localização geográfica; os papéis desempenhados na rede urbana; suas relações com outras cidades e com o campo; e a estrutura territorial da cidade. Mesmo considerando todos estes atributos, é provável se deparar com diferentes números e conteúdos que variam de país para país, de região para região, de cidade para cidade, revelando a complexidade em se traçar generalizações quando se estuda esta tipologia de cidade (Moreira Junior, 2014, p. 45).

Leão (2010) também destaca que se deve considerar que a presença de uma pequena cidade depende do contexto regional no qual ela está inserida, e ainda do nível de centralidade que possui; e assim uma definição meramente numérica [...] pode generalizar o fenômeno urbano que é muito mais qualitativo, limitando a sua compreensão e não sendo capaz de exprimir a verdadeira realidade dessas cidades" (Leão, 2010, p. 138).

As cidades são, portanto, espaços únicos e singulares. Cada qual apresenta traços e características muito diferentes uma da outra, além do fato de que todas elas possuem diferentes relações espaciais ao longo de sua história. Logo, aspectos como a historicidade, as contradições que existiram e que ainda existem, seus papéis na rede urbana, sua localização e as relações internas e externas devem ser consideradas ao se analisar estas realidades.

Gonçalves (2005) considera as cidades como uma complexidade de elementos, fenômenos e relações sociais que se apresenta em constante movimento, e que não merece ser simplificado. As pequenas cidades, nesse sentido, são também uma dimensão socioespacial concreta, que reflete as condições de vida da sociedade organizada. A utilização desta nomenclatura para estas cidades deve ser isenta de

todo e qualquer tipo de sentido pejorativo que possa ser atribuído ao termo “pequeno”, como prossegue o autor:

> Partimos do pressuposto de que, mesmo diante das pequenas dimensões espaciais, estas cidades têm uma grande importância no contexto da rede urbana regional e nacional. Além disso, as cidades pequenas podem ser consideradas grandes diante dos seus valores socioculturais, como também em virtude do enorme significado que têm para seus moradores, os quais têm suas raízes familiares nesses espaços e vivenciam cotidianamente sua realidade socioespacial, identificando-se, portanto, com tais lugares (Gonçalves, 2005, p. 74).

Sendo assim, não é porque se trata de uma cidade demograficamente ou territorialmente pequena, por exemplo, carregando consigo o adjetivo “pequena”, que a mesma será caracterizada como economicamente inferior, ou que não possui relevância na rede urbana na qual está inserida. Como bem relembra o autor anteriormente citado, muitas vezes o termo “pequena” vem carregada com um sentido negativo do termo, e isso certamente não é algo que deve ser propagado.

Há, ainda, um outro importante ponto a se pensar a respeito destas cidades: as reestruturações que foram causadas nos últimos anos com o advento da globalização. Como aponta Corrêa (1999), a globalização causa um vigoroso impacto sobre as esferas econômica, social, política e cultural, mas também - e simultaneamente - sobre a organização espacial, que tanto reflete como condiciona aquelas esferas. Nas palavras do autor: “[...] a globalização causa impacto, ainda que desigualmente, sobre as formas, funções e agentes sociais” (Corrêa, 1999, p. 44).

Como afirma o autor, trata-se, em toda parte, de uma rede urbana que sofreu (e ainda sofre) as implicações da globalização. Por menor que seja o núcleo urbano, este sofre suas influências, seja produzindo, distribuindo ou apenas consumindo bens, serviços e informações que, crescentemente, circulam por intermédio da efetiva ação de corporações globais (Corrêa, 1999).

De acordo com Sposito (2010), um significativo conjunto de mudanças econômicas, sobretudo, vem alterando as estruturas em que se organizam as redes urbanas. Nesse contexto, o aumento das formas e ritmos de circulação tem tido um papel fundamental nessa redefinição, e transforma de modo substancial os papéis que as cidades médias e pequenas têm ou podem vir a ter. Para a autora:

> As dinâmicas engendradas pelo processo que vem sendo denominado de globalização alteram este quadro de redes hierárquicas, estabelecendo novos contextos espaciais, nos quais os fluxos que articulam, entre si, cidades de uma rede urbana não são apenas hierárquicos (Sposito, 2010, p. 52).

Ainda seguindo a concepção da autora, esse conjunto de mudanças que ocorreram no bojo da passagem do sistema fordista para o sistema flexível, redefiniu as relações que concernem às redes urbanas, no qual se tem a ampliação das possibilidades de estabelecimento de articulações entre cidades de diferentes portes e tamanhos.

> Isso significa que relações entre cidades de uma rede urbana, ainda que pequenas, podem se estabelecer com cidades de outras redes urbanas e de outros portes, sem que haja a intermediação daquelas que, segundo a constituição hierárquica anterior, estão em posição superior à das cidades pequenas ou médias (Sposito, 2010, p. 52).

Pensando a rede urbana nos atuais moldes da sociedade que é constantemente alterada pelo processo da globalização, observa-se que as pequenas cidades não estão excluídas desta. Apesar de que o olhar dos estudiosos muitas vezes enfatiza os efeitos da globalização nas grandes metrópoles, não se pode esquecer que as pequenas cidades estabelecem relações com outros centros urbanos, e nos dias de hoje não apenas com aqueles mais próximos geograficamente.

Corrêa (1999) argumentará que entre os impactos decorrentes da globalização no meio urbano são consideradas, de um lado, a criação de novos centros e, de outro, as alterações funcionais ou refuncionalização dos pequenos centros preexistentes.

Como destaca o autor, no caso brasileiro, a partir do século XX, foram criados inúmeros núcleos de povoamento em áreas de fronteira de ocupação e fronteira de modernização, ambos produtos da globalização. A globalização, assim, se manifesta de diferentes modos em razão de suas demandas e de suas contradições, e por intermédio de diversos agentes (e não exclusivamente das grandes corporações) cria novos núcleos urbanos em áreas que passam a integrar o espaço globalizado.

Já a refuncionalização atinge, em graus distintos, todos os centros da rede urbana. De acordo com o autor, a refuncionalização das pequenas cidades se realiza por meio de duas possibilidades maiores: a primeira diz respeito à perda - relativa ou absoluta - de centralidade, acompanhada em muitos casos pelo desenvolvimento de novas funções não centrais, ligadas diretamente à produção no campo. A segunda

possibilidade refere-se à transformação do pequeno núcleo a partir de novas atividades, induzidas de fora ou criadas internamente, que conferem uma especialização produtiva ao núcleo preexistentes, inserindo- o diferentemente na rede urbana e introduzindo nela uma mais complexa divisão territorial do trabalho.

Como se observa, os pequenos centros urbanos, considerando as recentes reestruturações econômicas, políticas e sociais, também se caracterizam, em alguns casos, por serem locais em que uma determinada especialização produtiva pode vir a ocorrer. Assim, estes centros podem atrair população em busca de trabalho ou residência, desenvolver uma série de atividades econômicas e estarem ligadas à diversas outras localidades da rede urbana, próximas ou mais distantes.

Veiga (2007) em sua tese de doutoramento, por exemplo, mostrou como o município de Jaguapitã se reinseriu na rede urbana do norte do Paraná a partir da década de 1970 por meio da especialização na produção industrial de mesas para bilhar. A autora mostrou como a expansão desta atividade produtiva criou a possibilidade da implantação de novas indústrias por agricultores e comerciantes diversos, complexificando sua inserção na rede urbana.

Nesta mesma perspectiva, Almeida (2011) em sua dissertação de mestrado apresenta o caso da pequena cidade de Assaí – PR, em que sua especialização industrial intensificou a vida socioeconômica e espacial do município. A partir de sua especialização produtiva metalmecânica, as indústrias conferiram à cidade uma nova dinâmica com geração de uma grande parcela dos empregos e renda à população; aumento na arrecadação de impostos do município; expansão espacial da cidade, manifestada na abertura de novos lotes e valorização de certas áreas; o aumento da centralidade da cidade por conta da diversificação e especialização das atividades comerciais, entre outros fenômenos elencados pelo autor ao longo de sua pesquisa.

A partir do que aqui foi exposto até o momento, é possível perceber a relevância de estudar a realidade destas pequenas cidades, e como cada cidade pode representar um universo diferente de pesquisa, considerando o expressivo número de pequenas cidades no Brasil, e ainda colocado em questão toda a heterogeneidade da rede urbana do país. Igualmente é importante também estudá-las nas salas de aula. É preciso, pois, de um olhar para as pequenas cidades tanto no meio acadêmico, como no currículo escolar.

> Studies of small cities enable important interventions into a diverse range of debates within urban theory, including the study of how small cities are integrated into global flows of capital, culture and people, not only by highlighting the role of small cities as global nodes, but also by critiquing the limited number of measures currently being used to categorize ‘global cities’ (Jayne *et al*, 2010, p. 1411)[5].

A pesquisa de Silva (2011) reforça o que é colocado na citação anterior, no qual o autor buscou compreender e analisar as relações entre as cidades pequenas e a questão da indústria, na região de Presidente Prudente, São Paulo. Em sua investigação ficou claro que as pequenas cidades demonstram significados cada vez mais econômicos e ligados ao capital internacional. Segundo o autor, “A lógica de se considerar que a produção industrial das cidades pequenas não é capaz de irradiar dinamismo e/ou se vincular à esfera do capital internacional é refutada” (Silva, 2011, p. 258). Estes pequenos centros urbanos, portanto, também se integram com o capital global e como tal merecem a atenção dos pesquisadores.

São, portanto, cidades de território ou população considerados pequenos, mas que não deixam de fazer parte fluxos globais na atualidade. Estas fazem parte do urbano, que muitas vezes se tornam invisível aos olhos de muitos, inclusive das pesquisas acadêmicas, que por muito tempo pouco falou sobre as mesmas. Hoje se busca mostrar sua relevância de estudo, no qual diversas de suas particularidades merecem uma atenção de diversas áreas do saber para os fenômenos que ocorrem com estas localidades.

Se reforça a necessidade de maiores estudos acerca da temática, pois como se pode perceber ao longo do presente tópico, ainda não há uma base conceitual e teórica sólida estabelecida para se estudar as pequenas cidades. É importante, pois, ir além das abordagens dos estudos de caso destas realidades para engajar uma teorização mais completa, ou seja, que possa ser utilizada em futuras pesquisas para discutir a temática.

---

5 “Estudos de pequenas cidades permitem intervenções importantes em uma ampla gama de debates dentro da teoria urbana, incluindo o estudo de como as pequenas cidades estão integradas aos fluxos globais do capital, cultura e pessoas, não apenas destacando o papel das pequenas cidades como nós globais, mas também criticando o número limitado de medidas atualmente sendo usadas para categorizar 'cidades globais'”

2.2 AS PEQUENAS CIDADES E SEU ESPAÇO NOS DEBATES ACADÊMICOS

Como se pode depreender com base nas reflexões até agora apresentadas, as pequenas cidades possuem papéis, funções e estão inseridas na rede urbana, e como tal, também precisam ser pensadas e analisadas nesse conjunto. Além disso, elas são lugares de vivências, de experiências e de laços afetivos que seus moradores ali criam e recriam. São, portanto, significativos lugares a serem investigados, e ainda carecem de maiores pesquisas afim de melhor compreender suas particularidades.

No entanto, a preocupação em analisar diversas situações presentes na realidade das pequenas cidades brasileiras é recente. Como assinalado anteriormente, nem sempre estes espaços se constituíram uma preocupação dos pesquisadores. Os estudos sobre o urbano privilegiaram abordagens que consideravam as grandes cidades e as regiões metropolitanas.

Ainda é relativamente recente a valorização do estudo das pequenas cidades enquanto objeto de estudo de pesquisas na produção acadêmica brasileira. Como foi ressaltado por Fresca (2010), apenas nas últimas décadas que os pesquisadores das diversas ciências “redescobriram” as cidades pequenas e passaram a estudar sua relevância, seus significados e sua representação social, econômica e cultural no contexto da urbanização brasileira.

Acrescenta-se, ainda, que não apenas no meio acadêmico, mas nos currículos escolares também foram os grandes centros urbanos que ganharam destaque, e os debates relativos às pequenas cidades brasileiras, muitas vezes, encontram-se secundarizados.

Isto não significa que se deva ignorar ou desconsiderar a importância das metrópoles ou das grandes cidades, como já assinalado, mas se trata de ampliar os debates que se referem às pequenas cidades. Esta valorização das pequenas cidades nas pesquisas acadêmicas se faz de suma importância, visto que estas não foram tratadas como prioridade dos estudos urbanos até algumas décadas atrás, e igualmente importante, é também considerá-las no ensino de Geografia.

Nesse contexto, a presente subseção tem por objetivo examinar o que já se produziu sobre a temática das pequenas cidades nos últimos anos, tendo por base trabalhos de pós-graduação, dentre dissertações de mestrado e teses de doutorado de programas de todo o Brasil, buscando compreender o que se produz sobre as pequenas cidades no meio científico.

Considerando o número crescente de trabalhos na área, assim como de eventos científicos voltados exclusivamente para tratar sobre estas localidades, se faz necessário verificar pelo menos parte do que se vem produzindo sobre as pequenas cidades nas pesquisas acadêmicas. De tal modo, foram analisadas parte das pesquisas publicadas nos últimos 20 anos, período no qual houve maior intensificação da produção acadêmica dessa temática.

Buscou-se essas produções em programas de pós-graduação das seguintes universidades brasileiras: Universidade Estadual Paulista (Unesp); Universidade Estadual de Maringá (UEM); Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro); Universidade de Brasília (UnB); e Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

A escolha destas universidades também foi um ponto a ser considerado para análise, pois nestas se tem pesquisadores que atuam nas investigações relacionadas ao urbano e às pequenas cidades. O critério para seleção desses trabalhos foi considerar aqueles que constavam termos como “pequenas cidades” ou relativos em seu título e que dedicaram uma seção ou tópico para discorrer sobres elas, além, certamente, de investigarem essas localidades enquanto objetos de pesquisa.

Ressalta-se que dado ao crescente volume de publicações que a temática assumiu nos últimos anos, o presente levantamento é uma parte do que se produziu sobre as pequenas cidades, e não um levantamento completo de toda a produção acadêmica já desenvolvida, nem de todos os programas de pós-graduação.

Cabe ainda destacar que haviam diversos estudos de casos que ocorreram em pequenas cidades, muitos destes não relacionados especificamente à questão urbana. Por não abordarem as especificidades das pequenas cidades ou não realizar algum tipo de discussão teórica sobre elas, optou-se por não os inserir na análise, centrando-se apenas nas pesquisas que destacavam as pequenas cidades no corpo teórico do trabalho e que as investigaram em maior profundidade.

Nesse sentido, foram analisados 48 trabalhos de pós-graduação que abordaram as pequenas cidades em suas pesquisas, no qual as pesquisas de mestrado são representadas pela letra “M” nos quadros a serem apresentados adiante, e as pesquisa de doutorado pela letra “D”. A busca destes trabalhos foi realizada nos bancos de teses e dissertações das universidades mencionadas

anteriormente. Os trabalhos foram então agrupados e, posteriormente, e categorizados para uma melhor compreensão.

De tal modo, os trabalhos aqui apresentados se encontram organizados por meio de categorias em comum, ou seja, pesquisas que possuem assuntos ou objetos de investigação similares, e posteriormente destacando brevemente sobre o que cada uma destas pesquisas trataram em suas pesquisas. As categorias aqui delimitadas foram: 1) Produção do espaço urbano; 2) Indústrias e industrialização em pequenas cidades; 3) Inserção e papéis das pequenas cidades na rede urbana; 4) Caracterização e dinâmica das pequenas cidades; e 5) Outras temáticas. A seguir cada uma destas categorias são apresentadas e debatidas.

2.2.1 Produção do espaço urbano

A primeira categoria destaca os trabalhos que tiveram a produção do espaço urbano das pequenas cidades como tema norteador da pesquisa, ou seja, que tratam sobre a produção, as modificações ou as transformações que ocorreram ou ainda ocorrem nesses espaços.

Como afirma Santos (2010), a produção e constituição do espaço urbano está relacionada às transformações de ordem econômico-financeira do qual a sociedade contemporânea está submetida, isto é, a produção, a circulação de mercadorias, as relações sociais existentes e o consumo do e no espaço urbano.

Além disso, esta produção do espaço também ocorre por meio das relações estabelecidas entre o público e o privado, ou seja, das relações estabelecidas entre Estado e suas instâncias. No que se refere à produção do espaço urbano, vários agentes são responsáveis pela sua configuração, uns com maior poder de ação dentro das cidades e outros com menor poder.

Nesse contexto, essas transformações do espaço urbano não ocorrem apenas nas grandes e médias cidades brasileiras, e os trabalhos aqui colocados demonstram essa preocupação com a produção do espaço das pequenas cidades. São trabalhos que tem como recorte espacial um ou mais municípios para abordar suas especificidades, cada qual com suas próprias metodologias e abordagens. Os trabalhos dessa categoria são apresentados no Quadro 1, e em seguida são brevemente descritos na ordem que segue:

Quadro 1: Trabalhos da categoria “Produção do Espaço Urbano”

Autor	Ano	Instituição	Título	Nível
CARNEIRO, Josué	2010	UEM	Da vida no campo à vida na cidade: transformações socioespaciais no município de Quinta do Sol: 1970-1980-1990	M
COSTA, Fábio Rodrigues	2013	UEM	A noção de municípios periféricos: contradições e desigualdades no estado do Paraná	D
MANFIO, Vanessa	2011	UFSM	O papel da CAMNPAL na (re) estruturação do espaço urbano de Nova Palma-RS	M
MARENGO, Shanti Nitya	2015	UFBA	Santo Amaro-BA: um lugar de muitos lugare s	D
MEDEIROS, Maria Suelly da Silva	2005	UFRN	A produção do espaço das pequenas cidades do Seridó Potiguar	M
MOURA, Francisco Aracildo	2016	UFRN	Parcelamento de terras e expansão urbana na microrregião do agreste potiguar: loteamentos e especulação imobiliária em Boa Saúde, Lagoa Salgada e Serra Caiada - RN	M
PEREIRA, Thiago Henrique Valério	2013	Unicentro	Uma pequena cidade, uma grande relação: Piraju (SP) e a importância do café	M
RAMOS, Danielle Cristina	2014	Unicentro	Laranjeiras do Sul como centro de gestão do território da Cantuquiriguaçu no centro-sul paranaense	M
ROMA, Claúdia Marques	2008	Unesp	Segregação socioespacial em cidades pequenas	M
SCHERER, Fabiano Bolzan	2009	UFSM	Construção do espaço urbano da pequena cidade: um estudo sobre São Sepé-RS	M
SOUZA, Adalberto Dias	2016	UEM	Novos municípios como espaços sociais e políticos: implicações do processo de emancipação político administrativa na mesorregião Centro- Ocidental do Paraná	D

Fonte: Banco de dissertações e teses de programas de pós-graduação.

Foram onze trabalhos da referida categoria, sendo seis dissertações de mestrado e três teses de doutorado sobre a temática da categoria. Cada um desses trabalhos é brevemente comentado na ordem apresentada nos quadros, assim como nas demais categorias aqui delimitadas.

A iniciar pela pesquisa de Josué Carneiro, o autor objetivou analisar a forma como se deu a ocupação e uso do solo no município de Quinta do Sol – PR. O autor então estuda as transformações na condição de vida da população que vivia

no campo do município em questão em decorrência das mudanças econômicas ocorridas em âmbito regional, destacando as consequências dessas transformações. Fábio Rodrigues da Costa, em sua tese, faz uma análise da produção do espaço a partir das contradições e desigualdades existentes no estado do Paraná, propondo a noção de “municípios periféricos” para classificar os 399 municípios.

A autora Vanessa Manfio realizou um estudo da (re) estruturação urbana do município de Nova Palma a partir do desenvolvimento e organização da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma, de modo a entender o desenvolvimento local e regional da área de estudo analisada pela autora. A autora Shanti Nitya Marengo se incumbiu de pensar a produção e a reprodução do lugar através das relações que o constituem e o particularizam diante do espaço geográfico, objetivando observar como esses lugares participam da constituição dessas relações,e, para tanto, investiga em maior profundidade a realidade da pequena cidade de Santo Amaro.

Maria Suelly da Silva Medeiros buscou a compreensão do processo de produção do espaço das pequenas cidades da região do Seridó Potiguar, no Rio Grande do Norte, pautada em uma perspectiva histórica, realizando um recorte da produção do espaço urbano dessa região desde a década de 1980 até a data de conclusão da pesquisa, em 2005. Francisco Aracildo de Moura em sua dissertação objetivou discutir como o parcelamento de terras provocou a expansão urbana da Microrregião do Agreste Potiguar no Rio Grande do Norte, enfatizando o processo de loteamento de terras nas pequenas cidades da região.

Thiago Henrique Valério Pereira na dissertação intitulada “Uma pequena cidade, uma grande relação: Piraju (SP) e a importância do café”, adota o método regressivo-progressivo, de Lefebvre, para entender a diacronia e a sincronia no tempo/espaço da relação do café com o município de Piraju, na tentativa de compreender as relações do município em questão e a sua identidade com a cultura deste produto. A autora Danielle Cristina Ramos buscou em sua pesquisa estudar as articulações no centro-sul paranaense e as repercussões destas na produção do espaço, tendo como objetivo compreender de que forma ocorreu o fortalecimento do município de Laranjeiras do Sul.

Cláudia Marques Roma em sua dissertação buscou a compreensão das dinâmicas segregativas no contexto da produção do espaço urbano em cidades

pequenas, mais especificamente nos municípios de Osvaldo Cruz e Mariápolis, em São Paulo. Já Fabiano Bolzan Scherer analisa o uso do solo urbano e os papéis da pequena cidade de São Sepé - RS. Além disso, buscou ainda verificar a abrangência das ações públicas na criação de infraestrutura e equipamentos necessários para a reprodução de suas funções urbanas.

Por fim, Adalberto Dias Souza em sua tese analisa as implicações do processo de emancipação político administrativa dos municípios da Mesorregião Centro-Ocidental do estado do Paraná, no período de 1988 a 2015, tanto no que se refere ao desempenho socioeconômico, como na configuração espacial desses espaços mediante o processo de emancipação.

Como se percebe, as ações que moldam, transformam e produzem o espaço urbano também são intensas nas pequenas cidades brasileiras, e as pesquisas dissertações e teses aqui apresentadas demonstram como esta temática também pode ser objeto de investigação nestas realidades, pois variados agentes também se fazem presentes nestes espaços, seja pela ação do poder público ou mesmo do capital privado.

2.2.2 Indústrias e industrialização em pequenas cidades

A categoria seguinte engloba as pesquisas que trabalharam com a questão da industrialização presente nas pequenas cidades ou que adotaram uma ou mais indústrias em específico para investigar em maior profundidade.

Como destaca Jurado da Silva (2011), a industrialização é um processo amplo e histórico, que envolve a crescente implantação de máquinas e estruturas físicas que potencializam a transformação de matérias-primas e da natureza em produto, ampliando a divisão social e territorial do trabalho. Tal dinâmica expande, portanto, a capacidade produtiva da sociedade; cria e estandardiza paisagens; possibilita a formação/expansão/reprodução de mercados consumidores e se traduz então na aceleração da urbanização, no êxodo rural e na substituição do trabalho humano pela máquina.

Como não poderia ser diferente, as indústrias e o processo de industrialização também se fazem presente nas pequenas cidades, ainda que de modo diferente daquele que ocorrem nas grandes metrópoles industrializadas. Foram seis o número

de teses e dissertações que abordaram essa questão em suas investigações. O Quadro 2 detalha as referidas pesquisas.

Quadro 2: Trabalhos da categoria “Indústrias e industrialização em pequenas cidades”

Autor	Ano	Instituição	Título	Nível
ALMEIDA, Adriano Pereira	2011	UEL	A especialização industrial metalmecânica e as transformações espaciais em Assaí-PR	M
BORGES, Paulo Roberto Santana	2015	UEM	Inserção da Região Centro Ocidental no cenário econômico do Paraná: atividades industriais	D
LOVADINI, Mauricio	2019	Unesp	O uso do território e as novas dinâmicas locacionais da indústria: A implantação da Mercedes-Benz na pequena cidade de Iracemápolis (SP)	M
OLIVEIRA, Elias Mendes	2018	Unesp	A implantação de grandes indústrias de capitais nacionais e internacionais na cidade pequena de Extrema (MG): processos, fatores e agentes	D
SILVA, Paulo Fernando Jurado	2011	Unesp	Cidades pequenas e indústria: contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente-SP	M
VEIGA, Léia Aparecida	2007	UEL	Jaguapitã-PR: pequena cidade da rede urbana norte-paranaense especializada na produção industrial de mesas para bilhar	M

Fonte: Banco de dissertações e teses de programas de pós-graduação.

Adriano Pereira Almeida, em sua dissertação de mestrado, buscou compreender como a pequena cidade de Assaí – PR se destaca no cenário da produção metalmecânica, na tentativa de entender as transformações espaciais ocorridas nesse município no contexto dessa especialização industrial. Já autor Paulo Roberto Santana Borges, analisou em sua tese a inserção de Campo Mourão e da Mesorregião Centro Ocidental no cenário econômico do Paraná, enfatizando a questão das atividades industriais.

Paulo Fernando Jurado da Silva analisou a dimensão territorial geográfica da indústria no contexto econômico do interior paulista, onde procurou compreender as relações entre cidades pequenas e indústria na região de Presidente Prudente, em São Paulo, visando entender a atuação espacial dos estabelecimentos industriais mais relevantes economicamente em algumas das pequenas cidades da região em questão.

Maurício Lovadini investigou as reestruturações produtivas e organizacionais das indústrias automotivas nas pequenas cidades, tendo como recorte espacial a implementação das indústrias da marca alemã Mercedes-Benz no município de Iracemápolis – SP. O autor Elias Mendes Oliveira em sua tese de doutorado pesquisou o processo de industrialização em Extrema – MG, destacando os processos socioespaciais, os fatores locacionais e os agentes sociais envolvidos no ciclo de crescimento industrial no município em questão.

Léia Aparecida Veiga realiza um estudo sobre a reinserção do município de Jaguapitã na rede urbana do Norte do Paraná a partir da década de 1970, considerando a especialização que tal município apresentou na especialização produtiva em mesas de bilhar.

Apesar de não serem numerosos os trabalhos dessa categoria, observa-se que existe a preocupação em investigar a organização espacial e a atuação das indústrias em cidades pequenas, e como essas configuram e interferem na realidade destas localidades.

2.2.3 Inserção e papéis das pequenas cidades na rede urbana

Como relembra Fernandes (2018), é preciso considerar que as pequenas cidades não estão isoladas da rede urbana brasileira; estão inseridas, articuladas e conectadas às dinâmicas urbanas, inclusive em esfera global, pois fazem parte do modo de produção capitalista e fazem parte do fenômeno da globalização

A presente categoria destaca as pesquisas que trataram sobre a inserção das pequenas cidades no contexto das redes urbanas, bem como os papéis que estas desempenham e sua importância, significados e particularidades. Foram dez trabalhos que trataram sobre as pequenas cidades e as redes urbanas, conforme demonstra o Quadro 3:

Quadro 3: Trabalhos da categoria: “inserção e papéis das pequenas cidades na rede urbana”

Autor	Ano	Instituição	Título	Nível
ASALIN, Gilmar Aparecido	2015	UEM	Gênese e dinâmica de três cidades na rede urbana de Maringá: Paranavaí, Nova Esperança e Nova Aliança do Ivaí	D
DIAS, Franciele Miranda Ferreira	2019	UEL	Pequenas cidades na rede urbana de Ourinhos-SP: agronegócio e especialização produtiva	D
BATISTA, Marinalva dos Reis	2017	UEM	Inserções e interações espaciais das pequenas localidades na região metropolitana de Maringá - PR	M
VIANA, Gessilda da Silva	2017	UnB	Pequenas Cidades no contexto metropolitano: o caso da Região Metropolitana de Maringá, Paraná.	D
ENDLICH, Ângela Maria	2006	Unesp	Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná	D
CARVALHO, Cintia Silvia	2016	UEM	Espacialidades em esvaziamento demográfico da mesorregião Noroeste Paranaense e a oferta de serviços públicos	M
LEÃO, Carla de Souza	2011	Unesp	A inserção de pequenas cidades na rede urbana: o caso das cidades na Região de Governo de Dracena	M
MOREIRA JUNIOR, Orlando	2014	Unesp	As cidades pequenas na região metropolitana de Campinas-SP: dinâmica demográfica, papéis urbanos e (re) produção do espaço	D
OLIVEIRA, Fabio de Souza.	2017	UEM	A inserção das pequenas cidades de Sertanópolis e Jataizinho na região metropolitana de Londrina-PR	M
OLIVEIRA, Tiago Soares	2017	Unicentro	Cidade(s) pequena(s) e redes urbanas: uma análise dos papéis e significados de Jandaia do Sul na rede urbana do norte central paranaense	M

Fonte: Banco de dissertações e teses de programas de pós-graduação.

Iniciando pela tese de Gilmar Aparecido Asalin, o autor tece análises a respeito da dinâmica funcional de três cidades - Paranavaí, Nova Esperança e Nova Aliança do Ivaí - no contexto da rede urbana de Maringá, de modo a entender seus processos de transformações na rede em questão, bem como tais cidades passaram por mudanças em suas funcionalidades e alterações em sua inserção na rede ao longo dos anos.

Franciele Miranda Ferreira Dias analisou as diferentes inserções das pequenas cidades de Canitar e Santa Cruz do Rio Pardo na rede urbana de Ourinhos, em São Paulo, onde a autora defende a tese de que as cidades dessa rede urbana, especificamente as duas estudadas em maior profundidade, apresentam diferentes papéis na divisão territorial do trabalho.

Marinalva dos Reis Batista realiza um estudo a respeito das inserções e das interações espaciais das pequenas cidades na Região Metropolitana Maringá, no qual visou investigar a existência de um plano de integração que traga a inclusão das pequenas localidades e, ainda, verificar as políticas públicas que foram propostas e implantadas envolvendo os municípios dessa região metropolitana. Já a autora Gessilda da Silva Viana, buscou em sua tese compreender, também a partir da Região Metropolitana de Maringá, Paraná, a função das pequenas cidades em um contexto metropolitano marcado pelo agronegócio como mola propulsora das atividades econômicas e, por consequência, investigar em que medida estas atuam como instâncias decisórias na configuração socioespacial.

Angela Maria Endlich, em sua tese de doutorado, realiza uma análise a respeito da redefinição da rede urbana e dos papéis das pequenas cidades da região Noroeste paranaense, que, como a autora destaca em sua investigação, apresentaram uma tendência geral de declínio demográfico nos municípios polarizados por pequenas cidades. Cíntia Silvia Carvalho, similar à pesquisa anterior, buscou tecer uma análise das pequenas cidades pertencentes à mesorregião Noroeste paranaense no que diz respeito à dinâmica populacional, e, principalmente, no que se refere ao fenômeno de perda demográfica de algumas espacialidades.

Carla de Souza Leão propôs em sua dissertação a análise das pequenas cidades da região de Governo de Dracena - SP, que são localidades que surgiram em decorrência do mesmo processo de ocupação, e nesse contexto, a autora objetivou compreender os processos e as causas responsáveis pela diferenciação entre estas pequenas cidades. Orlando Moreira Junior, por sua vez, estudou as interações e as

características particulares das pequenas cidades da Região Metropolitana de Campinas, a fim de apreender as práticas e relações estabelecidas nos aspectos intra e interurbano dessas realidades.

Fábio de Souza Oliveira realiza um estudo sobre as pequenas cidades da Região Metropolitana de Londrina, enfatizando, principalmente, os municípios de Jataizinho e Sertanópolis – PR, no qual objetivou compreender a inserção dessas cidades na referida região. O autor Tiago Soares Oliveira faz uma análise da dinâmica socioeconômica do município de Jandaia do Sul e sua interação com a rede urbana do Norte do estado do Paraná, na tentativa de compreender o papel do município em questão frente a rede urbana na qual se estabelece, de modo a entender sua dinâmica econômica, social e regional.

Percebe-se nestes trabalhos como as pequenas cidades vêm sendo inseridas nas pesquisas acadêmicas, demonstrando que estas localidades também desempenham diferentes papéis a partir de sua inserção na rede urbana, e como tal merecem ser investigadas e analisadas em maior profundidade.

2.2.4 Caracterização e dinâmica das pequenas cidades

Tal categoria aborda as pesquisas que investigaram em maior profundidade a dinâmica de pequenas cidades, estudando seus aspectos, caracterizando-as e tecendo análises sobre elas, dentro de diferentes abordagens. Nesse sentido, os trabalhos aqui destacados referem-se àqueles que se dedicaram a compreender em maiores detalhes os nuances das realidades que seus autores escolheram para serem analisadas

Foram analisados quatro trabalhos, cada qual abordando a realidade de diferentes municípios brasileiros, como é destacado pelo Quadro 4 na página seguinte.

O autor Francisco Ednardo Gonçalves, no ano de 2005, realiza uma análise do perfil urbano das pequenas cidades do Agreste Potiguar no Rio Grande do Norte. Assim sendo, o autor propôs uma caracterização geoespacial urbana das referidas cidades, enfatizando o quadro econômico, a dinâmica populacional, os indicadores sociais entre outros aspectos dessas cidades.

Quadro 4: Trabalhos da categoria “Caracterização e dinâmica das pequenas cidades”

Autor	Ano	Instituição	Título	Nível
GONÇALVES, Francisco Ednardo	2005	UFRN	Cidades pequenas, grandes problemas: perfil urbano do Agreste Potiguar	M
LOPES, Diva Maria Ferlin	2005	UFBA	O conceito de urbano e as cidades de pequeno Porte no semi-árido baiano: Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio Do Quinto	M
MELO, Nágela Aparecida	2008	UFU	Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas	D
VENDRUSCOLO, Cassiana Elisa	2010	UFSM	As relações do espaço urbano do município de Dona Francisca, RS com a região da Quarta Colônia	M

Fonte: Banco de dissertações e teses de programas de pós-graduação.

Diva Maria Ferlin Lopes realiza um estudo de três pequenas cidades do semiárido baiano - Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto - verificando se elas possuem as características de um espaço urbano, levantando uma análise das características da estrutura, dinâmica espacial e funções das sedes municipais dessas cidades.

Nágela Aparecida Melo, em sua tese de doutorado objetivou compreender a formação espacial, as funções, as dinâmicas e os significados socioeconômicos de pequenas cidades do sudeste de Goiás, na denominada microrregião geográfica de Catalão. Por fim, o trabalho de mestrado de Elisa Cassiana Vendrusculo se propôs a entender as relações urbanas e regionais da pequena cidade de Dona Francisca, no Rio Grande do Sul, com os demais centros urbanos da região da Quarta Colônia. De tal modo, a autora realiza uma caracterização dessa região de estudo e estuda ainda as relações socioespaciais que ocorrem no referido espaço estudado.

Os trabalhos aqui apresentados se pautaram em analisar, em maior profundidade, as características, as funções e a dinâmica de determinadas pequenas cidades elegidas para estudo, seja de uma ou mais localidades analisadas.

2.2.5 Outras temáticas de pesquisa

Os trabalhos que tiveram outros temas de pesquisa, que não se repetiram ou que não foram possíveis de serem agrupados nas demais categorias, foram separados nesta última parte que apresenta as diferenciadas temáticas abordadas nas teses e dissertações.

Tais pesquisas, como destacado, tratam de assuntos diversos, desde questões como a dinâmica populacional, a qualidade de vida, as praças, o ensino, a morfologia urbana dentre outros, como se discorre a seguir. A relação desses trabalhos é colocada pelo Quadro 5:

Quadro 5: Trabalhos de temáticas diversas

Autor	Ano	Instituição	Título	Nível
ALVES, Larissa de Mattos	2018	UEM	O turismo e suas implicações em municípios de pequeno porte demográfico da região turística noroeste do Paraná	T
BACELAR, Winston Kleiber de Almeida	2008	UFU	A pequena cidade nas teias da aldeia global: relações e especificidades sócio-políticas nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara – MG	D
BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora	2004	Unesp	Pequenas cidades na região de Catanduva - SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias	T
CORNELI, Vanessa Medeiros	2013	UEM	A praça no contexto de pequenas cidades da microrregião de Campo Mourão - PR	T
FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli	2012	UEM	Sociabilidade e sentimento de insegurança urbana em pequenas cidades: o Norte do Paraná	M
FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli	2017	UEM	Um espectro ronda as pequenas cidades: o aumento da violência e da insegurança objetiva	D
FIGUEIREDO, Vilma Dominga Monfardini	2008	Unesp	Pequenos municípios e pequenas cidades do estado do Rio Grande do Sul: contrastes, perfil do desenvolvimento e de qualidade de vida, 1980-2000	T

GABRIEL, Kelton	2016	UEL	Paisagem de *Furusato*: desastres naturais e reconstrução de pequenas cidades	T
JESUS, Sandra Lician Sacramento Neves	2019	UESB	Novos conteúdos e morfologias na periferia das cidades pequenas: urbanização e desigualdades na cidade de Caetité - BA	M
KEGLER, Jonathan Júlio	2016	UFSM	O clima de cidades pequenas: configuração urbano-rural com uso de transectos móveis em Agudo/RS	M
MACHADO, Carlos Eduardo	2017	Unesp	Pertencimento e mudança: um estudo sobre temporalidades em um pequeno município brasileiro	M
MACHADO, Ramom Pereira	2016	UFBA	A cidade das grades: a espetacularização da violência e materialização do medo no espaço urbano de Baixa Grande/BA	M
NASCIMENTO, Edson José	2019	UEL	Contribuições para o ensino de Geografia de Ibiporã/PR	M
PESSOA, Jomara Dantas	2015	UFRN	Dinâmicas de reprodução do comércio e os novos papéis urbanos de pequenas cidades norte-rio-grandense: um olhar a partir das redes associativistas de supermercados	M
QUEIROZ, Marcos Antonio	2011	UEM	Desafios socioespaciais na região central do Paraná e as iniciativas locais em Nova Tebas: alcances e limites	M
ROSSATO, Paula Savegnago	2010	UFSM	O sistema termodinâmico do clima urbano de Nova Palma, RS: contribuição ao clima urbano de cidades pequenas	M
SANT'ANA, Thiago César Frediani	2011	UEM	A cartografia nos estudos das dinâmicas espaciais do município de Cambira-PR	M

Fonte: Banco de dissertações e teses de programas de pós-graduação.

Larissa de Mattos Alves faz um estudo das implicações do turismo em municípios de pequeno porte demográfico da região turística do Noroeste do Paraná, refletindo sobre a capacidade do turismo em contribuir na reversão do cenário de

estagnação econômica e no desenvolvimento local desses municípios. Winston Kleiber de Almeida Bacelar realiza uma análise das pequenas cidades de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara – MG levando em consideração seus aspectos sociais internos, econômicos, ambientais, tributários e da administração pública, além de discorrer sobre as políticas públicas e a sustentabilidade microrregional em sua área de estudo.

Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli, em sua tese investiga a relação entre a produção de conjuntos habitacionais nas pequenas cidades da região de Catanduva - SP, e sua ocupação por expressiva parcela de trabalhadores vinculados à agricultura e à agroindústria sucroalcooleira. Vanessa Medeiros Corneli realiza um estudo sobre as praças das pequenas cidades da microrregião de Campo Mourão-PR, no qual a autora buscou apresentar os usos, funções e importância das praças nas pequenas cidades, além de tratar sobre suas formas de apropriação e as relações estabelecidas entre os cidadãos e esses espaços públicos.

O autor Pedro Henrique Carnevalli Fernandes, no ano de 2012, realiza sua pesquisa de mestrado, no qual buscou demonstrar os processos e dinâmicas que sinalizaram para o crescimento da violência e da insegurança urbana em espaços não-metropolitanos, especialmente em pequenas cidades, adotando como recorte espacial a Mesorregião Norte Central do Paraná. No ano de 2017, o autor também estuda a temática da violência e da insegurança nas pequenas cidades em sua tese de doutorado. Nessa nova investigação o autor se propõe a compreender os processos e as explicações para a existência da violência e da insegurança objetiva em pequenas cidades e suas implicações no espaço urbano e no cotidiano da sociedade local.

Vilma Dominga Monfardini Figueiredo teve como objetivo avaliar municípios do estado do Rio Grande do Sul, tendo como questão fundamental a avaliação de seus papéis no contexto do desenvolvimento estadual, com ênfase nos aspectos relacionados à qualidade de vida. Kelton Gabriel realiza um estudo da reconstrução de pequenas localidades do Japão que foram destruídas por catástrofes naturais. O autor então trabalha com o conceito de “*furusato*”, que pode ser traduzido como “paisagem da terra natal”, tratando sobre a reconstrução destas cidades através de um processo que evoque a paisagem de *furusato* e preserve a memória e espírito do lugar no plano de reconstrução a partir de grandes catástrofes.

A autora Sandra Lician Sacramento Neves Jesus visou compreender os novos conteúdos e morfologias da periferia de pequenas cidades no contexto do processo de urbanização, além da promoção de lógicas novas de desigualdades e segregação, enfatizando a cidade Caetité, na Bahia Jonathan Julio Kegler, em sua dissertação, realiza um estudo do clima urbano na pequena cidade de Agudo-RS, no qual buscou verificar a influência do sítio urbano e do uso do solo urbano e seu entorno rural na definição do Sistema Termodinâmico do município em questão.

Carlos Eduardo Machado centra sua dissertação no tema das temporalidades, partindo de narrativas dos habitantes de Borá -SP. Buscou compreender as percepções, representações e usos que determinados atores sociais fazem do Tempo, e como estes constroem e conferem significados aos eventos, relações e situações.

Ramom Pereira Machado, se propôs a entender como a violência avançou sobre as pequenas cidades e, para tal, analisa o caso específico de Baixa Grande - BA, objetivando analisar a materialização do avanço da violência e sua espetacularização, e como tal fenômeno tem alterado a paisagem urbana das pequenas cidades.

Edson José Nascimento em sua dissertação analisa o material didático utilizado no ensino de Geografia nas escolas públicas e privadas do município de Ibiporã-PR. O autor também apresenta uma proposta para o Ensino Fundamental, apresentando possíveis conteúdos para se trabalhar com as pequenas cidades considerando o espaço de vivência dos educandos em aulas teóricas e práticas. Jomara Dantas Pessoa realiza uma investigação sobre a reprodução do comércio em pequenas cidades do Rio Grande do Norte, no qual estabelece uma análise da dinâmica socioespacial das redes associativistas de supermercados e sua importância na redefinição dos papéis urbanos dessas cidades.

Marcos Antonio Queiroz se propõe a analisar a questão do desenvolvimento local em municípios com diminutos centros urbanos na região Central do estado do Paraná, traçando o perfil geoeconômico do município de Nova Tebas para análise de seus aspectos econômicos, sociais e políticos de sua emancipação, para, posteriormente, estudar as políticas implementadas na região.

Em sua dissertação de mestrado, Paula Savegnago Rossato identificou e estudou o subsistema termodinâmico do sistema clima urbano de Nova Palma - RS. Assim, a autora procurou verificar a configuração de alguns elementos do clima, tais

como a temperatura, umidade relativa do ar e direção do vento em uma cidade em que o espaço urbano é reduzido.

Por fim, o autor Thiago César Frediani Sant'ana utiliza da cartografia como ferramenta para determinar as dinâmicas espaciais do município de Cambira, e assim propõe um Zoneamento Municipal, visando cartografar os processos que atuam na modificação espacial.

É possível perceber, a partir dos trabalhos apresentados, como as pesquisas sobre as pequenas cidades no Brasil são variadas e como cada uma destas possuem particularidades próprias, com diferentes objetos de pesquisa, sob diferentes formas de analisar os problemas investigados e cada qual metodologias diferenciadas.

Não existe, portanto, um método específico para se estudar as pequenas cidades, pois se tratam de diferentes realidades a serem abordadas. São realidades distintas, que precisam de um olhar geográfico também diferenciado, e decorre daí a importância de se estudar estas localidades.

O levantamento realizado permitiu compreender, essencialmente, o que se vem produzindo no âmbito acadêmico a respeito das pequenas cidades. Como se observou, apesar de somente muito recentemente tais temáticas aparecerem com maior força em teses e dissertações, as pequenas cidades vêm sendo abordadas sob diferentes perspectivas, métodos e temáticas.

Dentre as pesquisas aqui apresentadas, se percebe que as pequenas cidades são tratadas sob diferentes visões e abordagens. Elas são pensadas a partir de suas inserções e funções dentro das redes urbanas; a partir da produção de seus espaços, bem como suas modificações, particularidades e especificidades; pensadas a partir de suas dinâmicas e papéis; analisam-se sua relevância, importância econômica e como estas também se inserem no atual modelo de produção capitalista.

Enfim, as pequenas cidades são pensadas a partir de diferentes contextos geográficos, e tais investigações devem continuar ocorrendo para que se continue a avançar em seus debates e discussões. É *mister*, portanto, continuar as investigações sobre as pequenas cidades no meio acadêmico brasileiro, já que a realidade urbana do país não é homogênea, mas sim complexa e diversificada, e, nesse sentido, se faz necessário compreender com maior profundidade suas dinâmicas.

As pequenas cidades também desempenham substanciais papéis na rede urbana, cada qual com papéis e funções diferenciadas, com realidades únicas, e como tal as cidades pequenas não podem e não devem ser excluídas dessas análises. O

mesmo vale quando se trata de estudar o urbano no ensino de Geografia: é preciso que as pequenas cidades também se façam presentes no processo de ensino e aprendizagem, e é isso que a próxima subseção discutirá.

2.3 REFLEXÕES SOBRE AS PEQUENAS CIDADES NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Inicialmente, é fundamental ressaltar a relevância do ensino da Geografia, pois é essa disciplina que pode possibilitar ao educando uma leitura mais complexa do mundo, a indagar-se sobre ele, questioná-lo, explicá-lo. Sendo assim, a Educação Geográfica é um processo capaz de contribuir para a codificação e decodificação do mundo pelo aluno, ou seja, para que este construa uma interpretação da espacialidade das coisas enquanto consciência da possibilidade de intervenção no espaço (Nogueira; Carneiro, 2013).

Desse modo, pertencer a um espaço e nele ser cidadão implica que o indivíduo saiba pensar o espaço no qual ele vive suas experiências. Assim, o estudo das cidades pode vir a se mostrar de grande relevância para a compreensão da realidade dos educandos e para pensar também o espaço e suas relações, seja o espaço brasileiro, o espaço global ou também, integradamente o seu espaço, a sua realidade no qual o aluno vivencia no dia a dia: sua cidade, seu bairro, sua escola, entre outros.

Essa pesquisa parte do pressuposto de que a cidade pode ser educativa, de modo a desempenhar um papel fundamental na formação de uma consciência espacial e cidadã dos estudantes da Educação Básica. Pensar as cidades sob tal perspectiva reafirma a possibilidade de se trabalhar concretamente a cidade enquanto conteúdo geográfico, de forma a contribuir para a compreensão da espacialidade contemporânea. Além disso, estudar as cidades é também abordar o estudo dos conceitos basilares da ciência geográfica, como os de paisagem, lugar e território, reforçando uma aprendizagem significativa dos educandos (Cavalcanti, 2013).

De tal modo, estudar as cidades nas aulas de Geografia é pensá-la como um lugar de formação. É preciso, pois, “[...] fazer da cidade uma via de compreensão das práticas espaciais dos sujeitos e possibilitar a significação no processo de ensinar/aprender Geografia” (Carvalho Sobrinho, 2018, p. 444).

Porém, é importante ressaltar que apesar da Geografia Urbana estar presente nos currículos e planos de aula desta disciplina, o mesmo nem sempre ocorre com a

temática das pequenas cidades brasileiras. Ainda que exista uma grande diversidade de cidades no país, boa parte das vezes aborda-se apenas as metrópoles nacionais ou globais nas salas de aula, e as pequenas cidades, que em termos numéricos são a maioria no território brasileiro, não possuem um espaço nas discussões.

Se faz preciso destacar que o estudo destas grandes cidades também é significativo no ensino da Geografia escolar, e como tal, não deve ser ignorado pelos professores. Todavia, tão importante como abordar as grandes cidades enquanto conteúdo nas aulas, é também considerar as pequenas cidades no processo de ensino-aprendizagem, pois essas carregam suas especificidades, suas características, e também participam econômico, social e politicamente da rede urbana, além de ser um lugar de vivência, relações e afetividade para grande parte da população, como mencionado anteriormente.

Fresca (2001) afirmava que os livros didáticos escolares, em quase unanimidade, discutiam temáticas como a urbanização, a rede urbana e as cidades dando um foco especial às regiões metropolitanas e grandes cidades, atreladas às áreas de grande concentração industrial.

Segundo a autora, “Quando muito, discute-se cidades históricas, cidades ‘mortas’, cidades planejadas – como algumas capitais estaduais esquecendo-se, no entanto, de numerosas e até mais antigas cidades planejadas no Oeste Paulista e no Norte do Paraná” (Fresca, 2001, p. 27). Neste contexto cabe a indagação: por que, após mais de duas décadas após a constatação da pesquisadora a respeito da ausência das pequenas cidades no ensino escolar, estas ainda possuem pouco ou quase nenhum destaque nos materiais didáticos e no processo de ensino e aprendizagem?

Em relação aos livros didáticos, os autores Lima e Thomaz (2008, p. 9) afirmam que “Poucos são os livros de Geografia do Ensino Médio que disponibilizam atividades relacionadas ao estudo do município, como também é pequeno o número de livros que tratam especificamente desse assunto”. Como será debatido em uma próxima seção, os livros didáticos, de fato, pouco trazem sobre o estudo do local. Além disso, ausência de materiais didáticos para o trabalho com esta temática é um dos principais pontos a serem destacados, pois pouco se produz sobre estas realidades.

Evidencia-se, desse modo, a relevância dos conhecimentos dos professores e de suas estratégias didáticas para com essa situação. É essencial o papel do professor em estabelecer as devidas conexões entre estas escalas, de modo a

relacionar a escala local e a realidade dos alunos com os conteúdos a serem trabalhados.

Como se sabe, os livros didáticos são distribuídos em nível nacional, sendo impossível um livro abordar as especificidades dos mais de cinco mil municípios brasileiros. Porém, é indispensável que estes materiais, apesar de trabalharem com escalas geográficas mais amplas, que abordem também a importância do trabalho com a escala local, indicando algumas das possiblidades desta abordagem no livro didático. Certamente, o trabalho do professor é também fundamental para fazer as necessárias ligações entre os conteúdos e viabilizando este tipo de estudo.

Uma vez que os livros didáticos não abordam em maior profundidade as discussões referentes a estas diferentes realidades, cabe então ao docente, enquanto sujeito conhecedor delas e da escola em que atua, buscar meios que permitam fazer estas relações entre os conteúdos dos livros didáticos com o espaço próximo.

É preciso que se torne mais simples para o educando aproximar estas temáticas com seu cotidiano, e que consiga a construção de conhecimentos que os permitam ler e compreender o espaço a sua volta. Isso não apenas para os alunos que habitam nas pequenas cidades conhecerem geograficamente sua realidade, mas também para alunos de outras cidades entenderem o urbano na sua totalidade, e não apenas aquilo que os livros, currículos, mídia, entre outros, acabam privilegiando em suas análises.

É fundamental, pois, que as cidades não sejam pensadas somente como mais um conteúdo a ser transmitido pela Geografia, mas sim como um instrumento de consciência cidadã, de vivência e de ensino-aprendizagem (Carvalho Sobrinho, 2018). O estudo das cidades e de sua realidade pode potencializar no estudante o seu reconhecimento enquanto um sujeito consciente de seus direitos e deveres, ou seja, o aluno deve se reconhecer como um cidadão que participa e atua no espaço em que ele experencia cotidianamente. Vale ressaltar, entretanto, que o estudo das pequenas cidades não apenas é importante para os residentes locais, mas também desempenha um papel de grande relevância na educação geográfica de forma mais abrangente.

Não se trata de estudar as cidades enquanto conceitos prontos e acabados, sem explorar toda a riqueza de conteúdos e informações que podem nelas serem estudados, mas sim de modo a contribuir para este que é um dos objetivos primordiais da Geografia nas salas de aula: colaborar no desenvolvimento do pensamento espacial e do raciocínio geográfico por parte do educando.

A Geografia, enquanto disciplina presente nos currículos escolares, possui uma grande contribuição para o desenvolvimento deste raciocínio geográfico, ou seja: é capaz de permitir os sujeitos lerem e interpretarem o mundo e a realidade, de forma a construir uma consciência espacial e cidadã sobre e no espaço.

A Educação Geográfica é um processo capaz de contribuir para a codificação e decodificação do mundo pelo aluno, isto é, para que este construa uma interpretação da espacialidade e das coisas enquanto consciência da possibilidade de intervenção no espaço. Sendo assim, pertencer a um espaço e nele ser cidadão implica que o indivíduo saiba pensar o espaço no qual ele vive suas experiências, mas também para além dele (Nogueira; Carneiro, 2013).

Como observa Souza (2018), o aluno é sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem, sendo um ator e produtor do lugar, assim como ele também acumula experiências e vivências nestes espaços. Assim, considerar o ensino da cidade nas salas de aula é fundamental para que estes estudantes também se reconheçam como agentes ativos que transformam e que deixam suas marcas no espaço urbano. É neste caminho que se pode pensar no potencial do estudo da realidade das pequenas cidades, enquanto uma forma de pensa-las geograficamente.

Pykett (2015) argumenta que o espaço, as pessoas e suas práticas são componentes ativos na formação de experiências de cidadania nos centros urbanos. Logo, a realidade do aluno pode ter um peso determinante para este desenvolvimento do aluno enquanto cidadão que lê, compreende e transforma seu espaço.

> There are some lessons here about how teachers and pupils learn about citizenship every day. First, space actively constitutes school geographies: the geographical context of the school and its relation to local neighbourhood dynamics play an important part in constructing pupils' and teachers' sense of differentiated citizenship and their perspective on their own social power. Secondly, pupils learn from each other in informal ways and understand themselves in relation to 'others'. Teachers' own backgrounds, their ethics, politics and subjectivities also constitute how and what notion of citizenship is taught, through their interpretation of the curriculum and by the way in which they relate to pupils and respond to discussions (Pykett, 2015, p. 819)[6].

6 "Há algumas lições aqui sobre como os professores e alunos aprendem sobre a cidadania diariamente. Em primeiro lugar, o espaço constitui ativamente as geografias escolares: o contexto geográfico da escola e sua relação com a dinâmica da vizinhança local desempenham um papel importante na construção do senso de cidadania diferenciada de alunos e professores e sua perspectiva sobre seu próprio poder social. Em segundo lugar, os alunos aprendem uns com os outros de maneiras informais e se entendem em relação aos "outros". A própria formação dos professores, sua ética, política e subjetividades também constituem como e o que a noção de cidadania é ensinada,

Como se percebe na visão da autora, o espaço geográfico e suas relações com o local, as relações dos educandos com outros indivíduos e ainda as concepções do docente impactam nessa formação cidadã. Logo, pensar a pequena cidade enquanto um local de formação para uma educação cidadã, é fundamental para que os alunos se entendam como sujeitos que fazem parte desse espaço e que sua cidade faça sentido para ele, para além de um local em que ele simplesmente habita; mas o local que ele estabelece relações diariamente consigo, com os outros e com seu espaço.

Como corroboram nesta visão Callai e Moraes (2017), a escola por si só não "cria" a cidadania, mas, a partir do seu instrumental e do seu papel na vida dos estudantes, pode contribuir para tal, e seria este um dos principais objetivos das escolas. Como prosseguem as autoras: "[...] isso ocorre se existir a provocação do pensamento autônomo, que aliás só é construído no contato e confronto com o outro que pode ser o outro sujeito e pode ser também a ideia que está sendo proposta ou as informações que são transmitidas" (Callai; Moraes, 2017, p. 87).

Estudar as cidades é uma forma do aluno poder conhecer de forma crítica - por meio de um olhar geográfico - a própria realidade no qual está inserido. Contudo, tal estudo precisa ser realizado de forma integrada, sempre fazendo a devida relação entre as diferentes escalas geográficas de análise, de forma que não se estude o local apenas pelo local em si, mas em suas interações com a rede urbana como um todo.

No entanto, nem sempre a escala local é abordada nas salas de aula, que, como mencionado anteriormente, em muitos casos não existem materiais didáticos presentes na realidade escolar que falem sobre as cidades que os educandos habitam, ou mesmo a dificuldade que os professores possuem em trabalhar com os aspectos do local, já que quase nada se falava desta escala em suas formações enquanto docentes.

Não é uma tarefa simples para o docente realizar essas conexões, pois a construção destes conhecimentos envolve interligar os conhecimentos referentes à realidade do educando e os conhecimentos científicos, ou neste caso em específico, um saber geográfico. É uma atividade complexa, e isso certamente passa por (re)pensar a formação do professor de Geografia. Uma formação sólida do docente é

---

por meio de sua interpretação do currículo e pela forma como se relacionam com os alunos e respondem às discussões" (Tradução nossa).

necessária, e envolve sua autonomia frente a estabelecer os vínculos entre estes diferentes saberes.

Sendo assim, para que isso aconteça nas salas de aula é preciso, como bem relembra Siqueira (2014, p. 349), uma compreensão da ciência geográfica e de seus principais conceitos e conteúdos, "[...] pelo fato de que só se consegue ensinar aquilo que se compreende". Considerar a formação dos docentes que atuam com o trabalho desta disciplina, pensando em uma formação que possibilite a compreensão destes conteúdos e as formas de ensiná-los é então fundamental.

Como corroboram Rauber e Tonini (2014, p. 13), "[...] ao contextualizar e problematizar os conteúdos, os alunos passam a significar-se e ampliam as possibilidades de aprendizagem [...].". Não se trata, pois, de um processo mecânico de aprendizagem, baseado apenas em exercícios, cópias de textos ou da memorização de determinados conteúdos.

Trata-se da aprendizagem de modo que a temática trabalhada tenha significado para o aluno, que ele consiga se apropriar daquele conhecimento, não apenas para uma prova que realizará para a obtenção da sua nota, mas que este conhecimento seja utilizado de forma crítica também fora das paredes da sala de aula. Afinal, trata-se do objetivo de formar um sujeito cidadão, consciente de seu papel na transformação do espaço.

> Muito se fala que partir da realidade mais próxima é mais conveniente para a aprendizagem, porém muitas vezes força-se uma relação de fora, o que torna tudo muito superficial e até cheio de equívocos. O aluno é um ser histórico que traz consigo e em si uma história, e um conhecimento adquirido na sua própria vivência. O desafio é fazer a partir daí a ampliação e o aprofundamento do conhecimento do seu espaço, do lugar em que vive, relacionando-o com outros espaços mais distantes e até diferentes (Callai, 2001, p. 136).

Como exposto pela autora na citação anterior, fazer o estudo desta realidade é um desafio, pois não se trata de estudar o local com base no senso comum, mas sim aproveitar deste olhar empírico que os educandos levam para dentro da escola para se chegar a um conhecimento mais elaborado, geográfico diríamos, no caso específico da Geografia escolar.

Estudar o espaço local não deve se ter como pauta um enfoque convencional que priorize apenas o levantamento de dados e informações sobre a realidade a ser estudada. É necessário ir além, priorizando o objetivo de formação de conceito,

exigindo, antes de tudo, que os alunos possam aprender a analisar sua realidade local em relação a contextos mais globais (Cavalcanti, 2011).

Acrescenta-se ainda que estudo das cidades deve passar pelas diferentes escalas. Apesar de aqui enfatizar-se o caso do estudo do local, principalmente da realidade das pequenas cidades, seria errôneo priorizar a escala local em detrimento da escala global, por exemplo, ou vice-versa. Os alunos devem estar preparados para analisar as cidades em suas diferentes escalas e dimensões. É preciso compreender a pequena cidade em suas especificidades e também no conjunto maior de uma rede urbana e de um território ou região no qual está inserida.

Quando o pesquisador realiza uma investigação na Geografia Urbana, por exemplo, seu objetivo maior é a ampliação do conhecimento naquela área a qual investiga. Quando este conhecimento adentra na escola, esse conhecimento é então colocado a serviço da educação global do educando. Sendo assim, o conhecimento escolar não deve ser um simples resumo do conhecimento científico, mas é um saber reelaborado, transformado para atender fins educacionais.

Pensando neste caso do estudo do urbano, é preciso debater o ensino da cidade de modo que o discente possa compreender, por meio do exercício do raciocínio geográfico, o lugar em que vive e em que estabelece as relações do cotidiano. Portanto, utilizando-se dos referenciais teóricos e metodológicos da Geografia, mediada pelo trabalho docente, é preciso pensar em uma educação geográfica e voltada para a formação cidadã, e o estudo da cidade - e aqui enfatizamos as pequenas cidades - pode ser um instrumento para tal.

A Geografia enquanto disciplina pode proporcionar uma leitura mais complexa e crítica do mundo, não apenas estudando seus elementos naturais e humanos, mas estimulando os educandos a questionar, analisar e intervir no espaço que os cerca. Tal forma de pensar o ensino de Geografia deve ir além da mera transmissão de conhecimentos, mas sim buscar desenvolver o pensamento espacial e cidadão dos educandos. A ênfase aqui voltada para as pequenas cidades, é enfatizada enquanto um meio para que os alunos construam uma interpretação mais profunda sobre o espaço geográfico em sua totalidade, que, enquanto conteúdo nas aulas de Geografia, pode ser um instrumento para o desenvolvimento da consciência cidadã dos estudantes.

Em suma, é necessário pensar nas pequenas cidades enquanto conteúdo no ensino de Geografia. Essa disciplina não deve ser apenas um conjunto de conceitos

prontos e acabados, mas sim um instrumento que contribua para o desenvolvimento do pensamento espacial e do raciocínio geográfico dos alunos, e as cidades, enquanto conteúdo, podem ser educadoras.

O estudo das pequenas cidades, quando realizado de forma integrada, considerando as diversas escalas geográficas, não apenas contribui para a formação cidadã, mas também permite que os alunos compreendam criticamente o espaço em que vivem e que estabeleçam as devidas conexões para com outros espaços e escalas de análise. A necessidade de uma formação sólida para os professores, a inclusão da escala local nos materiais didáticos e o fortalecimento de uma Geografia voltada para a promoção do raciocínio geográfico são elementos essenciais para alcançar um ensino de Geografia que possa cumprir com tais objetivos.

Desse modo, defender a presença dos estudos das pequenas cidades enquanto um componente curricular que auxilie o educando no seu processo de ensino e aprendizagem é essencial e se faz cada vez mais necessário. Incorporar as discussões das pequenas cidades e da realidade local nas salas de aula é preciso como aqui se defendeu, uma vez que todos os alunos convivem com suas cidades ou com a área rural do seu município, e os materiais didáticos e os currículos escolares nem sempre trazem estas realidades. Se torna fundamental o docente considerar estas discussões, tanto em um nível teórico como num nível prático, para suas aulas.

No entanto, não se trata apenas do estudo das pequenas cidades para que os estudantes compreendam a sua realidade local. Em outras palavras, o estudo destas localidades não deve ser um instrumento de compreensão apenas dos moradores destes espaços, mas deve permitir que alunos, das diferentes realidades urbanas, compreendam a relevância e os papéis que estas cidades assumem na rede urbana, e que assim se tenha também um estudo das pequenas cidades enquanto objeto de debates nas salas de aula.

3. O PAPEL DAS PEQUENAS CIDADES E DA REALIDADE LOCAL NOS CURRÍCULOS ESCOLARES

Se o intuito aqui é verificar e analisar o que se produz sobre as pequenas cidades no ensino de Geografia, é preciso entender como elas aparecem nos currículos e planejamentos escolares. Estes são documentos e materiais de grande relevância quando se trata sobre “o que ensinar”, e como tal, precisam de um olhar crítico sobre os mesmos.

Sabe-se, pois, que os documentos que irão nortear a educação, bem como os currículos escolares, indicam a relevância do estudo do espaço local e das vivências dos discentes dentro da sala de aula. Entretanto, como isso é colocado nestes documentos? O que dizem documentos como as Diretrizes Curriculares do Paraná, a Base Nacional Comum Curricular e os diversos livros didáticos sobre as pequenas cidades? Há espaço para uma discussão sobre a realidade local dos alunos e de outras realidades? Estes são alguns dos questionamentos que a presente seção buscará responder.

As propostas curriculares ou documentos de referência, como destaca Guimarães (2018), apresentam uma seleção do que deve ser ensinado e do que é importante o aluno aprender em uma determinada área do conhecimento. Todo currículo é uma seleção cultural. O currículo é, pois, uma seleção de conteúdos considerados válidos, e não todo o conhecimento válido. Dessa forma, estes são os documentos que estabelecem a direção para a ação de ensinar e aprender nas diferentes disciplinas escolares. Sendo assim, como todo e qualquer documento curricular de referência, é preciso se atentar para algumas questões quando se trata de analisá-los.

A existência desses documentos, contudo, não deve eliminar a possibilidade de o docente questionar a realidade, levantar outras temáticas relevantes para o estudo e, ainda, estabelecer diretrizes para o processo pedagógico. Trata-se de algo desejável e fundamental para o trabalho do professor em sala de aula, e alguns questionamentos para tanto são fundamentais: “Pensando no contexto de vida, nas experiências e na região em que os alunos habitam, quais são os conteúdos geográficos de maior importância a serem trabalhados? Por que esses conteúdos são importantes?” (Guimarães, 2018, p. 1038).

Ao tratar sobre as pequenas cidades em suas aulas, deste modo, o professor deve ter claro que esses documentos norteadores não devem ser limitantes em sua prática, ou seja, se não mencionarem o estudo da realidade urbana, é preciso que o docente se proponha a ir além, a pensar no contexto de sua escola e definir o que é essencial para o aprendizado do educando.

Cabe aqui destacar a posição de Young (2007; 2011), que afirma que a escola deve se responsabilizar em transmitir o conhecimento especializado, e que são as escolas que podem capacitar os jovens a adquirir um conhecimento que, para a maioria deles, não poderia ser adquirido em casa ou em sua comunidade. Nesse contexto, Young ressalta a relevância da escola enquanto uma instituição central na formação dos indivíduos, que desempenha um papel fundamental na ampliação na oferta de conhecimentos que vão além das experiências cotidianas dos educandos.

Como ainda afirma o autor, “Os estudantes não vão à escola para aprender o que já sabem” (Young, 2011, p. 614)”. Logo, ao se pensar os currículos, e também as práticas em sala de aula, é preciso ir além do simples conhecimento empírico. Estes são, certamente, de grande relevância para o ensino e o aprendizado, mas o que se espera da escola é que o aluno consiga pensar a sua realidade para além do olhar cotidiano. Ao utilizar a cidade de Londres como exemplo, o autor destaca:

> É importante que os alunos não confundam a Londres de que fala o professor de geografia com a Londres onde vivem. Até certo ponto, é a mesma cidade, mas o relacionamento do aluno com ela, nos dois casos, não é o mesmo. A Londres onde vivem é um ‘lugar de experiência’. Londres como exemplo de uma cidade é um ‘objeto de pensamento’ ou um ‘conceito’. Se os alunos não conseguirem captar a diferença entre pensar em Londres como um exemplo do conceito dos geógrafos de uma cidade e sua experiência de viver em Londres, eles terão problemas para aprender geografia e, por analogia, qualquer disciplina escolar que busque levá-los para além de sua experiência (Young, 2011, p. 615).

O exemplo de Young é fundamental para pensar também o caso das pequenas cidades nos currículos e de seu estudo em sala de aula. A cidade vivenciada pelo aluno não é a cidade que ele irá estudar por meio de um olhar geográfico. Em outras palavras, a pequena cidade vivida pelo aluno cotidianamente não é a pequena cidade pensada pelo geógrafo. Nas aulas de geografia a pequena cidade é, nesse contexto, um objeto do pensamento. Todavia, esta cidade, a sua cidade, pode ser o ponto de partida para esta análise geográfica. Contudo, tal temática é contemplada nestes

documentos? O que estes trazem sobre o estudo da escala local para as aulas de Geografia?

3.1 A BNCC E OS PRESSUPOSTOS PARA O ESTUDO DAS PEQUENAS CIDADES

A BNCC refere-se a um documento produzido pelo Ministério da Educação (MEC), de caráter normativo e que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica. O documento foi homologado em 20 de dezembro de 2017, e se trata de um novo parâmetro que orienta a organização dos currículos das etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio de todo o Brasil.

A elaboração da BNCC era prevista pela legislação brasileira e segundo o MEC, refere-se a um esforço de construção de um conjunto de habilidades, competências e conhecimentos essenciais a que todos os estudantes devem ter acesso durante suas vidas escolares. De acordo com a BNCC, o documento "[...] está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva [...]" (Brasil, 2017, p. 7).

Como corroboram Pinheiro e Lopes (2021), a BNCC é um documento significativo para a educação brasileira e que, à margem das críticas que a ela podem e, efetivamente, devem ser realizadas acerca de todo e qualquer documento, pretende guiar os sistemas educacionais na construção de suas propostas curriculares, assim como também irá influenciar a construção dos currículos de formação de professores.

A BNCC e os currículos, portanto, têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica. De acordo com o documento:

> Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez **competências gerais**, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Na BNCC, **competência** é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno

> exercício da cidadania e do mundo do trabalho (Brasil, 2017, p. 8, grifos do documento).

Na BNCC, há uma ênfase na noção de competências, no qual se percebe uma valorização dos conceitos de “habilidades e competências”, características do mundo do trabalho. A respeito dessa questão, Pinheiro e Lopes (2021) destacam:

> [...] é possível afirmar que a Base também reflete, de modo geral, princípios neoliberais para a educação no século XXI. Esses princípios estão voltados, como já foi visto, à preparação dos alunos para o mercado de trabalho a partir do desenvolvimento de algumas habilidades e competências específicas descritas em documentos formulados por organizações internacionais como FMI e UNESCO, por exemplo. Características essas que foram identificadas dentro da BNCC por meio de palavras e expressões como: solidariedade, ética, resiliência, consciência ambiental, senso crítico, autonomia e justiça (Pinheiro; Lopes, 2021, p. 20-21).

Torna-se evidente que a BNCC, por meio de alguns termos e conceitos, muito se aproxima das atuais tendências neoliberais no mundo da educação. O neoliberalismo[7] se refere a um projeto de classe que se fortaleceu na crise do capitalismo na década de 1970, e que desde então busca fortalecer o poder da classe dominante com um discurso sobre liberdade individual, autonomia, livre-comércio e concorrência (Cardozo *et al*, 2017). Nesse contexto, situações como a desregulação, a privatização e a minimização da ação do Estado em diversas áreas de cunho social são frequentes, e na educação não é diferente.

Neste sentido, para cada uma das grandes áreas contidas no documento, são colocadas as competências especificas das áreas, os componentes curriculares, as competências específicas de cada componente de conhecimento e as habilidades que os estudantes deverão desenvolver ao longo de sua vida escolar:

> Para garantir o desenvolvimento das competências específicas, cada componente curricular apresenta um conjunto de habilidades. Essas habilidades estão relacionadas a diferentes objetos de conhecimento

[7] O termo “neoliberalismo” surgiu entre as décadas de 1930 e 1940, num contexto de recessão, iniciada com a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Reapareceu como programa de governo em meados da década de 1970, na Inglaterra, e no início dos anos de 1980, nos Estados Unidos. Seu surgimento ocorreu devido à crise do modelo econômico keynesiano de Estado de bem-estar social ou Estado de serviços. Desde então, as ideias propostas do neoliberalismo de mercado passaram a influenciar a política econômica mundial, em razão, principalmente, de sua adoção e imposição pelos organismos financeiros internacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2007).

> – aqui entendidos como conteúdos, conceitos e processos –, que, por sua vez, são organizados em unidades temáticas (BRASIL, 2018, p. 28).

A noção de desenvolvimento de competências e habilidades, contudo, não é um termo novo colocado pela BNCC. Aliás, a própria noção de uma Base Comum era prevista para a educação desde a década de 1980. A própria Constituição Federal de 1988, no Artigo 210, reconhecia a necessidade de que sejam "[...] fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais" (Brasil, 1988, grifos nossos).

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, em seu Artigo 26, também já mencionava uma base nacional comum que determina que os currículos do Ensino Fundamental e do Ensino médio "[...] devem ter uma **base nacional comum**, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos" (Brasil, 1996, grifos nossos).

Ainda, a proposta de criação da BNCC também estava contemplada na meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE)[8], aprovado no ano de 2014. O PNE teve sua aprovação pela Lei nº 13.005, e determina as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional do país, e portanto, todos os estados e municípios brasileiros devem elaborar seus planejamentos específicos para fundamentar o alcance dos objetivos previstos. O mesmo tem sua validade por um período de 10 anos (2014 – 2024). Em sua estratégia 7.1, especificamente, o PNE traz que se faz necessário:

> Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a **base nacional comum dos currículos**, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local (PNE, 2014, grifos nossos).

Todavia, como relembra Guimarães (2018), o período de construção da BNCC não saiu ileso de conflitos e eventos políticos complexos da história do Brasil. Como exemplifica a autora, nesse período, o país teve três diferentes ministros da Educação,

[8]Documento disponível em <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>.

além do fato de que no ano de 2015 a política brasileira vivencia um processo de *impeachment* do Presidente da República, e ocorre uma mudança significativa das orientações políticas e do curso das ações do governo. Tal fato também ressoou significativamente no MEC e na mudança da equipe que liderava a pasta.

> As decisões em relação à construção em andamento da BNCC surpreenderam, pois os novos dirigentes desconsideraram o que havia sido feito até então. Contratou-se outra equipe para construir uma nova proposta. Foi nesse contexto em que a terceira versão do documento foi encaminhada para o Conselho Nacional de Educação, aprovada e homologada pelo MEC, em dezembro de 2017. O MEC optou pela publicação de dois documentos separados, um para a educação infantil e o ensino fundamental, outro para o ensino médio (Guimarães, 2018, p. 1040).

Tal documento, foi, portanto, gestado em um período político conturbado, no qual interesses divergentes acompanharam a criação da Base, e diferentes indagações por conta de docentes e pesquisadores também surgiram a respeito da mesma. Há fortes questionamentos sobre a pouca eficiência na implementação de políticas públicas centralizadoras e sobre as repercussões que estas podem ter, de fato, na melhoria da qualidade da Educação Básica brasileira (Guimarães, 2018).

Como se observa, a BNCC é uma política pública amparada em determinação legal e legítima, cujo desenvolvimento de uma base comum para parte dos currículos das escolas brasileiras já era discutido há algumas décadas. Seu objetivo, em suma, é estabelecer um conjunto de conhecimentos e aprendizagens essenciais a todos os alunos, além do desenvolvimento de competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento do educando.

Neste sentido, ao selecionar conteúdos e definir os objetivos que se deseja alcançar, a BNCC adquire posição central no desenvolvimento curricular do país, incluindo também a prática docente mais imediata do professor na sala de aula, assim como influenciará o processo de formação dos professores. Ainda que esteja sujeita a adequações e contextualizações em cada rede de ensino e em cada escola, é fundamental analisar, contextualizar e compreender o documento que irá impactar diretamente na realidade escolar brasileira (Pinheiro; Lopes, 2021).

Cabe aqui destacar alguns outros questionamentos fundamentais no que concerne à presente investigação: o que diz a BNCC a respeito da Geografia nas salas de aula? Qual o papel da referida disciplina segundo o documento? Como esta

aborda a questão do estudo das pequenas cidades? Há, de algum modo, a tentativa de articular as diferentes escalas de análise geográficas em seu texto?

Na BNCC a Geografia encontra-se situada na grande área das Ciências Humanas, e traz uma seção para discuti-la nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e outra que a discute nos Anos Finais da mesma etapa, abordando suas competências específicas, as unidades temáticas, objetos de conhecimento e as habilidades.

Em relação à etapa do Ensino Médio, as menções à disciplina encontram-se diluídas na seção da "Área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas". Não há, nesse sentido, uma seção dedicada exclusivamente à Geografia, como acontece nas demais etapas.

Isso ocorre porque nessa etapa do ensino os únicos componentes curriculares obrigatórios determinados pelas novas legislações educacionais - Lei nº 13.415/2017[9] - são o de Língua Portuguesa e o de Matemática e, desse modo, são estas disciplinas que são contempladas em uma seção específica. As demais disciplinas escolares encontram-se agrupadas nas grandes áreas[10].

De início, a BNCC destaca que estudar Geografia é uma oportunidade para compreensão do mundo em que se vive, já que esse componente curricular (o documento não utiliza do termo "disciplina") aborda as ações humanas construídas nas distintas sociedades e das diversas regiões do planeta.

> Ao mesmo tempo, a educação geográfica contribui para a formação do conceito de identidade, expresso de diferentes formas: na compreensão perceptiva da paisagem, que ganha significado à medida que, ao observá-la, nota-se a vivência dos indivíduos e da coletividade; nas relações com os lugares vividos; nos costumes que resgatam a nossa memória social; na identidade cultural; e na consciência de que somos sujeitos da história, distintos uns dos outros e, por isso, convictos das nossas diferenças (Brasil, 2017, p.359).

Fica claro, portanto, a ênfase da BNCC em relacionar a educação geográfica à formação da identidade do educando, bem como valorizar suas vivências (individuais e coletivas) e suas memórias para o ato de aprender Geografia. Destaca, ainda, que

---

[9] A Lei nº 13.415, ou também conhecida como "Reforma do Ensino Médio", foi aprovada em 16 de fevereiro de 2017, e refere-se a um conjunto de modificações na estrutura da etapa do Ensino Médio, principalmente no que se refere à organização curricular do mesmo em escolas de todo o Brasil.

10 São as grandes áreas do conhecimento colocadas pela BNCC: 1) Linguagens e suas Tecnologias; 2) Matemática e suas Tecnologias; 3) Ciências da Natureza e suas Tecnologias e, 4) Ciências Humanas e suas Tecnologias.

para se fazer a leitura do mundo em que vivem, os alunos precisam ser estimulados a pensar espacialmente, de modo a desenvolver o raciocínio geográfico.

É forte no documento a noção de um raciocínio geográfico, que como a própria base destaca, é uma concepção que vem ganhando força em propostas curriculares de outros países, reverberando uma ideia que tem se fortalecido nos últimos anos no que se refere ao ensino de Geografia, que destaca a importância do educando se apropriar de um modo específico compreender o mundo espacialmente.

Para fazer a leitura do mundo em que vivem com base nos conhecimentos da Geografia, os alunos precisam ser estimulados a pensar espacialmente, desenvolvendo este "raciocínio geográfico", que, de acordo com o documento:

> Essa é a grande contribuição da Geografia aos alunos da Educação Básica: **desenvolver o pensamento espacial**, **estimulando o raciocínio geográfico** para representar e interpretar o mundo em permanente transformação e relacionando componentes da sociedade e da natureza. Para tanto, é necessário assegurar a apropriação de conceitos para o domínio do conhecimento fatual (com destaque para os acontecimentos que podem ser observados e localizados no tempo e no espaço) e para o exercício da cidadania (Brasil, 2017, p. 360, grifos nossos).

Logo, o objetivo da Geografia enquanto componente curricular da Educação Básica, seria o desenvolvimento do pensamento espacial por parte do aluno, de modo a estimular o raciocínio geográfico, para que o jovem possa então interpretar e representar o mundo em que vive. Destaca-se também a relevância da apropriação de conceitos relativos ao tempo e o espaço, bem como o exercício da cidadania. Sendo assim, não se trata apenas de ensinar os conceitos da Geografia, mas, por meio deles, desenvolver o raciocínio geográfico.

Cabe destacar que apesar da BNCC citar que ela está organizada com base nos principais conceitos geográficos - sendo eles para o documento os conceitos de território, lugar, região, natureza e paisagem - não há, no entanto, uma explicação sobre os mesmos, não existindo nenhuma definição ou referencial teórico que aborde os mesmos em seu texto.

De tal modo, os conceitos considerados mais significativos para a Base são elencados, mas não são explicitados ao longo do texto. Assim, não há nenhuma explicação sobre a relação destes conceitos ou um aprofundamento teórico a respeito. Outros conceitos apontados no texto do documento também não são devidamente

discutidos, como os de identidade (presentes na página 359) e o de tempo (presente na página 361). Como afirma Guimarães (2018), a proposta é marcada pelo empobrecimento teórico, pela nomeação dos conceitos sem o debate e a necessária referência dos mesmos.

Logo adiante, o documento destaca a importância de se utilizar dos conceitos geográficos para superar uma aprendizagem baseada apenas no senso comum:

> Para isso, é preciso **superar a aprendizagem com base apenas na descrição de informações e fatos do dia a dia**, cujo significado restringe-se apenas ao contexto imediato da vida dos sujeitos. A ultrapassagem dessa condição meramente descritiva exige o **domínio de conceitos e generalizações**. Estes permitem novas formas de ver o mundo e de compreender, de maneira ampla e crítica, as múltiplas relações que conformam a realidade, de acordo com o aprendizado do conhecimento da ciência geográfica (Brasil, 2017, p. 361, grifos nossos).

É interessante notar o esforço da BNCC em destacar que os conhecimentos cotidianos dos alunos devem ser considerados em sala de aula, mas que se deve ir além, aproximando-se das ideias aqui já discutidas de Young (2007; 2011). Como discutido na seção anterior, é fundamental considerar aquilo que o jovem já sabe, mas o olhar geográfico em sala de aula é que irá permitir ultrapassar esse conhecimento empírico para um saber mais elaborado. De acordo com a BNCC, é por meio do domínio dos conceitos e generalizações que se pode chegar ao saber geográfico no qual se deseja.

Para responder a esse desafio, o componente curricular Geografia na BNCC foi dividido em cinco unidades temáticas comuns ao longo da etapa Ensino Fundamental. Cada unidade temática, de acordo com a BNCC, “[...] contempla uma gama maior ou menor de objetos de conhecimento, assim como cada objeto de conhecimento se relaciona a um número variável de habilidades” (Brasil, 2017, p. 29).

Na unidade temática **O sujeito e seu lugar no mundo** focalizam-se as noções de pertencimento e identidade do jovem, valorizando a sua individualidade e, ao mesmo tempo, situando-o como um cidadão ativo, democrático e solidário; em **Conexões e escalas** a atenção está na articulação de diferentes espaços e escalas de análise, possibilitando que os alunos compreendam as relações existentes entre fatos nos níveis local e global.

Destaca-se que tais unidades aproximam-se dos objetivos que aqui são discutidos, pois abordar as pequenas cidades em sala de aula é, antes de mais nada,

fazer um trabalho para com as diferentes escalas e conexões existentes na rede urbana brasileira.

Na unidade **Mundo do trabalho** abordam-se os processos e as técnicas construtivas e o uso de diferentes materiais produzidos pelas sociedades em diversos tempos; em **Formas de representação e pensamento espacial** além da ampliação gradativa da concepção do que é um mapa e de outras formas de representação gráfica, são reunidas aprendizagens que envolvem o raciocínio geográfico; e por fim em **Natureza, ambientes e qualidade de vida** busca-se a unidade da Geografia, articulando Geografia Física e Geografia Humana, com destaque para a discussão dos processos físico-naturais do planeta Terra.

O documento afirma ainda que em todas essas unidades se deve destacar os aspectos relacionados ao exercício da cidadania e à aplicação de conhecimentos da Geografia diante de situações e problemas da vida cotidiana. É relevante, pois, que a Geografia não seja uma disciplina que traga apenas um rol de conteúdos a serem estudados. É preciso pensar além, para uma Geografia fora dos muros da escola, ou seja, que o aluno possa pensar em meios de intervenção da sua realidade, enquanto um produtor e transformador do espaço geográfico: enquanto cidadão.

Torna-se relevante partir desses conhecimentos do dia a dia do aluno para se alcançar a estes objetivos em sala de aula. Contudo, muitas vezes esta realidade local não é valorizada em sala de aula, no qual alunos (e poderia se afirmar até mesmo professores) desconhecem aspectos de sua cidade ou do município, em suas diferentes escalas de análise. Tão relevante quanto o estudo da realidade local é a abordagem do contexto das pequenas cidades nos currículos, não apenas para estes alunos que habitam nessas cidades, mas como alunos de outras realidades que desconhecem a rede urbana mais próxima no qual estão inseridos.

Como se sabe, não há menção explícita a esta questão na BNCC, pois esta não traz os conteúdos específicos a serem trabalhados em cada série da Educação Básica, apenas os objetos de conhecimento e as habilidades a serem desenvolvidas, que irão nortear os docentes para construção de seus currículos. Contudo, a Base destaca alguns dos objetivos mais gerais para cada série, e aqui destacamos aqueles referentes aos Anos Finais do Ensino Fundamental.

No **6º ano** se propõe a retomada da identidade sociocultural, do reconhecimento dos lugares de vivência e da necessidade do estudo sobre os diferentes e desiguais usos do espaço. Ainda, aborda-se o desenvolvimento de

conceitos estruturantes do meio físico natural, como as relações entre os fenômenos no decorrer dos tempos da natureza e as profundas alterações ocorridas no tempo social.

Já no **7º ano**, os objetos de conhecimento abordados partem da formação territorial do Brasil, bem como sua dinâmica sociocultural, econômica e política. Assim, a Base espera que os alunos compreendam e relacionem as possíveis conexões existentes entre os componentes físico-naturais e as múltiplas escalas de análise envolvidas.

Nos últimos dois anos desta etapa da Educação básica, o estudo da Geografia se concentra no espaço mundial, no qual o estudo dos países de diferentes continentes é tematizado nas dimensões da política, da cultura e da economia. No **8º ano** realiza-se uma análise mais profunda dos conceitos de território e região, por meio dos estudos da América e da África. Destaca-se também a relevância do estudo da América do Norte, com ênfase no papel dos Estados Unidos na economia do pós-guerra e em sua participação na geopolítica mundial na contemporaneidade.

Explora-se no **9º ano** a constituição da nova (des)ordem mundial e a emergência da globalização/mundialização e suas consequências. Em razão do estudo do papel da Europa na dinâmica econômica e política, se aborda uma visão de mundo do ponto de vista do Ocidente, assim como outros pontos de vista, como dos países asiáticos na sua relação com o Ocidente.

A respeito dessa etapa da educação, a BNCC concluí que se espera que a Geografia possa contribuir para o delineamento do projeto de vida dos jovens alunos, “[...] de modo que eles compreendam a produção social do espaço e a transformação do espaço em território usado” (Brasil, 2017, p. 383).

Logo, não cabe à BNCC estabelecer que o estudo das pequenas cidades seja contemplado nos currículos escolares, pois como se percebe, este documento não determina quais são os conteúdos específicos a serem abordados. No entanto, cabe destacar que a Base traz em seu corpo os objetos de conhecimento de cada série, que muito se aproximam dos conteúdos a serem trabalhados ao longo dessa etapa da educação. Nestes também não há menção específica quanto ao estudo das pequenas cidades.

Deste modo, de acordo com o que aqui foi exposto sobre a Base, é evidente que tal documento destaca a relevância do estudo entre as diferentes escalas de análise, no qual também se deve explorar o espaço de vivência dos alunos para

alcançar o desenvolvimento do raciocínio geográfico. Há, nesse contexto, as possibilidades de inserir o estudo da diversidade e complexidade da rede urbana brasileira, e assim chamar atenção ao estudo das pequenas cidades.

Apesar das fragilidades que o documento apresenta ao expor suas concepções acerca da Geografia, e considerando seu caráter normativo para as escolas elaborarem seus currículos com suas especificidades locais ou regionais, é importante que o docente reflita sobre a noção de “raciocínio geográfico”, e que incorpore esta concepção em suas práticas. Nesse mesmo viés, é preciso que o professor considere a pequena cidade enquanto parte da realidade urbana em seus planejamentos, e como tal, que a cidade pode ser educativa e contribuir para a formação de um sujeito crítico e participativo na sociedade.

3.2 O REFERENCIAL CURRICULAR DO ESTADO DO PARANÁ E A GEOGRAFIA

Após entender como a BNCC implicará nos currículos das escolas, enquanto documento que define o conjunto de aprendizagens que os jovens deverão desenvolver ao longo da Educação Básica em todo território nacional, é preciso entender também as especificidades do currículo paranaense. Como a pesquisa em questão contempla duas pequenas cidades do estado do Paraná, é preciso então compreender o que diz suas normativas para a educação.

Aqui foram analisados dois principais documentos para melhor entender como o estado do Paraná organiza a questão curricular da Educação Básica: o Referencial Curricular do Paraná (RCP), que teve origem no ano de 2018; e o Currículo da Rede Estadual Paranaense (Crep), que teve sua primeira versão preliminar em 2019.

O RCP é a referência para a reorganização dos currículos no estado do Paraná, pois acrescenta às definições da BNCC o contexto paranaense e destaca os princípios, direitos e orientações para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental no estado. Já o CREP é um documento que complementa o RPC, trazendo os conteúdos para cada componente curricular, e em cada ano do Ensino Fundamental.

Após a homologação da BNCC pelo MEC, se tornando documento obrigatório nos currículos brasileiros, o Paraná iniciou a elaboração da versão preliminar de um documento orientador de seus currículos, o qual foi chamado de "Referencial

Curricular do Paraná: Princípios, direitos e orientações". Sua versão preliminar foi elaborada por uma equipe de redatores indicados pelo Comitê Executivo e pela Assessoria Técnica para cada etapa e componente curricular, que contou com a representação dos municípios e do Estado.

De acordo com o RCP, foram 75.366 contribuições de municípios de todo estado para elaboração do documento. Ainda segundo o documento:

> A proposta no Estado do Paraná foi a construção, em regime de colaboração entre estado e municípios, de um referencial curricular único, cujo objetivo é estabelecer direitos de aprendizagens a todos os estudantes do estado em uma perspectiva de equidade, ou seja, de garantir as condições necessárias para que essas aprendizagens se efetivem (Paraná, 2018, s/p).

Após consolidada no ano de 2019, a versão final do RCP foi encaminhada ao Conselho Estadual de Educação, órgão normativo do Sistema Estadual de Ensino, que emitiu parecer normativo favorável. De tal modo, no ano de 2020 este documento passou a ser referência para a reorganização dos currículos nas escolas que pertencem ao Sistema Estadual de Ensino.

Nesse sentido, o RCP deverá ser referência para a revisão e a reorganização dos currículos escolares em todas as instituições de ensino do Paraná, no qual cabe a cada rede orientar a revisão de seus documentos que se referem ao currículo. Ainda, tal documento segue estritamente as recomendações colocadas pela BNCC, devendo estar em consonância com tal documento.

Apesar de ser a BNCC que estabelece uma base de direitos e objetivos de aprendizagens que são comuns a todas as escolas do país, cada estado possui suas próprias especificidades que precisam de atenção.

> Assim, é importante compreender que os direitos e objetivos de aprendizagens são comuns, porém, os currículos são diversos, na medida em que esses devem ser elaborados de acordo com a realidade local, social e individual da escola e de seus estudantes (Paraná, 2018, p. 3).

Surge, deste modo, o RCP, que visa considerar a realidade educacional do estado. Cabe destacar, no entanto, que este não foi o primeiro documento a organizar os currículos das escolas do estado. Na década de 1980, por exemplo foi elaborado o “Currículo Básico do Estado do Paraná”, que trouxe o Ciclo Básico de Alfabetização

e o Projeto de Reestruturação do Ensino de 2 º Grau. Esse documento, de acordo com o RCP, foi um marco educacional que representou um grande avanço na educação paranaense.

Nos década de 1990, houve a necessidade de uma reestruturação curricular do estado no intuito de atender aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Os PCNs foram diretrizes elaboradas pelo Governo Federal, e tiveram por objetivo naquele período da educação brasileira orientar os docentes por meio da normatização de alguns fatores que foram considerados fundamentais para cada disciplina escolar.

Entretanto, estas políticas educacionais que ocorreram no final da década de 1990 “[...] alteraram a função da escola ao negligenciar a formação específica do professor e esvaziar as disciplinas de seus conteúdos de ensino, de modo que o acesso à cultura formal ficou mais limitado [...]” (Paraná, 2008, p. 8). Assim, se contrapondo a estas concepções foram construídas as Diretrizes Curriculares Estaduais do Paraná (DCE).

As DCEs do Paraná foram marcadas pelo longo processo de discussão coletiva em todo o estado, que ocorreram entre os anos de 2004 a 2008:

> Durante os anos de 2004, 2005 e 2006 a Secretaria de Estado da Educação promoveu vários encontros, simpósios e semanas de estudos pedagógicos para a elaboração dos textos das Diretrizes Curriculares, tanto dos níveis e modalidades de ensino quanto das disciplinas da Educação Básica. [...] Ao longo dos anos de 2007 e 2008 a equipe pedagógica do Departamento de Educação Básica (DEB) percorreu os 32 Núcleos Regionais de Educação realizando o evento chamado DEB Itinerante que ofereceu, para todos os professores da Rede Estadual de Ensino, dezesseis horas de formação continuada (Paraná, 2008, p. 8).

Ainda em 2007 e 2008, as DCEs passaram por leituras críticas de especialistas nas diversas disciplinas, com pesquisadores de diferentes universidades, até sua aprovação e publicação. Percebe-se então o democrático papel dos professores da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná - Seed – PR - na construção das referidas diretrizes, no qual, ao longo dos anos, grande parte dos docentes puderam participar da elaboração do documento. Tal como, é verídico a qualidade dos textos das DCEs, que se encontram bem fundamentadas, com uma base teórica e conceitual sólida e bem estruturada.

Seguindo neste contexto do histórico de documentos que nortearam o currículo das escolas paranaenses, o RCP (2018) destaca que no ano de 2010 houve a construção do documento “Ensino Fundamental de Nove Anos: orientações pedagógicas para os anos iniciais”, que entrou em vigor para as escolas das redes públicas do sistema estadual de ensino. Ainda, em 2015, houve a elaboração das “Orientações Pedagógicas da Educação Infantil: estudos e reflexões para organização do trabalho pedagógico”.

Por fim, em 2011 houve a elaboração do “Caderno de Expectativas de Aprendizagem”, que se apresentou enquanto documento que visava dar subsídios e o acompanhamento da apropriação dos conteúdos trabalhados nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Nos dias atuais, com a aprovação e implementação da BNCC, se tem o documento aqui apresentado.

De acordo com o RCP (2018), encontros presenciais foram organizados, assim como a escrita colaborativa deste documento por meio do compartilhamento digital do material. Tal processo contou com a participação dos Núcleos Regionais de Educação como interlocutores nos municípios e/ou regiões e das Secretarias Municipais de Educação, que contribuíram com a leitura crítica do documento. O RCP afirma ainda que docentes externos também foram convidados para realizar esta leitura crítica.

Todavia, como se observa, o processo de elaboração, discussão com os Núcleos Regionais de ensino e com professores da Rede Estadual de Ensino, até a aprovação do referido documento, foi consideravelmente menor que em relação as DCEs de 2008. Tal fato reverbera também na estruturação do documento, em que se percebe que o RCP é mais sintético que as DCEs. As DCEs apresentam nitidamente uma fundamentação teórica e uma base conceitual mais abrangente que o RCP, tanto na parte mais geral do documento, como também nas seções dedicadas à cada disciplina escolar.

A estrutura do RCP segue muito do que é colocado na BNCC, tanto que se observa ao longo de seus textos diversas citações diretas extraídas do documento em questão. O RCP destaca que busca evidenciar a trajetória curricular do Paraná, e ainda apontar os princípios fundamentais que orientam e dão suporte ao trabalho pedagógico no âmbito da formação integral.

> Cabe, portanto, às redes de ensino orientar as escolas na elaboração de propostas pedagógicas que assegurem os direitos e objetivos de aprendizagem de todos os estudantes paranaenses, considerando o

> contexto local e a articulação do conhecimento escolar à realidade contemporânea (Paraná, 2018, p. 9).

Portanto, fica a cargo das redes de ensino de todo o Paraná organizar e elaborar suas propostas pedagógicas se atentando ao seu contexto local, desde que assegurem os direitos e os objetivos de aprendizagem que são colocados pelo RCP, e que, consequentemente, são colocados também pela BNCC. Logo, o RCP é quem estabelece os princípios orientadores da Educação Básica que devem ser ponderados na elaboração dos currículos pelas escolas das redes de ensino do estado.

De forma sintética, como é colocado pelo RCP (2018, p. 10-11, grifos do documento), os princípios orientadores pressupostos pelo documento são:

> ● **Educação como Direito inalienável de todos os cidadãos**, sendo premissa para o exercício pleno dos direitos humanos;
> ● **Prática fundamentada na realidade dos sujeitos da escola**, compreendendo a sociedade atual e seus processos de relação, além da valorização da experiência extraescolar;
> ● **Igualdade e Equidade**, no intuito de assegurar os direitos de acesso, inclusão, permanência com qualidade no processo de ensino-aprendizagem, bem como superar as desigualdades existentes no âmbito escolar;
> ● **Compromisso com a Formação Integral,** entendendo esta como fundamental para o desenvolvimento humano;
> ● **Valorização da Diversidade** compreendendo o estudante em sua singularidade e pluralidade;
> ● **Educação Inclusiva** identificando as necessidades dos estudantes, organizando recursos de acessibilidade e realizando atividades pedagógicas específicas que promovam o acesso do estudante ao currículo;
> ● **Transição entre as etapas e fases da Educação Básica**, respeitando as fases do desenvolvimento dos estudantes;
> ● A **ressignificação dos Tempos e Espaços da Escola**, no intuito de reorganizar o trabalho educativo;
> ● E a **Avaliação** dentro de uma perspectiva formativa.

O documento, posteriormente, discute em maiores detalhes cada um dos princípios orientadores, com um tópico específico para cada um destes, no qual ressalta que os mesmos devem balizar a elaboração dos currículos escolares e na definição dos direitos e objetivos de aprendizagem por etapas e anos de escolaridade, se atentando às suas especificidades. É interessante notar logo adiante quando o RCP faz a seguinte afirmação:

> Deve-se pensar o currículo para além dos conteúdos organizados, sistematicamente, reconhecendo outros saberes e as experiências

> dos estudantes para que possa fortalecer suas práticas individuais e sociais, em função de uma consciência cidadã capaz de instigar as mudanças sociais (Paraná, 2008, p. 12).

A noção de que o currículo deve ir além de um rol de conteúdos a serem ensinados é necessário, pois reforça um dos objetivos essenciais da escola: formar para a cidadania. Assim, não se trata apenas dos conteúdos escolares (apesar de que estes são, sem dúvida, fundamentais), mas também de considerar nas propostas curriculares que os educandos trazem consigo experiências que, nas escolas, podem ser fortalecidas, de modo a desenvolver esta consciência para a cidadania.

Portanto, a educação ultrapassa os limites das salas de aula, e deve, certamente, ir além:

> Os estudantes que constituem a escola atual são frutos de seu tempo histórico, com um repertório de experiências cotidianas da sociedade contemporânea, expressam a cultura vigente, com rituais, imagens e códigos comunicativos, com sentidos e significados condizentes com a sociedade em que estão inseridos. Isso significa que esses sujeitos também se constroem nas relações sociais que acontecem no ambiente escolar (Paraná, 2008, p. 13).

É possível associar a citação acima colocada pelo RCP com a temática desta pesquisa, que se preocupa em tornar visível dentro das salas de aula o ensino das especificidades das pequenas cidades. Uma vez que os jovens trazem consigo uma série de experiências, é possível pressupor que os mesmos também fazem parte da construção da sua realidade, pois estão inseridos em diferentes relações sociais; relações essas que refletem as características da cidade em que habitam, de suas vivências, e estas precisam ser contempladas no processo de ensino e aprendizagem.

Sendo assim, atuar no cotidiano da escola exige atentar-se as estas particularidades dos alunos, da escola, do bairro, da cidade, e assim por diante, pois o currículo não pode ser algo definido apenas pelas legislações e normativas. É preciso, pois, adequá-lo a cada lugar, que é singular e possui características que precisam ser consideradas.

Adentrando especificamente no que se refere à Geografia, no RCP a seção dedicada a esta disciplina foi elaborada a partir da análise das propostas curriculares existentes nas redes de educação do Estado. Destaca-se que o embasamento teórico do documento sobre a Geografia é sintético, resumido em dez páginas do RCP. Após estes referenciais teóricos, há então os quadros com as unidades temáticas, objetos

de conhecimento e os objetivos de aprendizagem para cada série (1º ao 9º ano do Ensino Fundamental).

O documento aponta que o texto apresenta inicialmente uma breve síntese das correntes teóricas da ciência geográfica, e, posteriormente, discorre sobre o pensamento espacial e o raciocínio geográfico, que dialoga com os direitos e objetivos de aprendizagem da disciplina.

Contudo, verifica-se que esta síntese das correntes teóricas da Geografia citadas pelo RCP se encontra diluída em um único parágrafo, não havendo uma discussão epistemológica sobre o assunto, tal como se tinha nas DCEs, que exploravam estas questões e possuía tópicos específicos para debater estes pressupostos teóricos e metodológicos da ciência geográfica.

A respeito do debate sobre o pensamento espacial e o raciocínio geográfico, de fato o RCP o faz, citando autores como Helena Copetti Callai, Lana de Souza Cavalcanti e Ronaldo Goulart Duarte para embasar tal questão. Porém, assim como na BNCC, o debate sobre estes temas é incipiente, sem um aprofundamento teórico mais consistente, apenas com breves citações.

A partir do momento que a BNCC traz a noção de raciocínio geográfico como uma das temáticas centrais da Geografia, seria preciso que o documento especificasse em maiores detalhes o que é este raciocínio, de onde surge este conceito, como desenvolver um raciocínio geográfico ao longo da Educação Básica com os estudantes, e assim por diante. No RCP, as menções ao desenvolvimento deste conceito também são breves e sem muito aprofundamento.

Adiante o RCP cita as cinco unidades temáticas comuns à geografia ao longo do Ensino Fundamental, e aqui apenas se reproduz o que está colocado no texto da BNCC, sem nenhuma nova informação acrescentada no documento do Paraná.

Após citar estas unidades temáticas, o RCP apresenta uma síntese, em cada uma das séries (1º ao 9º ano) dos principais conteúdos a serem abordados nestas. Observou-se que os conteúdos relativos à formação e crescimento das cidades, bem como a dinâmica do espaço urbano, só é citada na síntese do 7º ano.

Após citar os principais conteúdos para cada série, o RCP destaca que:

> As questões relacionadas ao estado do Paraná, foram inseridas nos objetos de conhecimento e nos objetivos de aprendizagem, tendo em vista a importância de mostrar ao estudante que a produção do espaço

> paranaense é atrelada aos demais conhecimentos curriculares trabalhados na Geografia Escolar (Paraná, 2018, p. 420).

Nesse sentido, o documento acrescenta aos objetivos de aprendizagem colocados pela BNCC o estudo relativo ao espaço do estado do Paraná. Poderia aqui se reforçar nesse momento também a importância das escolas se atentarem às especificidades de seu município, de modo que, além do trabalho com o Paraná, que se destacasse a relevância desse estudo de escalas locais, mas o documento não faz menção a tal questão.

Ao finalizar essa seção da Geografia no referencial, é abordada a relevância da assimilação dos conteúdos por meio dos conceitos geográficos. São mencionados os conceitos de espaço geográfico, lugar, paisagem, território, região, rede geográfica, escala geográfica e escala cartográfica. Contudo, assim como na BNCC, estes são apenas citados, não havendo um espaço para debater cada um destes, como se fez nas DCEs de 2008, por exemplo.

Por fim, são citados os sete “direitos de aprendizagem específicos do componente curricular de Geografia para o Ensino Fundamental – Paraná”, que nada mais é que o mesmo texto já colocado na BNCC, mas que lá se apresenta com o título “Competências específicas de Geografia para o Ensino Fundamental”.

Após os pressupostos teóricos destacados na seção dedicada à Geografia, apresenta-se os quadros para cada série do Ensino Fundamental, separados com as colunas para cada unidade temática, seus objetos de conhecimento e os objetivos de aprendizagem.

Apesar de seguir o que é proposto pela BNCC, no documento paranaense são acrescentados os conteúdos relativos ao estudo do espaço paranaense, no qual são citados conteúdos como a formação do estado, sua população, paisagem, elementos socioculturais e físicos, entre outros. Ainda, destaca-se que em algumas séries o RCP menciona que alguns dos conteúdos citados devem ser relacionados com os fatos e fenômenos que ocorrem no município da escola, abordando então nestes objetivos de aprendizagem o estudo do Paraná e do município.

De modo geral, como se pode observar, o RCP segue o que é apresentado pela BNCC, em diversos momentos citando os textos que nela são abordados. Nas tentativas de avançar para além da Base, contudo, acaba sendo sintético quanto aos conceitos e referenciais que o RCP busca colocar.

Em sua proposta mais essencial, que é o de propiciar as bases para a reorganização dos currículos das escolas do estado, acrescentando o contexto paranaense o documento o faz, destacando conteúdos relativos ao espaço geográfico do Paraná e incluindo a escala do município no momento de apresentar os principais objetos de conhecimento e aprendizagem para o currículo.

Visando complementar o RCP, se tem também o mencionado Currículo da Rede Estadual Paranaense – Crep, publicado no ano de 2019. Este documento tem como objetivo complementar e reorganizar algumas das informações abordadas no Referencial Curricular do Paraná, destacando as principais características e necessidades da rede de ensino paranaense, também à luz dos pressupostos trazidos pela BNCC.

> Nele, são elencadas sugestões e orientações de conteúdos adequados à nossa realidade regional, os quais devem servir como base para o desenvolvimento de competências e habilidades fundamentais para a trajetória dos estudantes nesta etapa de formação – a do nível fundamental II - e para que estes possam atuar em sociedade, agindo, crítica e responsavelmente, frente aos desafios do mundo contemporâneo (Paraná, 2019, p. 3).

Buscando adequar à realidade paranaense o conjunto de conteúdos e competências, gerais e específicas de cada componente curricular, o Crep se apresenta. Nesse sentido, tal documento tem como objetivo orientar a construção das Propostas Pedagógicas Curriculares, dos Planos de Trabalho Docente e dos Planos de Aula (Paraná, 2019).

O Crep também aponta as dez competências para a Educação Básica, assim como as competências específicas da Geografia colocadas pela BNCC. Logo após, o referido documento, no que se refere à Geografia, faz uma breve introdução sobre a mesma, no qual afirma que “A Geografia é um componente curricular que promove a leitura de mundo a partir de uma perspectiva problematizadora e contextualizada, tendo em vista as mais variadas espacialidades vivenciadas pelos estudantes” (Paraná, 2019, p. 6).

Há algumas breves considerações teóricas sobre a Geografia, e a menção à algumas metodologias que podem ser empregadas em sala de aula pelo docente, tais como a aula de campo, os jogos, a dramatização, a utilização de tecnologias no ensino, entre outras brevemente mencionadas.

Apesar de não ser o mesmo texto do RCP, o Crep também não avança em termos teóricos quando se propõe a falar da Geografia, sendo uma discussão breve, citando por vezes passagens da BNCC, e destacando algumas citações de pesquisadores como Lana de Souza Cavalcanti, Sônia Castellar, Ruy Moreira e Milton Santos.

O documento reforça que ao ensinar os conteúdos do componente curricular de Geografia, o docente deverá organizar seu trabalho considerando os seguintes itens: o Projeto Político Pedagógico de sua Instituição de Ensino; os interesses da realidade local onde a Instituição de Ensino está inserida; as dez Competências Gerais da Educação Básica; as sete Competências Específicas de Geografia para o Ensino Fundamental; o livro didático adotado, além de informações atualizadas sobre os avanços da produção científica da ciência geográfica (Paraná, 2019).

Logo, a autonomia do professor é essencial para definir, considerando estes itens, o que será ensinado em sala de aula. É nesse sentido que se faz indispensável o docente analisar a realidade local dos estudantes e de sua escola, e pensar em conteúdos geográficos que dialoguem com este espaço de vivências, mas que também vá além, considerando o estudo do espaço geográfico em sua totalidade.

Finalizados esses pressupostos colocados para a Geografia, o documento destaca os conteúdos mais essenciais que deverão balizar os currículos docentes. Em continuidade, são apresentadas tabelas para cada série dos Anos Finais da Educação Básica, que contém: a unidade temática (BNCC); os objetos de conhecimento; as orientações de conteúdos, no qual são elencados os principais conteúdos a serem abordados; o objetivo de aprendizagem (ou habilidades), em uma mescla entre o que é destacado na BNCC e entre os objetivos para as escolas paranaenses; e por fim o trimestre em que tais conteúdos devem ser ensinados.

Não se objetiva aqui fazer uma análise detalhada de cada elemento e de cada série. Por isso, seguindo os objetivos da pesquisa, optou-se por verificar o que se fala sobre a Geografia Urbana e sobre o estudo do espaço local, observando em quais séries estes aparecem enquanto conteúdo e como se apresentam.

No 6º ano observa-se que os conteúdos que são elencados pelo Crep estão voltados para orientação e localização no espaço, escalas e representações cartográficas, as transformações do espaço geográfico, estrutura interna do planeta, o espaço natural (relevo, bacias hidrográficas, zonas térmicas, vegetações) entre outros.

Há um tópico que destaca enquanto conteúdo a “paisagem, espaço e lugar”, cujo objetivo de aprendizagem segundo o documento é “Comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos” (Paraná, 2019, p. 17). Coloca-se também enquanto conteúdo o tópico “lugar, identidade e cultura”.

No conteúdo “o trabalho e a transformação do espaço geográfico” o documento destaca que o objetivo é explicar as mudanças na interação humana com a natureza, a partir do surgimento das cidades e do uso das tecnologias. Ao destacar o relevo terrestre e o relevo do Paraná enquanto conteúdo, o Crep apresenta como objetivo relacionar padrões climáticos, tipos de solo, relevo e formações vegetais existentes no município, no Paraná e no mundo, no qual se deve perpassar as diferentes escalas de análise para compreensão do tópico a ser abordado.

Nos conteúdos “Disponibilidade de água doce; Consumo dos recursos hídricos; e Principais Bacias hidrográficas do Brasil e Paraná”, o documento destaca que se deve identificar o consumo dos recursos hídricos e o uso das principais bacias hidrográficas no município de residência do educando, no Paraná, no Brasil e no mundo, enfatizando as transformações nos ambientes urbanos e rurais.

Por fim, no que se refere à Geografia Urbana, esta é contemplada nos conteúdos o espaço urbano e suas paisagens; principais problemas urbanos; moradias precárias; e transporte urbano, cujo objetivo para o estudo do espaço urbano é o de explicar as mudanças na interação humana com a natureza a partir do surgimento das cidades e do uso das tecnologias, segundo o documento.

Existe para esta série, portanto, a menção no documento para atentar-se em relacionar os conteúdos mais gerais que são apontados com o estudo do município. No que se refere ao urbano, este pouco aparece, estando mais relacionado a uma visão geral sobre o espaço urbano. Tais conteúdos estão mais presentes no 7º ano, que se destaca a seguir.

Para esta série, as orientações de conteúdos estão voltadas para localização geográfica, formação e regionalização do território brasileiro, a população brasileira e seus aspectos demográficos, a industrialização brasileira, o processo de urbanização, o espaço rural, as cinco regiões do Brasil, entre outros. Como se observa, o enfoque maior no 7º ano é a escala nacional.

Em relação à conteúdos que que se aproximam da questão da escala local, o Crep destaca a política e legislação ambiental no Brasil e as Unidades de

Conservação, no qual se deve comparar unidades de conservação existentes no município de residência dos alunos e em outras localidades brasileiras, com base na organização do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Já nos conteúdos “Formação e regionalização do território brasileiro e paranaense”, o documento aponta enquanto objetivo reconhecer a formação territorial brasileira e suas transformações nas diferentes escalas geográficas: local, regional e nacional.

Em relação à Geografia Urbana, é nesta série que mais aparecem conteúdos relacionados. São apontados então: processo de Urbanização; industrialização e urbanização; rede urbana; regiões metropolitanas brasileiras; processo de formação e localização de microterritórios urbanos; espaço da favela como um território de segregação; problemas sociais urbanos e problemas ambientais urbanos. Além disso, também são destacados uma série de conteúdos relacionados ao espaço rural, mas não se faz relação com a realidade do município.

Chama atenção, quando são elencados os conteúdos relacionados a cada região brasileira, que na Região Sudeste se destaca na questão urbana a urbanização e formação de metrópoles, e o conceito de megalópoles. O foco para o estudo urbano dessa região concentra-se nesses assentamentos urbanos.

Como se sabe, tal questão é fortemente acentuada nesta região brasileira, sendo um dos destaques quando se aborda a questão urbana do Sudeste. Contudo, além das metrópoles, é preciso entender que outras localidades fazem parte do urbano, inclusive estas também podem manter relações com as metrópoles e as grandes cidades, e como tal, precisam ser estudadas.

Logo, o destaque maior para a questão urbana está presente no 7º ano, apesar que o estudo da cidade do educando, de sua realidade, deve perpassar por toda a Educação Básica, pois como já mencionado, na BNCC, que normatiza habilidades e objetivos para escolas de todo o Brasil, as vivências dos alunos devem ser consideradas no processo de ensino e aprendizagem. É importante que o docente, ao tratar sobre a rede urbana, reflita sobre esta necessidade de um olhar para todo o urbano, e não apenas para parte dele.

Para o 8º ano, o documento aponta conteúdos como a geopolítica e as relações internacionais; conflitos e tensões da geopolítica atual; migrações e os refugiados; e o estudo de diversos aspectos da América do Sul, América Central, América do Norte, Regiões Polares e África. A questão urbana aparece nesta série quando se trata da

urbanização destes continentes ou de países em específicos, mas percebe-se que maior parte dos conteúdos estão voltados para a escala global.

Alguns dos conteúdos relacionados ao urbano que se observou foram a “concentração da população nas cidades”, e “sociedades urbano-industriais“, cujo objetivo é o de analisar as principais problemáticas comuns às grandes cidades latino-americanas, principalmente no que que se refere à distribuição, estrutura e dinâmica da população e às condições de vida e trabalho.

Foi destacado também o conteúdo “diversidade étnica e cultural”, no qual o documento menciona que o objetivo é de relacionar fatos e situações representativas da história das famílias do município em que se localiza a escola, considerando a diversidade e os fluxos migratórios da população mundial. Aqui se observa esta tentativa de relacionar um conteúdo mais geral – o estudo da população mundial – com a realidade do município dos educandos. Este, contudo, foi um dos poucos objetivos para esta série que se estabelece a relação entre as diferentes escalas geográficas.

Os demais conteúdos ou objetivos que abordam a questão urbana ao longo do 8º ano estão relacionados à urbanização ou crescimento urbano de países ou continentes. Prioriza-se, portanto, outras escalas de análise para os conteúdos colocados para esta série, e isso, certamente, também deve ser feito, pois como já se colocou, estudar Geografia não se trata de se limitar apenas ao local ou apenas ao global, mas sim de ser capaz de fazer uma análise geográfica completa do espaço.

Por fim, os conteúdos para o 9º ano estão mais relacionados ao estudo da Europa, Ásia e Oceania em seus diferentes aspectos, assim como se tem uma ênfase também nas questões relativas ao processo de globalização, economia global, revolução tecnológica, entre outras temáticas.

Assim como no 8º ano, nesta série a questão urbana também aparece ao se estudar os continentes ou alguns países específicos. Um dos conteúdos mais gerais sobre esta temática é “globalização e urbanização”, em que o Crep afirma que se deve relacionar o processo de urbanização às transformações da produção agropecuária, à expansão do desemprego estrutural e ao papel crescente do capital financeiro em diferentes países, com destaque para o Brasil.

Como se pode observar em relação ao Crep, o documento busca incrementar conteúdos e objetivos de aprendizagem do Referencial Curricular do Paraná,

avançando no que se refere ao que pode ser abordado em cada série para o Ensino Fundamental.

No entanto, é imperativo relembrar que não são apenas este rol de conteúdos elencados por estes documentos que devem determinar os currículos escolares. Este deve ser pensado e construído pelo docente levando em consideração as particularidades de sua cidade, de sua escola e ainda da própria rede urbana que o município se encontra. Esta pode ser uma pequena cidade próxima de outras cidades maiores, ou mesmo uma grande cidade próxima à pequenas cidades, e estes contextos devem também fazer parte da sala de aula, não se limitando apenas ao que é proposto nestes documentos.

Apesar de se ter documentos como a BNCC em vigência na atualidade, estes não contemplam as singularidades que cada professor deve se atentar ao elaborarem seus planos de aula, e, consequentemente, de suas práticas nas salas de aula. É fundamental, nesse contexto, o olhar do docente sob estas questões, de modo que não reproduza apenas o que são colocados nestes documentos ou nos livros didáticos.

A respeito dos livros didáticos, a próxima seção busca em maiores detalhes observar o que estes materiais já publicados colocam sobre as pequenas cidades, ou mesmo se estas se fazem presentes nestes. Ainda, uma análise sobre os materiais publicados pelo Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná também é realizada.

4. ONDE ESTÃO AS PEQUENAS CIDADES NO ENSINO DE GEOGRAFIA?

Aproximadamente 90% da rede urbana brasileira é composta por pequenos núcleos urbanos. Considerando dados do Censo Demográfico do IBGE de 2022, dos 5.570 municípios existentes no território brasileiro, 2.495 registram uma população inferior a 10 mil habitantes, enquanto outros 2.419 municípios possuem menos de 50 mil habitantes[11]. Percebe-se que, se analisado pelo viés demográfico, há um expressivo número de pequenos núcleos urbanos no país.

Ainda que se leve em consideração estes números, relembra-se que não é apenas pela expressividade quantitativa que devem ser apreendidas e valorizadas as pequenas cidades. Elas precisam ser analisadas para além destes critérios, e como tal, é necessário compreendê-las em todos seus aspectos: demográficos, territoriais, econômicos, sociais e assim por diante.

Se há então um esforço de pesquisadores de diversas áreas do saber nas últimas décadas em ampliar o debate teórico e metodológico a respeito dessas localidades, é preciso também, para além deste esforço acadêmico, discutir como estas localidades podem ser compreendidas nas salas de aula. A preocupação central, portanto, deve ser compreender o urbano em sua totalidade, de modo a não excluir ou silenciar as pequenas cidades nos debates, tanto acadêmicos como no ensino.

As pequenas cidades também precisam ser objeto de debate nas salas de aula, principalmente nestes pequenos núcleos urbanos em que considerável parte da população brasileira habita, e que, mesmo sendo o espaço de vivência dos educandos, não há, em muitos casos, materiais didáticos/pedagógicos que ajudem os mesmos na compreensão do seu espaço local.

Neste contexto, se a seção anterior debateu como tais questões aparecem nos currículos e documentos normativos do sistema de ensino brasileiro, a presente seção objetiva verificar e analisar o que se tem sobre as pequenas cidades no ensino de Geografia. Para tanto, foram analisados livros didáticos a fim de observar se estas localidades são ou não discutidas por estes materiais, e, posteriormente, realiza-se uma análise do Programa de Desenvolvimento Educacional, observando o que foi

[11] De acordo com estes dados do IBGE (2022), dos 5.570 municípios brasileiros, 4.914 destes registraram uma população inferior a 50 mil habitantes, o que representa 88,22% dos municípios do país. Contudo, como já discutido na primeira seção, o número de habitantes não representa o conceito de pequenas cidades em sua totalidade.

produzido sobre a temática nas salas de aula com base nos resultados desse programa, tomando como referência espacial todo o estado do Paraná.

No decorrer da pesquisa, na seção seguinte, será realizado um levantamento nas cidades aqui estudadas se há materiais, livros ou documentos afins que tratem sobre estas, com o intuito de verificar o que já existe publicado sobre estas cidades, e se materiais como estes podem ou estão sendo utilizados nas aulas dos professores que farão parte da pesquisa.

4.1 O ENSINO DE GEOGRAFIA, AS CIDADES E OS LIVROS DIDÁTICOS

Busca-se nesta seção estabelecer alguns elementos para o debate a respeito das pequenas cidades e a sua presença - ou mesmo sua ausência - em materiais didáticos. Para tanto, em um primeiro momento procura-se compreender o que outros autores reiteram a respeito da temática dos livros didáticos, e mais especificamente, a temática das cidades nestes. Além disso, realizou-se uma busca em livros didáticos para observar se as pequenas cidades possuem um espaço nestes materiais, ou se há a preocupação em estabelecer vínculos entre os conteúdos mais gerais que os autores definem em suas obras, para com a realidade local dos educandos.

Como destaca Gomes (2017), a Geografia é uma forma específica e sistematizada de pensar. Trata-se, segundo o autor, de uma maneira original e potente de organizar o pensamento, podendo melhor contribuir no desenvolvimento do conhecimento. Desse modo, é preciso que o aluno, enquanto sujeito partícipe da vida social, possa compreender o espaço geográfico em seus diversos enfoques. Assim, a cidade, enquanto conteúdo das aulas de Geografia, pode vir a ser um poderoso instrumento para se pensar o espaço.

O livro didático, no contexto da escola, é um dos materiais mais recorrentes no dia a dia das salas de aula. Tal recurso, apesar das divergentes apreciações entre autores a respeito de sua relevância, está presente em grande parte das escolas brasileiras, contando com programas do Governo Federal, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), para sua avaliação e distribuição para as escolas em todo território nacional.

Por isso, cabem ressalvas como adverte Copati (2017), de que embora o livro

didático seja considerado um significativo instrumento auxiliar na aprendizagem, e, assim, de grande relevância no sistema educacional brasileiro, alguns autores se opõem a este material. Para estes,o livro pode vir a “moldar” o trabalho do docente em suas aulas, de modo a torná-lo dependente das suas propostas.

No entanto, é possível afirmar que o livro didático, enquanto recurso disponível em parte das escolas brasileiras, e aqui mais especificamente considerando o caso da disciplina de Geografia, deve ser considerado enquanto um suporte no processo de ensino e aprendizagem. Importante destacar que estes não devem ser pensados não como “guia”, pronto e acabado, que o professor seguirá em suas aulas.

O livro didático deve ser um material que pode vir a trazer diferentes possibilidades para com o seu trabalho junto aos alunos nas salas de aulas, e, portanto, devem também ser analisados criticamente pelos professores. Seu uso não deve se dar único e exclusivamente para cópia de textos ou exercícios destes materiais, como um material a ser reproduzido fielmente durante as aulas.

Além disso, ressalta-se a importância que materiais impressos como o livro didático possuem, ainda mais em tempos de pandemia como experienciamos recentemente com a pandemia do Coronavírus (Covid-19), em que grande parte do ensino ocorreu de forma remota, e em muitos casos, não houve a utilização de um material impresso a ser utilizado pelos educandos. O livro didático, portanto, pode ser uma expressiva fonte de pesquisa para além dos recursos da Internet.

Logo, é de grande relevância considerar os materiais impressos na promoção da leitura em um mundo cada vez mais digitalizado. No contexto atual, em que a tecnologia digital se faz presente em nossas vidas, é essencial estimular a leitura de livros em formatos físicos e impressos, envolvendo a visão e o tato, desses educandos.

A presença dos materiais impressos também podem ajudar a criar um ambiente propício para a leitura, principalmente quando se fala no ambiente educacional de uma sala de aula, auxiliando os alunos a se engajarem com a leitura e a pesquisa para além de uma tela de computador ou celular.

Sendo assim, o livro didático deve ser compreendido para além de um conjunto de textos, exercícios e figuras, e, como se concorda com Copati (2017), deve ser pensado de modo que este estabeleça vínculos para com o cotidiano dos educandos. Os livros didáticos ao priorizarem, grande parte das vezes, escalas geográficas mais amplas (global, nacional), precisam então das devidas conexões entre as

informações por eles abordadas e para com os fenômenos do cotidiano dos discentes.

Este vínculo precisa ser estabelecido pelo professor, que deve ser capaz de relacionar estas informações que, muitas vezes parecem distante da realidade dos educandos, com aquilo que acontece no seu espaço de vivência e nas demais escalas que os livros não abordam em maiores detalhes.

Sabe-se, pois, que a escola deve preparar o educando para ler criticamente o lugar em que vive, criando condições para que este estabeleça a relação entre o seu saber e o saber escolar. Nesse sentido, o lugar habitado possui grande relevância no processo de ensino e aprendizagem, contribuindo no objetivo de formar sujeitos cidadãos.

Cidadão é aquele que participa ativamente da vida da cidade, refletindo, questionando e debatendo a respeito dos rumos possíveis do lugar vivido (Bado, 2009). Daí surge a necessidade de explorar a cidade enquanto conteúdo da Geografia escolar, e, certamente, não se trata apenas das grandes cidades e metrópoles ilustradas nos livros didáticos, mas da rede urbana em toda sua complexidade.

O Brasil por ser um país com dimensões continentais, ao abordar a urbanização brasileira deve respeitar sua heterogeneidade nacional e as especificidades regionais e locais. Por que então privilegiar as grandes metrópoles e se esquecer de uma outra face do urbano brasileiro nestes materiais, ou seja, aquela maior parcela composta pelas pequenas e médias cidades?

Estudar o urbano é necessário. A população brasileira é majoritariamente urbana. De tal modo, o estudo das cidades é igualmente relevante. Estudar as cidades é pensá-las como um lugar de formação que pode contribuir ativamente para a compreensão da espacialidade contemporânea.

A cidade pode então ser educativa, já que nela existe toda uma complexidade de diferentes sujeitos, relações e fenômenos geográficos que aí se manifestam. Neste sentido, “Depreende-se que é necessário fazer da cidade uma via de compreensão das práticas espaciais dos sujeitos e possibilitar a significação no processo de ensinar/aprender Geografia” (Carvalho Sobrinho, 2018, p. 444).

Além disso, estudar as cidades é também abordar o estudo dos conceitos basilares da ciência geográfica, como os de paisagem, lugar e território, reforçando uma aprendizagem significativa dos educandos (Cavalcanti, 2011). Estas são locais complexos, e seu modo de vida afetam todas as pessoas, embora considera-se que

haja uma grande diversidade de grupos, de manifestações culturais, em disputa e em conflito nesses mesmos locais. Estes nuances, portanto, devem ser explorados no ensino da Geografia escolar:

> A Geografia tem como tarefa compreender a complexidade das cidades. Para isso, busca ampliar sua temática e as abordagens teóricas, conservando, no entanto, seu objeto de estudo – o espaço geográfico. Assim, na investigação geográfica, busca-se compreender, pela análise da cidade, a lógica que orienta a produção e a reprodução do espaço urbano, ressaltando suas dimensões materiais e simbólicas (Cavalcanti, 2011, p. 02).

O estudo da cidade no ensino de Geografia, como exposto anteriormente, é exercitar a reflexão do espaço geográfico, assim como do espaço de vivência dos estudantes, para além de suas dimensões visíveis e materiais, como foi destacado anteriormente. Ainda como afirma Cavalcanti (2011), as cidades são também expressão da diversidade de grupos, desejos, anseios, rotinas e de estilos. São, portanto, lugares da diferença, do contato, do conflito, e as perceber assim é relevante para se reafirmar um projeto que assegure seu usufruto pela população, que garanta o direito à cidade, assinalado por Lefebvre (1991).

Nesse sentido, é possível vislumbrar diversos caminhos a serem pensados ao se abordar as cidades enquanto conteúdo para construção dos conhecimentos geográficos nas salas de aula. A cidade pode e deve também ser pensada a partir da dimensão do vivido para construir o raciocínio geográfico.

> Fazer da cidade uma via de compreensão da realidade é possibilitar o processo de significação no processo de ensinar/aprender Geografia, ou seja, das práticas espaciais cotidianas. Os alunos precisam compreender as várias dimensões, enfoques e arranjos espaciais da cidade, para que assim possam construir conhecimentos que serão aplicados no seu lugar vivido, como via de compreensão dessa realidade. [...] Nesse sentido, a cidade passa a ser pensada não somente como um conteúdo a ser transmitido pela Geografia, mas como um instrumento de consciência cidadã, de vivência e de ensino/aprendizagem (Carvalho Sobrinho, 2018, p. 447).

Este estudo das cidades, reforça-se, deve ser feito no viés de uma aprendizagem para a cidadania. Como questiona Bado (2009), não seria a partir da compreensão da cidade enquanto espaço de vivência que teríamos maiores possibilidades de construir atitudes cidadãs? Portanto, este lugar habitado deve ser pensado e compreendido "[...] tanto segundo as relações espaço e tempo e a

dinâmica sociopolítica [...], quanto às relações de poder subjacentes às interações sociais, traduzidas de forma diferenciada na organização do espaço" (Bado, 2009, p. 15).

Neste contexto, o estudo das cidades pode vir a se mostrar de grande relevância para a compreensão da realidade dos educandos e para pensar também o espaço e suas relações, seja este o espaço global, o espaço do território nacional, ou como aqui vem se destacando o espaço do aluno, a sua realidade no qual vivencia no dia a dia: sua cidade, seu bairro, sua escola, e assim por diante.

O desafio, contudo, está em trabalhar as temáticas do cotidiano com os temas da Geografia, de modo que se efetive a mediação entre os conhecimentos que os jovens tem sobre a cidade, suas práticas na cidade, e os temas mais gerais da ciência geográfica (Cavalcanti, 2011). E, aqui ao abordar as pequenas cidades - considerando que estas por muito tempo ocuparam um papel de menor destaque nos estudos e pesquisas de diversas áreas do conhecimento - é pensar em um desafio ainda maior: como inserir os debates referentes às pequenas cidades nas aulas de Geografia?

Como observado, os dados comprovam que o Brasil se urbanizou rapidamente nas últimas décadas, mas tal fato não ocorreu de forma uniforme, e nem tampouco atingiu todos os espaços da mesma maneira. Este foi, pois, um processo heterogêneo e diferenciado. Por isso é que se defende a ideia de incorporar as cidades pequenas como elemento relevante para o ensino de Geografia nas escolas, questão especialmente significativa para alunos nelas residentes. Contudo, não se resume em um estudo das pequenas cidades para alunos das pequenas cidades. É pertinente, pois, que os discentes de outras localidades conheçam a realidade urbana do país em maiores detalhes.

Como corrobora Moreira Júnior (2016), os estudantes convivem com um urbano que possui interações e características particulares, e que nem sempre é contemplado pelos currículos ou pelos professores em suas aulas. Nos últimos anos, observa-se um esforço dos currículos escolares e de documentos norteadores das políticas educacionais brasileiras em destacar a importância da realidade do educando no processo de ensino aprendizagem, como se pode observar na seção anterior. No entanto, é preciso analisar se, ao tratar sobre um dos materiais mais utilizados na sala de aula - o livro didático -, também há esta articulação entre os conteúdos por eles abordados com este espaço de vivência dos estudantes.

Os livros didáticos, no entanto, são distribuídos em nível nacional, sendo impossível um livro abordar as especificidades dos mais de cinco mil municípios brasileiros. Porém, é indispensável que estes materiais, apesar de trabalharem com escalas geográficas mais amplas, que abordem também a necessidade do trabalho com a escala local. É preciso que existam indicações de algumas das possiblidades desta abordagem no livro didático, e, certamente, cabe também ao professor fazer as necessárias ligações entre os conteúdos e viabilizando este tipo de estudo.

> Atualmente, embora muito já se tenha progredido a fim de tornar os livros didáticos mais coerentes à aprendizagem escolar, é necessário que se avance na qualidade e atualização de conteúdos, conceitos, informações e no atendimento à formação cidadã, visto que, mesmo com progressos principalmente na última década, há ainda certa resistência na adequação de determinados temas nos materiais didáticos (Copati, 2017, p. 78).

A autora chama atenção ao fato de atualizar estes materiais com determinados temas e conceitos que precisam ser colocados em pauta, e que, neste sentido, precisa ser compreendido para além das possibilidades que estes materiais disponibilizam, mas que se deve considerar também o modo como os professores estabelecem vínculos com estes no cotidiano (Copati, 2017).

Sabe-se, pois, que o livro didático de Geografia permanece presente nas salas de aula em escolas por todo o Brasil, e seu uso perpassa gerações, sofrendo transformações ao longo do tempo, adequando-se às tendências pedagógicas e às mudanças que também ocorrem com a ciência geográfica (Rauber; Tonini, 2014). Porém, há um importante ponto que não deve ser deixado em segundo plano ao se tratar dos livros didáticos: estes são, além de um objeto político e cultural, uma mercadoria.

Como complementa Copati (2017), muitas readequações e alterações não são realizadas nos livros didáticos ao longo dos anos, ou, muitas vezes, são realizadas superficialmente. A cada avaliação do PNLD várias coleções são cadastradas - algumas remodeladas, outras trazem novas propostas. Contudo, mesmo cumprindo as normas estabelecidas no edital do PNLD, por vezes, cumprem-nas minimamente.

> Notadamente, muitas lacunas se mantêm neste material quando se ocultam determinados temas. Deixar de trazer determinadas abordagens para preservar esse “padrão” já existente, moldado por fatores ideológicos, políticos e sociais vigentes até então, tende a

> dificultar que novas propostas sejam disponibilizadas no mercado de livros didáticos (Copati, 2017, p. 79).

Visando atender a interesses mercadológicos, muitas temáticas acabam não tendo espaço nestes materiais, ou quando existe este espaço, estas podem vir a ser tratadas de forma superficial. De acordo com Paiva e Maria Júnior (2005) é preciso considerar que estes materiais sempre refletem a visão de mundo de seus autores, não havendo assim neutralidade nestes.

Nesta mesma linha, os autores mencionados ainda destacam que o livro didático, ao ser encarado como mercadoria, tende a obedecer às regras do comércio, que estabelece padrões a serem seguidos. Logo, “Isto nos atenta para o fato de o livro produzido em escala nacional causar graves danos às abordagens das realidades regional e local” (Paiva; Maria Júnior, 2005, p. 124).

Autores que se propuseram a investigar o estudo das cidades ou do urbano e sua relação com os livros didáticos mostram que estes, muitas vezes, não suprem a necessidade em relação aos conteúdos abordados e na forma como são abordados. Há, portanto, uma urgência em olhar com maior criticidade sobre a forma como as cidades vêm sendo abordadas nestes materiais.

Paiva e Maria Júnior (2005) ao analisarem materiais tendo como foco o estudo da cidade, chegaram à conclusão de que estes deixam a desejar, devido a vasta sucessão de informações esparsas, que relegam à cidade uma “funcionalidade natural”: seu processo de constituição ou produção são obras do acaso ou do natural, onde o relacionamento disto com a dinâmica social e com a atuação do homem socialmente organizado, pouco se expressa ou de forma alguma se verifica.

Bado (2009) ao trabalhar a cidade como conteúdo escolar no Ensino Médio em sua tese de doutorado chegou à conclusão de que ainda a qualidade do ensino-aprendizagem de Geografia depende da interação que fazem o professor e o livro didático, que foi apontado pela autora como o principal recurso utilizado nas aulas do Ensino Médio em sua pesquisa. Ao realizar a análise dos livros didáticos em sua tese, Bado destacou que seus autores tematizam a cidade apenas superficialmente.

> Se o professor decidir seguir as temáticas relacionadas no livro didático como referência para suas aulas, elas (as aulas) certamente se constituirão em apreensão de conteúdos relacionados aos estudos geográficos, porém provavelmente esta prática pode não instigar o aluno a pensar o espaço, a pesquisar e sistematizar o meio em que vive e que por isso, estabelece relações cotidianas. Nesse sentido,

> cabe ao professor o desafio de, na sua perspectiva pedagógica estar sempre atento ao estudo da cidade no Ensino Médio, pois, em geral, como se percebe nesta pesquisa, se considerarmos a formação para a vida cidadã, a cidade cotidiana não é um tema indicado para ser trabalhado nas aulas de Geografia deste ciclo (Bado, 2009, p. 112).

Como destacou a autora em sua pesquisa de doutoramento, pouco se fala sobre temáticas que aqui foram destacadas como essenciais no processo do ensino e aprendizado em Geografia: a cidadania, o cotidiano, o estudo das cidades dos discentes e as pequenas cidades. Estes temas são tratados de forma insuficiente nos materiais didáticos que a autora investigou, dependendo, portanto, das práticas didático e pedagógicas do professor para abordá-las em suas aulas.

Silva e Azevedo (2021, p. 549) em pesquisa mais recente, e enfatizando o caso das pequenas cidades nos livros didáticos, também apontam que estas não têm um espaço nestes materiais, no qual “[...] praticamente nenhuma obra se preocupa com as cidades pequenas, tratando em demasia as grandes aglomerações, fugindo das realidades dosalunos que habitam as pequenas aglomerações”. Os autores, ao analisarem o guia do PNLD do ano de 2020, afirmam que há pouca preocupação em se levar em consideração as realidades destas cidades pequenas.

Os autores mencionados corroboram ainda que o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, principalmente destes que habitam em pequenas cidades, fica comprometido, pois se torna limitado e não são considerados seus espaços de vivências nestes materiais.

Sendo assim, prejudica-se o trabalho docente, visto que, caso o professor siga fielmente os livros didáticos (o que na prática não deveria acontecer), estes podem ficar limitados somente aos conteúdos abordados nestes materiais. Caso o docente perceba a limitação do livro em uso, terá que realizar um esforço maior para que as cidades pequenas em que lecionam sejam abordadas em suas aulas (Silva; Azevedo, 2021).

Como se percebe, em grande parte dos casos, este estudo das pequenas cidades nas aulas de Geografia, ou mesmo da localidade do educando, acaba ficando a cargo do professor, já que há, de fato, uma limitação nestes materiais quando se trata de abordar a complexidade da rede urbana brasileira em sua totalidade.

A próxima subseção busca então realizar uma análise de alguns livros didáticos para então entender se há esta preocupação nestes materiais aqui abordados, de

modo a aprofundar as discussões referentes à diversidade urbana brasileira, buscando analisar se estes trazem as pequenas cidades em seus textos ou, ainda, se estas obras estimulam o trabalho para com a realidade local dos discentes.

4.1.1 Uma análise das pequenas cidades nos livros didáticos

Realizar o debate sobre o estudo das pequenas cidades é cada vez mais necessário nas salas de aula, como aqui se defende reiteradamente, tendo em vista os objetivos e propósitos da tese. Não apenas para que o aluno possa compreender os aspectos da sua localidade em si, mas para entender quais as relações que se estabelecem entre este seu lugar de vivência e as demais escalas e fenômenos do espaço geográfico, e, principalmente, para se perceber como cidadão que atua e transforma este espaço.

No entanto, como argumentado anteriormente, estas localidades carecem de materiais didáticos específicos para abordá-las no meio escolar. Ainda, os livros didáticos - elaborados segundo a visão de seus autores, sob as influências do mercado e possuindo sua distribuição em nível nacional - não enfocam especificidades de cada região ou estado do país, e parecem não ter conseguido aprofundar estes debates.

Todavia, estes materiais precisam se readequar ao que vem sendo produzido e discutido no âmbito da ciência geográfica, atualizando diversas temáticas que precisam adentrar no meio escolar. Se por muito tempo as pequenas cidades permaneceram “invisíveis” aos olhos dos pesquisadores, nas últimas décadas este cenário vem mudando. É preciso que as pequenas cidades também tenham seu espaço de debate quando o professor de Geografia realizar o estudo da rede urbana brasileira junto a seus alunos.

Nos últimos anos, os currículos escolares e os documentos norteadores das políticas educacionais brasileiras vêm buscando colocar a importância do estudo da realidade local em consonância aos conhecimentos escolares, como se pode constatar na seção anterior.

Logo, esta relação entre as diferentes escalas deve ocorrer em sala de aula, e é imprescindível que o professor de Geografia considere em seu planejamento e encontre meios adequados de realizá-la no processo de ensino-aprendizagem.

Contudo, algumas questões precisam ser levantadas: o docente tem este apoio nos materiais didáticos para fazer esta relação entre os conteúdos a serem abordados e a realidade local do aluno? No caso específico daqueles que habitam nas pequenas cidades, estas são destacadas nos materiais didáticos?

Partindo de algumas destas problematizações, buscou-se analisar alguns livros didáticos, objetivando constatar se estes contemplam as pequenas cidades ou se estes se propõem a estabelecer relações entre seus conteúdos e as demais escalas geográficas de análise, aqui enfatizando a escala local.

Foram analisadas quatro obras, tomando por base o livro didático do 7º ano de cada uma das diferentes coleções analisadas, já que é neste volume que a rede urbana brasileira tem um maior destaque, e, como se viu na seção anterior, os documentos que foram analisados apontam maior parte dos conteúdos relacionados à Geografia Urbana para esta série.

Além disso, é também no 7º ano que o Brasil é trabalhado em maior profundidade, pois em outros volumes há um destaque para outras escalas de análise, no qual são abordados aspectos mais gerais e escalas mais amplas do espaço geográfico, como a América e a África no 8º ano, e os demais continentes no 9º ano, entre outras temáticas.

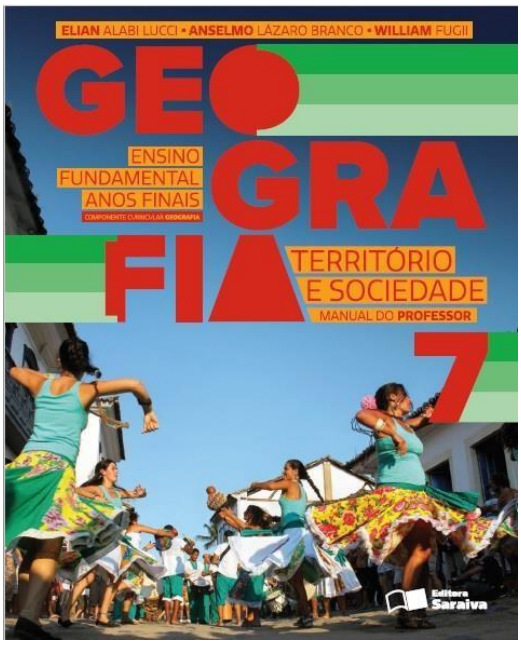
A seguir cada uma destas quatro obras serão enfocadas, inclusive o atual livro didático adotado pelas escolas paranaenses no presente momento. Para a referida análise, serão debatidos seus aspectos mais gerais, tais como as unidades apresentadas no material; a relevância das informações trazidas nestes livros; se estes são de fácil entendimento pelo educando; a organização de seus conteúdos e atividades, além certamente da questão enfatizada nesta seção: se as pequenas cidades são contempladas e se há a preocupação em estabelecer relações para com a escala local.

O primeiro livro didático aqui a ser discutido é a obra “Geografia: Território e Sociedade”, dos autores Elian Alabi Lucci, Anselmo Lázaro Branco e William Fugii, cuja capa é ilustrada na Figura 2, a seguir.

O livro se encontra dividido em seis unidades temáticas: Brasil: espaço geográfico, paisagens e regiões; Brasil: economia e sociedade; Brasil: urbanização e dinâmica populacional; O Nordeste; O Centro-Sul; e A Amazônia. É, portanto, na terceira unidade da obra que se coloca um pouco mais sobre o urbano brasileiro, no qual se aborda temáticas como a urbanização do país, as metrópoles e cidades globais

e ainda a rede urbana.

Figura 2: Livro didático “Geografia: Território e Sociedade”



Fonte: Lucci; Branco; Fugii (2018).

O quadro 6 a seguir resume os principais dados do livro analisado.

Quadro 6: Dados da obra “Geografia: Território e Sociedade”

Título	Geografia: Território e Sociedade
Autor(es)	Elian Alabi Lucci; Anselmo Lázaro Branco; William Fugii
Editora	Editora Saraiva
Volume	7º ano
Edição	1º edição
Ano	2018
Número de páginas	256 p.

Fonte: Lucci; Branco; Fugii, 2018.

Elaboração: o autor (2021)

Possui uma linguagem clara e objetiva, apresentando textos que não possuem um excesso de informações, intercalando estes com mapas, figuras e fotografias. Portanto, se mostra adequado à serie proposta, no qual não se percebeu

textos que possam vir a ser de linguagem muito complexa aos discentes que estudarem o material.

Contudo, apesar dos textos serem curtos e objetivos, percebeu-se que alguns destes poderiam apresentar uma riqueza maior de informações, já que na maioria das vezes estes apresentam apenas as informações mais básicas, sem muito aprofundamento naquilo que propõe trabalhar no capítulo.

A criticidade é pouco presente nos textos, ficando na maior parte das vezes a cargo das atividades que são de caráter mais problematizador. Há, ainda, diversos mapas ao longo dos capítulos, no qual a linguagem cartográfica é bem explorada. Os recursos visuais estão presentes ao longo de toda obra, com figuras, charges e atividades que instigam os alunos a observá-las e analisá-las.

O foco principal do livro em questão são as regiões brasileiras, assim como em todos as demais obras analisadas. Os capítulos sobre estas temáticas são mais detalhados, com informações variadas e maior aprofundamento, ao contrário das três primeiras unidades, que são mais sintéticas e sem muito aprofundamento nos conteúdos, como se estes fossem sínteses do que foi trabalhado no volume anterior (6º ano).

Em relação às atividades, percebe-se um misto entre aquelas que são mais descritivas, e outras que buscam problematizar os conteúdos abordados. Aos finais dos capítulos, alguns dos exercícios são de caráter mais tradicional, com perguntas que pedem apenas definições, para explicar algum termo, para diferenciar determinados conceitos, e assim por diante. Por outro lado, a obra traz diversas atividades que indagam as opiniões dos alunos, pedindo que o mesmo opine sobre certos temas e que o estudante faça pesquisas, procure mais sobre as temáticas trabalhadas. São nos exercícios, inclusive, que a relação com as demais escalas geográficas de análise é colocada em prática.

O capítulo que aborda especificamente o urbano, são tratados temas como a urbanização brasileira; o crescimento da população a partir da década de 1960; o aumento do número de cidades a partir da década de 1940; a relação entre o rural e o urbano e a modernização do campo e da cidade; o êxodo rural e os problemas de qualidade de vida nas cidades em decorrência deste fenômeno; as desigualdades e a segregação social nas cidades; o Estatuto da Cidade; os conceitos de metrópoles, megalópoles, conurbação urbana e ainda os problemas sociais em centros urbanos.

Não há, no entanto, menção às pequenas cidades em nenhum destes textos,

nem mesmo às cidades médias. Quando se discute sobre as cidades, aborda-se apenas as grandes cidades e metrópoles brasileiras.

No início da unidade sobre a urbanização do Brasil, o livro apresenta uma imagem da cidade de São Paulo, e levanta duas questões: “O município onde você mora tem paisagens parecidas com a dessa fotografia de São Paulo?”; e: “Caso você não more em São Paulo, responda: No seu município existem paisagens semelhantes à da segunda fotografia? Caso more, conhece outros municípios com paisagem semelhante?” (Lucci; Branco; Fugii, 2018, p. 85).

Percebe-se que a pergunta remete a noção de urbano a uma grande cidade brasileira, e caso os alunos não habitem em São Paulo, questiona como é o município que o educando habita. Caso tal pergunta seja realizada a alunos de pequenas cidades, por exemplo, as diferenças entre aquilo que é retratado nas figuras do livro e o espaço local dos educandos serão grandes, não representando a realidade urbana deles.

Ainda neste capítulo, ao discorrer brevemente sobre os problemas ambientais urbanos, se tem a seguinte afirmação: “Os problemas ambientais urbanos não são encontrados apenas nas cidades grandes, mas nelas são agravados pela intensa concentração de atividades e por toda a transformação do espaço geográfico” (Lucci; Branco; Fugii, 2018, p. 92). Como se percebe, apesar de afirmar que estes problemas não são exclusivos das grandes cidades, não há menção às pequenas e médias cidades.

O livro didático poderia ser uma forma de desmistificar a ideia de que os problemas sociais e/ou ambientais não ocorrem apenas nos grandes centros urbanos, mas não se faz menção a isso ou nem mesmo é mostrado com exemplos ou figuras de casos como estes em outras realidades urbanas que não as grandes cidades.

Muitas vezes se passa a ideia de que problemas como a poluição, o trânsito, desemprego ou mesmo a violência ocorre apenas em grandes centros urbanos. Exemplo contrário a tal fato é a tese de Fernandes (2017), no qual o autor, ao estudar o aumento da violência e da insegurança objetiva em pequenas cidades, mostra que a ocorrência desta, inclusive no número de homicídios, são cada vez mais recorrentes. Portanto, é preciso que estes materiais didáticos também explicitem tais informações em seus textos, mostrando que problemas urbanos e ambientais não ocorrem apenas nestes grandes centros.

Em relação à abordagem da escala local no livro, percebe-se que esta aparece

apenas nos exercícios e atividades que são propostas. Como exposto anteriormente, é impossível para um único livro didático trazer as especificidades de todos os municípios brasileiros, e como tal, não há essa correlação na obra analisada. No entanto, há este esforço em trazer atividades que propõem aos alunos pesquisas, comparações, descrições de fatos e fenômenos, entre outros questões referentes ao seu município de vivência.

A seguir descreve-se alguns destes exercícios que estimulam o educando a pensar no seu município ou seu local de vivência em relação aos conteúdos trabalhados pelo livro: atividade que propõe aos alunos formarem grupos, pesquisar as manifestações culturais de seu município e apresentarem à turma; atividade para o discente pensar o estado ou município onde vive e produzir uma imagem que retrate esse lugar; atividade indagando se existem situações de contrastes sociais no município em que o aluno mora e que as exemplifique; atividade propondo os alunos a mapearem o bairro que moram e realizar entrevistas com os moradores a respeito dos problemas sociais e ambientais do mesmo; entre algumas outras ao longo dos capítulos.

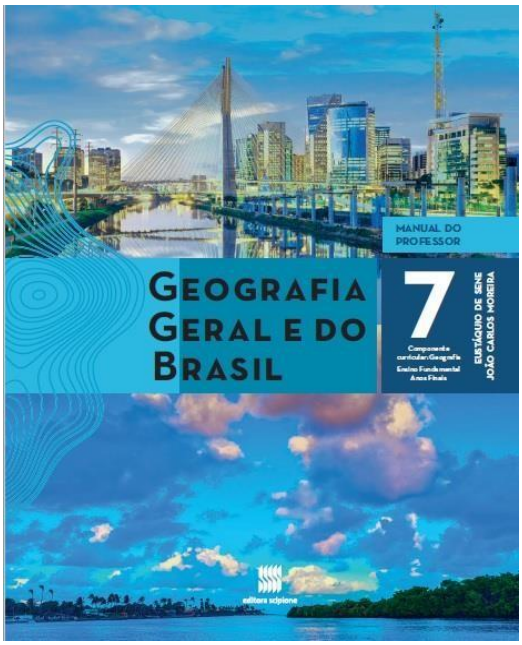
Como se percebe com a análise deste material, não há menção às pequenas cidades neste, tampouco se fala sobre as diferentes cidades, funções ou papéis da heterogênea realidade urbana brasileira. Esperava-se que ao abordar a rede urbana, suas características e funções, que se falasse dessa diversidade, trazendo exemplos, estabelecendo maiores relações com o espaço do educando, mas quase nada se fala sobre isso, no qual fora destacando apenas o papel das metrópoles, e estas ainda são abordadas em breves textos na unidade trabalhada. A escala do município é abordada em atividades ou propostas de pesquisas, geralmente ao final dos capítulos.

O segundo livro didático analisado é intitulado “Geografia geral e do Brasil”, dos autores Eustáquio de Sene e João Carlos Moreira, conforme ilustrado na Figura 2 na página seguinte. São oito unidades temáticas trabalhadas ao longo da obra: Brasil: território e divisão política; A população brasileira; Indústria e agricultura no Brasil; Região Nordeste; Região Sudeste; Região Sul; Região Norte; e Região Centro-oeste.

O livro didático em questão se mostra de fácil entendimento, com textos breves, de linguagem clara, mas também não aprofunda as temáticas trabalhadas. Ao lado de alguns destes textos são colocados alguns termos que podem ser desconhecidos

pelos educandos, elucidando de forma didática o significado de palavras que aparecem no decorrer dos textos.

Figura 2: Livro didático “Geografia Geral e do Brasil” (2018)



Fonte: Sene; Moreira (2018).

Os dados gerais da obra são apresentados no Quadro 7 a seguir.

Quadro 7: Dados da obra “Geografia Geral e do Brasil”

Título	Geografia geral e do Brasil
Autor(es)	Eustáquio de Sene; João Carlos Moreira
Editora	Editora Scipione
Volume	7º ano
Edição	1º edição
Ano	2018
Número de páginas	256 p.

Fonte: Sene; Moreira (2018).
Elaboração: o autor (2021)

Há ao longo dos capítulos pequenos textos intitulados “Para saber mais”, que complementam algum conteúdo trabalhado, além de outras informações complementares que aparecem na lateral dos textos chamada de “Na rede/Na

tela/Na estante", que são indicações de sites, vídeos, filmes e livros relacionados aos conteúdos para aprofundar e enriquecer os temas estudados.

A obra traz alguns textos de teor mais crítico, enquanto outros acabam sendo mais informativos, e, no geral, são adequados à série proposta, porém, sem muito aprofundamento nas temáticas. É possível afirmar que os conteúdos seguem uma ordem didática, de fácil entendimento, e com recursos visuais atrativos ao educando.

Neste sentido, há o uso de imagens, mapas, figuras e esquemas que ajudam na compreensão os conteúdos abordados, sendo um livro visualmente rico em informações. Além disso, existem diversas atividades de análise destes mapas, gráficos, tabelas, entre outros, sendo importante então para que as atividades não sejam meramente descritivas, mas que estimulem também a observação e a análise por parte dos discentes.

É notável que ao abordar alguns destes recursos visuais, o livro traz ao lado destes um *box* chamado "explorando a imagem/gráfico/mapa" e afins, que traz algum questionamento para que o aluno interprete e analise aquilo que está sendo colocado. Algumas destas atividades de análise das figuras buscam relacionar o conhecimento prévio do aluno com os temas mais gerais tratados, como na página 13, que traz um mapa com a divisão política do Brasil e indaga: "Você já visitou algum estado que faz divisa com o estado em que mora? Diga o que achou de semelhante e de diferente entre eles".

Os exercícios da obra são diversificados, contendo aqueles mais descritivos, para definir ou comparar algum conceito por exemplo, e aqueles que pedem que o aluno observe, analise e apresente suas conclusões sobre os temas abordados. De modo geral, há a predominância de atividades que estimulam o aluno a pensar e ir além de descrever conceitos já prontos, além de, ao longo dos textos, trazer alguns outros exercícios de textos complementares e de figuras, como já colocado.

Alguns destes exercícios buscam relacionar as questões trabalhadas com as experiências dos alunos, já que isso não é feito nos textos. Na primeira página do primeiro capítulo o livro, por exemplo, é apresentado uma fotografia do Congresso Nacional em Brasília e se busca estabelecer um diálogo entre o nacional e o espaço local do educando indagando: "[...] observe a fotografia. Você sabe o que é o Congresso Nacional? Você acha que as decisões que são tomadas lá influenciam o dia a dia do município onde você vive?".

Esta seria uma oportunidade para o professor estabelecer relações entre

aquilo que será trabalhado ao longo da unidade com o espaço de vivência dos discentes, de modo que os mesmos a pensem para além do que é abordado no livro didático, que reflitam sobre a realidade do seu município.

O capítulo que aborda o urbano brasileiro traz textos sobre os municípios; as metrópoles; o conceito de conurbação e ainda sobre a Lei de Zoneamento Urbano. São, no entanto, textos breves, que pouco trazem sobre a rede urbana brasileira. Destaca-se que também não há menção às pequenas cidades.

Contudo, apesar de serem sintéticos, há algumas passagens no qual o professor pode utilizar para estabelecer o diálogo entre os conteúdos mais gerais abordados neste capítulo e a realidade do município em que habitam ou mesmo sobre a realidade das pequenas cidades brasileiras.

Ao iniciar o capítulo que trata sobre os municípios, por exemplo, o livro apresenta duas imagens: uma de Belo Horizonte e outra de Serra da Saudade (município com a menor população do Brasil), e pede para que os alunos as analise e que destaquem as diferenças entre as duas figuras. Ainda, se pede aos estudantes que imaginem como estas diferenças influenciam no modo de vida das pessoas que habitam nestas duas diferentes localidades.

Explorar estas fotografias e pensar estas questões junto aos educandos pode vir a ser uma boa oportunidade para o professor estabelecer um diálogo sobre as diferentes realidades urbanas brasileira. O docente pode, inclusive, utilizar de imagens de cidades próximas a qual habitam, explorando fotografias de pequenas, médias e grandes cidades da rede urbana ao qual fazem parte, e explorá-las junto aos alunos de forma a compreender que o urbano não é uniforme e é representado por diferentes realidades.

Na página 27 é apresentada uma tabela que mostra a população dos municípios brasileiros no ano de 2015, destacando que municípios com até 20 mil habitantes representam 69,1% destes no território brasileiro; de 20.001 a 100 mil habitantes são 25,5%; de 100.001 a 500 mil representam 4,7%; e municípios com mais de 500 mil habitantes possuem uma participação de 0,7% destes no Brasil. Acompanhada a esta tabela, há uma questão ao lado: “Maior parte dos municípios brasileiros tem quantos habitantes?”. Esta pode também ser uma forma do professor discutir com os alunos o expressivo número de pequenas cidades no urbano brasileiro, e a partir daí discutir seus papéis na rede urbana.

Seguido a esta tabela, há um importante trecho no livro para discutir esta

diversa realidade de cidades, e de não apenas pensá-las apenas sob a óptica dos aspectos demográficos ou territoriais:

> Os municípios brasileiros são muito diferentes entre si. A extensão e a quantidade de habitantes são alguns dos primeiros aspectos que nos ajudam a caracterizar um município. Mas, além deles, existem outros fatores relevantes, como o contexto histórico de sua formação e as atividades econômicas desenvolvidas nele. Em alguns municípios há indústrias, comércios e serviços variados; em outros, destacam-se a agricultura, a pecuária ou o turismo. Há também aqueles em que acontecem todas essas atividades (Sene; Moreira, 2018, p. 27).

Caberia ao professor dar continuidade a este debate, pois o livro não se aprofunda em maiores detalhes a respeito desta diversidade, ou mesmo cita exemplos de cidades que possuem tal relevância econômica citada. Seria um significativo momento para o docente relacionar com o município em que habitam, principalmente se for o caso daqueles que fazem parte de uma pequena cidade/localidade, demonstrando de que forma este possui sua importância para além dos aspectos demográficos.

De modo geral, como se nota, não há menção às pequenas cidades nos textos. Algumas partes abordam e citam brevemente apenas as metrópoles brasileiras. Todavia, há textos que discorrem sobre o munícipio, permitindo a articulação entre estes conteúdos da escala nacional para com a realidade local, além de exercícios que instigam os alunos a pensarem sobre os mesmos.

Na página 33, por exemplo, há um pequeno texto sobre as desigualdades socioeconômicas nas cidades brasileiras, e propõe um exercício aos alunos passear pelo município onde mora, com um olhar mais atento à paisagem, e que analisem como o passado se faz presente em seu município, e se os discentes conseguem notar as diferenças de infraestrutura entre os bairros da sua cidade.

Observa-se algumas lacunas quando se trata em abordar as pequenas cidades no material, e pouco se fala sobre rede urbana brasileira em sua totalidade. No capítulo sobre os municípios, poderia haver mais informações sobre a diversidade urbana do país, e mais exercícios que instigassem o aluno a saber mais sobre o seu espaço local, ainda que isso seja proposto em algumas atividades ao longo do livro. Já que esta conexão entre as diferentes escalas não é feita ao longo dos textos, se poderia então neste capítulo propor mais atividades que permitissem os educandos pensarem tais questões.

O terceiro livro didático aqui analisado é a obra “Por dentro da Geografia”, de Wagner Costa Ribeiro, representado na Figura 03 a seguir.

Figura 3: Livro didático “Por dentro da Geografia”

Fonte: Ribeiro (2018).

No Quadro 8 são apresentados os dados do referido livro didático:

Quadro 8: Dados da obra “Por dentro da Geografia”

Título	Por dentro da Geografia
Autor(es)	Wagner Costa Ribeiro
Editora	Editora Saraiva
Volume	7º ano
Edição	1º edição
Ano	2018
Número de páginas	256 p.

Fonte: Ribeiro, 2018.

Elaboração: o autor (2021)

A obra se encontra dividida em apenas quatro unidades, no qual os capítulos que compõem estas unidades são mais extensos que os livros anteriores. São estas as unidades: O território brasileiro; A sociedade brasileira; Geografia da produção no

Brasil; e a Geografia regional do Brasil.

Todo início de capítulo do livro em questão se traz um pequeno resumo sobre o que vai ser estudado, e traz ainda alguma atividade ao educando, como observar figuras ou exercícios para serem respondidos. Apresenta também um glossário ao lado dos textos para alguns termos que são colocados ao longo dos capítulos.

Torna-se notável que em quase toda figura, mapa ou tabela apresentada, encontra-se ao lado um pequeno *box* chamado “interprete”, em que propõe alguma questão para os alunos observarem as imagens do livro e as analisar. Além disso, ao longo dos capítulos existem pequenos textos intitulados “Olhar interdisciplinar”, que indicam alguma outra disciplina que pode ser associado ao conteúdo trabalhado no capítulo, e, ao final destes, algumas atividades sobre o texto. Assim, estes textos relacionam o conteúdo trabalhado com outras disciplinas escolares, como a Ciência, Língua Portuguesa, Matemática e outras áreas do saber que o livro busca estabelecer relações.

Os textos possuem mais informações se comparados aos outros dois livros aqui analisados, além de diversificar os conteúdos abordados ao longo dos capítulos. Contudo, alguns textos possuem uma linguagem mais científica, que, sem o auxílio do professor, pode vir a ser de difícil entendimento pelo aluno, não apresentando, portanto, uma linguagem mais objetiva aos alunos do 7º ano. Explora-se, por outro lado, o uso de figuras e mapas, sendo um livro visualmente atrativo.

Observa-se que o livro apresenta diversos textos de teor mais crítico, abordando diversas questões como a mulher no mercado de trabalho, demarcação das terras indígenas, racismo e discriminação no Brasil, as cotas, entre outros temáticas que também precisam fazer parte das aulas de Geografia para além dos conteúdos que os planejamentos trazem.

Não se trata, pois, apenas de compreender as regiões brasileiras, por exemplo. Existem diversas outras situações que fazem parte do cotidiano de todos os brasileiros e que merecem destaque nas aulas, e como tal, também precisa fazer parte destes materiais didáticos. Afinal, como assinalado antes, não se trata de ensinar Geografia apenas por ensinar seus conteúdos, mas sim desenvolver um olhar espacial e cidadão acerca da realidade e dos fenômenos que acontecem no espaço geográfico.

O referido livro traz em cada capítulo uma seção intitulada “Enquanto isso no mundo”, exclusiva deste volume da coleção, que procura estabelecer relações entre

o Brasil e o mundo, a partir de um texto informativo. Ao tratar prioritariamente da escala nacional nesta série, estes textos buscam relacionar seus conteúdos com fatos, fenômenos ou acontecimentos similares, mas de outros países, nesta tentativa de relacionar os conteúdos com a escala global.

As atividades propostas ao longo dos capítulos ou ao final destes, contudo, deixam a desejar, pois como se percebeu estas são, em sua maioria, descritivas, sem muita crítica ou problematizações. As atividades se limitam mais a definir, conceituar alguns termos, citar ou comparar conceitos, mas pouco estimulam o aluno a pesquisar, analisar e colocar suas opiniões frente aos conteúdos que foram abordados. Seria fundamental que houvessem menos atividades descritivas e mais exercícios que propusessem aos alunos irem além dos textos do livro didático.

Assim como nos demais livros, nas atividades é que a relação com a escala local se faz presente. Porém, notou-se que maior parte das atividades, principalmente as que pediam análise de mapas apresentados, solicitavam que o aluno estabelecesse relações com o estado em que vive. Assim, percebeu-se que as atividades mais indagavam sobre o estado que os alunos habitam, e em menor proporção se tinha aquelas atividades que pediam para estabelecer relações com a escala do município.

O capítulo que irá tratar sobre o urbano traz textos sobre o surgimento das cidades no Brasil; a aceleração da urbanização brasileira; as cidades médias, as metrópoles e as megalópoles brasileiras; os problemas ambientais e sociais nas cidades; e a rede urbana do país. Como se observa, há uma variedade de temáticas abordadas, que buscam trazer o caráter histórico do surgimento das cidades no Brasil até as problemáticas atuais.

Esta foi a única obra analisada que trouxe as cidades médias enquanto conteúdo, porém, também não menciona o caso das pequenas cidades. Todavia, apesar de não haver um tópico especifico sobre as pequenas cidades, o livro busca, brevemente, abordar esta diversidade urbana do país, como se observa na citação que segue:

> As cidades apresentam variações, como de tamanho e de total de habitantes. Enquanto algumas concentram milhões de habitantes em imensas áreas, outras não totalizam 10 mil, um valor considerado pequeno. Com base nisso, o IBGE apresenta uma nova proposta de classificação territorial para o espaço urbano e rural. A densidade demográfica é o principal critério para esse novo método de representação que considera também a localização em relação aos

> principais centros urbanos e o tamanho da população (Ribeiro, 2018, p. 136).

Nota-se a preocupação em destacar que o urbano brasileiro é heterogêneo, e como tal, existem diversas localidades, de diferentes aspectos demográficos, e não apenas estes devem ser considerados, como se destaca:

> Para alguns geógrafos, o total de habitantes não é suficiente para classificar as cidades. Eles consideraram o papel que a cidade exerce no comando de atividades que envolvem outras cidades ao seu redor. Por isso, surgiu o termo cidades médias, que, independentemente do tamanho e de sua população, influenciam outras cidades no seu entorno por meio da oferta de serviços mais qualificados, por exemplo (Ribeiro, 2018, p. 137).

O autor contempla, ainda que de forma breve, a diversidade urbana como destacado nos trechos anteriores, citando o caso das cidades médias, algo que outros livros analisados não o fizeram. A obra atualiza suas discussões sobre como entender o urbano, mostrando que não são apenas os aspectos demográficos que caracterizam uma cidade, mas que existem outros aspectos que também precisam ser considerados.

Como debatido, seria errôneo pensar as pequenas cidades apenas por um viés quantitativo, em que apenas alguns dados definiriam seu caráter. Logo, é preciso que o livro didático também aborde tais questões ao falar sobre o urbano brasileiro, e que não são apenas as grandes cidades que possuem relevância no contexto da rede urbana, mas que existem outras realidades e diferentes critérios para analisá-las.

A respeito da rede urbana brasileira, o livro traz a classificação de hierarquia da rede urbana do IBGE, e comenta brevemente sobre elas. Este foi o único material analisado que abordou a classificação de hierarquia do IBGE e que traz os conceitos de metrópoles nacionais, metrópoles, capitais regionais e centros sub-regionais. Contudo, não há uma explicação para cada uma destas, ficando a cargo do professor trabalhar com esta classificação, já que o texto que aborda este conteúdo é bastante sintético.

Como se pode concluir a respeito da referida obra, não há textos que falem sobre as pequenas cidades especificamente, mas há algumas reflexões que podem ser desenvolvidas, caso o docente preocupe-se com as questões como aqui foram abordadas. Poderia haver também um maior número de exercícios que estimulassem o aluno a pensar suas cidades, já que grande parte dos exercícios são de caráter

descritivo, com poucas atividades que estimulem o educando a pensar a sua cidade, como ocorreu em outros materiais.

Por fim, o último livro didático que aqui se apresenta a análise é a obra “Araribá Mais: Geografia”. Trata-se de uma obra coletiva organizada pela Editora Moderna, cuja capa é representada na Figura 4 a seguir:

Figura 4: Livro didático “Araribá Mais: Geografia”

Fonte: Editora Moderna (2018)

Suas informações gerais são sintetizadas no Quadro 9. Se trata de uma obra coletiva, produzida pela Editora Moderna, cujo editor responsável é Cesar Brumini Dellore. Refere-se ao atual livro didático adotado pelo estado do Paraná, segundo informações de uma docente de uma das escolas desta pesquisa. Refere-se, portanto, ao livro didático de Geografia que está sendo utilizado no presente momento da pesquisa, e que será ainda utilizado até o ano de 2023 pelas escolas.

O livro está organizado em oito unidades, sendo elas: o território brasileiro; população brasileira; Brasil: industrialização, urbanização e espaço rural; Região Norte; Região Centro-Oeste; Região Sul; Região Sudeste; e Região Nordeste. Diferentemente da última obra aqui comentada, os assuntos mais gerais, como urbanização, industrialização, unidades de relevo do país, os climas, entre outras

temáticas, se encontram resumidas nas duas primeiras unidades, enquanto as demais tratam individualmente de cada região brasileira.

Quadro 9: Dados da Obra “Araribá Mais: Geografia”

Título	Araribá Mais: Geografia
Autor(es)	Obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna Editor responsável: Cesar Brumini Dellore
Editora	Editora Moderna
Volume	7º ano
Edição	1º edição
Ano	2018 (PNLD: 2020, 2021, 2022, 2023)
Número de páginas	240 p.

Fonte: Editora Moderna (2018).
Elaboração: o autor (2021).

Seus textos, de um modo geral, segue a mesma linha dos demais livros aqui citados, com maior parte dos tópicos abordados sendo breves, mas de fácil entendimento para estudantes do 7º ano. Mapas, imagens e fotografias são bem explorados ao longo da obra, sendo também visualmente atrativo.

Existem alguns pequenos textos complementares a alguns tópicos abordados no decorrer dos capítulos. Possui alguns textos de teor mais problematizador, abordando questões como a mulher no mercado de trabalho; as terras indígenas, os indígenas nas cidades e o preconceito que estes povos sofrem no meio urbano; a intolerância religiosa; movimentos sociais no campo, e outros. Contudo, estes são também tópicos curtos, sem muito aprofundamento em tais temáticas.

Destaca-se ainda que alguns mapas apresentados são acompanhados de um pequeno *box* intitulado “Ler o mapa”, que faz alguns questionamentos sobre informações que os alunos podem ter ao analisar estes. Nestes exercícios de leitura do mapa, inclusive, a obra busca relacionar os conteúdos destes com as demais escalas de análise, no qual por meio da interpretação de mapas pedem aos alunos para identificarem em qual unidade de relevo estão situados, ou qual a vegetação, clima, etc.

Na página 40, por exemplo, há um *box* ao lado de um mapa sobre as unidades de conservação do Brasil, que pede aos alunos para pesquisarem se existe alguma unidade de conservação em seu município ou próximo a ele. É relevante nestes momentos o livro didático relacionar mapas e figuras para com outras escalas geográficas, inclusive aquela dos espaços de vivências dos educandos. Este poderia inclusive ser um recurso mais bem aproveitado ao longo do livro, já que estes momentos de conexões entre as diferentes realidades acabam por acontecer apenas nos exercícios e atividades.

As atividades do livro em questão, inclusive, assim como nas demais obras aqui apresentadas, também alternam entre aquelas que solicitam para descrever algo, questões de assinalar a alternativa correta, questões de análise de mapas e gráficos, ou ainda as que pedem para o aluno colocar sua opinião frente aos conteúdos abordados.

A respeito do capítulo que trata sobre o urbano, no início desta unidade pergunta-se ao aluno se o lugar que ele mora é urbano ou rural; como é a qualidade de vida nesse lugar, e ainda se há a carência de serviços e infraestrutura no lugar em que vive. Nesse sentido, estas perguntas no início da unidade podem ser uma forma do docente partir destes conhecimentos para depois se trabalhar com questões mais gerais, podendo relacionar os conteúdos a serem estudados junto à realidade local do discente.

O capítulo que trata sobre o urbano é bastante sintético, com breves textos sobre a recente urbanização no território brasileiro; industrialização e urbanização; a rede urbana; as regiões metropolitanas brasileiras; e sobre os problemas ambientais e sociais no meio urbano. Tais conteúdos estão sintetizados em apenas quatro páginas do livro didático.

Há alguns elementos que aqui merecem ser pensados que são colocados na obra. Na página 100 por exemplo, há a seguinte citação:

> Quanto maiores as cidades, maior a concentração de atividades industriais e/ou comerciais e a diversificação de serviços oferecidos. Os grandes centros também contam com melhor infraestrutura urbana, além de sediarem grande parte dos órgãos públicos. Por esses motivos, algumas cidades exercem influência econômica, política ou cultural sobre outras, e essa relação de atração e influência forma a rede urbana, que se articula, basicamente, por meio dos sistemas de transportes e comunicação (Dellore, 2018, p. 100).

É fato, pois, que as grandes cidades concentram um alto número de atividades do comércio, indústria, serviços ou mesmo da presença de órgãos públicos, e, por estes motivos, exercem influência na rede urbana na qual estão inseridas. No entanto, é preciso fazer algumas ressalvas quanto ao trecho acima, pois nem sempre quanto maior o centro urbano, maior será a infraestrutura desta localidade. Não são apenas as grandes cidades que concentram as atividades industriais, o comércio e que proporcionam essa “melhor infraestrutura urbana”, como destaca a obra.

Nos últimos anos se observa o crescimento das cidades médias no Brasil, assim como a desconcentração de atividades e serviços que antes só se observava nas grandes metrópoles. Nos dias de hoje, pequenas e médias cidades também vêm atraindo estas atividades, assim como atraem pessoas a estes locais, inclusive moradores das grandes cidades brasileiras. A atual hierarquia urbana brasileira é complexa, no qual não se tem mais apenas uma centralização dos bens e serviços apenas pelas grandes cidades ou metrópoles:

> [...] não é possível que todos os bens e serviços sejam oferecidos em todas as localidades centrais, fazendo decorrer daí a estrutura da hierarquia no sentido de que os bens e serviços com limiares e alcances diferenciados serão oferecidos em centros de nível hierárquico diversificado (pequenos, médios e grandes). Portanto, a distribuição dos bens e serviços, intra e interurbana, não é aleatória, ou melhor, não acontece ao acaso; ela é, no fundo, uma decorrência da interação espacial entre consumidores e provedores de bens e serviços em pequenos, médios e grandes centros (Silva, p. 95, 2010).

Logo, tal afirmação abordada sinteticamente na obra aqui analisada deve ser pensada com cuidado, e se deve mostrar aos educandos em sala de aula que não são apenas os grandes centros urbanos que centralizam estas questões. Mais adiante, afirma-se na obra: “É comum que os moradores de cidades menores se desloquem (de forma regular ou esporádica) para as maiores em busca daquilo que sua cidade não oferece: mercadorias, lazer, etc. Há muitas pessoas, no entanto, que se deslocam diariamente para trabalhar ou estudar” (Dellore, 2018, p. 100).

É fato que isso acontece na realidade de muitas cidades brasileiras, principalmente em pequenas cidades que carecem de atividades da indústria, comércio e serviços, e assim buscam outras oportunidades em cidades vizinhas ou próximas.

Diante da imensa diversidade urbana brasileira, é preciso destacar que existem pequenas cidades que fogem dessa explicação, como pequenas cidades turísticas,

em espaços de conurbação ou com grandes distâncias de cidades médias e grandes, como no Amazonas e no Pará, de modo que é preciso ter cuidado com tais explicações generalistas.

No entanto, como explicitado anteriormente, é significativo também destacar, já que o livro didático não o faz, que hoje se observa a descentralização destas atividades, e que isso pode ocorrer tanto nas cidades médias como também nas pequenas localidades. Ainda há de se ressaltar que também existe um movimento de moradores saindo destas grandes cidades, buscando uma vida em cidades médias ou pequenas, já que os grandes centros urbanos carregam consigo diversos problemas, sociais e ambientais, mas que também não são exclusivos destes.

A respeito desta questão em específico, assim como ocorreu em outras obras aqui analisadas, os tópicos que tratam sobre os problemas sociais e os problemas ambientais urbanos enfatizam apenas as regiões metropolitanas. Apenas em um trecho na página 102 que se afirma que “Os problemas ambientais urbanos, embora não estejam restritos às grandes cidades, são agravados pela intensa concentração de pessoas e da produção econômica” (Dellore, 2018, p. 102). Novamente, não há menção à outras realidades do urbano brasileiro para exemplificar que este não é um problema exclusivo das grandes cidades.

Não há também na unidade aqui abordada um tópico específico sobre as pequenas ou médias cidades. Há apenas uma breve menção às cidades médias no decorrer do texto, ao falar que estas vêm crescendo em ritmo acelerado na atualidade. Nos exercícios do final do capítulo sobre a industrialização e urbanização, há uma atividade que traz um trecho de um texto intitulado “A importância da cidade média” de Diana Motta e Daniel da Mata, que destaca o crescimento destas nos últimos anos e de sua relevância no contexto urbano. Tal texto é acompanhado, depois, por três questões.

O que se pode observar, portanto, foi que a ênfase maior foi dada às metrópoles e ao processo de urbanização no livro em questão. A relação com a escala local também ficou a cargo dos exercícios, como na página 101, que apresenta um mapa das regiões metropolitanas do Brasil e uma questão ao lado: “Você reside em um município que pertence a alguma região metropolitana? Converse com seus colegas sobre como é a infraestrutura da região onde vocês vivem.” São nestes momentos então que o docente, seja ele de uma pequena cidade ou de uma grande cidade

brasileira, deve estabelecer as devidas conexões entre as diferentes realidades que compõem o quadro urbano do país.

Seria importante que o material atualmente utilizado nas escolas paranaenses tivesse mais momentos de conexões entre as escalas geográficas, como nos exercícios, atividades de pesquisa, ou seja, momentos que propusessem aos alunos saberem mais sobre o local em que vivem. Apesar do foco desta série ser a escala nacional, é preciso que esta não seja também o foco único e exclusivo ao longo do ano letivo.

Logo, entender as cidades em toda sua complexidade, e não como um conceito pronto e acabado,mas enquanto local de (re)produção do espaço geográfico é, pois, essencial. Não se trata de um conceito abstrato que nas salas de aula deve ser decorado. São localidades que permitem o sujeito a ler e compreender o mundo, e nele atuar enquanto cidadão.

Fica evidente a necessidade de um olhar geográfico para as cidades no ensino, e, como aqui se destacou, nos livros didáticos adotados nas escolas. Cabe também um olhar mais atento para o caso das pequenas cidades, já que estas nem sempre possuem um espaço nas discussões em sala de aula, ou como aqui foi possível observar, nos livros didáticos que também não trazem para debate tal temática.

Dentre os materiais analisados, foi possível perceber que não há um capítulo específico que aborde as diversas realidades urbanas do Brasil, tampouco um tópico que discorra sobre as pequenas cidades. Estas aparecem de forma indireta em alguns trechos ao longo dos capítulos que tratam sobre o urbano, mas o que ainda se enfatiza nestes materiais são as grandes cidades e metrópoles brasileiras.

Certamente podem haver diversos outros livros didáticos que abordem as pequenas cidades, e como aqui se destacou, não foi o objetivo fazer uma vasta análise destes materiais. No entanto, dentre os materiais aqui destacados de coleções recentemente publicadas, pouco se abordou o urbano em sua totalidade.

Os livros didáticos tratados mostraram que temáticas referentes ao urbano e às cidades são abordadas, mas, de modo geral, sob um enfoque conceitual, sintético, sem aprofundar teoricamente no assunto e pouco remetendo à vivência dos estudantes. Observou-se que ficou na maior parte dos casos a cargo dos exercícios estabelecer estas relações entre os conteúdos tratados nos livros e o conhecimento da realidade local do educando.

Isso se tornou ainda mais evidente quando o assunto foram as pequenas cidades nos livros didáticos. Estas não tiveram espaço nos textos, e ficou evidente que é priorizado os acontecimentos, dinâmicas e fenômenos das grandes cidades, no qual temas como as metrópoles, megalópoles, conurbação urbana e os problemas ambientais e sociais destes espaços ganham destaque, mas pouco se relaciona a outras realidades que fazem parte da rede urbana brasileira.

Nesse contexto, é fundamental corroborar à questão apontada por Silva e Azevedo (2021), de que não se trata de tornar as pequenas cidades um conteúdo obrigatório, mas é relevante que estas sejam abordadas de forma mais explícita em alguns momentos, contribuindo para o trabalho dos professores, de modo a ajudar a construir uma Geografia que seja mais próxima da realidade do estudante.

Neste sentido, reitera-se a relevância do olhar do docente de Geografia ao fazer uso destes materiais. Ao ter consciência que os livros didáticos não devem dar conta das especificidades da realidade de cada localidade, é necessário que o professor planeje sua aula e faça o uso do livro didático enquanto um material complementar ao seu trabalho, e ainda enquanto uma fonte de pesquisa ao aluno. Não é, pois, um guia que irá balizar o currículo ou todo o planejamento docente para a disciplina.

Não é o sumário do livro didático que deverá definir o que deve ou não ser trabalhado ao longo do ano letivo. Portanto, não se deve limitar apenas ao que os livros trazem, porém, não significa que estes não devam ser utilizados. Pelo contrário, acreditamos que enquanto um recurso de apoio às aulas, o livro didático é um material significativo, e em muitos casos o único recurso disponível em determinadas realidades escolares.

Todavia, seu uso deve ser feito de forma objetiva, consciente do que se pode utilizar enquanto apoio para as aulas, e que se tenha ciência de onde o docente pode ir além do que o livro aborda, trazendo também os conhecimentos do cotidiano de seus educandos, destes saberes que são de relevância para as aulas de Geografia e que devem ser estabelecidas as devidas conexões no processo de aprendizagem.

Cabe ao professor então fazer a seleção dos conteúdos de acordo com a realidade a ser estudada, pois é ele quem conhece, geograficamente, o espaço a ser trabalhado, e que conhece ainda as estratégias didáticas mais adequadas a cada escola ou a cada turma, e pode assim ajudar a trazer a cidade para dentro da sala de aula, a abordar temáticas que se fazem ausentes nos materiais didáticos.

Tão importante quanto pensar em como abordar estas realidades em sala de aula, é também analisar o que já se produziu sobre estas ou quais as experiências que se tem registro de práticas escolares que ocorreram em pequenas cidades. Sendo assim, a próxima subseção analisa práticas como estas, que já ocorreram na Educação Básica e que são fundamentais para se pensar em como abordar as pequenas cidades no ensino de Geografia.

4.2 AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ENSINO DAS PEQUENAS CIDADES: O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL (PDE)

O objetivo desta subseção é destacar as produções dos professores do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) do Paraná, enfatizando aquelas em que ocorreram estudos, atividades e práticas em pequenas cidades, como um meio de entender como os docentes abordaram estas realidades em seus projetos e como os cadernos do PDE podem ser uma significativa fonte de pesquisa para o trabalho com as pequenas cidades no ensino.

O PDE é uma política pública do Estado do Paraná, regulamentado pela Lei Complementar nº 130, de 14 de julho de 2010 que visa estabelecer o diálogo entre os professores do ensino superior e os docentes da educação básica, por meio de atividades teórico-práticas orientadas, cujo resultado é a produção de conhecimentos e mudanças qualitativas na prática da escola pública paranaense.

De acordo com o Art. 1º da Lei Complementar nº 103/2004, o PDE tem como objetivo oferecer Formação Continuada para o Professor da Rede Pública de Ensino do Paraná:

> O PDE é um Programa de Capacitação Continuada implantado como uma política educacional de caráter permanente, que prevê o ingresso anual de professores da Rede Pública Estadual de Ensino para a participação em processo de formação continuada com duração de 2 (dois) anos, tendo como meta qualitativa a melhoria do processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas estaduais de Educação Básica (Paraná, Art. 1º, parágrafo único).

O PDE é, então, executado por meio de parceria entre a Secretaria de Estado da Educação – Seed**;** da Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Seti; e das Instituições de Ensino Superior paranaenses. A formação continuada do

professor no PDE se dá por meio de estudos, discussões teórico-metodológicas em atividades realizadas nas Instituições de Ensino Superior e por meio de um projeto de intervenção na escola que o docente atua.

No decorrer do programa, os professores participantes produzem e implementam as chamadas Produções Didático-Pedagógicas, materiais produzidos pelos próprios docentes e seus orientadores de uma Instituição de Ensino Superior sobre a temática que escolhem trabalhar e, ao final, sistematizam estas experiências resultantes de uma intervenção no âmbito escolar em forma de um artigo científico.

Neste contexto, a fim de verificar metodologias e estratégias didáticas utilizadas pelos professores em suas pesquisas do PDE, que tiveram sua concretização em pequenas cidades de todo o Paraná, aqui pretende-se apresentar algumas destas propostas já realizadas.

Esta análise documental dos cadernos do PDE é um meio de entender como os docentes da rede básica de ensino realizaram diferentes intervenções pedagógicas considerado as realidades das pequenas cidades em seus projetos. A análise destes documentos do PDE que segue refere-se aos projetos desenvolvidos no ano de 2014 e no ano de 2016, os últimos dois anos que se tem registro para consulta no Portal do Dia a Dia da Educação do Governo do Paraná[12]. São, portanto, as produções mais recentes que se tem acesso no referido portal até a data de escrita da presente pesquisa, não sendo uma análise de todos os materiais já produzidos até o momento.

Para a referida análise, levou-se em consideração as produções didático-pedagógicas, pois são nestas que é possível observar em maiores detalhes as atividades que foram desenvolvidas, bem como uma cópia dos materiais que foram utilizados em sala de aula para o trabalho com os alunos (como os textos, questionários, modelos das atividades, e assim por diante).

Destaca-se que não se trata de apresentar todos os estudos de caso que tiveram sua concretização em pequenas cidades. Foram priorizados aqueles que, em algum momento da pesquisa, trabalharam com a cidade ou com a realidade local dos estudantes das pequenas cidades. Ressalta-se que nenhum dos trabalhos observados trabalhou diretamente com a noção ou com os conceitos de pequenas cidades em si, mas os trabalhos aqui apresentados desenvolveram diferentes atividades que enfatizaram o estudo dessas realidades em seus projetos, bem como

[12] Cadernos do PDE disponíveis no site: < http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=616>

utilizaram de diversas metodologias de ensino que podem ser reproduzidas ou recriadas em outras localidades.

Para tanto, os trabalhos foram agrupados em diferentes categorias, mas que possuíam temáticas em comum. Todos eles, em algum momento, abordaram determinadas estratégias didáticas que tiveram seu desenvolvimento em pequenas cidades paranaenses. Assim, os trabalhos encontram-se agrupados nas seguintes categorias: a cartografia e a utilização das geotecnologias no ensino de Geografia; estudos da paisagem do município; meio ambiente e análises ambientais; estudos urbanos no ensino; as diferentes metodologias aplicadas ao ensino de Geografia; e por fim, outras temáticas.

4.2.1 A cartografia e a utilização das geotecnologias no ensino de geografia

A primeira categoria aqui elencada refere-se aos trabalhos que tiveram como foco desenvolver temáticas relacionadas ao uso da cartografia no ensino, dos mapas e das geotecnologias aplicadas ao ensino da Geografia escolar. Ao todo, foram dez projetos que trabalharam com o tema em questão.

A linguagem cartográfica foi um tema bastante abordado pelos docentes em suas produções, pois é por meio da cartografia que se torna possível a espacialização dos fenômenos do espaço geográfico, e estes podem ser interpretados por meio de croquis, mapas, diferentes ferramentas do geoprocessamento, entre outros meios. Como destaca Francischett (2001), é a cartografia que, graficamente, representa uma área geográfica numa superfície plana, como em um mapa ou gráfico, por exemplo, ou mesmo em uma terceira dimensão, como nas maquetes.

Hoje, para além dos mapas, se tem um conjunto de outras técnicas que podem ser aplicadas para o estudo destas espacializações, e, como tal, também podem ser exploradas nas salas de aula. É neste sentido que se apresenta a seguir alguns dos trabalhos desenvolvidos pelos professores com suas turmas na educação básica, que envolvem a alfabetização cartográfica, a utilização das imagens de satélite, *softwares*, GPS, entre outras técnicas e linguagens utilizadas para o ensino da Geografia.

Andreia Cristina Bueno, no projeto intitulado “Utilização de imagens de satélites como meio do processo de ensino-aprendizagem” analisou as transformações do espaço geográfico do município de Ibaiti através dos conceitos de paisagem e lugar,

utilizando das imagens de satélites e fotografias aéreas. O professor Ivanil Alves Cabral, em “Alfabetização Cartográfica: o uso de mapas como recurso metodológico no ensino de Geografia”, se propôs a incentivar a leitura, a produção e a interpretação da linguagem cartográfica na sala de aula do município de Tapejara, desenvolvendo diversas atividades práticas como a construção de maquete, jogos geográficos, entre outras.

A professora Anilda Salete da Silva desenvolveu também uma série de atividades que visaram suprir as dificuldades dos alunos no que se refere aos conteúdos cartográficos, buscando estimular a leitura e interpretação de mapas para entender a realidade local e global, com o projeto intitulado “Cartografia no ensino da Geografia: importância da leitura e interpretação de mapas”, desenvolvido no município de Salto do Lontra.

Arlei Francisco Bertuo, em “A linguagem cartográfica na construção do conhecimento geográfico com alunos do 6º ano da Escola Estadual do Bairro Itaipu – Ensino Fundamental”, também no município em questão, objetivou ampliar o conhecimento da linguagem cartográfica para analisar, a partir da realidade cotidiana dos educandos, os fenômenos espaciais e suas inter-relações, por meio de atividades desenvolvidas em sala de aula, no pátio da escola e no bairro onde a mesma se encontra inserida.

O professor Everaldo Roberto Parra desenvolveu o projeto “Novas Tecnologias Aplicadas à Alfabetização Cartográfica”, em Rio Branco do Ivaí, no qual teve o objetivo de ampliar a compreensão e o estudo da cartografia por meio das novas tecnologias, tais como o celular, GPS, os aplicativos *Google Maps* e *Google Earth*, dentre outros. Glaucia Alberti, também utilizando de ferramentas da cartografia e de tecnologias relativas ao sensoriamento remoto, buscou desenvolver o conhecimento e a interpretação do espaço do entorno da escola no projeto “O entorno da escola: a linguagem cartográfica e a compreensão do espaço”, em Itaperuçu.

João Aparecido Pereira Garcia, no projeto “Etnocartografia do distrito de Caetano Mendes no município de Tibagi - PR”, realizou um mapeamento das localidades em que os alunos moram, pois, como se trata de um colégio do campo, e os professores lotados na escola em que se desenvolveu o projeto serem de diferentes cidades e não conhecerem a realidade dos alunos, foi proposto então a construção de um mapa localizando os locais que os alunos habitam.

A professora Márcia Kunz Scheidt, na pesquisa “O Uso das Tecnologias no Ensino da Geografia: aplicação no Colégio Estadual Padre Eduardo Michelis – Missal – PR”, trabalhou com o uso de diferentes geotecnologias para explorar o município de Missal e o espaço local dos educandos. Já Maria Janete de Lima Queiróz, no município de Nova Londrina, objetivou que os discentes aprendessem a ler e obter informações em diferentes tipos de mapa, que lhes permitissem localizar objetos e endereços para se deslocarem por cidades e bairros, conferir trajetos dos meios de transportes, planejar viagem ou se situar em locais públicos.

Por fim, Sandra Freitas de Carvalho Ferreira, em “A cartografia como instrumento na aproximação do espaço de vivência do aluno”, buscou trabalhar com a linguagem cartográfica enquanto um instrumento de aproximação do espaço cotidiano dos educandos, no qual diferentes recursos foram utilizados nas aulas, tais como os mapas, imagens de satélite, poesias, fotografias, vídeos, imagens, pesquisas nas certidões de nascimento dos alunos, consultas em sites como IBGE e Ipardes[13], entre outras atividades realizadas.

Como é possível notar, houve uma grande variedade de trabalhos, técnicas e metodologias utilizadas pelos docentes aqui mencionados para execução dos projetos que tiveram o objetivo de trabalhar com a linguagem cartográfica nas aulas de Geografia. E, mais do que exercitar o desenvolvimento de uma alfabetização cartográfica, estes trabalhos se preocuparam também em abordar o estudo da realidade local dos educandos, habitantes de pequenas cidades paranaenses, através de diferentes recursos cartográficos e de diferentes técnicas para leitura e interpretação destas informações.

A linguagem cartográfica é, pois, uma grande aliada para compreensão da escala local, e por meio de suas diversas técnicas e recursos, o professor pode trabalhar com a espacialização dos fenômenos naturais e sociais de seu município em sala de aula, por meio de mapas, cartas, fotografias aéreas, imagens de satélite, dentre várias outras possibilidades.

[13] O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - Ipardes é uma instituição de pesquisa cuja função é estudar a realidade econômica e social do estado do Paraná para subsidiar a formulação, execução, acompanhamento e a avaliação de políticas públicas.

4.2.2 Estudos da paisagem do município

A próxima categoria aqui abordada refere-se aos trabalhos que privilegiaram o conceito de paisagem nos projetos desenvolvidos pelos professores. As Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Paraná (2008) destacam que o conceito de paisagem é percebido sensorial e empiricamente, mas não é o espaço, e sim a materialização de um momento histórico.

A paisagem é, como define Milton Santos, tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança: “[...] o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volume, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc” (Santos, 1988, p. 61).

Logo, estudar a paisagem nas aulas de geografia é fundamental, pois a partir deste conceito é possível compreender parte da complexidade do espaço geográfico. Os trabalhos descritos a seguir objetivaram então estudar os diversos aspectos do espaço geográfico, e ainda do espaço local de pequenas cidades, sob o viés do conceito de paisagem.

A professora Angela Maria Felipe Garcia, no projeto intitulado “Carregando a cruz da avaliação: reflexões acerca do processo avaliativo no aprendizado do conceito de paisagem geográfica”, teve por finalidade trabalhar com os instrumentos avaliativos junto ao conceito da paisagem. Teve como objetivo que os alunos compreendessem as modificações e transformações que ocorreram nas paisagens no município em que vivem – Santa Mônica - propondo instrumentos diferenciados de avaliação ao aplicá-los no ensino com o conceito de paisagem.

Cesar Érico Moraes desenvolveu o projeto “O uso de paisagens com potencialidades turísticas do município de Candói – PR: uma contribuição para o ensino da Geografia”, que teve por objetivo propiciar aos alunos o estudo *in loco* das transformações das paisagens com potencialidades turísticas, realizando um roteiro para o turismo geoeducativo no referido município.

A docente Márcia Cristina Colussi objetivou o envolvimento dos educandos nas discussões e produção do conhecimento geográfico por meio das transformações das paisagens, evidenciando períodos da história do município de Alto Paraná, a partir da transformação da paisagem local e regional

Conceição Aparecida Zanatto dos Santos, em “O estudo da paisagem e as dificuldades de aprendizagem no ensino de Geografia”, objetivou mostrar que existem

diversos obstáculos que dificultam a aprendizagem dos alunos do Ensino Fundamental, e sugerindo uma intervenção acerca desta realidade, propôs trabalhar com os principais conceitos geográficos, assim como atividades de campo no município de Araruna.

Por fim, Shirlei Bueno de Oliveira propôs a realização da leitura da paisagem levando em consideração a vivência e saberes dos educandos. Teve por objetivo identificar as características das paisagens naturais e modificadas em torno da escola, para que os alunos compreendessem o que acontece nos lugares em que os alunos vivem e convivem, no município de São Sebastião da Amoreira, por meio da leitura de mapas, fotografias, pela história do município, músicas, aula de campo, construção de mapa mental, entre outras estratégias utilizadas pela docente.

Observa-se que as produções didático-pedagógicas elaboradas pelos professores se preocuparam em trabalhar com o conceito de paisagem, de grande relevância na educação geográfica, bem como buscaram realizar essa leitura da paisagem dos municípios em que as atividades aconteceram. Assim sendo, se preocuparam em levar o espaço local para as salas de aula, abordando este significativo conceito geográfico e o espaço de vivência dos discentes.

A leitura da paisagem, neste contexto, pode levar à aprendizagem e compreensão do espaço geográfico, e que pode estar associado ao conceito de lugar, buscando compreender a construção, as transformações e as especificidades do espaço local dos alunos.

4.2.3 Meio ambiente e análises ambientais

Os próximos trabalhos aqui analisados referem-se àqueles que trabalharam com a temática do meio ambiente ou que realizaram análises ambientais junto aos alunos, como por exemplo levantamento de impactos ambientais, estudo de bacias hidrográficas, dentre outros a serem elencados. Foram seis trabalhos elencados na temática em questão.

Ao falar sobre a dimensão socioambiental do espaço geográfico, a DCE do Paraná destaca que esta não se restringe somente aos estudos da flora e da fauna por exemplo, mas sim à interdependência das relações entre sociedade, elementos naturais, aspectos econômicos, sociais e culturais. Logo, implica pensar uma

concepção em que o meio ambiente não exclui a sociedade, “[...] de modo que a sociedade é componente e sujeito dessa problemática” (DCE, 2008, p. 73).

Sendo assim, é essencial pensar as relações entre o meio ambiente e a sociedade, e aqui mais especificamente, como os professores da rede básica do ensino estabeleceram estas relações ao inserir as pequenas cidades em que seus projetos foram desenvolvidos à temática em questão.

A professora Margarida Cássia Campos, em “A aula de campo como metodologia para compreensão das questões ambientais no ensino de geografia”, realizou diversas atividades relacionadas à interpretação e reflexão sobre problemas ambientais na cidade de Ibiporã, assim como a confecção de objetos utilizando materiais recicláveis/reutilizáveis e a elaboração de um glossário ilustrativo ambiental.

Já Carmem Fatima Reis Schmid desenvolveu o projeto intitulado “Estudo das potencialidades econômicas e dos impactos ambientais na Bacia do Córrego Tubinho, município de Santa Mônica-PR”, no qual buscou compreender como se dá o aproveitamento econômico desta bacia e os problemas ambientais decorrentes das alterações provocadas neste espaço. A autora visou desenvolver atividades que contribuíssem para o processo de construção do conhecimento sobre bacias hidrográficas de uma forma contextualizada, buscando aproximar os conteúdos ensinados da vivência do aluno.

Vanderléia Pick Novak também se propôs a realizar um estudo sobre as bacias hidrográficas, no projeto “Impacto Ambiental e interdisciplinaridade no manancial da Microbacia do Rio Vila Nova, do Município de Mangueirinha – PR”, cujo principal objetivo foi o de caracterizar os principais impactos ambientais no manancial da referida microbacia, e então propor ações interdisciplinares de combate à poluição e de educação ambiental no colégio no qual a proposta foi desenvolvida.

A professora Lúcia de Melo no projeto “Análise sobre o meio ambiente do município de Itambé – Paraná, utilizando a técnica de geo-fotografia” buscou criar junto aos alunos um espaço de reflexão em torno do desenvolvimento sustentável, elencando alternativas necessárias para se pensar na preservação e conservação do meio ambiente. Sendo assim, utilizou a técnica da geo-fotografia, analisando questões sobre o meio ambiente do município de Itambé, com o intuito de analisar as transformações do espaço geográfico.

Luciana Cristina Martins, na produção didático-pedagógica “Imagens de Satélites aplicadas à Educação Ambiental no Ensino de Geografia”, objetivou

identificar, comparar e analisar, através de imagens de satélite, as interdependências dos processos envolvidos nas mudanças provocadas no meio ambiente no município de Ribeirão do Pinhal.

Valdeci Carlos Budzilo, em “Problemas ambientais do núcleo urbano de Reserva”, teve por objetivo estimular os discentes a pensarem de forma mais consciente os problemas ambientais de Reserva - PR, bem como gerar um mapa de vulnerabilidade ambiental da cidade em questão, de modo a ampliar os conhecimentos dos educandos acerca dos problemas ambientais da área urbana de, e estimular os alunos e a comunidade local a compreender melhor a realidade em que vivem.

Os trabalhos aqui elencados demonstram essa preocupação em estimular os educandos a pensarem de modo mais consciente o meio ambiente e a realidade do local em que vivem, explorando a questão ambiental em sala de aula, assim como nas atividades de campo desenvolvidas, na análise de imagens de satélite entre outras ações desenvolvidas.

Como destacam Silva, Sampaio e Neto (2021), a educação ambiental não se restringe apenas a defender animais e preservar vegetação nativa, estes são aspectos importantes, mas é também entender o meio ambiente como condição para a existência do homem e objeto da sua transformação por meio do trabalho. Assim, o educando também não se encontra separado deste processo. É necessário a compreensão de que ele também é sujeito presente na modificação do meio ambiente.

4.2.4 Estudos urbanos no ensino

A seguinte categoria refere-se às produções didático-pedagógicas que tiveram como foco o urbano nas salas de aula. Todos os trabalhos até aqui apresentados em algum momento privilegiaram a cidade ou o município em seus projetos, mas a presente categoria aborda os trabalhos cujo foco exclusivo foi o estudo do urbano em seus diferentes aspectos.

Como destacam Callai e Moraes (2017), existem diversas questões universais que precisam ser compreendidas no ensino da Geografia, e, na singularidade dos acontecimentos da vida, podem haver as explicações que precisam ser trabalhadas.

Neste sentido, o estudo das cidades é de grande contribuição para este processo de aprendizagem do espaço local e de compreensão das especificidades do urbano.

Ainda, como afirmam as autoras, “Compreender a dinâmica da vida urbana é condição para compreender a dinâmica do conjunto da sociedade” (Callai; Moraes, 2017, p. 89). Portanto, trata-se de um conteúdo que sempre se faz presente nos currículos, políticas públicas e no exercício dos professores em sala de aula. Diante disso, é preciso formular a argumentação para que esse conteúdo seja abordado de modo a contribuir para uma educação geográfica e uma educação para cidadania, como bem é colocado pelas autoras citadas.

Neste sentido, foram nove o número de trabalhos do PDE que priorizaram as cidades e o urbano enquanto escala de análise para os seus projetos. O professor Edson Luis Mello de Assis em sua produção didático-pedagógica intitulada “A cidade na sala de aula e a aula na cidade: O trabalho de campo como metodologia de ensino de Geografia” objetivou estudar a pequena cidade de Cantagalo, no sentido de levantar e analisar os problemas de urbanização e planejamento urbano existentes. Para tratar te tal temática foram realizadas algumas atividades, como aulas teóricas para estudo do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor do município, leituras sobre os diferentes problemas urbanos e ainda o estudo *in loco* destes problemas, por meio de trabalho de campo.

A professora Maria Aparecida Leite Papaite, em “O espaço geográfico do município de Moreira Sales – o espaço geográfico local”, teve como objetivo desenvolver atividades que estimulassem os alunos a pensar o espaço geográfico a partir do espaço de vivência, além de ampliar a compreensão histórica e os diversos fatores que contribuíram para a ocupação e transformação de Moreira Sales.

Realda Terra Fernandes, no projeto “Cidadania, cidade e os problemas urbanos – exemplo: São Miguel do Iguaçu – (PR)”, buscou analisar os principais problemas socioambientais da cidade em questão, refletindo, igualmente, sobre o exercício da cidadania. O objetivo principal foi promover reflexões e debates sobre os problemas que permeiam a cidade e o espaço urbano.

Maria Aparecida Leite, em “O estudo da cidade: diferentes linguagens no ensino da Geografia”, realizou um estudo do espaço urbano de Mariluz, utilizando de metodologias como os filmes, letras de músicas, poesias, imagens e visitas monitoradas para compreensão do processo de ocupação e produção do espaço urbano da referida cidade.

A professora Celia Bartnik no projeto “O direito à cidade em Nova Esperança do Sudoeste-PR: legislações urbanas x realidade”, desenvolveu um estudo do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor de Nova Esperança do Sudoeste, observando de que forma essas leis estão sendo aplicadas no município. Foram realizados também trabalhos de campo para que os alunos verificassem as condições de vida urbana dos bairros e loteamentos da cidade.

Ivanir Buratto, em “O Espaço Urbano da Cidade de Marmeleiro/PR”, teve como objetivo a compreensão do processo da criação do município de Marmeleiro por parte dos educandos, de modo a compreender todas as transformações que ocorreram até o momento do projeto, levando em consideração as formas de ocupação, as atividades econômicas existentes, os agentes que contribuíram para a sua formação, o desenvolvimento do espaço urbano, a dinâmica populacional e a diversidade cultural do município,

O professor Jaime Benedito da Costa no projeto “Marilândia do Sul em números: experiências com amostragem em recenseamento” teve por finalidade a elaboração de um censo por amostragem na comunidade de Marilândia do Sul, com cerca de 100 famílias que tivessem filhos na escola. Os dados demográficos foram utilizados na elaboração da pesquisa e comparados com os dados oficiais do censo do ano de 2010 realizado pelo IBGE no município, e os resultados foram apresentados por meio de gráficos e tabelas expostos para toda comunidade por meio de um mini atlas.

A professora Lucia Romanichen Suchodolak, em “Pitanga: Urbanização e lugares de contraste”, buscou no referido trabalho uma abordagem do crescimento urbano do município de Pitanga, objetivando discutir e estudar sua dinâmica urbana, oportunizando ao aluno observar e analisar o seu espaço de vivência e descobrir os lugares nele existentes. Teve como objetivo principal possibilitar ao educando maior conhecimento sobre o lugar onde vive, promovendo noções de participação, interação, pertencimento e responsabilidade.

E por fim, Roseny Gomes Nunes trabalhou o conceito geográfico de lugar, tendo como ponto de partida o lugar vivido, investigando a história do município onde os estudantes moram, as transformações ocorridas e os vínculos afetivos, de modo que os alunos compreendessem o espaço geográfico e o seu processo de construção e reconstrução, no projeto que se intitulou “O lugar como espaço vivido: estudo de caso no município de Goioerê”. Para tanto, trabalhou com atividades de localização

de Goioerê, leitura de mapas e figuras, elaboração de mapa mental, construção de painel de fotografias sobre o lugar que os alunos habitam, entre outras atividades desenvolvidas.

Como destacado em outros momentos, é de grande relevância o estudo da cidade dos alunos para que estes possam, por meio dos conceitos e do conhecimento desenvolvido, produzir o seu empoderamento com exercício de autonomia na constituição de sua cidadania (Cavalcanti; Moraes, 2017). Portanto, por meio do estudo do urbano, é possível uma educação para a formação cidadã.

Como bem destaca Pykett (2007), o estudo do espaço é essencial enquanto um componente ativo na constituição dos cidadãos em uma sociedade tão desigual. Assim, o contexto geográfico da escola e sua relação com a dinâmica do espaço local desempenham um importante papel na construção da cidadania de alunos e professores.

Estudar as cidades nas salas de aula é fundamental, e não deve se deve descartar as possibilidades de estudo do município do educando. Os trabalhos destacados demonstram diferentes formas de realizar este estudo do urbano, seja através dos estudos do Plano Diretor, dos dados de recenseamento, em aulas de campo pela cidade, e assim por diante. Mais do que as possibilidades de estudos, demonstram também a relevância que tal temática possui para a formação cidadã dos educandos.

4.2.5 As diferentes metodologias aplicadas ao ensino de geografia

A presente categoria agrupou os trabalhos que realizaram estudos de seus municípios, e para tanto, utilizaram de diferenciadas metodologias para realização de tais estudos. Se sabe, pois, que ensinar Geografia não se refere apenas aos conteúdos a serem trabalhados, mas também à forma como ele será ensinado, ou seja, das propostas didáticas que o professor encaminhará em sala de aula.

De acordo com Silva e Coelho (2019), a Geografia tem ao longo do tempo passado por um processo de mudança, que influencia de forma direta na aprendizagem de cada indivíduo sobre o espaço. Vale destacar que a Geografia escolar vem de uma concepção tradicional, na qual lecionar nada mais era do que “transmitir conhecimentos prontos”.

Neste sentido, é preciso que o professor busque novas formas de “[...] aprender-fazer, usando-se de novas metodologias, que levem o aluno a construir sua identidade com o lugar e o desperte para entender as relações existentes em uma sociedade [...].” (Silva; Coelho, 2019, p. 45). É neste contexto que se apresenta aqui as produções dos professores do PDE que buscaram inovar nas metodologias utilizadas na aula de Geografia, utilizando das mais diversas metodologias para tal.

A professora Fabiana Martins Martin Zoratto, no projeto “Aula de Campo como instrumento didático-pedagógico para o ensino de Geografia” teve como principal objetivo o incentivo da prática de campo em alguns conteúdos da disciplina, tais como as características do campo e da cidade, e do retrato da desigualdade social na paisagem urbana através da segregação residencial, no qual ocorreu no município de Assis Chateaubriand.

Irene dos Reis, em “Atividades Pedagógicas Potencializadoras no Ensino de Geografia” buscou formas de propor alternativas didáticas e metodológicas de modo que os educandos pudessem construir conceitos a partir da própria realidade. A professora centrou-se em inserir no ambiente da sala de aula o uso de diversos materiais didáticos-pedagógicos, como o trabalho de campo, equipamentos como computadores, imagens de satélites, ensaios fotográficos e similares, trabalhando então com o espaço próximo a escola como outros pontos da cidade de Laranjeiras do Sul.

Joseane Scheila Coutinho, em seu projeto “Alternativas metodológicas para o Ensino da Geografia nos Anos Finais do Ensino Fundamental”, utilizou de recursos didáticos diversificados para propiciar a ampliação de noção espacial do aluno e a compreensão das inter-relações entre as dimensões econômicas, cultural, política e sócio ambiental do espaço geográfico. A intervenção pedagógica foi desenvolvida utilizando de variados recursos e metodologias, que envolveram aulas de campo, utilização de mídias, músicas, produção de fotografias e atividades lúdicas para o estudo do seu espaço local, no município de Cerro Azul.

Silvane de Fatima Gutervil desenvolveu a unidade didático-pedagógica “O uso da imagem para tratar das relações campo/cidade”, no qual apresentou uma proposta em que os alunos pudessem conhecer e compreender a realidade onde vivem, levantando dados do município de Goioxim, analisando representações e construindo conceitos através do uso das imagens e das fotografias. Valdenice Pedroso, em “As imagens e as tecnologias como suporte ao ensino de geografia”, também propôs

alternativas para desenvolver metodologias, procedimentos e materiais que pudessem auxiliar no trabalho de professores e alunos, relacionando estes à realidade vivenciada pelos alunos, contemplando a análise e identificação espaço-temporal da cidade de Pitanga.

Ademir Giotti, no projeto “Leitura das paisagens da história e geografia local da Ilha do Mel através do uso do celular dos próprios alunos de uma escola do campo”, teve como finalidade da referida unidade didática explorar o uso do celular como ferramenta pedagógica, através da aula de aulas de campo, com atividades que explorassem o uso do celular dos educandos para registrar as unidades de paisagens da Ilha do Mel.

Gessi Carneiro Sebastião, em “A fotografia como recurso didático na leitura do espaço geográfico”, abordou o uso da fotografia no processo de ensino-aprendizagem, cujo objetivo foi de utilizá-la como material didático-pedagógico para melhorar o ato de ensinar e aprender no que diz respeito ao uso de imagens captadas pelos alunos, tendo por finalidade a leitura do espaço geográfico do bairro Alto Recreio, na cidade de Quedas do Iguaçu.

A professora Luzia Maria Batista Sacchi desenvolveu o projeto “O uso de imagens para o ensino de geografia: estudo do meio na cidade de Astorga-PR”, no qual objetivou que os alunos percebessem as transformações que ocorreram ao longo do tempo no espaço da cidade de Astorga. Para tanto, utilizou da aula de campo no referido município, onde os educandos vivenciaram na prática a observação, a análise, a constatação e o uso do recurso fotográfico para desenvolvimento das atividades propostas.

Mauricio Homiak teve por objetivo caracterizar o espaço agrário e suas contradições no Município de Guamiranga, utilizando de fotografias e também vídeos de história oral. Uma saída de campo no meio rural do município também foi realizada, e a partir de visitas junto aos agricultores, foram realizadas entrevistas e a coleta de imagens e fotografias antigas a fim de obter informações das características históricas e atuais do meio agrário do local. A partir dos resultados com as fotos e vídeos, um documentário sobre a agricultura de Guamiranga foi organizado.

Sueli Catucci Ramos desenvolveu a unida didático-pedagógica “A importância da fotografia para ensinar Geografia do Lugar de vivência do sujeito”, que teve por objetivo abordar a importância do uso das tecnologias como recurso didáticos nas aulas de Geografia, e mais especificamente a análise da paisagem local por meio da

leitura de imagens. A autora propôs também integrar o uso do celular e suas tecnologias na sala de aula, no qual, utilizando-se do recurso da câmera digital dos celulares dos educandos, criou-se um mosaico de imagens em um mapa da cidade de Rancho Alegre.

A professora Suely Mileski, em “O papel do lúdico no ensino da geografia: a arte de ensinar e aprender à luz da teoria da aprendizagem significativa” objetivou reconhecer a importância e o significado do lugar como espaço de vivência cotidiana dos indivíduos, além de perceber a capacidade e as potencialidades de ação de cada indivíduo no exercício da cidadania. Assim, utilizando do lúdico, o projeto trabalhou com diversas temáticas, como os conceitos base da Geografia, as formas do relevo, hidrografia, clima, elementos da paisagem, urbanização, entre outros, relacionando estes com a realidade do município de Marilândia do Sul.

Como se observa, diversas foram as contribuições dos docentes ao propor diferenciadas metodologias para se trabalhar com o espaço local nas salas de aula. Há um predomínio dos trabalhos que priorizaram o uso das imagens e fotografias para o estudo da paisagem local, assim como percebe-se também os professores utilizando dos celulares, tecnologia bastante presente na realidade cotidiana dos educandos, para se utilizar nas aulas de Geografia.

Cabe aqui destacar a relevância de uma sólida formação do professor de Geografia para estabelecer estes vínculos entre o que ensinar e como ensinar, além também de como relacionar isso ao estudo da realidade local. Por conseguinte, olhar para os trabalhos desenvolvidos via PDE reforçam a necessidade de investir na formação continuada dos professores, que contribui na consolidação da formação docente e estimula a criatividade no ensinar, contemplando inclusive de modo mais adequado as diversas realidades socioespaciais dos alunos. É preciso, portanto, a autonomia docente para estabelecer estas as conexões entre estes diferentes saberes, e qual a melhor maneira para trabalhar com os mesmos em cada realidade.

Como se sabe, não existe uma “receita” pronta e acabada que irá nortear a prática do professor para utilizar de diferentes recursos e metodologias em suas aulas. É preciso, portanto, que o professor se desafie e se proponha a ir além dos conteúdos que estão colocados nos livros didáticos e nos planejamentos escolares, que pense em diferentes formas de trabalhar os conteúdos geográficos em suas aulas, e isso certamente exige irá exigir diferentes práticas e reflexões que os docentes deverão adotar.

4.2.6 Outras temáticas

Por fim, estão presentes nesta categoria os demais trabalhos que abordaram a escala local das pequenas cidades em seus trabalhos, mas que por possuírem diferenciadas temáticas de pesquisa, não se enquadravam em nenhuma das categorias anteriormente citadas.

O professor Carlos José de Oliveira, em “O ensino religioso e as manifestações socioespaciais no município de Piraí do Sul – PR”, teve enquanto finalidade a compreensão e identificação do espaço geográfico marcado pelas manifestações religiosas no município em questão, e através de seus “lugares sagrados”, buscou entender suas manifestações socioespaciais.

Josué Carneiro, em “Geografia e Memória: um resgate da história do Colégio Estadual São Judas Tadeu E.F.M de Quinta do Sol – PR” objetivou identificar, analisar e tentar corrigir as dificuldades da comunidade escolar em conhecer e manter a história e memória do colégio em questão. A unidade didática apresentou diversas atividades, propondo diálogos do conceito de Lugar; localização; orientação; interpretação; análise de imagens e fotografias, entre outras alternativas pedagógicas.

Carmina Aparecida Pereira Corghi, no projeto “Consequências socioambientais no espaço agrário do município de Juranda – Paraná”, teve por objetivo propor atividades e reflexões que envolvessem os alunos na construção de conhecimentos sobre o processo histórico de colonização do referido município, bem como as consequentes transformações ocorridas no espaço agrário e seus impactos econômicos e sociais, com ênfase no êxodo rural.

A professora Maria Genoefa Basseto Correa desenvolveu a unidade intitulada “Principais causas e consequências da migração recente de nordestinos para o município de Tuneiras do Oeste – PR”, em que teve por finalidade investigar e analisar as causas da migração recente de nordestinos para o referido município. As atividades desenvolvidas em sala foram através de mapas, vídeos, pesquisas sobre a arte e a literatura, como músicas e poesias, que tratassem sobre o tema, além de realizar atividades extraclasse em que se promoveu encontros com alunos e os migrantes, e uma apresentação teatral.

De todos os trabalhos aqui apresentados, é possível afirmar que diferentes práticas foram desenvolvidas em sala de aula por meio do PDE, em escolas de todas as regiões paranaenses. Como aqui se enfatizou o caso dos projetos que se

concretizaram nas pequenas cidades, observa-se que há diferentes olhares sobre o urbano e as atividades que nelas podem ser realizadas junto aos educandos.

Cabe novamente ressaltar que a análise aqui realizada priorizou as produções que abordaram de forma mais direta o trabalho com a escala local, e que, em algum momento, abordaram suas cidades ou mesmo o município como um todo em suas práticas. Se contabilizado os projetos que aconteceram em escolas de pequenas cidades, o número de trabalhos aqui apresentados seria maior. Contudo, haviam muitas produções didático-pedagógicas que aconteceram em escolas de pequenas cidades, mas que trataram sobre outros conteúdos da Geografia, que não perpassaram pela escala local, e, portanto, aqui não foram mencionados.

Como resultado da análise destes trabalhos, após observar sobre o que tratavam e de que forma aconteceram em sala de aula, foi possível perceber que existem variadas práticas que acontecem nestes pequenos núcleos urbanos. Práticas estas, inclusive, que podem ser reproduzidas em outras realidades, pois não se trata de atividades a serem desenvolvidas apenas nestas cidades, mas que podem ser adaptadas conforme critério do professor e utilizadas em outros estudos, por outros professores.

Observou-se, prioritariamente, trabalhos que envolveram as novas tecnologias para análise da realidade local, tais como uso de imagens de satélites, sensoriamento remoto e afins; estudos da paisagem dos municípios; trabalhos que enfatizaram a aula de campo como metodologia; estudos de bacias hidrográficas; alfabetização cartográfica; utilização da fotografia; estudos sobre o meio ambiente e a educação ambiental; estudos históricos dos municípios; estudos sobre o processo de urbanização; entre outras temáticas.

Decorre daí a expressividade de materiais que registram essas práticas, como a dos Cadernos do PDE enquanto uma sistematização destes trabalhos que foram desenvolvidos ao longo dos anos no estado do Paraná, e ainda de sua socialização. Tanto as produções didático-pedagógicas, como os resultados dos artigos finais ficam registrados no portal do PDE, e reitera-se a relevância dessa fonte de pesquisa para outros professores.

Aqui se enfatizou a relevância dos trabalhos que ocorreram em pequenas cidades, que, por muitas vezes não possuírem um material didático para se trabalhar com a realidade local, as produções do PDE podem então ser um norte para os professores que assim desejam trabalhar com suas cidades.

Como se pode depreender da análise realizada nessa seção, enquanto os livros didáticos silenciam ou quase não abordam sobre as pequenas cidades, o levantamento dos materiais do PDE aqui realizado mostraram a diversidade de possibilidades criadas pelos professores que atuam diretamente nas escolas, mostrando como é possível ir além dos livros e dos currículos escolares que pouco sinalizam a respeito da temática.

5. CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E SUJEITOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Para melhor entender as realidades espaciais incorporada na análise, apresenta-se os municípios selecionados, Peabiru e Mamborê. Acrescenta-se ainda o perfil dos alunos e professores que responderam aos questionários e entrevistas propostos, para sinalizar quais foram os sujeitos que participaram da presente investigação.

A escolha desses municípios foi baseada na viabilidade da pesquisa e que fossem polarizados por sedes urbanas que configurassem pequenas cidades/localidades. A proximidade geográfica desses locais e a facilidade de estabelecer contatos diretos com o Núcleo de Educação, bem como a acessibilidade para interagir com alunos e professores, foram fatores determinantes.

Ainda, destaca-se que são dois municípios próximos à Campo Mourão, mas que, mesmo com essa proximidade à um centro urbano expressivo e com centralidade regional, com o qual ambas as cidades mantêm uma interação intensa, os municípios vêm perdendo habitantes de acordo com dados do último censo realizado[14].

Optou-se pelo trabalho com professores e alunos da Educação Básica dessas cidades, a fim de investigar suas concepções acerca do ensino de Geografia sobre e nas pequenas cidades. Se há o intuito de pesquisar a realidade do ensino, é fundamental que se realize tal investigação, dando voz àqueles que estão nas salas de aula no dia a dia das escolas.

Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, no qual um dos objetivos é priorizar a forma como os sujeitos da pesquisa se expressam e compartilham suas perspectivas sobre os assuntos tratados, no qual destacam o que é relevante para eles (Bauer; Gaskell, 2002). A pesquisa tem como foco a interpretação da realidade investigada, sendo conduzida por meio da escuta de diversos participantes, incluindo tanto os professores quanto os alunos.

Não se descartou o uso de dados quantitativos, pois estes também se fizeram presentes nas análises realizadas. Entretanto, é na escolha da abordagem qualitativa desses resultados que se atendeu aos propósitos e objetivos da presente pesquisa.

[14] Considera-se na presente pesquisa os dados obtidos pelo Censo Demográfico de 2022, em comparação ao Censo de 2010 para a referida afirmação.

> Assim, o uso da pesquisa qualitativa permite, dentre outros, estabelecer fatores de determinado fenômeno, a partir da perspectiva analítica do real, por meio da população estudada, adequando-se como ferramenta para a construção de formulários quantitativos quando utilizada a *priori* e para clarificar e ilustrar dados quantitativos, quando utilizada a *posteriori*, ou seja, auxilia a aprofundar e melhorar a qualidade da interpretação, amplia o entendimento sobre o objeto de estudo e melhor esclarecer os dados quantitativos, pois capta as nuanças da percepção dos entrevistados para ampliar a compreensão da realidade vivida pelos respondentes e aprofunda a questão de como as pessoas percebem os fenômenos estudados (Câmara, 2013, p. 180).

Com os professores, optou-se pela realização de entrevistas (Apêndice A) junto aos mesmos, sendo quatro professores no total, dentre os quais três foram feitas as entrevistas semiestruturadas, e um dos professores optou por realizar a mesma de forma escrita, respondendo as questões propostas para a entrevista em um documento do *word*. A pesquisa com os estudantes se deu por meio da utilização de questionários (Apêndice B) – aplicados a um total de 151 alunos somados em ambos os municípios.

Fazer o uso de questionários e entrevistas com os sujeitos participantes da pesquisa teve como objetivo “[...] uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos” (Bauer; Gaskell, 2002, p.65). Tais metodologias escolhidas oferecem uma oportunidade para explorar, de forma mais aprofundada, as percepções e experiências dos sujeitos participantes da pesquisa; nesse caso, de suas relações com o ensino de Geografia e a pequenas cidades.

Os questionários, ao serem estruturados de forma fechada - ou seja, as perguntas foram previamente elaboradas pelo pesquisador e os participantes deveriam respondê-las de acordo com o que foi proposto - permitiram uma análise tanto quantitativa como qualitativa acerca do ensino de Geografia nas pequenas cidades a partir da visão dos educandos.

Já as entrevistas semiestruturadas - que se dão a partir da elaboração de um roteiro prévio, com algumas perguntas principais e que são complementadas por outras questões no momento da entrevista - possibilitam uma troca mais direta e aberta entre o pesquisador e os participantes, proporcionando uma ampla compreensão das perspectivas dos entrevistados.

Ao combinar os instrumentos de aplicação de questionários e a realização entrevistas em uma pesquisa qualitativa, tem-se, então, uma compreensão mais ampla acerca dos fenômenos estudados. Tais instrumentos se complementam e possibilitam uma análise mais aprofundada acerca das experiências e percepções dos participantes, propiciando uma visão mais detalhada sobre as temáticas a serem investigadas.

A subseção a seguir apresenta uma análise mais aprofundada dos municípios no qual a pesquisa ocorreu, destacando alguns de seus aspectos históricos, sociais, econômicos e outros. Ainda, realizou-se um levantamento de trabalhos, artigos ou livros que tratem sobre os municípios investigados. Em seguida, destaca-se os sujeitos participantes da pesquisa, explicitando em maiores detalhes como se deu a aplicação dos questionários e a realização das entrevistas mencionados.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE ESTUDO

Como destacado, as escolas nas quais a pesquisa se desenvolveu encontram-se nos municípios selecionados, como explicado anteriormente, Peabiru e Mamborê. Ambos estão localizados na Região Geográfica Imediata de Campo Mourão, de acordo com o IBGE. Esta região apresenta um total de 24 municípios[15], em uma área de 11.612 km² e uma população total de 324.363, de acordo com dados do Censo de 2022.

Os dados destacados revelam uma dinâmica característica desta região: grande parte dos municípios inseridos na mesma apresentam uma perda de população nos últimos anos. Comparando os dois últimos Censos Demográfico realizados, Mamborê e Peabiru perderam 509 e 278 habitantes, respectivamente.

Somado a esse fato, além da pouca expressão populacional, todos os municípios integrantes da referida região apresentam IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) inferior à média do Estado do Paraná que é de

[15] São eles: Altamira do Paraná, Araruna, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Goioerê, Iretama, Janiópolis, Juranda, Luiziana, Mamborê, Moreira Sales, Nova Cantu, Peabiru, Quarto Centenário, Quinta do Sol, Rancho Alegre D'Oeste, Roncador e Ubiratã.

0,749[16]. Apenas Campo Mourão, com IDHM de 0,757, atingiu a média do estado no ano de 2010.

O IDHM é uma medida que reflete o nível de desenvolvimento humano em diferentes localidades, considerando indicadores como educação, renda e longevidade. Quando municípios apresentam um IDHM inferior à média do estado, como é o caso na região destacada, isso indica que esses locais enfrentam desafios relacionados ao acesso à educação, saúde e qualidade de vida, de uma forma geral.

Somente o município de Campo Mourão possui população superior a 30 mil habitantes nessa região. Logo, a Região Geográfica Imediata De Campo Mourão é basicamente constituída por pequenas cidades, as quais em sua maioria são núcleos urbanos resultantes do processo de colonização empreendido durante os anos 1950 a 1960, mas que assim como a maioria das pequenas cidades da região, tiveram seu crescimento comprometido por diversos fatores de ordem sociais, políticos e econômicos (Corneli, 2013).

Contudo, vale destacar que nem sempre a região destacada apresentou estes números. De acordo com Corneli (2013), entre as décadas de 1950 a 1970, esta região exercia grande atratividade devido suas atividades econômicas desenvolvidas, concentrando um expressivo contingente populacional, com cerca de 530 mil habitantes na década de 1970, em sua maioria vivendo no campo.

Devido à modernização do campo no período subsequente (após a década de 1970), associada à falta de políticas que possibilitassem o desenvolvimento em outras áreas, esta região apresentou um decréscimo populacional contínuo. Tal fenômeno ainda ocorre em diversas destas pequenas cidades, no qual os habitantes das mesmas deixam estas em busca de emprego, estudos ou demais razões que levam a perda da população nessas áreas que ainda são, majoritariamente, locais no qual se desenvolvem atividades agrícolas, que caracterizam a economia e o perfil desta região.

Com base nos estudos de diversos autores, Costa e Rocha (2009) destacaram que os principais fatores responsáveis pela atração de população para essa região até a década de 1970 foram: 1) a nova frente de ocupação para a prática da pecuária

16 A lista completa com todos os índices de desenvolvimento humano municipal dos municípios do Paraná podem ser consultados no documento a seguir: <https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/SOCIAIS_idh_municipios_pr.pdf> Acesso em mai. 2022.

pelos guarapuavanos na região em questão naquele período; 2) implantação de colônias pelo governo do estado, 3) atuação de companhias colonizadoras privadas; 4) exploração da madeira e prática da policultura.

Diferentemente da região Noroeste do estado em que a cafeicultura teve uma grande expressão, na região de Campo Mourão sobressaiu-se as explorações de madeira e a policultura de produtos como o arroz, feijão, milho, café, algodão, entre outros. Isso se deu devido às limitações climáticas em razão da ocorrência de geadas nessa região, além da significativa presença de migrantes oriundos do sul do Brasil cuja tradição do plantio do café não tinha um grande destaque (Costa; Rocha, 2009).

Este expressivo contingente populacional que caracterizou a região nos anos de 1940 a 1970 contribuiu para a constituição dos municípios que a compõem, como destaca Corneli (2013). Os núcleos urbanos serviam então [...] como centros para a comercialização do excedente agrícola e aquisição de artigos, entre os estabelecimentos encontravam-se os tradicionais armazéns de secos e molhados" (Corneli, 2013, p. 77).

No entanto, a partir de 1970, devido ao processo de modernização da agricultura e de outros eventos - alguns destes de ordem natural, como as geadas e as pragas nas lavouras, e outros relacionados às políticas e reestruturações no setor produtivo - inicia-se então uma inversão no populoso cenário que se configurava nessa região de Campo Mourão.

> Um novo modelo produtivo baseado na inserção de equipamentos agrícolas em substituição à mão de obra humana, de grandes latifúndios em detrimento da pequena propriedade e de monoculturas em vistas à diversidade produtiva se instala. Nessa condição, muitos dos pequenos produtores que não tinham recursos para modernizar e expandir a produção viram-se obrigados a arrendar ou a vender suas propriedades, buscando trabalho em médias e grandes cidades ou em áreas de fronteira. Condição imposta também aos empregados rurais que devido à mecanização e à prática de culturas que passam a demandar menor quantidade de mão de obra ficam sem trabalho (Corneli, 2013, p. 78).

De acordo com Endlich (2006), ao final da década de 1960 houve um momento de crise mais prolongado, que, associado a outros elementos, desencadearam transformações em diversas regiões paranaenses. Entre os fatores direcionados pela conjuntura internacional estão os interesses econômicos e geopolíticos americanos, que por meio da chamada "revolução verde" levaram vários países, cujas economias

já se amparavam no modelo agrário-exportador, a uma maneira diferente de produzir na agricultura.

> Essa forma de agricultura substituiu sementes comuns por outras desenvolvidas cientificamente, capazes de alcançar altos níveis de produtividade, desde que associada a outros insumos, tais como fertilizantes, defensivos e máquinas agrícolas. Apesar de justificativas baseadas em objetivos humanitários, especificamente relacionados à ampliação da produção de alimentos, a agricultura moderna tem alto custo financeiro que não pode ser suportado por pequenos produtores. Portanto, a modernização da agricultura consiste em uma forma de produzir que acelera os processos naturais para incrementar os resultados, mas é também uma agricultura consumidora, cujos custos de produção convertem-na em uma atividade extremamente seletiva (Endlich, 2006, p. 95).

Portanto, a partir da década de 1960, o Brasil como um todo vivencia um processo de êxodo rural, no qual grande parte da população do campo parte em destino as cidades. Principalmente na década de 1970 é que o estado do Paraná experenciará esse processo de introdução de novas técnicas na agricultura, ocasionando em uma intensa transformação no espaço paranaense.

Como afirma Endlich (2006), esta readaptação econômica, com implicações em todo o território brasileiro, fez com que as áreas envolvidas se articulassem de forma mais efetiva à economia capitalista. Todos esses traços conjunturais que marcaram esse momento foram orientados por pensamentos desenvolvimentistas por parte do Estado, e foram expressos nos planos nacionais que tinham como objetivo estimular a incorporação de novas áreas à agricultura moderna e ao circuito econômico capitalista.

> À medida que as relações capitalistas se intensificaram no campo brasileiro, polarizaram-se ainda mais as condições de produção entre a agricultura produzida em grande escala e a agricultura familiar, resultando em um processo que, embora tenha se reduzido, ainda é de contínuo deslocamento de parte da população rural dedicada agricultura familiar destas áreas mais adequadas à produção agropecuária de grande escala. As condições físicas (solo, topografia) e locacionais (encontravam-se próximas de vias de circulação e entrepostos de recepção da produção) contribuíram para a valorização dessas terras e para a expansão da grande produção (Lima, 2012, p. 1-2).

Essas transformações que ocorrem no campo, advindas da entrada do capital e de novas tecnologias, influenciaram diretamente nas relações de trabalho, no modo

de produzir, e, consequentemente, em uma reestruturação produtiva em diversos municípios. Nesse contexto, a modernização da agricultura, caracterizada principalmente pela substituição de uma agricultura tradicional por uma agricultura que atende aos interesses do mercado capitalista, conduziu a um intenso processo de saída de população na região de Campo Mourão.

Para Costa e Rocha (2009), os principais fatores ligados ao decréscimo da população na referida região foram:

> i) modernização da agricultura e êxodo rural; ii) substituição da policultura pela cultura da soja e trigo em muitos espaços da região; iii) substituição de pequenas e médias propriedades rurais por médias e grandes; e iv) ausência de políticas públicas destinadas a manutenção e fixação da população (Costa; Rocha, 2009, p. 116).

As mudanças que ocorreram no campo neste período comprometeram fortemente a dinâmica e também a evolução dos núcleos urbanos que compõem região. De tal modo, se estes antes serviam enquanto um suporte às atividades agrícolas e como centros de comércio aos muitos trabalhadores rurais, com todas as transformações que aconteceram no campo após os anos de 1970 muitos destes núcleos urbanos, todos eles caracterizados enquanto pequenas cidades, perderam significância e representação regional diante de um campo moderno e mecanizado.

Ainda hoje a economia da maior parte destes municípios permanece dependente das atividades agropecuárias. Como tal, estas também são características expressivas de áreas polarizadas por pequenas cidades, como as que foram elegidas para a presente pesquisa e como serão detalhadas nos tópicos a seguir.

5.1.1 Peabiru

O município de Peabiru está localizado entre as coordenadas 23º 54' 51'' de latitude sul; e 52º 20' 52'' na longitude oeste, tendo como como limites os municípios de Campo Mourão, Araruna, Engenheiro Beltrão, Terra Boa, Fênix, Quinta do Sol, Barboza Ferraz e Corumbataí do Sul.

Ele foi instalado no dia 14 de dezembro de 1952, e encontra-se localizado a 532 metros em relação ao nível do mar, em um território de 468,894 km². Sua

população total segundo dados do Censo Demográfico do IBGE no ano de 2022 foi de 13.346 habitantes. De acordo com dados do senso anterior, a população do município em 2010 era de 13.622 residentes, havendo, portanto, uma diminuição em sua população.

A densidade demográfica do município é de 28,46 hab/km² (dados do Censo Demográfico de 2022), e seu grau de urbanização segundo dados do Censo de 2010 foi de 80,81%. Seu IDHM é de 0,723. Em relação à população rural e urbana, a primeira foi superior a segunda até a década de 1980. A partir da década de 1990 a população urbana se torna maior, apresentando um crescimento contínuo até os dias atuais.

Como destaca Corneli (2013), Peabiru exercia nos anos de 1950 e 1960 uma expressiva influência sobre a microrregião, em certos momentos competindo com Campo Mourão. Tratava-se de um município populoso, com terras férteis e abundantes recursos naturais, principalmente a madeira.

No entanto, atualmente Peabiru está inserida em um contexto regional no qual não exerce influência sobre outras cidades. Como já destacado, a cidade de Peabiru já teve relativa centralidade na rede urbana em décadas anteriores, mas atualmente só expressa centralidade dentro do seu próprio limite urbano (Bovo; Oliveira, 2014)

> [...] com o desenvolvimento e a economia alicerçados na produção agrícola e na exploração madeireira, atividades que empregavam grande quantidade de mão de obra, o Município de Peabiru a partir da modernização do campo - incentivo à produção da soja, milho e trigo - e o paralelo esgotamento dos recursos naturais, passa a registrar, a partir de 1970, declínio populacional e estagnação (Corneli, 2013, p. 83).

Como corroboram Bovo e Oliveira (2014), Peabiru encontrava-se estruturada na agricultura, mas com o advento da modernização agrícola, houve a redução da população que, em partes, se deslocou para outros centros urbanos, ocasionando perdas econômicas principalmente no mercado consumidor local. Outra característica pertinente deste município, como ressaltam os autores, é que sua economia se baseia principalmente na agricultura, sendo que as grandes cooperativas são sediadas na cidade vizinha de Campo Mourão.

A principal atividade econômica do município ainda é a produção primária, principalmente nas culturas de soja e milho. Em seguida, tem-se as atividades de

comércio, serviços e indústria. Destaca-se, no entanto, que o setor industrial do município é pouco significativo, estando presente em algumas áreas do mesmo, porém apresenta pouca representatividade se comparada com as demais atividades econômicas citadas.

> A área urbana de Peabiru tem pouca influência no que diz respeito aos fluxos existentes com outras cidades (em relação ao fornecimento de bens e serviços), devido a sua mínima expressão regional; mas, no que diz respeito às relações entre a área urbana e a área rural, verifica-se uma relação estreita, oferecendo ao comércio e aos serviços do município uma dependência do setor agrícola tendo, desta forma, como principais consumidores, os moradores das comunidades rurais pertencentes ao município, que se descolam semanalmente para a área urbana (Bovo; Oliveira, 2014, p. 115).

Ainda segundo os autores citados, a geração de empregos na cidade é relativamente baixa, e ocorre principalmente porque os estabelecimentos comerciais são de pequeno porte. Nesse sentido, em muitos desses estabelecimentos a própria família é empregada e responsável por manter o funcionamento do comércio.

Assim é possível observar que parte da população busca emprego ou está empregada em cidades localizadas nas proximidades, principalmente no município vizinho, Campo Mourão, localizado a menos de 15 km de distância. Não apenas na busca por emprego, muitos dos habitantes de Peabiru buscam também nas cidades vizinhas escolas, universidades, serviços médicos, comércio em geral, entre diversas outras atividades que não se fazem presente no município de origem.

Como ressalta Corneli (2013, p. 87), a relação de dependência com outros municípios influencia diretamente nas relações socioeconômicas do município, “[...] pois maximiza a probabilidade de migração e não estimula o efetivo desenvolvimento da economia local”. Sendo assim, o município apresenta na atualidade pouca expressão no contexto regional e não consegue suprir as necessidades de emprego dos seus habitantes, fazendo com que jovens e pessoas em idade ativa de maneira geral, deixem a cidade.

Como destacado, houve um decréscimo da população residente com base nos censos demográficos realizados nas últimas décadas. Tal fato reverbera também em sua baixa representatividade na rede urbana de uma forma geral, sendo comum observar movimentos migratórios da população em busca de outras atividades, nos demais municípios próximos.

Na tentativa de levantar algumas fontes de pesquisa sobre o município, constatou-se não haver muitos trabalhos na área de Geografia voltados para o estudo da dinâmica do município de Peabiru. Há uma considerável quantidade de livros e artigos voltados para o viés histórico do município, principalmente no que se refere aos “Caminhos de Peabiru”, que foram antigas rotas utilizadas por povos indígenas que iam do atual território brasileiro ao Peru. Inclusive é dessa parte da história que o município herda sua toponímia.

Em termos de artigos e produções científicas, datadas até o ano de 2023 (momento em que o presente levantamento sobre as pesquisas ocorreu), encontrou-se alguns dos resultados apresentados no quadro a seguir:

Quadro 10: Peabiru-PR. Trabalhos acadêmicos que contemplam o município, 2023.

Autor(es)	Título	Ano	Meio de publicação
Marcos Clair Bovo; Michelli Alvares de Oliveira	Centro e centralidade urbana: uma análise da pequena cidade de Peabiru (PR), Brasil	2014	Periódico – Caderno Prudentino de Geografia
Ana Paula Colavite	Contribuição do geoprocessamento para a criação de roteiros turísticos nos caminhos de Peabiru-PR	2006	Dissertação – Universidade Estadual de Londrina
Ana Flávia Bilmayer; Maristela Denise Moresco Mezzomo	Cobertura da terra e qualidade ambiental: o caso de Peabiru–PR	2019	Periódico - Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional
Cleiton Aparecido da Silva	Gestão dos resíduos sólidos urbanos no município de Peabiru	2018	Trabalho de conclusão de curso - Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Ana Flávia Bilmayer; Maristela Moresco Mezzomo; Morgana Suszek Gonçalves	Indicador de salubridade ambiental (ISA) como ferramenta para análise da qualidade ambiental urbana do município de Peabiru – PR	2020	Periódico – Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento
Marcos Clair Bovo; Valéria Barreiro Postali-Santana; Michelli Alvares de Oliveira	Produção do espaço urbano em pequenas cidades: reflexões acerca dos loteamentos urbanos em Peabiru (PR), Brasil	2016	Periódico - Caminhos de Geografia

Arléto Pereira Rocha; Washington Luiz Henrique da Silva	Tourism in a small town: the Peabiru way in the state of Paraná	2020	Periódico - Applied Tourism.
Rozana Bond	História do caminho de Peabiru	2004	Periódico - Aimbere
Arléto Pereira Rocha	Os Caminhos de Peabiru: História e memória.	2017	Dissertação – Universidade Estadual de Maringá
Luciely Fernanda Prudêncio De Brito	Caracterização quali-quantitativa da arborização urbana do município de Peabiru, Paraná	2018	Trabalho de conclusão de curso - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Fonte: Periódicos e catálogos de dissertações diversos.

Destaca-se que os trabalhos mencionados representam apenas uma seleção das pesquisas que abordaram diretamente o município de Peabiru em suas investigações. O objetivo não é realizar uma análise completa de todas as publicações disponíveis que incluíram o município de Peabiru. Além desses estudos, é importante ressaltar a existência de outras pesquisas relevantes, incluindo diversos trabalhos publicados em anais de eventos acadêmicos, bem como análises que abarcaram Peabiru juntamente com outros municípios em suas investigações.

Além destas publicações, há de se ressaltar alguns livros publicados que tratam especificamente sobre os aspectos históricos da formação do município de Peabiru, como “O caminho de Peabiru”, de Rosana Bond, publicado em 2004; e a obra “Histórias de famílias de Peabiru-PR”, dos autores Luiz Bassi, João Carlos Klein, Wanderley Mafra e Arléto Rocha, publicado em 2012.

Chamamos a atenção para o caso do autor Arléto Rocha, historiador e geógrafo que nasceu em Peabiru e dedicou sua vida acadêmica à pesquisa sobre o município, possuindo uma série de artigos e livros que tratam sobre a realidade do local. Reitera-se aqui a importância destes materiais para uso em sala de aula, uma vez que os livros didáticos não conseguem abarcar estas especificidades locais ou regionais.

Nesse contexto, é de grande relevância explorar obras como estas no processo de ensino e aprendizagem nas escolas, produções de autores dos municípios de origem que podem ajudar a suprir as lacunas sobre a ausência das pequenas cidades nos currículos ou materiais didáticos.

5.1.2 Mamborê

O próximo município destacado na pesquisa é o de Mamborê, localizado entre a coordenadas 24°19’19’’ de Latitude Sul e 52°31’45’’ de Longitude Oeste. Encontra-se no Terceiro Planalto Paranaense, a uma altitude de 765 metros em relação ao nível do mar.

Segundo dados do Ipardes (2024), Mamborê possui uma área total de aproximadamente 782,90 km², e encontra-se a 481,30 km da capital do estado, Curitiba. O município possui limites com Campo Mourão e Farol ao Norte; com Boa Esperança e Juranda a Oeste; com Campina da Lagoa e Nova Cantu ao Sul, e com Luiziana a Leste.

De acordo com dados do censo do IBGE (2022), sua população total é de 13.452 habitantes. Sua população segundo o Censo de 2010 era de 13.961 residentes no município, havendo também um processo de redução do número de habitantes. A densidade demográfica do município é 17,07 habitantes por km². Seu IDHM em 2010 foi de 0,719.

Os dados demonstram que, apesar da população do município encontrar-se predominantemente no meio urbano, uma considerável parcela (35,65%) ainda é rural. Como tal, o município em questão também teve sua história e desenvolvimento ligado à agricultura, e sua economia ainda é fortemente baseada nesta.

De acordo com Morigi, Bovo e Töws (2012) a ocupação da região onde atualmente se encontra o município de Mamborê foi iniciada por volta de 1918, quando argentinos e paraguaios chegaram à região com o intuito de explorar a erva-mate nativa. Assim, a atuação dos exploradores da erva-mate contribuiu também para a abertura de novos caminhos que facilitavam a circulação dos moradores da região.

Galdino e Correia (2018) destacam que com a chegada das primeiras famílias brasileiras nessa área, a localidade passa a ser chamada de “Mamburê”. A primeira família se instalou nessa região em 1925. Ainda segundo as autoras:

> Em 1940, chegam a localidade outros moradores que também fizeram parte do comércio local. Todavia, os produtos comercializados em “Mamburê” tinham que ser buscados em Pitanga-PR, à 120 km, transportados com carroças puxadas por cavalos, viagem que durava até três meses (Galdino; Correia, 2018, p. 42).

Até 1940 a Vila Mamborê pouco havia progredido. No entanto, com a chegada de colonizadores interessados na exploração dos pinheiros nativos, a Vila Mamborê teve sua economia impulsionada, quando aproximadamente 30 serrarias surgiram para beneficiamento da madeira que era explorada na região. Com uma nova economia promissora durante esse período, surgem as primeiras aglomerações de pessoas vindas de vários estados brasileiros que se instalaram na zona rural dessa região entre as décadas de 1930 e 1940 (Galdino; Correia, 2018).

Ainda de acordo com as autoras, as terras do atual município de Mamborê começaram a ser legalizadas em 1944, e o traçado da então Vila Mamborê teve início em 1945 pelo Dr. João Risicz. Depois de alguns movimentos visando a emancipação, a Vila consegue se desmembrar de Campo Mourão em 25 de julho de 1960, através da Lei Estadual Nº 4.245, sendo reconhecido no Diário Oficial como Município de Mamborê.

Como constatam Morigi, Bovo e Töws (2012), na década de 1960, momento da instalação do município de Mamborê, a população total do município ultrapassava pouco mais de 10 mil habitantes. Já na década seguinte, a população total mais do que triplicou, saltando para quase 35 mil habitantes.

Contudo, com o mencionado processo do êxodo rural, a partir da década de 1970, o campo apresentava drásticas mudanças, no qual os animais e as ferramentas manuais começaram a ser substituídas pelos maquinários agrícolas. Os pequenos proprietários, que não tinham condições financeiras para se manter no campo migraram para a zona urbana, e muitos foram para outros estados brasileiros em busca de novas oportunidades de trabalho ou terras mais baratas (Galdino; Correia, 2018).

> Já a partir da década de 1980, com o processo de modernização da agricultura, houve uma elevação nos índices de desemprego e de pobreza no campo, o que consequentemente resultou no aumento do êxodo rural, pois, como o campo já não oferecia muitas possibilidades de emprego, as pessoas se viram obrigadas a deixar o campo e se direcionar para os centros urbanos, ou ainda para as áreas rurais de outros municípios, na busca de empregos e melhor qualidade de vida (Morigi; Bovo; Töws, 2012, p. 232).

Como corroboram Costa e Scheffer (2017), a modernização da agricultura pautada no uso de tratores, colheitadeiras, semeadeiras e adubação química elevou os índices de desemprego no campo, impulsionando o processo migratório dessas

pessoas que viviam no campo. Dessa forma, muitas das pessoas que residiam no campo se viram obrigadas a se direcionar para a cidade em busca das oportunidades de trabalho. Como a cidade de Mamborê não apresentava as condições necessárias para atender as demandas da população, ocorreu a migração para os centros urbanos mais dinâmicos, o que explica então essa contínua redução de sua população total.

Além disso, há de se destacar que possivelmente essa redução populacional veio a ocorrer porque o município perdeu parte do seu território, fruto de desmembramento do atual município de Juranda, que até o início da década de 1980 era distrito judiciário de Mamborê, mas conseguiu sua emancipação político-administrativa no ano de 1981, elevando-se à categoria de município. Nesse contexto, a população total de Mamborê, que era de 24.980 habitantes na década de 1980, passou por uma significativa redução. Somado a isso, se tem a mencionada migração de muitos habitantes do município de Mamborê para outras regiões dentro do próprio Estado do Paraná (Morigi; Bovo; Töws, 2012).

No ano de 1991, o município apresentava uma população total de 16.032 habitantes. Em 2000 ocorre uma redução para 15.156 habitantes; em 2010, uma nova redução totalizando 13.961 habitantes; e em 2022, como destacado, sua população é de 13.452 residentes no município. Essa redução nas últimas décadas, como destaca Costa e Scheffer (2017), também está relacionada à evasão de jovens que saem da cidade em busca de melhores condições de vida, de oportunidades de emprego, melhor remuneração e estudo. Em entrevistas realizadas com moradores, os autores citados identificaram alguns dos fatores que levavam então a população a deixar o município de Mamborê.

Os dois fatores que mais apareceram nas falas dos entrevistados enquanto principais problemas do município foram o desemprego e a saúde pública. Com relação ao desemprego, conforme a resposta dos entrevistados, não há oportunidades de emprego suficientes em Mamborê. Sendo assim, “O reduzido número de ofertas de empregos somados com a baixa remuneração recebida estimula as pessoas, em especial os jovens, a deixarem o município em busca de emprego nas cidades mais dinâmicas” (Costa; Scheffer, 2017, p. 122).

Em relação à saúde pública, os autores constataram que a falta de um hospital dificulta os atendimentos mais graves, que são encaminhados, principalmente, para as cidades de Campo Mourão e Ubiratã. A população entrevistada na pesquisa cobrou a ampliação dos atendimentos médicos em Mamborê.

Estes, associados a outros fatores, acabam estimulando a saída de pessoas destes pequenos centros urbanos em busca de outros centros cuja dinâmica atenda à algumas necessidades da população, tais como emprego, estudos, lazer, entre outros. Isso acontece principalmente, como constatado, com os jovens que habitam nas pequenas cidades da região e que desejam novas oportunidades em outras cidades. No entanto, apesar de não atender a todas as necessidades e expectativas de seus habitantes, as pequenas cidades não deixam de apresentar sua relevância no contexto local.

> [...] mesmo não apresentando uma economia dinâmica urbana, essa participa de alguma forma do processo de (re) produção do capital, pois centrada no consumo de bens e serviços, produzindo o mínimo para atender as necessidades básicas da população. Portanto, as pequenas cidades apresentam relações que diferem dos médios e grandes centros urbanos, todavia desempenham papel importante no sistema urbano (Galdino; Correia, 2018, p. 54).

Se reforça, portanto, que apesar de sua influência na rede urbana não ser de uma alta complexidade, o município de Mamborê, tal como Peabiru e diversas outras pequenas cidades próximas à região de Campo Mourão, também estão inseridas na dinâmica capitalista de produção do espaço, e ainda são importantes espaços para atender as necessidades mais imediatas de sua população.

Em relação às produções ligadas ao município de Mamborê, constatou-se alguns artigos publicados em periódicos científicos, a apenas um livro sobre a história da cidade escrito por um morador de Mamborê. As produções científicas são detalhadas no Quadro 11.

Há uma predominância de trabalhos que versaram sobre a colonização de Mamborê, bem como sobre o estudo de praças públicas e áreas verdes do município. Além destes, outros artigos que levaram em consideração análises ambientais também foram publicados, mas por não abordarem questões diretamente relacionadas ao estudo do município, aqui não foram mencionados. Destaca-se novamente que o intuito não é apresentar toda a produção científica relacionada a Mamborê, e que além destes, outros artigos e publicações em eventos foram realizados.

Quadro 11: Mamborê – PR. Trabalhos acadêmicos que contemplam o município, 2023.

Autor(es)	Título	Ano	Meio de publicação
Silvana De Jesus Galdino; Sandra Terezinha Malysz; Carlos Humberto Martins	As condições de trabalho dos catadores de materiais recicláveis em associação de Mamborê-PR	2015	Periódico – Revista Percurso
Fabio Rodrigues da Costa; Milena Ferreira Scheffer	Avaliação de indicadores sociais no município de Mamborê – PR	2017	Periódico – Revista Percurso
Josimari de Brito Morigi; Marcos Clair Bovo; Ricardo Luiz Töws	Processos de formação socioespacial e de produção do espaço urbano de Mamborê (PR) Brasil	2012	Periódico - Revista Geo UERJ
Marcos Clair Bovo; Ana Claudia Breitkreitz Fernandes Ayres	O parque urbano da cidade de Mamborê/PR, Brasil: usos e funções	2018	Periódico – Revista Caminhos de Geografia
Fábio André Hahn; Josimari de Brito Morigi	A fronteira em questão: estudo da ocupação de Mamborê/PR.	2015	Periódico - Territórios e Fronteiras
Fábio André Hahn; Josimari de Brito Morigi	A colonização do município de Mamborê-PR e a formação do espaço urbano (1930-1940)	2011	Periódico – Revista Geomae
Ana Claudia Breitkreitz Fernandes Ayres Silvana De Jesus Galdino Marcos Clair Bovo	As praças de Mamborê-PR enquanto áreas verdes urbanas	2015	Periódico – Cidades Verdes
Silvana De Jesus Galdino; Jocimara Maciel Correia	As transformações do espaço urbano do município de Mamborê-PR	2018	Periódico – Revista Mirante
Jocimara Maciel Correia; Cláudia Chies; Fabiane Freire França	O empoderamento das mulheres aposentadas rurais: estudo do município de Mamborê – PR	2020	Periódico - Revista Latino-americana de Geografia e Gênero

Jocimara Maciel Correia	O falso Mengele em uma pequena cidade no interior do paraná (1955-2020)	2021	Dissertação – Universidade Estadual do Paraná
Ana Claudia Breitkreitz Fernandes Ayres; Silvana De Jesus Galdino; Marcos Clair Bovo	Diagnóstico da percepção de frequentadores das praças na cidade de Mamborê-PR, Brasil	2015	Periódico – Revista Percurso
Jocimara Maciel Correia; Silvana de Jesus Galdino; Elisa de Mello Pazinato	Considerações sobre as transformações da paisagem urbana de Mamborê-PR através de representações fotográficas	2018	Periódico – Revista Percurso

Fonte: Periódicos e catálogos de dissertações diversos.

Nas pesquisas realizadas contatou-se a existência de apenas um livro publicado sobre Mamborê, do autor Vilson Olipa, sob o título “História de Mamborê”, publicado no ano de 1998. Produções como essas, ainda que não acadêmicas, ajudam a melhor entender o processo histórico de formação do atual município, e pode ser utilizado enquanto um recurso pedagógico nas salas de aula para o aprendizado da realidade local dos estudantes, tanto de seu passado como também em sua atual configuração socioespacial.

5.2 Os sujeitos participantes da pesquisa

Como destacado anteriormente, a realização do trabalho de campo, coleta de dados e informações, realização de entrevistas e questionários ocorreu em duas escolas, nos municípios de Peabiru e Mamborê. Ambas as escolas se localizam no perímetro urbano de suas cidades, e seguindo normas éticas que regem a atividade de pesquisa[17], o nome destas foram mantidos no anonimato, utilizando-se apenas do nome das cidades para referir-se as mesmas, em expressões como a escola/colégio de Peabiru ou a escola/colégio de Mamborê.

[17] A pesquisa teve sua aprovação aprovada pelo Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá, via Plataforma Brasil, sob o número do parecer 5.086.895. O documento do Parecer Consubstanciado se encontra no Anexo A ao final desta tese.

De acordo com dados fornecidos pela Seed[18] em consulta online, o colégio localizado no município de Mamborê possui 33 turmas e um total de 637 matrículas registradas, incluídas turmas de Ensino Médio, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, atividades complementares e de atendimento educacional especializado. O colégio do município de Peabiru, segundo o mesmo portal e atendendo as mesmas modalidades de ensino da escola anteriormente citada, possui 30 turmas e um total de 591 alunos matriculados.

A escolha dos referidos municípios da pesquisa está relacionada à proximidade que os mesmos possuem com o município de Campo Mourão, inclusive ambas as escolas fazem parte do Núcleo Regional de Educação de Campo Mourão. Além disso, tratam-se de duas pequenas cidades que mantém um movimento pendular diário de pessoas dessas localidades em direção à Campo Mourão, o núcleo urbano polarizador de abrangência regional, mais próximo a elas.

Desperta a atenção o fato que a Região Geográfica Imediata de Campo Mourão experencia um fenômeno de esvaziamento populacional em maior parte dos municípios que fazem parte dessa região. Se comparado dados dos últimos censos, sendo eles do ano 2000, 2010 e 2022, contata-se que, com exceção de Campo Mourão, apenas Campina da Lagoa, Iretama e Juranda[19] foram os municípios que não perderam população. Logo, tal área se mostra pertinente para realização de estudos acerca dessas pequenas cidades, e aqui prioriza-se então o caso do ensino de Geografia nos dois municípios destacados para a pesquisa.

Os principais sujeitos para realização da presente pesquisa referem-se aos alunos e professores dessas escolas. Em uma pesquisa de natureza qualitativa, como destaca Chizzotti (2005), as pessoas que participam da mesma são reconhecidas enquanto sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas nos problemas que identificam. Os sujeitos participantes de uma pesquisa são, portanto, autores de um conhecimento que deve ser elevado pela reflexão coletiva ao conhecimento crítico.

Nesse contexto, ao conduzir entrevistas e aplicar questionários com os estudantes e docentes que voluntariamente concordaram em participar desta

18 Dados referentes a consultas realizadas em Janeiro de 2023.
19 A população dos referidos municípios, segundo Censo de 2010 e de 2022 foram:
Campina da Lagoa: 2010 - 15.394 habitantes; 2022 - 15.723 habitantes;
Iretama: 2010 - 10.622 habitantes; 2022 10.684 habitantes;
Juranda: 2010 - 7.641 habitantes; 2022 7.771 habitantes.

pesquisa, o objetivo foi o aprofundamento no conhecimento da realidade escolar e um nível mais concreto de abordagem, com possibilidade de construir uma reflexão mais crítica sobre as constatações relacionadas às pequenas cidades e ao ensino de Geografia.

Os relatos e concepções apontados pelos participantes da pesquisa foram, portanto, essenciais para a construção dos raciocínios que aqui são apresentados, pois são estes os sujeitos que convivem na realidade das salas de aula. Se há o intuito de realizar quaisquer mudanças ou reflexões sobre o processo de ensino, é fundamental pois que essas considerações sejam realizadas interagindo com os reais atores desse processo: os professores e alunos da Educação Básica.

Para tanto, foram 151 alunos que contribuíram com a pesquisa por meio dos questionários aplicados. Dentre estes, foram 80 o número de questionários respondidos pelos alunos da escola de Mamborê, e 71 os questionários respondidos pelos educandos da escola do município de Peabiru.

Os questionários foram respondidos por turmas variadas, do 6º ano do Ensino Fundamental à 3º série do Ensino Médio. Ao total, foram 13 questionários respondidos por uma turma de 6º ano; 30 questionários entre três turmas de 7º ano; 37 questionários entre três turmas do 8º ano; 18 questionários em uma turma do 9º ano; 23 questionários para uma turma da 1ª série do Ensino Médio e 30 questionários em duas turmas da 3ª série.

A coleta de dados por meio de questionários junto aos educandos pode oferecer significativas inferências a respeito do desempenho dos alunos, suas opiniões, experiências e ainda as necessidades em torno da educação escolar, ou nesse caso em específico, da perspectiva dos alunos sobre suas cidades e as aulas de Geografia A participação destes 151 alunos respondentes foi fundamental para a pesquisa, principalmente no que se refere às suas visões acerca de suas cidades e de suas interações com as mesmas nas aulas.

Em relação aos docentes, foram quatro o número de participantes, sendo dois professores de Peabiru e dois professores de Mamborê. Eram esses os professores que no momento da pesquisa estavam atuando em seus respectivos colégios. Cabe destacar que três professores participaram da presente pesquisa por meio de entrevistas semiestruturadas, enquanto um dos docentes optou por realizá-la no formato de questionário adaptado devido a circunstância, pois ele estava afastado da atividade docente momentaneamente. O docente optou por responder as questões da

entrevista de forma escrita, no qual as mesmas questões da entrevista foram enviadas ao professor e posteriormente respondidas e entregue ao pesquisador.

Entretanto, por ter sido respondida por escrito, algumas questões divergiram daquelas que ocorreram nas entrevistas presenciais, já que nas entrevistas semiestruturadas há uma maior liberdade do pesquisador em interagir com o entrevistado e aprofundar determinados assuntos ou realizar outros questionamentos que possam vir a surgir. Os professores aqui serão mencionados enquanto P1, P2, P3 e P4. Esta forma de denominação tem o intuito de manter o anonimato dos mesmos.

A P1, que atua no colégio do município de Peabiru, fez sua graduação em Geografia na Unespar – Universidade Estadual do Paraná, campus de Campo Mourão, e atua como professora no estado do Paraná desde 2008. Possui especialização em Análise Ambiental Pela Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, e também mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá.

O P2, também de Peabiru, tem sua formação pela Unespar, campus de Campo Mourão, no ano de 2003, e leciona Geografia desde o ano de 2009. Possui especialização em Educação, Planejamento e Gerenciamento do Meio Ambiente, também pela Unespar. No momento da pesquisa o docente estava afastado das salas de aula para acompanhar um familiar que precisava de cuidados médicos.

Já a P3, que trabalha no colégio do município de Mamborê, também teve sua formação pela Unespar, em Campo Mourão, no ano de 2014, e atuou como docente com substituições de aulas por quatro anos, mas com suas próprias turmas, pelo PSS (Processo Seletivo Simplificado do Paraná) há três anos.

Por fim, a P4, também de Mamborê, teve sua formação na Unespar, Campo Mourão, no ano de 2014, e desde o primeiro ano da graduação atua como docente nas escolas da rede pública do estado do Paraná. A professora destaca que atuou também na rede privada de ensino, mas que não se adaptou ao mesmo, e desde então continua exercendo sua função na rede pública do ensino.

As entrevistas com os professores oportunizaram uma melhor compreensão das estratégias de ensino utilizadas, complementando as respostas e constatações feitas pelos educandos, permitindo um olhar para os desafios enfrentados em sala de aula, nos currículos, nos livros didáticos e ainda as necessidades vivenciadas no cotidiano escolar.

A presente seção do texto teve por objetivo apresentar os municípios de Peabiru e Mamborê, além de descrever os sujeitos participantes da mesma: os alunos e professores das escolas locais. Por meio de questionários e entrevistas, os instrumentos da pesquisa foram inicialmente apresentados. Essa abordagem qualitativa de pesquisa, envolvendo discentes e docentes, contribui para uma compreensão mais ampla sobre realidade escolar e sobre as questões relacionadas ao ensino de Geografia nessas pequenas cidades.

A seguir serão apresentados os resultados obtidos com os alunos de ambos os colégios participantes da pesquisa, destacando suas concepções e opiniões em torno de suas cidades e da inclusão das mesmas no ensino. Após a análise dos questionários discentes, as falas dos professores serão apresentadas e debatidas, e, considerando as assertivas de alunos e professores, será possível uma melhor compreensão dos aspectos educacionais do ensino de Geografia nas pequenas cidades.

6. OS ALUNOS, OS PROFESSORES E AS PEQUENAS CIDADES: A PESQUISA DE CAMPO EM PRÁTICA

Após as análises realizadas até o momento, pode-se depreender que há uma necessidade de inserir as pequenas cidades no âmbito escolar. Apesar dos recentes avanços no meio acadêmico em que se constatou um crescente número de pesquisas voltadas ao estudo das pequenas cidades em seus diferentes aspectos, ainda é incipiente os debates relacionados à sua inserção nas salas de aula.

Se relacionar tal temática à questão dos livros didáticos, ou mesmo dos documentos norteadores do ensino, pode-se constatar que as pequenas cidades pouco destaque tiveram. No entanto, ao analisar as práticas escolares que ocorreram em colégios do estado do Paraná, como foi o caso dos projetos desenvolvidos no PDE, é possível notar que existem diferentes experiências que acontecem no dia a dia das salas de aula, no qual os docentes podem vir a trabalhar direta ou indiretamente com essa temática nas aulas de Geografia.

Como mencionado nos capítulos anteriores, realizar qualquer tipo de debate sobre o espaço local no ensino acaba se tornando uma tarefa do docente da disciplina ministrada, já que os currículos ou materiais didáticos utilizados pouco farão essa conexão entre os conteúdos gerais e a realidade local no qual os estudantes estão inseridos. Logo, entender como essas discussões vêm acontecendo nas salas de aulas de escolas de pequenas cidades é de relevância, visto que é a partir da sala de aula que se pode constatar o que vem (ou não) sendo feito para avançar nesse debate.

Nesse sentido, a presente seção apresenta os resultados dos dados obtidos em campo nas pesquisas com alunos e professores das escolas de Mamborê e Peabiru – PR. Se há o desejo de entender se as pequenas cidades possuem ou não sua presença no ensino de Geografia, é preciso, antes de mais nada, compreender o que alunos e professores têm a dizer a respeito. São esses os sujeitos que estão inseridos na realidade do contexto escolar, e é, portanto, nas salas de aula que os conteúdos serão de fato ministrados. Como tal, é preciso estar atento se as pequenas cidades possuem um espaço nesse âmbito.

Como destaca Castrogiovanni (2007), o sujeito traz consigo uma carga de conhecimentos, sistematizados ou não, de diferentes realidades vividas, e essas realidades devem ser aproveitadas, problematizadas e contextualizadas, de modo a tornar a escola, efetivamente, integrada à vida. Portanto, é fundamental considerar o

aluno e o professor enquanto sujeitos centrais na busca da compreensão da inserção das pequenas cidades no ensino de Geografia. A valorização dos diferentes “dizeres” dos estudantes e docentes é basilar para entender suas concepções sobre esta disciplina e para realizar as devidas reflexões sobre as pequenas cidades nas salas de aula.

Para tanto, instrumentos metodológicos como a utilização de questionários e a realização de entrevistas foram empreendidos. Entender as visões e concepções dos discentes e docentes que participaram da pesquisa se mostrou fundamental para avançar nos objetivos propostos pela pesquisa. Métodos como o de Análise de Conteúdo também foram pertinentes para análise dos dados que foram obtidos, no qual categorizou-se os mesmos e realizou-se as devidas análises por meio dessas categorias que foram elencadas com base nos depoimentos e falas de alunos e professores.

O objetivo desta parte é sistematizar e debater os principais pontos dos questionários que foram aplicados junto aos educandos, destacando a perspectiva deles em relação às suas cidades e ao processo de ensino e aprendizagem de Geografia. Por fim, as entrevistas realizadas com os professores de Geografia serão abordadas junto a uma reflexão críticas das mesmas ao final dessa seção.

6.1 AS PERSPECTIVAS E OLHARES DOS DISCENTES EM RELAÇÃO ÀS SUAS CIDADES

Após aplicação dos questionários com os alunos de ambas as cidades no qual a pesquisa se deu, apresenta-se nesta subseção a análise das diferentes visões que foram destacadas por estes. Ressalta-se que os questionários foram realizados em turmas aleatórias dos dois colégios, sem escolha de quais séries participariam da pesquisa. Assim, não houve preferência por turma ou série, e os questionários foram aplicados nas turmas nas quais os docentes tinham disponibilidade no dia da realização dos mesmos.

Seguindo os pressupostos da Análise de Conteúdo (Bauer; Gaskell, 2002; Caregnato; Mutti, 2006; Moraes, 1999), os resultados obtidos com os questionários foram agrupados em diferentes categorias que possibilitam uma melhor compreensão

destes dados. Para essa análise dos questionários discentes foram três categorias que foram delimitadas:

- os alunos e sua cidade: concepções gerais;
- os aspectos positivos e negativos da minha cidade;
- os alunos, a cidade e o ensino de Geografia

Deste modo, a sistematização na sequência obedecerá a cada uma dessas categorias em suas especificidades. Elas serão apresentadas com o debate acerca dos questionários de ambas as cidades, porém isso será feito de forma separada, pois cada uma resguarda suas especificidades. Sendo assim, primeiro apresenta-se os resultados da escola de Mamborê e posteriormente de Peabiru, e assim sucessivamente em todas as categorias aqui apresentadas.

6.1.1 Os alunos e sua cidade: concepções gerais sobre Mamborê – PR

Quais são as percepções que os estudantes tem das pequenas cidades em que moram? Como estes veem o município em que habitam? Abordando inicialmente o colégio de Mamborê, foram 80 o número de questionários respondidos, em cinco diferentes turmas, sendo elas: 7º, 8º e 9º ano dos Anos Finais do Ensino Fundamental, e duas turmas da 3º série do Ensino Médio. Os dados a respeito do número de alunos de cada turma que respondeu ao questionário são representados na figura 5.

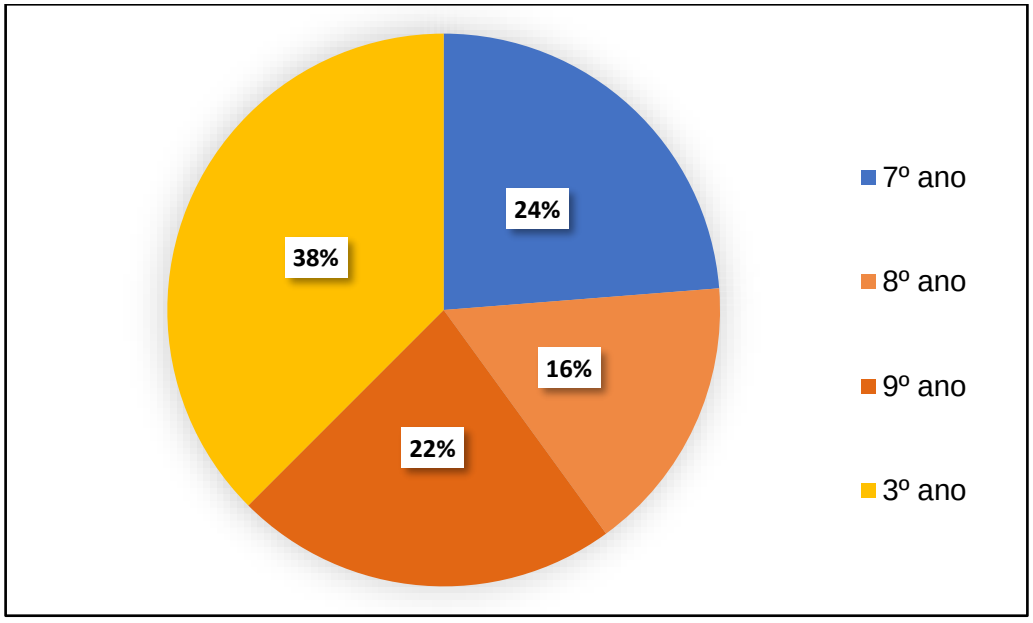
A idade dos alunos que responderam aos questionários em Mamborê variou entre 11 e 22 anos, e quando questionados a respeito da cidade em que nasceram, as respostas foram variadas, porém houve uma predominância daqueles que nasceram em Campo Mourão – PR, cidade que se encontra à 40 km distante, aproximadamente. Isso se deve à concentração de atendimento médico em núcleos regionais, no qual as pequenas cidades, de forma geral, acabam buscando por esse tipo de atendimento em cidades polarizadoras mais próximas.

Dentre os dados, chama atenção o fato que dos 80 alunos, 41 nasceram em Campo Mourão, enquanto apenas 26 nasceram em Mamborê[20]. Foram 13 o número de respostas de estudantes de nasceram em outros municípios, sendo apenas um

[20] No questionário: Em qual cidade você nasceu?

caso em cada uma das seguintes cidades: Araruna, Ivaiporã, Cascavel, Juranda, Nova Tebas, Boa Esperança, Ubiratã, Tapejara e Iretama, no Paraná; Balneário Camboriú, em Santa Catarina; Cuiabá, em Mato Grosso; Santo André, em São Paulo; e Madrid, na Espanha.

Figura 5: Mamborê – PR. Distribuição das turmas em porcentagem que participaram da pesquisa, 2023



Fonte: dados coletados na pesquisa de campo, 2023.

Percebe-se, portanto, que nem todos os alunos sempre moraram em Mamborê, no qual alguns nasceram em cidades próximas, em outros estados ou no próprio município em questão.

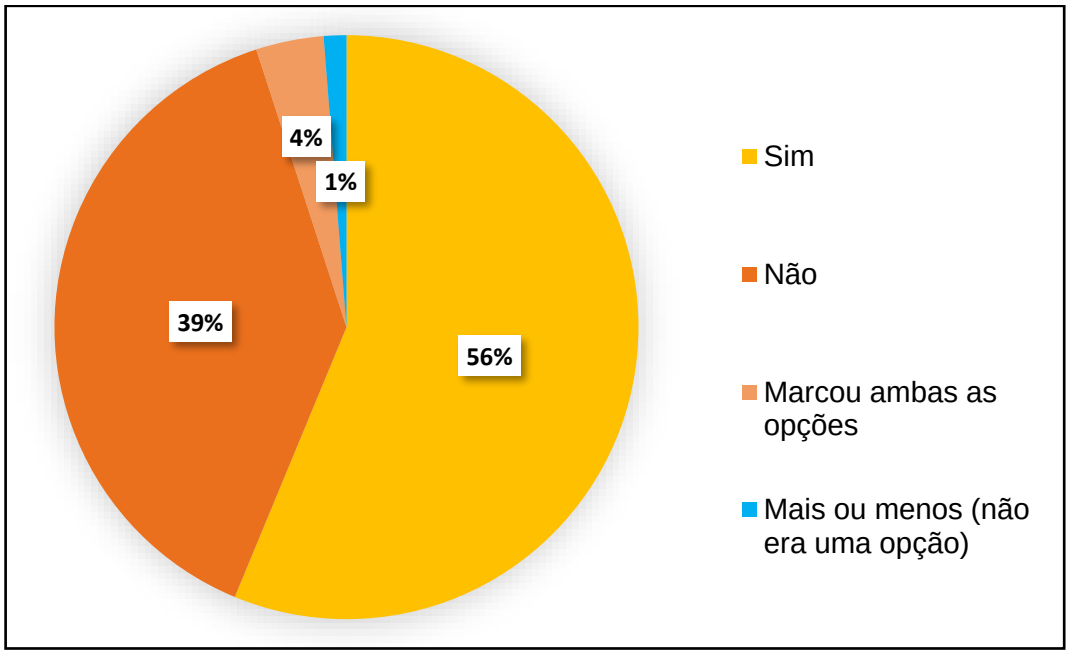
Nesse contexto, a seguinte questão indagou se os alunos gostavam da cidade em que eles habitam[21]. Destes, 45 alunos assinalaram que sim; 31 assinalaram não gostar; três alunos assinalaram ambas as opções (sim e não) e um aluno não assinalou nenhuma das opções e escreveu “mais ou menos” em frente a questão. A porcentagem destas respostas é representada na figura 6.

Solicitou-se ainda que os educandos justificassem suas respostas, para que assim se pudesse compreender, de uma forma geral, as perspectivas desses estudantes a respeito da cidade que eles habitam. Diversos foram os motivos

[21] No questionário: Você gosta da cidade que você habita?

apontados, e serão destacados algum deles, ressaltando que poderia haver uma ou mais justificativa em uma mesma resposta.

Figura 6: Mamborê – PR. Porcentagem das respostas dos alunos sobre gostar da sua cidade, 2023



Fonte: dados coletados na pesquisa de campo, 2023.

Tratando inicialmente das justificativas dos discentes que afirmaram gostar de sua cidade, as justificativas que por mais vezes foi destacada foi porque Mamborê se trata de uma cidade calma, tranquila ou que nas respostas também ressaltaram não haver índices de criminalidade ou violência. Tal justificativa foi enfatizada por 16 alunos, no qual a ideia de que as pequenas cidades são lugares mais pacatos de se morar foi evidenciada, como se observa em algumas dessas justificativas:

> Porque é uma cidade pequena, então é mais seguro e perto para sair a pé (I. L. S.)
>
> Pois é calma e sem muitos roubos comparado a cidades grandes e nem muito movimento na rua (G. K. S.)

A noção de que as pequenas cidades são lugares calmos ou tranquilos é comumente reproduzida. Tal ideia é principalmente utilizada quando existem as comparações do caso da segurança e tranquilidade das pequenas cidades à realidade

das grandes cidades, que muito se reforça, neste último caso, as elevadas taxas de criminalidade e violência. Corroborando a esse argumento:

> Ao assinalar a tranquilidade como algo que se aprecia nas pequenas cidades, remete-se à análise para o tema do ritmo da vida urbana. Esta concerne, seguramente, a uma leitura marcada pela comparação com parâmetros de outras circunstâncias urbanas, vinculadas às cidades maiores e marcadas pela intensidade da cadência imposta diariamente (Endlich, 2006 p. 385).

Certamente tratam-se de ritmos de vida totalmente diferentes ao se comparar as pequenas e as grandes cidades. São, pois, realidades distintas por inúmeros fatores. Contudo, é igualmente necessário destacar também que, apesar de em alguns casos os índices de violência e criminalidade serem relativamente menores em cidades pequenas, não é possível fazer tal afirmação de forma categórica.

Fernandes (2017) defendeu em sua tese de doutoramento que a concepção de que a cidade pequena é um local tranquilo e seguro para se viver deve ser relativizada, assim como a associação entre pequena cidade e tranquilidade, que se propagou no senso comum, deve ser desconstruída.

Segundo o autor, vivencia-se atualmente a desconstrução do mito de tranquilidade das cidades pequenas, uma vez que:

> [...] a tranquilidade, entendida pela ausência de segurança, em pequenas cidades, vai sendo sobreposta por uma violência crônica e uma insegurança objetiva. Ambas influenciam negativamente na sociabilidade e na pessoalização, marca dessa tipologia de localidade e, por conseguinte, na apropriação dos espaços públicos e da vida pública, gerando uma nostalgia, um resquício, de uma realidade passada relativamente recente (Fernandes, 2017, p. 122).

Portanto, para além da ponderação sobre as pequenas cidades serem lugares ditos como calmos ou tranquilos, é igualmente significativo pensar que problemas tidos como de cidades de maior porte também ocorrem nesses locais. As pequenas cidades, nesse contexto, também apresentam uma série de problemáticas que por muito tempo foi associado apenas às grandes cidades ou metrópoles, tal como se apresentará ainda nesta subseção ao destacar os pontos negativos de suas cidades levantados pelos alunos nos questionários.

A segunda justificativa que mais foi ressaltada pelos educandos foi a de que seus amigos e/ou familiares também habitam em Mamborê, e por esse motivo, gostam

da cidade, sendo essa uma resposta que foi citada dez vezes. Nas palavras de um dos alunos:

> Sim, pois foi onde eu cresci e todos meus amigos são todos daqui minha família, os parques, a feira e várias outras opções de lugares para sair e se divertir (B. S. S.)

Para além dos familiares e amizades, locais da cidade também foram utilizados para reforçar que é uma cidade que este estudante de fato gosta de viver. Por conseguinte, os vínculos e relações pessoais estabelecidas nesses espaços é também um expressivo fator para essa identificação para com a cidade em que habita.

A justificativa de que gostam de Mamborê por ser uma cidade pequena é utilizada por seis alunos, afirmando que esse gostar de sua cidade vem justamente pelo fato dela ser uma cidade pequena. Enquanto para alguns o fato de ser uma cidade pequena é um problema, como será destacado adiante, para alguns desses alunos é um aspecto positivo.

A justificativa “é uma cidade legal”, apenas, foi mencionada também por seis alunos, e o fato de ter crescido ou sempre ter habitado na cidade desde que nasceu foi ressaltada por cinco educandos. Logo, o fato de ali ter nascido e ainda viver na mesma cidade gera esse fator de identificação pela mesma, tal como se pode observar na seguinte afirmação de um dos alunos:

> Pois é local no qual eu me identifico, pelo fato de ser pequena também, coisa que particularmente eu prefiro. Onde eu nasci, cresci e sempre vivi, onde moram todos meus familiares (L. A. O. S.).

Como se pode observar, um conjunto de diferentes fatores pode ser responsável por essa identificação com a cidade em que habita, e os fatores que mais foram destacados pelos estudantes de Mamborê foram a tranquilidade, a presença de amigos e da família na cidade, o fato de ser uma cidade pequena e por nela crescer.

Além destas, outras justificativas foram utilizadas, porém por um ou dois alunos apenas. Dentre estes outros motivos para gostar da cidade, estão: é uma boa cidade; gosta por conhecer todos da cidade; atende as suas necessidades; gosta das pessoas que moram na cidade; é uma cidade bonita; gosta de viver na cidade, entre outras.

Para esses 45 alunos que assinalaram gostar da sua cidade, essas foram as principais justificativas. Dentre os 31 alunos que afirmaram não gostar, as principais

respostas estão relacionadas ao fato de ser uma cidade pequena e não ter muitas opções do que se fazer na cidade.

A principal explicação, nesse contexto, foi a de que não gostam da cidade por não ter opções de lazer ou atividades lúdicas/recreativas, destacada por oito estudantes. Em seguida, sendo ressaltada por sete alunos, foram as respostas relacionadas a não gostarem de Mamborê por ser uma cidade de pequeno porte. Algumas dessas justificativas são apresentadas a seguir.

> Por ser uma cidade muito pequena, e não tem muito lugar para passear (K. L. M. P.).
>
> Não gosto, muito pequena, não tem lugar para ir (E. D. M.).
>
> Muito pequena, poucos lugares, pessoas péssimas (não todas), não tem onde ir, uma cidade que eu não gosto (L. S. M.).
>
> Não tem muitos pontos turísticos, muitos comércios e nem muita área para sair (D. K. P. I).

Como se percebe, há uma estreita relação do tamanho da cidade ao fato de não existir muitas possibilidades de lazer na mesma, no qual o fato de ser uma cidade de pequeno porte implica na ausência de atividades ou lugares para se visitar na cidade.

É fato que as grandes cidades concentram um maior fluxo de pessoas, veículos, comércio, mercadorias, e consequentemente, das opções lúdicas, de turismo, espaços públicos urbanos e afins. É comum, portanto, que existam maiores opções de lazer, recreação ou mesmo de consumo nesses grandes centros.

Em relação a esse último item, um dos pontos levantado pelos educandos em relação a sua cidade é a ausência de *shopping center* ou de cinema. Esses estabelecimentos tem sido considerados como referências de entretenimento na atualidade, e geralmente encontram-se em cidades médias ou nos grandes centros urbanos, não fazendo parte da realidade das pequenas cidades. Nesse sentido, os alunos associam a ausência “do que se fazer” ao tamanho da cidade de Mamborê.

O terceiro motivo mais listado pelos estudantes refere-se ao fato de não gostarem das pessoas que habitam na cidade, motivo este citado por seis alunos. Nas palavras de alguns desses depoimentos, o perfil das pessoas que moram na cidade acaba se tornando um empecilho para gostar da mesma.

> [...] apesar de que, no momento, eu tenha tudo o que eu preciso por aqui, eu não me sinto legal, parece que estou em um ambiente estranho. As pessoas são muito “mente fechada” (L. H. M.).

Algumas outras justificativas relacionadas a essa questão também aparecem em uma outra questão a ser discutida posteriormente. Outros motivos destacados pelos educandos foram a ausência de atrações/festivais na cidade; a dificuldade em conseguir emprego; e a falta de oportunidades no município, cada justificativa citada por três alunos.

> Acho que não tem muitas coisas para fazer, falta emprego, muito parado (E. C. L.).
>
> Não tem muitas possibilidades para crescer aqui, para se fazer faculdade deve-se deslocar para outra cidade, além de ser difícil achar emprego (T. O. M.).

Como mencionado anteriormente, o município de Mamborê tem, predominantemente, sua economia voltada para atividades agropecuárias. Característica essa, inclusive, presente em praticamente todos os municípios da Região Imediata de Campo Mourão, cujo setor econômico está fortemente relacionado ao agronegócio. Salvo esse segmento econômico, juntamente com o comércio e prestação de serviços, restam poucas oportunidades de emprego no município de Mamborê, visto que a atividade industrial é escassa.

Importante salientar também que é por esses motivos que um determinado contingente dos habitantes de Mamborê deslocam-se diariamente para Campo Mourão ou em outras cidades próximas para trabalho, ou mesmo aqueles que deixam a cidade de forma definitiva em busca de oportunidades de emprego.

Em continuidade às justificativas dos educandos, diversos outros motivos foram elencados, porém por apenas um ou dois alunos. Dentre estes outros motivos para não gostar da cidade, estão: não se identifica com a cidade; não tem privacidade; é uma cidade esteticamente feia; gostaria de morar em outra cidade; a cidade não tem investimentos; não gosta do clima da cidade; dentre outros.

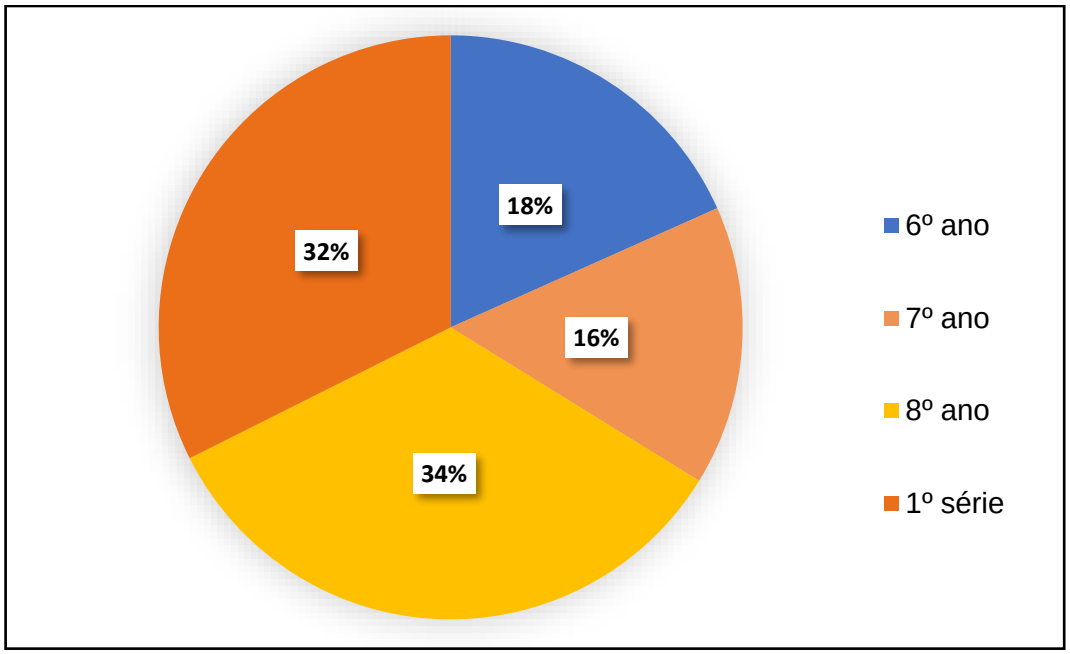
Neste primeiro momento é possível notar que não há um posicionamento similar dos estudantes quanto às impressões gerais pela cidade de Mamborê, no qual o número de alunos que gostam ou os que não gostam da cidade foi próximo, porém com um número maior daqueles que afirmaram gostar da sua cidade. Os motivos,

como se observou, foram diversificados, no qual o fato de ser uma pequena cidade, por exemplo, tanto atrai alguns desses alunos, como também é utilizado como argumento para não gostar da mesma por outros discentes.

6.1.2 Os alunos e sua cidade: concepções gerais sobre Peabiru – PR

Em relação aos questionários aplicados na escola do município de Peabiru, foram 71 alunos respondentes, distribuídos em seis diferentes turmas, sendo uma turma de 6º ano; duas turmas de 7º ano; duas turmas do 8º ano e uma turma da 3º série do Ensino Médio, como se pode observar no gráfico a seguir a distribuição dom número de alunos que responderam em casa uma dessas turmas.

Figura 7: Peabiru – PR. Distribuição das turmas em porcentagem que participaram da pesquisa, 2023.



Fonte: dados coletados na pesquisa de campo, 2023.

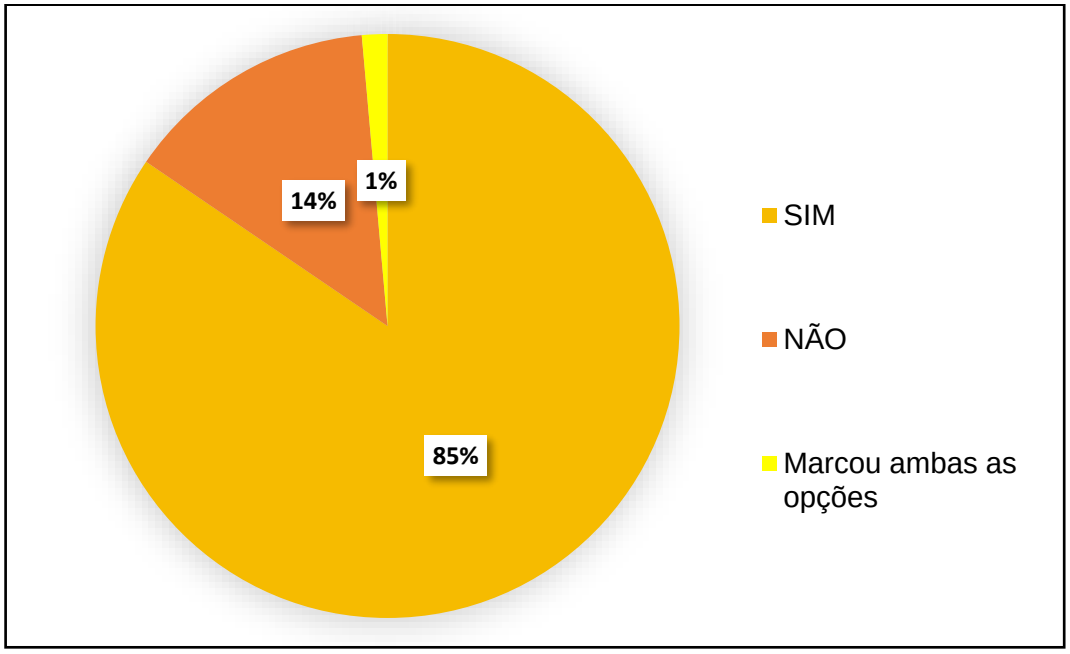
A idade na pesquisa realizada no município em questão variou entre os 11 e 15 anos, considerando que sete alunos não informaram sua idade no questionário. Ainda, constatou-se que maior parte dos alunos, assim como nos resultados obtidos em Mamborê, nasceram no município de Campo Mourão.

Contudo, diferentemente de Mamborê, em que houve uma grande maioria de alunos que nasceram em hospitais maternidade de Campo Mourão, em Peabiru foram 28 alunos que afirmaram ter nascido em Campo Mourão, e 25 alunos que nasceram no próprio município de Peabiru. Três alunos afirmaram ter nascido em Araruna e outros dois em Curitiba, no Paraná, enquanto outros dois alunos afirmaram nascer em Garibaldi, no Rio Grande do Sul.

Ademais, houve outros dez municípios destacados por apenas um aluno cada, sendo: Nova Tebas, Terra Boa, Juranda, Cascavel, Engenheiro Beltrão, Mandaguari e Maringá, todos no Paraná; Rio Claro e São Pedro, no estado de São Paulo; e Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso. Um aluno, apenas, não soube responder qual sua cidade de origem. Percebe-se, assim como na análise de Mamborê, que maior parte desses alunos possuem suas origens no próprio município ou nos municípios próximos.

Quando indagados a estes alunos se eles gostam da cidade em que habitam, obteve-se o seguinte percentual que pode ser observado na figura 8:

Figura 8: Peabiru – PR. Porcentagem das respostas dos alunos sobre gostar da sua cidade, 2023.



Fonte: dados coletados na pesquisa de campo, 2023.

Foram 60 o número de respostas afirmando gostar da cidade de Peabiru; dez respostas assinaladas enquanto não gostar e uma das respostas em que o discente

assinalou ambas as opções. Há, portanto, uma grande maioria que afirma gostar da cidade em que habita atualmente.

Ao solicitar que os educandos justificassem, as respostas foram variadas, e algumas delas os alunos elencaram mais de um fator. Tratando inicialmente daqueles que afirmaram gostar da sua cidade, a justificativa que teve o maior número de respostas foi relacionada ao fato de Peabiru ser uma cidade calma ou tranquila, como se observa em algumas das respostas.

> Eu gosto da cidade por conta de ela ser calma, não acontecer muitos acidentes, etc. (Y. P.).
>
> Sim porque é uma cidade pequena e não tem tantas tragédias igual outras cidades, aqui é bem tranquilo (T. K.).
>
> Uma cidade pequena e tranquila, sem os problemas de cidade grande, como grandes assaltos, acidentes, etc. (A. C. B).

Assim como na pesquisa realizada em Mamborê, é colocado em questão o fato de as pequenas cidades serem consideradas tranquilas para se viver, no qual o sentimento de segurança é maior devido à um menor índice de assaltos, acidentes ou tragédias, como se observa nas respostas dos estudantes.

Essa valorização da tranquilidade sugere que os alunos veem a qualidade de vida como uma das principais características positivas da cidade de Peabiru. Tal fato se percebe quando os mesmos realizam comparações com outras cidades maiores, destacando a ausência de problemas, que, na visão destes, seriam mais comuns em áreas urbanas mais densamente povoadas.

Certamente, em números comparativos à cidade maiores, alguns casos como violência, acidentes, assaltos, dentre outros, podem ser relativamente menores dadas as proporções. Contudo, como já mencionado anteriormente, isso não resguarda as pequenas cidades da ocorrência destes acontecimentos.

> Assim, não há como negar que, ao terem seu ritmo comparado com outros, as pequenas cidades guardam outra dimensão do tempo, servindo agora como referência para a retomada de escalas mais humanizadas e assinalando para a recuperação do valor de uso do tempo e do espaço. [...] Contudo, é preciso dizer que apareceram também manifestações relativas a problemas com segurança. Essas apreciações dúbias indicam que há um processo de transformação sinalizando a perda dessa característica. Deste modo, os moradores,

> com base em sua própria experiência, ora ressaltam a segurança, ora a falta dela (Endlich, 2006, p. 389).

Em ambas as cidades aqui abordadas, a tranquilidade e a segurança ainda se destacam enquanto um fator positivo, sendo as justificativas que mais foram assinaladas pelos alunos. Em seguida, no caso de Peabiru, com 14 respostas destaca-se o fato dos amigos e/ou familiares habitarem na cidade.

Logo, o sentimento de pertencimento à cidade também pode se dar devido a presença de pessoas – sejam elas da família ou do círculo de amizades de cada indivíduo – no mesmo local de vivência. Nas palavras nos educandos:

> Porque é minha cidade natal e aonde meus familiares e amigos moram (A. C.).
>
> Porque vivo aqui há 15 anos e já tenho muitas amizades aqui, o que a faz ser uma cidade confortável para mim (I. T. S. M.).
>
> Porque tenho meus amigos, minha família e o mais importante é a minha felicidade (Y. A. L. S.).

As justificativas dos alunos evidenciam a relevância do sentido emocional das relações pessoais e do senso de pertencimento destes para com a cidade de Peabiru, representando uma visão pessoal e afetiva em relação à cidade de origem. As respostas sugerem que o gostar da cidade também está associado ao desenvolvimento de amizades, que fazem festes espaços os seus lugares, no sentido conceitual e geográfico, ou seja, no qual a dimensão afetiva se faz presente. São espaços no qual os respondentes da pesquisa se encontram confortáveis. Isso sugere que a presença dos familiares e a formação de amizades ao longo do tempo contribuem para a sensação de pertencimento.

Fica evidente que a cidade não é vista não apenas enquanto um espaço físico em que se habita, mas também de lugares no qual as conexões sociais são fundamentais para a experiência de vida destes adolescentes. Sendo assim, surgem as noções de afetividades relacionadas ao local no qual se vive. Neste contexto, a terceira justificativa mais ressaltada pelos estudantes está relacionada a esta afetividade para com a cidade, ou pelo fato de ali ter nascido e crescido.

> Eu cresci nesta cidade e criei um carinho muito grande por ela (N. G. F. S.).

> Gosto muito da cidade que eu habito porque me apeguei, moro aqui desde que eu era pequeno, passei toda minha vida aqui, praticamente (J. V. B. S.).

As justificativas demonstram que o fato de os jovens da pesquisa terem vivido na cidade desde a infância, há, nesse sentido, um forte apego emocional à cidade. Essa afetividade, como se observa, pode estar enraizada na experiência de vida de cada sujeito. Trata-se de uma demonstração de como a as vivências ao longo do tempo podem criar uma ligação emocional com o lugar de origem. Como corroboram Hauresko e Fernandes (2022) ao tratar sobre o papel da cidade, destacam que ela é

> [...] resultado da integração social, do conhecimento de técnicas que permitem a manipulação de recursos naturais e da cultura em suas diversas manifestações, ou seja, ao mesmo tempo é tanto o lugar do desenvolvimento das contradições, dos conflitos socioeconômicos, do aglomerado de casas e prédios, do movimento cotidiano de pessoas, da relação do homem com a natureza, quanto, espaço de vivência e afetividade, pois os habitantes mantêm uma sintonia com o lugar de origem (Hauresko; Fernandes, 2022, p. 69).

Logo, esta noção de pertencimento, diretamente relacionada aos laços afetivos que são criados na cidade natal ou de residência de cada indivíduo, é um fator que deve ser considerado. O sentimento de pertencimento não apenas gera emoções, mas também estabelece as relações que o sujeito desenvolve no seu espaço de vivência. Portanto, ao falar de cidades, também se deve falar sobre as emoções que ali são desenvolvidas por cada um.

Em sequência, os estudantes assinalaram gostar de Peabiru por ser uma cidade legal; afirmaram ser uma boa cidade; e que gostam das pessoas da cidade, cada uma dessas justificativas com quatro respostas cada. Ainda, foram três alunos em cada justificativa que afirmaram que se trata de uma cidade bonita; que os lugares são todos próximos para se deslocar; e que gostam de Peabiru por ser uma cidade pequena.

> Eu acho bom, pra mim é mais perto da escola e de outras coisas, tipo um mercado ou uma casa de algum familiar (K. M. C.).

> Eu morava em outra cidade, ela era uma cidade grande, aí eu me mudei pra cá – Peabiru – é uma cidade calma e é tudo mais perto. Eu gosto daqui de Peabiru (A. C. F. P.).

Assim como em algumas das respostas que foram destacadas no questionário de Mamborê, os alunos mencionam o fator mobilidade dentro da cidade enquanto algo positivo. Estes pontos destacados nas justificativas acima ressaltam que a qualidade de vida na cidade também está diretamente relacionada à um ambiente mais calmo e ao ritmo mais tranquilo oferecido pelo contexto de uma pequena cidade.

A segunda resposta demonstra justamente que a mudança de uma cidade grande para uma cidade menor está associada à calma e à proximidade dos locais. É possível perceber, portanto, que questões como à mobilidade, tranquilidade, qualidade de vida, identidade local entre outras justificativas já mencionadas podem estar intrinsicamente relacionados às dinâmicas sociais e emocionais das pequenas cidades.

Para além destas respostas, algumas outras foram colocadas, porém por apenas um ou dois estudantes, tais como: gosta do comércio da cidade; gosta por conhecer muitas pessoas; é a cidade natal do aluno; é uma cidade bem cuidada; maior parte das ruas não tem buracos; possui um relevo plano; não tem trânsito; atende às necessidades; gosta da praça da cidade; gosta do clima da cidade; gosta da simplicidade; é um bom lugar para se conviver; entre outras.

Em relação aos dez alunos que afirmaram não gostar da sua cidade, o principal motivo, apontado em seis respostas, foi a ausência de atividade de lazer em todas elas, e outras três que afirmaram não ter muitos eventos ou atividades a se fazer na cidade. Algumas dessas justificativas são apresentadas a seguir:

> Porque aqui é um lugar pequeno, não tem muito emprego, não tem *shopping*, poucas lojas, algumas ruas cheias de buraco (M. C. O.).
>
> Na verdade mais ou menos, porque só tem uma praça, é sem graça, também durante o dia só fica os velhos e a noite nem todos adolescentes podem sair; deveria ter mais coisas para entreter as crianças e adolescentes porque não tem muito lazer aqui... mas é uma cidade boa, só precisava de mais coisas para entreter as pessoas (T. B. C.).
>
> Acho ela calma, dá para passear sem ter problemas, mas acho que Peabiru não tem nenhum centro de passeio, poucos eventos, não tem *shopping*, não tem universidades, não tem muitos parques (G. H. C. M.).

Como se observa nas respostas dos educandos, associa-se o fato da cidade ser pequena à ausência de atividades de lazer, de oportunidades ou de atrativos para

a população. Tais respostas evidenciam que, embora os aspectos positivos se façam presentes, como a tranquilidade destacada em uma das justificativas, a falta de oportunidades de emprego, de estabelecimentos comerciais e atividades de lazer específicas para diferentes faixas etárias impactam na satisfação geral dos alunos respondentes da pesquisa.

Assim como no questionário aplicado no município de Mamborê, as respostas dos estudantes ao assinalarem que não gostam da sua cidade, refletem, em sua maioria, uma preocupação com a oferta de lazer e entretenimento. É preciso que os órgãos públicos comecem a pensar nos investimentos em atividades direcionadas às crianças e adolescentes, de modo a propiciar atividades que integrem esses grupos etários nas cidades em que vivem.

Outras justificativas, abordadas por dois alunos cada, foram os buracos nas vias públicas; o fato de a cidade ser considerada muito “parada”; a falta de oportunidades de emprego; por ser uma cidade pequena; e ainda a ausência de oportunidades no local, como se corrobora com as respostas a seguir:

> Porque não tem nada de interessante e tem poucas oportunidades (G. H. S. D.).
>
> Não, porque eu gosto de cidade grande e aqui a cidade é pequena, não tem o que fazer e também não tem emprego (E. V. S. P.).
>
> Acho uma cidade muito parada, falta de oportunidade e nada de interessante, porém moro aqui desde que nasci e tenho um carinho por ela (I. F. O.).

As justificativas anteriores sinalizam desafios que são enfrentados por muitas das pequenas cidades brasileiras, que perpassam por questões econômicas, as oportunidades de emprego e/ou estudos e pelas questões relacionadas à atratividade que estes espaços exercem ou deixam de exercer.

Por fim, outras respostas mencionadas por apenas um aluno, foram: não gosta das pessoas que moram na cidade; todos na cidade se conhecem; o fato de haver apenas uma praça na cidade; gosta de cidade grande, e não de cidade pequena.

Sobre todas as justificativas colocadas pelos educandos, é possível inferir que, diferentemente do caso de Mamborê, aqui predomina um número muito maior de respostas que afirmaram gostar de Peabiru. No entanto, os aspectos negativos da cidade também foram ressaltados, e de forma muito similar ao município de Mamborê, também enfatizaram a necessidade de atividades de lazer e entretenimento.

O fato de Peabiru ser uma cidade pequena foi, em grande parte, um aspecto positivo para os alunos, que afirmaram gostar da tranquilidade, da redução de distância entre os lugares e do sentimento de segurança; enquanto que o fato da mesma ser pequena também foi considerado um aspecto negativo, já que não possui muitos atrativos ou locais em que as atividades de lazer possam se desenvolver. O tópico a seguir dará continuidade a essa análise, explorando então as fragilidades e as potencialidades de Mamborê e de Peabiru na visão dos estudantes.

6.1.3 Os aspectos positivos e negativos da minha cidade – as impressões sobre Mamborê-PR

Este tópico tem por objetivo apresentar em maiores detalhes as percepções dos estudantes sobre sua cidade, explorando tanto os aspectos positivos quanto os negativos de forma mais abrangente. Assim como na questão anterior, cada aluno foi convidado a identificar um ou mais motivos que fundamentassem suas respostas, contribuindo para uma compreensão mais ampla e detalhada das opiniões dos participantes sobre o ambiente em que vivem.

Ao se solicitar que cada aluno citasse os pontos positivos da cidade de Mamborê[22], as justificativas que mais vezes foram ressaltadas, tal como na questão anterior, estiveram relacionadas ao fato de ser uma cidade calma e/ou tranquila, aparecendo nas respostas de 22 discentes. De acordo com uma das alunas:

> Cidade tranquila e considerável de se morar, um pouco de segurança e os moradores têm acesso a um ar mais limpo (I. L.).

Maior parte das respostas foram mencionadas pelos alunos apenas escrevendo apenas “é uma cidade calma”, sem maiores detalhamentos em suas respostas, mas percebe-se que pelo fato de ser uma cidade menor, a tranquilidade é levada em consideração e se sobressai como principal ponto positivo de Mamborê.

O segundo ponto mais destacado pelos alunos estivera relacionado ao gosto por alguns pontos específicos de lazer da cidade, com 14 respostas fazendo menção

[22] No questionário: Cite um ou mais aspecto(s) positivo a respeito da cidade que você habita.

a esse tema, principalmente no que se refere ao Parque do Lago de Mamborê, que foi citado por diversos alunos enquanto sendo um aspecto positivo da cidade.

O Parque Ecológico Armando Alves de Souza, ou conhecido como Parque do Lago, é a maior e principal área de lazer do município de Mamborê, sob uma área de 135 mil km², localizado na principal via de acesso à cidade, às margens da rodovia PR-471. Trata-se de um local amplamente utilizado pela população, contando com pista de caminhada, academia para a terceira idade e eventos diversificados que ocorrem nas mediações, sendo um local de convívio, lazer e da prática de exercícios físicos.

É por conta da relevância que tal área possui enquanto espaço de lazer que diversos estudantes a mencionaram enquanto um aspecto positivo de sua cidade. Em seguida, sendo destacada por 12 alunos, aparecem as respostas relacionadas à facilidade de locomoção pela cidade, no qual os alunos destacaram que, por se tratar de uma cidade de pequeno porte, os destinos são mais próximos ou que se pode ir a pé até os locais que se deseja.

Levando em consideração a questão da dimensão territorial das pequenas cidades, é comum que as distâncias serão encurtadas, possibilitando que sua população consiga se locomover à diferentes pontos da cidade sem a necessidade de a carros, ônibus, transportes coletivos e afins, tal como ocorre em centros urbanos de maior porte. A seguir destacam-se algumas das respostas em que os educandos ressaltaram a locomoção enquanto aspecto positivo.

> Por ser uma cidade pequena as coisas (lojas, lugares) é mais perto e mais seguro (J. M. R.).
>
> O trânsito é tranquilo, tudo é perto: farmácia, mercado (B. C.).
>
> É tudo perto, você pode ir para qualquer lugar andando (M. E. S. F.).
>
> Tem bastante árvores e ar agradável, pouco barulho e a maioria das pessoas se conhecem e não é muito necessário o uso de automóveis para deslocamento (T. O. M.).

Como corrobora Endlich (2006), é possível nas pequenas cidades percorrer alguns trajetos do cotidiano a pé, e ainda, em um ritmo mais devagar, já que não há uma multidão impondo um ritmo forçado tal como ocorre em grandes centros urbanos por exemplo. A própria “tranquilidade” das pequenas cidades já destacada também aparece por vezes relacionada a essa facilidade na locomoção, dado essa

proximidade entre os locais, como acrescente a autora, “[...] permite o pedestrianismo ou o trânsito descongestionado para os que utilizam veículos automotores” (Endlich, 2006, p. 386).

Cabe destacar, no entanto, que as pequenas cidades também vêm crescendo territorialmente de forma bastante dispersa, principalmente quando se trata da construção de novos loteamentos no entorno das cidades. Nesse sentido, a possibilidade da mobilidade a pé e de percorrer distâncias mais curtas, pode vir a se tornar cada vez mais desafiador.

Em seguida, nove estudantes destacaram respostas relacionadas à segurança da cidade como um aspecto positivo, tal como se deu na questão tratada no tópico anterior. Ainda, oito respostas afirmavam que o fato de a cidade ser pequena é um aspecto positivo e outros oito alunos assinalaram respostas ressaltando que grande parte dos habitantes da cidade se conhecem. Algumas dessas respostas são apresentadas a seguir.

> As pessoas são até que gentis e não tem muito crime por aqui (G. S. P. N).
>
> Conhecer quase todo mundo da cidade (R. F.).
>
> Cidade pequena, melhora o fato de conhecer bastante gente (L. A. O. S.).
>
> Por a cidade ser pequena todo mundo se conhece o que muitas vezes facilita as pessoas conseguirem emprego entre outros (R. M. R.)

Certamente que em um município com aproximadamente 13 mil habitantes não é possível conhecer a todos que ali habitam, porém uma característica bastante comum desses locais é justamente o fato da rede de relações pessoais ser bastante ampla se comparada às grandes metrópoles, por exemplo. É comum, pois, os tradicionais pontos comerciais na cidade, os negócios familiares, as diferentes gerações de famílias que há décadas habitam essas cidades, e que permanecem conhecidos pelos moradores, e assim por diante.

Tais situações certamente podem existir em qualquer cidade, mas nos pequenos núcleos urbanos isso acaba se intensificando, já que, ao se tratar de um local cujo os aspectos territoriais e demográficos são menores, consequentemente, as pessoas que ali habitam conhecem uma parcela significativamente maior dos habitantes da cidade.

As justificativas nas quais os estudantes apontaram que gostam por ser uma cidade pequena geralmente veio acompanhada de outras respostas aqui já destacadas, como a segurança, a tranquilidade, o fato de conhecer as pessoas da cidade e assim por diante.

Dando continuidade às respostas elencadas pelos alunos, quatro deles não souberem responder, e outros quatro afirmaram apenas “nada”. Outros quatro educandos destacaram que gostam das pessoas que moram na cidade, assim como outros três estudantes ressaltaram o fato de ter seus amigos e/ou familiares por perto.

Os aspectos naturais também chamam atenção dos educandos, no qual afirmações como “ar limpo” (três respostas); “bem arborizada” (três respostas); “proximidade à natureza (duas respostas) e “clima” (duas respostas) foram destacadas pelos alunos. Como exemplos, podem ser destacados as seguintes afirmações:

> Tem bastante árvores e ar agradável, pouco barulho e a maioria das pessoas se conhecem e não é muito necessário o uso de automóveis para deslocamento (T. O. M).
>
> Tem bastante áreas com árvores (A. C. A. F.).
>
> Cidade tranquila e considerável de se morar, um pouco de segurança e os moradores têm acesso a um ar mais limpo (I. L.).

É comum, nesse contexto, associar as pequenas cidades como um local livre da poluição que se observa em centros urbanos maiores, por exemplo. Contudo, cabe destacar que problemas associados à poluição, ausência de áreas verdes urbanas, descarte inadequado de resíduos sólidos, entre outros, não são um problema exclusivo das médias e grandes cidades.

Há uma idealização dos pequenos centros urbanos enquanto locais livre de problemas que atingiriam apenas as grandes cidades. Tal idealização pode estar relacionada ao desconhecimento do que ocorre nas mesmas. Quando se defende a inclusão das pequenas cidades nas pautas políticas e acadêmicas, não há o desejo de ignorar ou esconder os problemas que nelas existem. Pelo contrário, essa defesa visa justamente trazer à tona tais questões, permitindo uma análise mais crítica que permita a compreensão dos problemas específicos que esses espaços enfrentam.

Como se observou na sessão da análise dos livros didáticos, estes muitas vezes dão a errônea ideia de que tais problemas acontecem apenas nas grandes

cidades, já que muitas vezes estes conteúdos aparecem nos materiais em tópicos como “os problemas socioambientais dos grandes centros urbanos”. No entanto, reforça-se mais uma vez, as pequenas e médias cidades também convivem com estas situações, e daí recorre a necessidade de ir além destes materiais e aproximar o educando dos reais problemas que atingem o espaço geográfico, em suas diferentes escalas de análise.

Por fim, outras respostas foram apontadas pelos discentes, porém em uma proporção menor, sendo descrita por apenas dois ou um único aluno, tais como: gosta das festas e eventos que acontecem na cidade; é uma cidade bonita; pouco barulho; é uma cidade organizada; facilidade em conseguir emprego; e que gosta do lugar em que mora.

Apesar da diversidade de respostas que foram explicitadas pelos educandos, percebe-se que maior parte delas ressaltam aspectos como a tranquilidade, a facilidade de locomoção pelos espaços da cidade, suas áreas de lazer e a segurança que sentem enquanto habitantes de Mamborê.

As respostas na sequência, por outro lado, ressaltaram as principais fragilidades que estes estudantes observam a respeito de sua cidade, no questionário tratado então como “aspectos negativos”[23], para que os alunos discorressem suas impressões acerca dessa questão.

O principal ponto negativo destacado na visão dos estudantes, é a falta de opções de atividades e/ou locais para atividades lúdicas. Tal resposta foi ressaltada por 16 estudantes, no qual ao citar alguns exemplos, prevaleceu respostas como a falta de um cinema, *shopping center* ou de pontos turísticos na cidade. De acordo com os educandos:

> Não tem lugares para ir, não tem cinema (G. C.).
>
> Não tem coisas legais, como *shopping*, cinema, essas coisas (A. C. C.).
>
> Cidade pequena, pouco movimento, não tem muitos lugares turísticos, não tem nada no centro da cidade, ruas com buracos (L. S. M.).
>
> Pelo fato da cidade ser pequena, não tem muitos lugares atrativos para a população visitar, como *shoppings*, praças e parques (L. A. O. S.).

[23] No questionário: Cite um ou mais aspecto(s) negativo a respeito da cidade que você habita.

> Por ser uma cidade pequena não tem muitos pontos interessantes para sair se divertir ou pontos turísticos para se visitar (R. M. R.).

Como se observa, novamente a ausência de opções de lazer é associada ao fato de a cidade ser pequena, que é na visão de 12 alunos um aspecto negativo de Mamborê. Se por um lado, ao abordar os aspectos positivos da cidade, alguns alunos destacaram a existência do Parque do Lago da cidade e outros pontos no qual desenvolvem atividades de lazer e recreação, por outro lado, há um predomínio de educandos que ressaltam uma carência desses locais, como parques, pontos comerciais, turísticos, dentre outros.

Ainda, percebe-se a ideia de opções de lazer nas pequenas cidades atrelada à ausência de *shopping*s e de cinemas. Esta é, pois, uma visão mais restrita e comercial das atividades de lazer, associada ao consumo de bens e serviços. É preciso pensar tais atividades lúdicas e de lazer para além desses estabelecimentos, tais como as atividades ao ar livre, como caminhadas em parques locais, piqueniques, prática de esportes comunitários, festivais culturais entre outros eventos ou situações que podem fazer parte do cotidiano da população.

Em seguida, um ponto bastante ressaltado pelos educandos, que aparece nas respostas de 13 alunos, é o fato de os habitantes da cidade saberem o que acontece na vida dos demais, ou de espalharem essas informações sobre a vida privada das pessoas entre os demais moradores. Nas palavras dos estudantes, aparecem os termos “fofocas” ou “pessoas fofoqueiras”, conforme se pode observar nas respostas a seguir.

> [As pessoas] cuidam muito da vida dos outros por a cidade ser pequena (L. M. C. R.).
>
> Todos te conhecem e são fofoqueiros (G. S.).
>
> Povo muito fofoqueiro, todo mundo falso, tudo metido (V. Q. P.).
>
> Não dá para fazer nada que todo mundo fica sabendo (B. C.).

A ausência de privacidade ou o fato de a cidade ser menor demograficamente, e, consequentemente, o círculo social entre os próprios habitantes ser mais limitado, contribuem para essas situações nas quais os discentes apontam que existem muitas pessoas que “cuidam” da vida alheia, ou que o que se faz na cidade, “todos” tem conhecimento.

Assim como anteriormente ressaltado, os estudantes destacaram que “todo mundo se conhece” na cidade. O mesmo acaba valendo para a assertiva de que as informações da vida particular de cada um se disseminam mais rapidamente entre os próprios habitantes, gerando tais situações que geram este desconforto apontado nas respostas dos educandos.

De acordo com Koury e Barbosa (2020), determinados estudos sobre as pequenas cidades ou pequenas aglomerações urbanas apontam para uma interação mais intensa entre os seus habitantes, convergindo para uma pessoalidade absorvente e um controle moral e disciplinar entre os seus membros. Nesse sentido, a dita “fofoca” e o rumor são instrumentos bastante utilizados nesse tipo de controle social de situações de intensa pessoalidade.

> Diferentemente das grandes cidades, onde a impessoalidade permite uma maior individualidade e um maior espaço de atuação individual dos seus membros, e onde a fofoca, embora ainda seja um instrumento importante de rebaixamento moral, tem uma conotação menor de escândalo do que nas pequenas cidades (Koury; Barbosa, 2020, p. 59).

Como se observa, as fofocas nos pequenos centros urbanos são um fenômeno social. Por um lado, podem ser usadas para manter um senso de comunidade e conexão entre seus habitantes. Por outro, as fofocas, enquanto meio de espalhar fatos ou rumores, também podem ter uma implicação negativa na reputação das pessoas dessas cidades. Portanto, é fundamental entender a complexidade que o termo “fofocas” ou “pessoas fofoqueiras” possui nas respostas dos alunos no ambiente das pequenas cidades, e como estas aqui foram destacadas pelos mesmos enquanto algo que eles não gostam na cidade de Mamborê.

Outro aspecto negativo ressaltado por dez alunos, foram os buracos nas ruas, que diz respeito as condições da infraestrutura das vias públicas da cidade. Segundo algumas dessas respostas:

> As ruas com buracos, ruas de pedras e as ruas com deformidades (P. H. S.).
>
> As ruas são muito ruins, a maioria com buracos (P. O.).

De fato, é perceptível a falta de cuidado com algumas vias públicas da cidade, e isso pode ser comprovado com a ida à escola em questão para realização da

presente pesquisa, no qual foi possível observar estes problemas descritos pelos educandos. Seguido a esta questão, outros dez alunos também relataram problemas com o trânsito na cidade, principalmente na ausência de sinalização por parte dos motoristas, como se observa em algumas respostas.

> Cidade mal cuidada, não tem sinalização de trânsito (J. C. S. R.).
>
> O trânsito, as pessoas não dão seta e não tem muito evento (G. S. P. N.).
>
> A questão dos motoristas não usarem a sinalização de trânsito enquanto dirigem (R. H. P).

A situação exposta pelos estudantes reflete uma realidade destas pequenas cidades, nas quais as leis de trânsito, em muitos casos, não são cumpridas com afinco. É comum ver motoristas que não usam cinto de segurança, que ultrapassam os limites de velocidade, que não utilizam a sinalização, ou mesmo motociclistas sem o capacete de segurança, por exemplo.

Diferentemente dos grandes centros urbanos, o trânsito nas pequenas cidades possui um volume de veículos consideravelmente menor e o tráfego é menos intenso se comparado às grandes metrópoles. Nesse sentido, este fato leva a considerar uma outra questão: o perfil destes motoristas no trânsito. Nas pequenas cidades, estes tendem a ser mais familiarizados com as ruas e os espaços de sua cidade, o que pode levar, em muitos casos, a violar determinadas regras de trânsito como já descrito.

Tais questões descritas podem também, comumente, levar a acidentes, tanto no trânsito como com os pedestres, colocando a segurança dos habitantes em risco. É neste contexto que tais questões são levantadas pelos estudantes nos questionários, já que interfere diretamente na locomoção pelas vias públicas de Mamborê.

Na sequência, seis estudantes afirmaram não gostar das pessoas da cidade, reportando aos aspectos relacionados a pessoalidade anteriormente abordada, como o perfil das pessoas que habitam Mamborê, as fofocas e rumores e a forma como as pessoas as espalham, e assim por diante.

Outros quatro discentes destacaram enquanto algo negativo a ausência de festas ou eventos no município, assim como outras três respostas foram “não se tem o que fazer”, apenas. Sobre este assunto, cabe destacar que é comum nas pequenas

cidades do interior a realização de alguns eventos internos e outros que atraem turistas de diversas cidades. No caso de Mamborê, por exemplo, há algumas festas típicas como a “Leitoa Mateira”, prato do município, e a realização da “Expomam”, festa que acontece no parque de exposições da cidade, geralmente no mês de setembro de cada ano, no qual há a realização de *shows*, rodeio, exposições, pratos típicos e afins.

Como um dos estudantes ressaltou “Não temos muitas comemorações, principalmente depois da pandemia”. Tal fato também precisa ser ressaltado, pois estas festas típicas, em grande parte dos municípios, tiveram que ser canceladas por conta da pandemia da Covid-19, já que são eventos que atraem uma grande quantidade de público, e no caso da Expomam, como mencionado, atrai pessoas de toda região nas proximidades.

Apenas recentemente, considerando a data de escrita desta pesquisa, é que tais eventos começam a ser retomados pelo poder público. Portanto, é preciso ponderar sobre o momento histórico para interpretar as respostas obtidas, ainda que seja consensual a insuficiência de atividades lúdicas em pequenas cidades, sobretudo as que dependem de centralidade urbana, como é o caso dos *shoppings* e dos cinemas.

Para três alunos, outro aspecto negativo é que a cidade seria “mal cuidada”, no qual afirmaram em suas respostas que é comum encontrar lixo nas ruas. Associada a essa questão, como já salientado, está a conservação das ruas da cidade, no qual os buracos nas mesmas foi um tópico destacado por diversos alunos.

Três estudantes afirmaram que a ausência de faculdades é um aspecto negativo, assim como outras duas respostas ressaltaram a falta emprego para os habitantes de Mamborê, como se pode observar em alguns depoimentos:

> Não tem muitas coisas para fazer e falta de emprego para os jovens (L. B. C. N.).
>
> Poucos empregos, não tem faculdades presenciais, muita poeira, lixo nas ruas ou rios, a cidade não é bonita (T. O. M.).
>
> Gostaria que tivesse mais acesso ao ensino superior, como faculdades (M. E.).

A questão da falta de empregos acaba se tornando um aspecto central para muitas das pequenas cidades brasileiras, uma vez que o Brasil conheceu uma intensa

concentração econômica nas grandes metrópoles, e estas, historicamente, atraíram um maior volume de investimentos, indústrias e empresas, resultando em mais oportunidades de emprego, consequentemente.

Tais acontecimentos ainda fazem parte do processo de industrialização e de urbanização do Brasil, no qual se teve uma série de trabalhadores migrando para essas áreas em busca de melhores condições de vida, assim como para novas perspectivas de carreira profissional. Nesse contexto, diversas pequenas cidades brasileiras perderam habitantes no processo da busca por trabalho em centros urbanos maiores.

Além disso, é preciso considerar que há, em muitas dessas pequenas cidades, uma ausência da diversificação econômica. Tais municípios dependem, em muitos casos, de setores econômicos específicos, tais como as atividades agropecuárias, o turismo local, o comércio, entre outros.

Este é o caso de Mamborê, tal como destaca o Caderno Estatístico de Mamborê do Ipardes (2022), em que maior parte da população do município se encontrava ocupada no setor “Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura” (2.163 pessoas). O segundo maior número de pessoas ocupadas é na categoria “Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas”, com uma diferença expressiva (946 pessoas ocupadas no setor, de acordo com os dados).

Os números demonstram que maior parte da geração de empregos em Mamborê vem justamente do setor agrícola, o que pode justificar as respostas dos educandos em relação a falta de empregos. No entanto, reitera-se que, muitos desses são segmentos que se realizam no campo, mas com ritmos, escalas e mercados vinculados a indústria e marcados por valores urbanos.

Tal realidade não se faz presente apenas em Mamborê, mas em diversos municípios na região imediata de Campo Mourão, que como destacado, muitas das pequenas cidades no seu entorno vem perdendo população, enquanto Campo Mourão e outros municípios atraem essas pessoas.

A referida afirmação pode ser embasada em pesquisas como a dissertação de mestrado de Silva (2008), que verificou que o intenso processo de urbanização que ocorreu nas últimas décadas contribuiu para o surgimento de novos deslocamentos populacionais na região, assim como um expressivo movimento pendular entre esses municípios próximos em destino a Campo Mourão.

Certamente este declínio demográfico pode ser resultado de diversos fatores socioeconômicos. Entretanto, como analisado nos referenciais teóricos de caracterização dos municípios desta pesquisa, no passado, a mecanização agrícola e a modernização de diversos setores produtivos levaram a um intenso processo de êxodo rural na região de Campo Mourão (Silva, 2008; Andrade, 2013; Endlich, 2006). Nos dias atuais, uma das principais razões para tal esvaziamento populacional é a busca por oportunidades de emprego e de qualidade de vida em centros urbanos maiores. A economia regional, embora possa ter bons números, é marcada pela baixa incorporação de mão-de-obra.

Nesse cenário destaca-se principalmente a população jovem, que tende a migrar para outras cidades em busca de outras perspectivas de trabalho, ensino, de acesso a determinados serviços, atividades de lazer e outras áreas, tal como se pode verificar nas próprias respostas dos educandos nos questionários.

Torna-se evidente a partir de alguns dos depoimentos dos estudantes que a ausência de ensino superior, de empregos e de oportunidades no município de Mamborê acaba por ser tornar um fator repulsivo para esta faixa etária da população.

É preciso destacar que o processo inverso também pode acontecer, no qual os jovens vão em busca de emprego ou de ensino superior em outros municípios, e após concluírem seus estudos ou receber uma oportunidade de emprego, retornam ao seu município de origem. Contudo, a decisão de migrar para outros espaços é complexa e multifacetada, e existem várias circunstâncias que podem levar o indivíduo a realizar tal ato. Todavia, a partir das afirmações nos questionários aqui discutidos, torna-se claro que a busca por oportunidades fora de Mamborê é um fator expressivo.

Além das respostas que mais vezes foram apontadas nos questionários, e das questões que aqui foram analisadas e debatidas, algumas outras que foram indicadas pelos discentes numa proporção menor foram: os produtos na cidade são caros; a cidade não tem história; é uma cidade desorganizada; não há incentivo para o esporte; é uma cidade muito calma; não tem recursos para a educação, entre outros.

A presente questão respondida pelos educandos revelou uma série de diferentes fragilidades que os alunos observam no município de Mamborê, tais como a carência de atividades ou opções de lazer; a ausência de privacidade entre os moradores; o fato de ser uma cidade pequena; as limitações quanto sua infraestrutura,

como a manutenção das vias públicas, ausência de universidades/faculdades; a busca por oportunidades em outros municípios, entre outros assuntos.

Essas ideias que aqui foram apresentadas fornecem uma visão acerca das percepções dos jovens em relação à sua localidade. Ademais, surgiram opiniões e preocupações assinaladas por eles que devem ser consideradas para que o município se torne também mais adequado enquanto um espaço dos jovens que nele habitam.

6.1.4 Os aspectos positivos e negativos da minha cidade – as impressões sobre Peabiru-PR

Quanto à cidade de Peabiru, as percepções dos estudantes sobre os aspectos positivos e negativos revelaram uma considerável diversidade. Inicialmente, ao abordar a questão que solicitava aos alunos a menção de um ou mais pontos positivos, destacou-se a predominância de justificativas relacionadas à calma ou tranquilidade da cidade, mencionada por 23 estudantes, como é ressaltado nas respostas a seguir.

> O principal aspecto positivo sem dúvidas é a tranquilidade da cidade, que nos possibilita fazer muitas coisas (A. C. B.).
>
> Cidade tranquila, lugar agradável, muito bonita e boa de viver (N. G. F. S.).
>
> Aqui é um lugarzinho tranquilo, tem a praça para passear de vez em quando (M. C. O.).

Chama atenção o fato que assim como nos questionários aplicados aos alunos de Mamborê, houve um domínio das respostas que relacionaram a calmaria ao fato de ser uma pequena cidade. Isso se evidencia nas respostas dos educandos, ao utilizarem descrições como “lugarzinho tranquilo”, remetendo a ideia de que os pequenos centros urbanos são lugares pacíficos de se viver.

Como colocam Endlich e Fernandes (2014), quando se fala sobre a tranquilidade das pequenas cidades, tal característica pode estar associada a diversos elementos que estão presentes ou que são esperados de serem encontrados nelas. Isso pode incluir uma circulação de tráfego menos intensa e a perspectiva de uma vida com ritmo mais pausado de maneira geral; espaços mais silenciosos e a

sensação de segurança resultante da suposta menor incidência de criminalidade. Ainda segundos os autores:

> A tranquilidade e a segurança sinalizadas como atributos apreciados nas pequenas cidades concernem, certamente, em uma leitura marcada pela comparação, com parâmetros de outras circunstâncias urbanas, vinculadas às cidades maiores e marcadas pela intensidade da cadência imposta diariamente nessas localidades, que se não são vividas pessoalmente, pode ser apreendida pela mídia, que prioriza a realidade dos espaços metropolitanos (Endlich; Fernandes, 2014, p. 02).

Nesse contexto, a tranquilidade e a segurança, presentes enquanto atributos valorizados nas pequenas cidades, podem adquirir esse significado em um contexto em que se compara as mesmas às grandes cidades. Sendo assim, a tranquilidade das pequenas cidades se destaca como uma qualidade a ser apreciada, tanto pelos seus habitantes, como muitas vezes para pessoas de fora dessa realidade, em direta contraposição ao ritmo mais agitado e frenético retratado nas metrópoles.

Em seguida, sete foram os alunos que afirmaram gostar das pessoas da cidade, sem especificar em detalhes quem seriam essas pessoas. Ainda, a proximidade entre os locais novamente foi ressaltada, dessa vez por cinco educandos.

> A cidade é bem tranquila, tem bastante pessoas legais, os mercados e lojas são tudo pertinho (I. L. P.).
>
> Eu gosto da cidade porque é mais perto dos lugares (K. M. C.).
>
> Por ser uma cidade pequena é mais rápido paras chegar ao seu destino (I. T. S. M.).

Na sequência, quatro alunos mencionaram gostar das escolas da cidade, enquanto outros quatro destacaram a praça da cidade enquanto um aspecto positivo. A praça em questão citada pelos alunos é a Praça Eleutério Galdino de Andrade, que abriga a Igreja Matriz São João Batista, localizada na área central da cidade, que, devido a tal fato, a praça em questão recebe um fluxo constante de pessoas diariamente.

Para quatro alunos também a justificativa foi de que se trata de uma cidade legal, e outros quatro afirmaram gostar de lugares da cidade, mencionando locais como o ginásio, centro da cidade, estádio, hospitais, biblioteca, etc. O conceito de

lugar na Geografia, apesar de abrangente e complexo, pode se relacionar a essas justificativas dos educandos.

Quando os alunos afirmam que gostam da cidade devido a ser "legal", ou mencionam lugares específicos, estes estão articulando suas percepções subjetivas com os espaços urbanos. Assim, ao citarem locais específicos, como centro da cidade, a praça, entre outros, eles estão destacando locais que são significativos para eles, que possuem laços de afetividades ou que remetem à noção de pertencimento. Como é colocado por Milton Santos, “O que define o lugar é exatamente uma teia de objetos e ações com causa e efeito, que forma um contexto e atinge todas as variáveis já existentes, internas; e as novas, que se vão internalizar (Santos, 1994, p. 97).

Em continuidade às justificativas, três alunos ressaltaram a presença dos amigos e/ou familiares como aspecto positivo, enquanto outros três afirmaram ser uma cidade segura. Respostas como “é uma boa cidade”, gostar das comidas da cidade, ser pequena e gostar de andar de bicicleta na cidade foram todas citadas por dois alunos em suas respostas cada.

Se torna evidente que muitos dos aspectos positivos de Peabiru ressaltados pelos discentes remetem a aspectos afetivos destes, nos quais os laços emocionais criados nesse espaço urbano remetem a experiências subjetivas desses sujeitos. Além disso, a percepção de Peabiru enquanto uma cidade calma e segura também se destaca nas justificativas apresentadas.

Em sequência, os alunos indicaram os principais aspectos negativos de Peabiru. Dentre os diversos motivos elencados pelos educandos, dois se sobressaíram: a falta de atividades de lazer, no qual foram citados locais como cinema, parques e *shoppings*; e a ausência de ruas asfaltadas ou a presença de buracos nas ruas e vias públicas, ambas justificativas mencionadas por nove alunos cada.

> Não tem muita variedade de lugares para ir porque a cidade é pequena (A. N. N.).
>
> Não tem um cinema, nada aqui para que você possa se divertir (V. S. K.).
>
> Um aspecto negativo é sem dúvida a falta de grandes atrações como cinema, shopping, etc. (A. C. B.).
>
> Ruas esburacadas, falta de pontos de cultura (tipo praças, teatros e cinema) e poucas oportunidades de emprego ou estudo (J. P. S. P.).

> Falta de entretenimento, por exemplo: shopping, cinema, local de jogos, cafeteria, talvez por ser cidade pequena, ruas e avenidas não asfaltadas, ou com pedaços faltando, buracos (M. I. A. S.).
>
> Acho que as ruas são muito acabadas, sem contar a praça que é bem sem graça (T. K.).

Como se observa em algumas das justificativas, os estudantes relacionam o fato de a cidade ser pequena à ausência ou escassez de atividades de lazer ou cultura. Como é destacado em uma das justificativas "Não tem muita variedade de lugares para ir porque a cidade é pequena", percebe-se que a dimensão da cidade é percebida enquanto um fator contribuinte para a escassez de opções de lazer ou entretenimento.

Tal visão de que Peabiru carece de atrações de lazer pode ter implicações na atratividade da cidade para os estudantes. A falta de oportunidades de emprego e de estudos, como foi mencionada, também pode influenciar nessa decisão de permanecer na cidade após a conclusão dos estudos.

Ainda, a ausência de asfaltamento em algumas vias e a questão das ruas esburacadas indicam problemas na infraestrutura urbana. Essa condição não apenas afeta a mobilidade dos habitantes, mas também contribui para uma percepção de descuido para com a cidade. Investimentos na melhoria da infraestrutura, criação de espaços culturais e de lazer, e a promoção de oportunidades de emprego e estudo seriam, portanto, iniciativas fundamentais do poder público para ajudar a reverter estes aspectos negativos citados pelos alunos.

Em seguida, foram sete o número de alunos que destacaram que o fato de Peabiru ser uma cidade pequena é um aspecto negativo; assim como outros sete discentes ressaltaram que as pessoas da cidade são “fofoqueiras”, tal como também foi ressaltado nos questionários de Mamborê.

> Os aspectos negativos são: os habitantes de Peabiru são muito fofoqueiros e aumentadores de história, e também não há muito emprego (E. V. S. P.).
>
> Um aspecto negativo é que em Peabiru as pessoas cuidam da vida do outro e são fofoqueiros (I. F. O.).
>
> É uma cidade muito pequena, sem muitas oportunidades, sem coisas interessantes e aqui qualquer segredo vira fofoca e corre pela cidade inteira (H. C. G.).

Há, portanto, uma estrita relação entre a dimensão de Peabiru e o tamanho e a presença de determinados comportamentos tidos como desfavoráveis pelos estudantes, caracterizados como "fofocas" e intromissão na vida alheia.

As justificativas dos discentes ao falar sobre as fofocas e intromissão na vida cotidiana dos habitantes indica a existência de uma cultura social bastante particular das pequenas cidades, mas que, certamente, não acontece apenas nesses núcleos urbanos, como observado anteriormente. A observação de que "[...] qualquer segredo vira fofoca e corre pela cidade inteira" faz entender que se trata de um espaço onde a privacidade é limitada, impactando as relações sociais e as vivências dos habitantes de Peabiru.

Em continuidade, foram seis respostas que mencionaram o fato de não haver empregos na cidade, como foi apresentado em algumas das justificativas anteriores; e quatro respostas a respeito da ausência de asfalto em determinados locais. Aspectos como o abandono de animais; a condição precária de "ruas" ou "estradas"; a escassez de estabelecimentos comerciais; a falta de segurança; e o fato de ter poucas pessoas foram apontados em três respostas cada.

No total de duas respostas cada, foram apresentadas as seguintes justificativas: não gosta das pessoas da cidade; existem poucos colégios estaduais; e o fato de não ocorrer muitos eventos. Observa-se que esta variedade de preocupações, desde o abandono de animais até a escassez de eventos, reforça a importância de se pensar as pequenas cidades nas suas mais diferentes perspectivas.

Outras justificativas, destacadas por apenas um aluno, foram: poluição; brigas; precariedade das estradas rurais quando chove; praça em condições ruins; más condições do hospital da cidade; pouco policiamento; pouca movimentação na cidade; problemas relacionados à iluminação pública; presença de lixo nas ruas; banheiros públicos depredados; entre outras justificativas.

Percebe-se que algumas ideias presentes nos questionários dos alunos de Mamborê se repetem. Tal repetição nos questionários dos alunos em ambas as escolas no qual a pesquisa se deu indica a presença de pontos comuns nas respostas, indicando que certas percepções e experiências podem ser compartilhadas entre alunos de pequenas cidades distintas. Ressalta-se a relevância de não apenas considerar as diferenças individuais entre as cidades aqui analisadas, mas também reconhecer as semelhanças que podem existir entre elas.

Há, nesse contexto, uma série de fragilidades observadas pelos educandos no que diz respeito à cidade de Peabiru, em problemas que perpassam por diferentes âmbitos e visões. A carência de atividades de lazer, a ausência de ruas asfaltadas e a presença de buracos foram os problemas que mais foram citados pelos alunos, reforçando uma necessidade de investimentos em infraestrutura pública e em espaços de entretenimento.

O tamanho da cidade de Peabiru também foi considerado um aspecto negativo, assim como foi também um aspecto positivo na visão de parte dos estudantes, ao destacarem a tranquilidade e a facilidade na mobilidade urbana, como se observou anteriormente. Contudo, há algumas implicações direta ao se associar o tamanho da cidade e a oferta de empregos e oportunidades de estudo.

Toda essa variedade de desafios, que envolvem problemas de infraestrutura urbana às questões sociais mais complexas demonstram a complexidade enfrentada pelas pequenas cidades, corroborando ao fato de que estes espaços precisam de um maior número de pesquisas que investiguem a realidade e os desafios que estas possuem dentro da rede urbana.

6.1.5 Os alunos, a cidade e o ensino de Geografia em Mamborê-PR

As questões que serão analisadas a seguir referem-se especialmente ao olhar dos educandos sobre o ensino de Geografia, e como as pequenas cidades podem estar envolvidas no processo de ensino e aprendizagem.

O objetivo central foi de entender o que os discentes já estudaram sobre o seu município nas aulas, bem como suas apreciações sobre o estudo da sua cidade na disciplina de Geografia, para que assim fosse possível melhor compreender a visão deles ao relacionar a Geografia e as suas cidades.

Como destacado em outros momentos, ao se tratar sobre o ensino de Geografia, nos referimos a ensinar um modo de perceber a realidade espacialmente. E dentre as diversas temáticas e debates possíveis de serem realizadas no âmbito da Geografia escolar, está inserido o estudo das cidades, que são espaços únicos e singulares, mas que, ao percebe-las geograficamente, pode potencializar no educando o seu entendimento enquanto sujeito que é cidadão nestes espaços.

Corroborando às ideias mencionadas por Soares, Batista e Braga (2016), as cidades dispõem de diversas possibilidades educadoras. A própria vivência cotidiana na cidade se constitui faz dela um espaço cultural de aprendizagem permanente por si só. E para que esse aprendizado possa de fato se efetivar, é necessário que exista o diálogo entre a escola e a cidade.

O ensino de geografia deve ser uma ferramenta deste diálogo. Nesse sentido, as aulas de Geografia "[...] podem se transformar em possibilidades para que o estudante consiga pensar sobre o espaço e consequentemente sobre sua cidade e suas práticas como cidadão" (Soares; Batista; Braga, 2016, p. 140).

Por conseguinte, tão importante quanto compreender a dinâmica das cidades, é poder interpretá-las a partir de um olhar geográfico. E para melhor entender este processo, é de grande relevância analisar o que os alunos sabem, ou quais suas perspectivas acerca da temática da importância do estudo das cidades nas aulas de Geografia.

No questionário foi perguntado aos estudantes se eles já estudaram algo sobre sua cidade nas aulas de Geografia ou de alguma outra disciplina, e que comentassem sobre o que foi estudado, caso fosse afirmativa sua resposta[24]. A maior parte dos alunos que responderam ao questionário - 40 alunos - afirmaram não ter estudado sobre a cidade de Mamborê. Outros 24 alunos afirmaram ter estudado, enquanto 14 apontaram não se lembrar, e dois dos estudantes não responderam à questão. O percentual das respostas pode ser observado na figura 9.

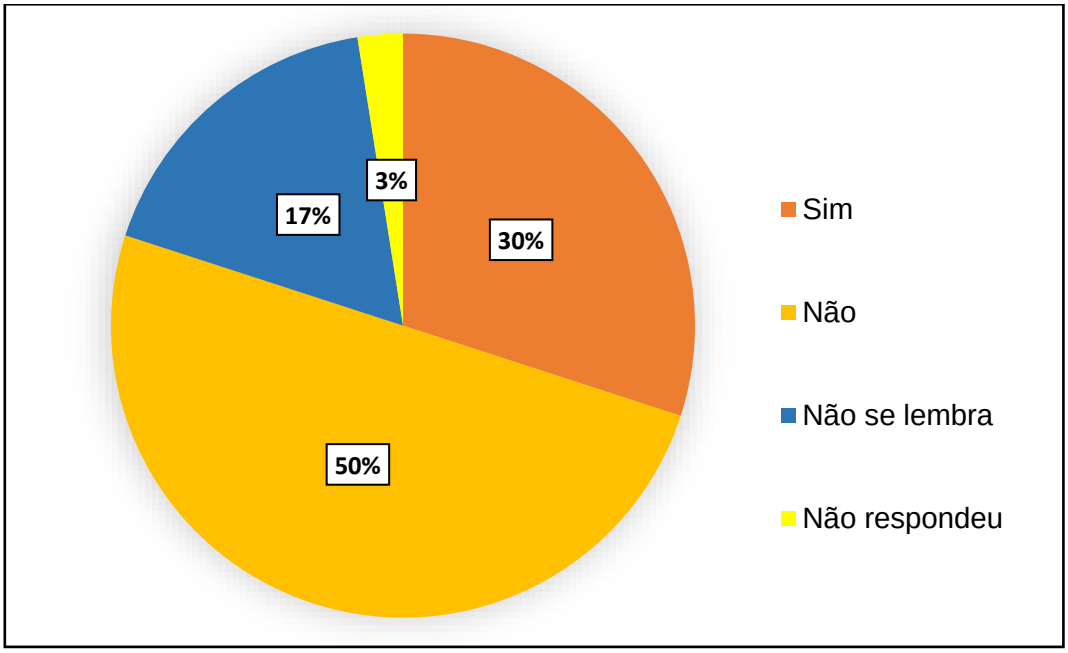
Considerando as justificativas dos alunos que afirmaram ter estudado, percebe-se que a maior parte das respostas foram relacionadas ao estudo da história e formação do município de Mamborê. Os educandos não especificaram, em nenhuma das respostas, se estudaram esses conteúdos em Geografia ou em alguma outra disciplina. Algumas dessas respostas são apresentadas a seguir.

> Sim, tanto na escola como no meu trabalho, estudei sobre a origem do nome, quando foi fundada, por quais nomes já se passaram, todas suas mudanças e também de qual município foi desmembrado para ser criado (L. A. O. S.).

[24] No questionário: Você já estudou a respeito da sua cidade nas aulas de Geografia ou nas demais disciplinas? Se sim, o que você estudou sobre a sua cidade?

> Sim, foi estudado a origem do seu nome com que o município era subordinado ao município de Campo Mourão e etc. (R. M. R.).
>
> Sim, estudei a respeito da história da cidade, desde a formação até os dias atuais (A. R. A).

Figura 9: Mamborê – PR. Porcentagem das respostas dos alunos sobre o estudo da sua cidade nas aulas, 2023.



Fonte: dados coletados na pesquisa de campo, 2023.

A história de formação do município de Mamborê, percebe-se, foi o assunto mais citado entre os educandos, no qual alguns destacam que estudaram desde sua origem até os dias atuais, ou seja, todo o processo de transformação do espaço geográfico de Mamborê. Como exposto anteriormente, a então chamada “Vila Mamborê” pertencia a Campo Mourão, e consegue se desmembrar do município apenas em 25 de julho de 1960, sendo reconhecido no Diário Oficial como Município de Mamborê.

O estudo da história e da transformação de um município no processo de ensino e aprendizagem é de suma importância, já que o histórico de um espaço é a base para compreender suas atuais configurações espaciais. Sendo assim, estudar a história de Mamborê, tal como os alunos destacaram, auxilia os mesmos a entenderem os eventos e circunstâncias que moldaram as características atuais do município de Mamborê. Além disso, tal estudo pode vir a fortalecer o senso de identidade e pertencimento no espaço de suas cidades.

Ainda em relação com essa questão histórica, três dos alunos afirmaram ter estudado as diferentes nomenclaturas que o município teve no passado, também remetendo a ideia de estudo de transformação do espaço geográfico de Mamborê.

Em cinco respostas foi mencionado o estudo do relevo do município; seguido de quatro estudantes que apenas assinalaram que estudaram sobre, mas não especificaram quais conteúdos; três alunos que mencionaram ter estudado sobre a população e outras três respostas que mencionaram estudar o IDH de Mamborê.

Com duas menções cada, foram destacados os termos “número da população”, assim como os solos e a cultura, mas sem especificar exatamente o que se foi trabalhado dentro dessas temáticas. E sendo mencionado nas respostas de apenas um aluno, apareceram conteúdos como o clima, o setor primário, a agricultura, o tropeirismo e um aluno que destacou que ainda não estudou, mas gostaria de estudar seu município.

Em todas as justificativas dos alunos que afirmaram ter estudado sobre seu município, nenhuma delas especificou qual a disciplina em que esse estudo ocorreu ou detalhou como foi feito esse estudo, apenas mencionando os conteúdos ou palavras-chave que aqui foram destacadas.

A partir da análise dos dados e das respostas que foram elencadas pelos educandos, se torna claro que o número de participantes da pesquisa que estudaram algo sobre Mamborê é bastante incipiente. Como a presente pesquisa vem apresentando, tais dados evidenciam uma carência na ênfase sobre o estudo do município de vivência destes alunos, ou mesmo, como já discutido, o impacto que o currículo escolar possui ao não especificar em maiores detalhes a necessidade de inserir os conhecimentos do espaço local nas práticas educativas.

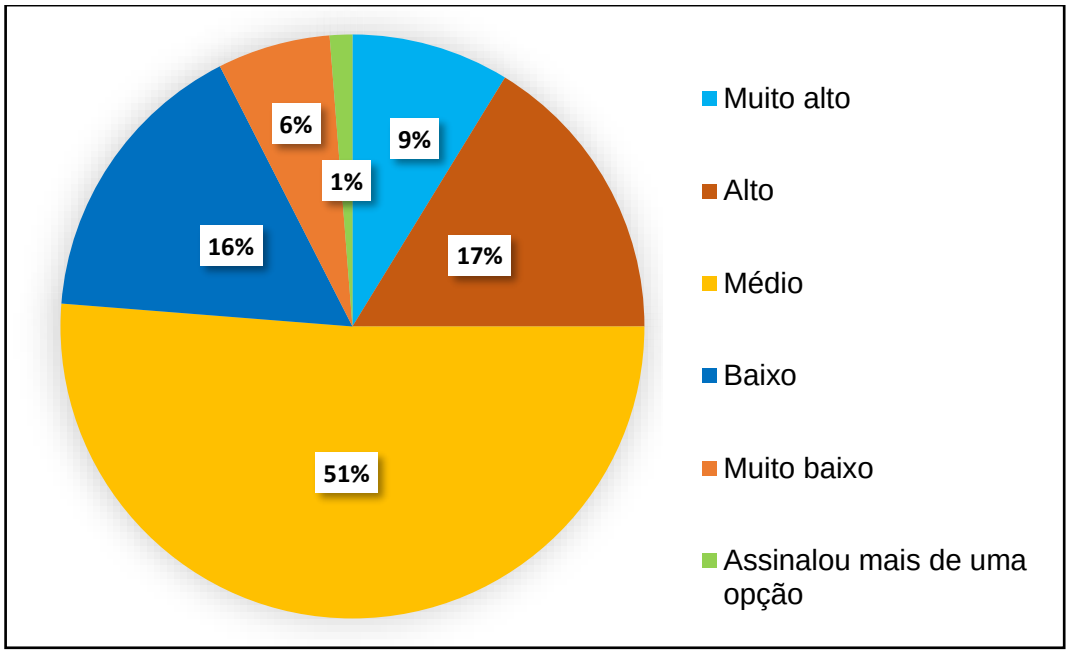
Na maior parte das vezes, os currículos escolares apresentam um foco maior nos aspectos gerais da Geografia. A relevância de se pensar o currículo em nível regional, ou mesmo local, decorre a partir de alguns destes dados apresentados, no qual uma pequena parte dos alunos afirmaram ter estudado sobre seu município nas salas de aula.

A partir dessa breve análise realizada com os educandos de Mamborê, torna-se imperativo considerar a inclusão de conteúdos relacionados à cidade nas aulas de Geografia e em outras disciplinas. No entanto, é fundamental reconhecer que, apesar do desejo dos professores em muitas vezes realizar tal estudo, há limitações na atual realidade curricular que podem restringir essa ação, tal como a disponibilidade de

tempo, tanto em relação à grade curricular das disciplinas escolares, quanto na preparação necessária exigida dos docentes para tais aulas.

Buscando melhor compreender o nível de interesse dos alunos pelos conteúdos geográficos, de modo a obter maiores informações sobre o engajamento dos educandos para com o aprendizado da Geografia, foram apresentadas algumas opções, e os estudantes deveriam assinalar qual seu grau de interesse pela disciplina em questão[25]. A relação em porcentagem da questão pode ser observada na figura 10.

Figura 10: Mamborê – PR. Porcentagem das respostas dos alunos sobre seu grau de interesse pelos conteúdos na disciplina de Geografia, 2023.



Fonte: dados coletados na pesquisa de campo, 2023.

Por meio dos dados apresentados, é possível observar que a opção "Médio" foi a mais assinalada pelos estudantes, em um total de 41 respostas, indicando que a maioria dos respondentes possui um interesse moderado pelos conteúdos da Geografia. Tal fato pode sugerir que, para essa parcela dos educandos, há um considerável interesse pela mesma, mas não a um nível muito alto.

[25] No questionário: Como você avalia seu grau de interesse pelos conteúdos trabalhados na Geografia? ( ) Muito alto; ( ) Alto; ( ) Médio; ( ) Baixo; ( ) Muito baixo.

Em seguida, a opção "Alto" foi assinalada por 13 alunos. Esse número mostra que um grupo menor, mas significativo, apresenta um interesse mais elevado pelos conteúdos trabalhados em Geografia. A opção "Baixo", por outro lado, também foi selecionada por 13 alunos, indicando que outro grupo também considerável possui um interesse mais limitado pela disciplina.

As opções cujo nível de interesse era "Muito baixo" e "Muito alto", foram selecionados por cinco e sete alunos, respectivamente. Esses números sugerem que apenas uma pequena porcentagem dos respondentes possui um interesse em um dos dois extremos pela Geografia, seja positivamente ou negativamente. Por fim, apenas um estudante assinalou mais de uma das opções que foram apresentadas.

Em seguida, indagou-se aos discentes se consideram que estudar Geografia é importante, e que justificassem então suas respostas[26]. A questão objetivou obter informações sobre a relevância que os educandos percebem para com a Geografia enquanto disciplina, e, por meio de suas justificativas, entender se nas concepções desses se há uma aplicabilidade da Geografia em suas vidas cotidianas.

Dentre as respostas obtidas, 73 estudantes (91,25%) assinalaram “Sim”, afirmando que estudar Geografia é relevante, enquanto outros sete alunos (8,75%) assinalaram a opção “Não”. As justificativas foram bastante variadas, e devido ao alto número de diferentes respostas, serão ressaltadas nessa análise apenas algumas das principais justificativas.

Dentre as justificativas dos educandos que assinalaram achar importante o estudo da Geografia, as respostas foram baseadas em argumentos como localização; conhecimento acerca de outros países, regiões ou cidades; compreensão do planeta; entender os aspectos físicos e sociais do espaço; entendimento da sociedade; aprender coisas novas, dentre outras justificativas. Algumas dessas justificativas são descritas a seguir.

> Para entender a dinâmica do espaço, para auxiliar no planejamento das ações do homem sobre ele. Entender sobre os relevos, os fenômenos climáticos, composições sociais, hábitos humanos em diferentes lugares (R. S. O.).
>
> Para nos gerar conhecimento sobre os problemas socioespaciais e entender sobre o espaço e a mudança do homem nele (R. M. R.).
>
> Para compreender a geografia política e física (M. E. O. S.).

[26] No questionário: Você considera que estudar Geografia é importante? ( ) Sim; ( ) Não. Por que?

> Devemos entender os aspectos naturais e culturais que nos cercam, e das outras nações (L. R. D. S.).

Como se pode observar nas respostas destacadas anteriormente, há o entendimento por parte dos alunos de que a Geografia é uma disciplina indispensável para a compreensão dos aspectos físicos, sociais e políticos do espaço. Sua relevância está, portanto, no fato de que é essa ciência que pode ajudar a se desvendar geograficamente a realidade, e, nesse contexto, o ensino de Geografia:

> Deve proporcionar alternativas para a elaboração de "raciocínios geográficos" a todos os cidadãos na escola, na perspectiva de contribuir na compreensão de problemas do mundo atual, muitos dos quais estão ligados à convivência social no seu sentido mais amplo. Lembrando que a Terra é o planeta vivo e da vida, entende-se que tal convivência coloca em relação indivíduo-sociedade-natureza, com tudo o que isso comporta em termos de diversidade, desigualdade, contradição, harmonia etc. (Vlach, 2007, p. 04).

A compreensão dos problemas do mundo atual, portanto, encontra-se também relacionada à vivência cotidiana em seu sentido mais amplo, de modo que seja possível ao aluno compreender como sociedade e natureza se conectam e interagem de forma mútua, e de como a Geografia também se faz presente no seu cotidiano. Como ressalta Moraes (2002, p. 19), a abordagem geográfica possui uma imensa potencialidade crítica e explicativa, no qual "[...] a Geografia e a dimensão espacial têm uma grande centralidade na explicação da realidade social como um todo".

Dentre outras justificativas dos estudantes, se fez bastante presente a ideia de a Geografia ser relevante, pois é ela quem ajuda a promover um senso de localização, como foi ressaltado por nove educandos; ou para saber ler/interpretar mapas, destacado por dois alunos. Algumas dessas respostas são destacadas a seguir.

> Porque ensina muita coisa, principalmente a se localizar (J. C. L. F.).

> Porque o estudo da Geografia permite aprimorar o sentido de direção, a leitura de mapas (V. Q. P.).

> A Geografia abrange muitos conhecimentos importantes, um exemplo é saber se localizar para caso a pessoa se perca, além de outras coisas (T. O. M.).

De fato, a Geografia, em seus diferentes conteúdos e objetivos de aprendizagem, deve se encarregar de auxiliar na alfabetização cartográfica dos alunos, trabalhando diretamente com as noções de orientação, direção, escalas, leitura e interpretação de mapas, cartas, plantas, dentre diversos outros conteúdos e habilidades que poderiam ser citadas.

Como corroboram Passini, Carneiro e Nogueira (2014) é de grande relevância que os estudantes possam desenvolver habilidades que os capacitem a utilizar linguagens além da escrita. A utilização de instrumentos como mapas, gráficos, imagens de satélites, fotos, entre outros que possam ser aproveitados para a leitura e interpretação do espaço, são fundamentais para identificar fenômenos e problemas, bem como analisar relações entre elementos.

Contudo, simplificar a Geografia enquanto disciplina que ajuda na localização dos indivíduos no espaço seria também simplório. Embora a localização, como foi citada pelos discentes, seja um aspecto fundamental da geografia, a ciência geográfica é muito mais abrangente e engloba diversas áreas de estudo, no qual devem estar em consonância aos objetivos dessa ciência.

> A leitura das representações gráficas na escola, no âmbito da Alfabetização Cartográfica, está relacionada ao desenvolvimento de habilidades de análise, interpretação e compreensão da espacialidade geográfica em suas diferentes dimensões. Para tanto, é fundamental que os alunos apreendam e entendam as relações que se estabelecem entre a apropriação da linguagem cartográfica e a linguagem geográfica (Passini; Carneiro; Nogueira, 2014, p. 743).

Nas justificativas apresentadas pelos estudantes outra ideia também foi enfatizada, em diversas respostas, apesar de ter sido justificada de maneiras diferentes: a noção de Geografia enquanto disciplina que apresenta diferentes lugares do planeta. Em quatro justificativas, foi citado que a Geografia permite conhecer o mundo/planeta. Em outras quatro, é assinalado que ela permite conhecer outros países ou estados. Três alunos responderam que a disciplina é importante para conhecer “outros lugares”.

Além destas, outras justificativas, mas em menor número, foram apontadas, tais como estudar outras culturas; porque é uma disciplina que estuda “várias coisas”; porque tudo está relacionado à geografia; ou mesmo porque ela ajuda a se manter informado sobre os acontecimentos do mundo. Destaca-se a seguir algumas das palavras dos estudantes.

> Para conhecer um pouco sobre os outros países e sobre o planeta (I. L. S).
>
> Porque precisamos saber sobre o mundo em que vivemos (L. R. S.).
>
> Para você ficar informado sobre o mundo (A. H. M.).

Com base nas justificativas apresentadas, nota-se que a Geografia acaba ganhando um caráter de uma disciplina “ampla”, que trata sobre diversos assuntos, curiosidades e informações sobre diferentes espaços do mundo. Torna-se relevante destacar o alerta de Kaercher (2007), de que muitas vezes a aula de Geografia se torna uma grande “revista de variedades”, que “[...] em vez de falar de gente famosa e/ou rica, fala de lugares diferentes/exóticos” (Kaercher, 2007, p. 30). Tal afirmação do autor está presente em seu artigo intitulado “A Geografia escolar: gigante de pés de barro comendo pastel de vento num *fast food*?”, e para construção dessa ideia, o autor justifica:

> Esses pés de barro (epistemologia pobre, pedagogia confusa) resultam numa **Geografia escolar como pastel de vento, Geografia *Fast Food***. Pastel de vento porque vistoso por fora, recheio pobre. Fast food porque sacia-nos rápido – há muito conteúdo a ver -, mas de forma pouco nutritiva, reflexiva. A Geografia pretende-se ciência, mas não raro limita-se a simples informação, parecendo-se com um telejornal. Muito mais ideologia do que reflexão fundamentada (Kaercher, 2007, p. 30, grifos do autor)

Como Kaercher enfatiza na citação anterior, a Geografia não deve ser uma mera “revista de variedades”. Quando assim se comporta, o poder do conhecimento geográfico fica restrito, e as possibilidades pedagógicas desta disciplina se tornam sensivelmente reduzidas. A Geografia deve, por outro lado, conduzir o aluno à compreensão de diferentes aspectos do espaço geográfico, nas suas variadas dimensões. É, pois, essa disciplina escolar que auxilia o educando a desenvolver um olhar geográfico sobre a realidade e o mundo em que vivem.

A Geografia é uma ciência humana, e como tal, as interações humanas não podem ser compreendidas de forma isolada, mas sim como uma interação entre indivíduos, sociedade e natureza. E é nesse ponto que se deve fazer Geografia. É nessa concepção que o ensino de Geografia deve ocorrer, entendendo que enquanto disciplina escolar, não se trata apenas de estudar os mapas, a se localizar, a estudar

diferentes locais do planeta, mas sim a interrelação entre os diferentes aspectos do espaço geográfico que nos cercam.

Por fim, apesar do baixo número de estudantes que afirmaram não considerar a Geografia importante, as justificativas foram pouco diversas. Três alunos responderam que apenas não gostam, não destacando os motivos para tal afirmação. Dois estudantes não justificaram sua resposta; um aluno afirmou que existe o *Google Maps*, dando a ideia de que tal ferramenta substitui as aulas de Geografia; e um aluno afirmou achar a aula de Geografia chata.

Nesse contexto, é fundamental a compreensão de que as preferências e interesses dos educandos podem variar de disciplina para disciplina, e nem todos terão a mesma afinidade para com a disciplina de Geografia. No entanto, é preciso se atentar aos motivos que levam os alunos a não gostarem ou não verem a importância do estudo da Geografia, de modo que se busque outras formas de abordar o conteúdo, ou de tornar as aulas mais atrativas, por exemplo.

É possível considerar que, se as aulas de Geografia incluíssem as preocupações levantadas na presente pesquisa, ou seja, tratar de modo mais próximo o espaço da cidade, do município e da região, permitindo uma melhor compreensão da própria realidade, talvez a percepção desses estudantes sobre a disciplina de Geografia fosse diferente.

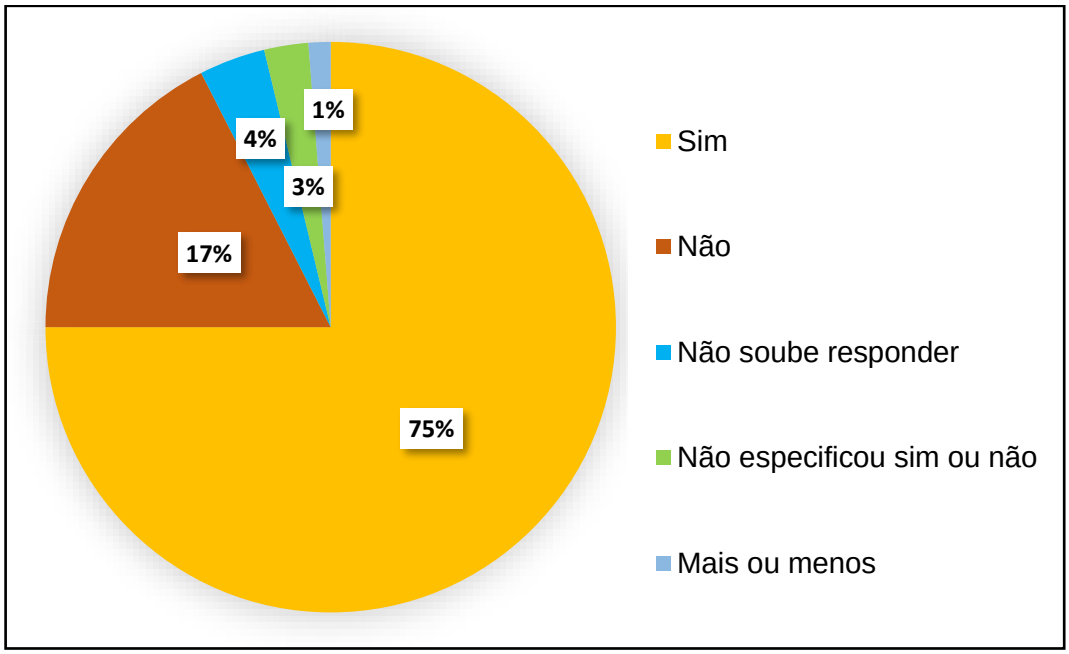
Apesar de ter sido um número relativamente baixo de estudantes que não consideram relevante estudar Geografia, essas respostas podem servir como um ponto de partida para aperfeiçoar essas fragilidades nas salas de aula. De tal modo, o diálogo com os discentes, a utilização de estratégias didáticas e pedagógicas adequadas e o incentivo a pensar criticamente os conteúdos abordados podem contribuir para que os estudantes desenvolvam uma visão mais ampla e significativa a respeito da Geografia escolar.

Por fim, a última questão proposta aos educandos indagava se estes consideram importante estudar sua cidade nas aulas de Geografia em específico, e que justificassem sua resposta[27]. Não havia opções para que os alunos assinalassem, devendo, portanto, discorrer sua opinião na questão. Como resultado, a maior parte

27 No questionário: Na sua opinião, é importante estudar sobre a sua cidade nas aulas de Geografia? Justifique sua resposta.

dos estudantes afirmou que sim, é importante abordar sua cidade na Geografia, como se observa na figura 11.

Figura 11: Mamborê – PR. Porcentagem das respostas dos alunos sobre considerar importante o estudo da sua cidade na disciplina de Geografia, 2023.



Fonte: dados coletados na pesquisa de campo, 2023.

Para 60 alunos é de fato importante o estudo da sua cidade nas aulas de Geografia, e diversas foram as justificativas que os discentes assinalaram. Para 14 destes, não seria importante estudar sua cidade, enquanto três alunos não souberam responder; dois não afirmaram “sim” ou “não” em suas respostas; e um estudante destacou “mais ou menos”, apenas.

Dentre estes 60 alunos que afirmaram “sim”, é possível separar suas justificativas em três principais grupos: as respostas que estão relacionadas a relevância de melhor conhecer sua cidade; as respostas que enfatizaram a importância de conhecer os aspectos geográficos da cidade; e as justificativas mais gerais, que não se encaixam nas duas outras categorias citadas.

Para a primeira das categorias citadas, a resposta que mais se sobressaiu foram as que os educandos afirmaram que é relevante este estudo da cidade para que assim se possa melhor conhece-la, destacada por 16 alunos. As respostas não especificaram detalhadamente quais aspectos da cidade consideram relevantes ter conhecimento, mas algumas dessas justificativas são apresentadas a seguir.

> Sim, para saber mais sobre ela, ter mais conhecimento de onde eu moro (J. M. R.).
>
> Sim, para conhecer mais para poder ajudar em algumas coisas que precisam na cidade (K. L. M. P.).
>
> Sim, pois devemos ter o entendimento do lugar onde vivemos, origem, etc. (R. M. R.).
>
> Sim, pois as vezes é preciso saber mais sobre a cidade em que moramos e é preciso saber das localizações (A. R. A.).

A análise de algumas destas justificativas permite entender a percepção dos estudantes sobre a importância de estudar a própria cidade nas aulas de Geografia, no qual suas respostas apontam que este estudo pode vir a viabilizar um conhecimento mais abrangente, e, certamente, científico acerca do local em que habitam, conhecendo melhor a sua própria realidade.

Outra justificativa apontada que merece destaque é quando um dos discentes afirma que por meio do estudo da sua cidade é possível ter conhecimento sobre como contribuir para a melhoria da cidade. Este seria um objetivo primordial ao se abordar o estudo das cidades no ensino de Geografia, pois ao melhor entender os aspectos gerais de sua cidade, bem como as necessidades locais da mesma, há uma chance de intervir diretamente nos problemas e desafios que são enfrentados nestes espaços.

Em seguida, justificativa ressaltada pelos educandos foram associadas a relevância de saber sobre a história da cidade, citada por 12 alunos, como se observa a seguir.

> Sim, para conhecer a história da nossa cidade, sobre a cultura, etc. (I. L. S.).
>
> Sim, para sabermos mais sobre ela no passado e atualmente, saber sobre a população, etc. (D. K. P. I.).

Estabelecer este elo entre os acontecimentos do passado, entendendo como eles afetaram a organização socioespacial de cada momento, até os dias atuais, é certamente uma das tarefas primordiais ao se abordar o estudo das cidades na disciplina de Geografia.

Assim como outras disciplinas podem realizar um estudo de acontecimentos do passado de determinado espaço, como na História por exemplo, é necessário que se faça também uma análise geográfica desta realidade, de modo que se entenda como

cada um desses processos contribuiu para tornar a cidade o que ela é hoje, e para além disso, compreender como este espaço está organizado atualmente, em todos os seus elementos e contradições.

Ainda nesse grupo de justificativas acerca da importância de se conhecer melhor sua cidade, os educandos citaram também que é relevante conhecer lugares ou pontos turísticos da cidade (três respostas); entender o porquê a cidade não cresceu ou não se desenvolveu (duas respostas); ou para conhecer o que ainda não se sabe sobre a mesma (uma resposta), entre outras.

No segundo grupo de respostas, que envolveram justificativas relacionadas aos aspectos geográficos da cidade, foram descritas justificativas como: compreender os aspectos políticos e físicos da cidade; para melhor entender a geografia da cidade; melhor compreensão da localização – todas essas justificativas com respostas de dois alunos cada – e ainda para saber sobre a população da cidade, ou sobre sua economia, com uma resposta cada.

As justificativas que não se enquadram nestas duas categorias citadas anteriormente foram: cinco respostas citaram que é importante apenas, sem justificar; é importante para o futuro; importante para se manter informado; saber as estatísticas da cidade; ou para conhecer os lugares, sem especificar quais tipos de lugares, todas essas respostas citadas por um aluno em cada questionário.

Como se observa a partir das justificativas dos educandos, o estudo da própria cidade nas aulas de Geografia é percebido como algo positivo. A partir dessas percepções dos estudantes, se faz necessário pensar práticas pedagógicas que possibilitem a abordagem de sua cidade nas salas de aula, de modo que o ensino de Geografia seja uma das ferramentas que auxiliem os educandos nesse processo.

Um estudo das transformações históricas do município de Mamborê, um trabalho em sala de aula sobre os aspectos geográficos da cidade, uma aula de campo no entorno do colégio, um trabalho com fotografias, seja qual for a abordagem utilizada pelos professores, tratar sobre a realidade do município ou da cidade no ensino de Geografia já é uma grande contribuição para esse entendimento dos alunos para com o seu espaço de vivência.

Além, certamente, de contribuir para o conhecimento sobre o lugar onde habitam, tais práticas podem contribuir para o fortalecimento de uma identidade para com o local de vivência, assim como estimular o incentivo à participação na resolução das problemáticas que atingem suas cidades.

Em relação aos estudantes que afirmaram não considerar importante este estudo da sua cidade, algumas das justificativas foram: não é importante porque é uma cidade pequena (quatro respostas); não seria relevante e não se tem o que falar sobre a cidade (ambas com duas respostas cada); e mencionadas por um aluno cada, as respostas: acredita não ser preciso estudar a cidade; não gosta da cidade; e não se interessa em saber sobre Mamborê. Algumas dessas justificativas podem ser observadas a seguir.

> Não muito, é pequena, por isso não tem o que estudar (A. C. C.).
>
> Não, minha cidade é pequena, poucos habitantes, e não muda nada no sistema (I. F. S.).
>
> Não muito, porque não tem o que falar da minha cidade (D. S. M. S.)
>
> Não, não acredito que seja relevante, seria tempo perdido (L. R. D. S.)

Como se pode observar em algumas das justificativas acima apresentadas, foram recorrentes respostas que utilizaram do argumento de que a cidade é pequena, podendo assim se tornar “irrelevante” seu estudo. Percepções como essas que foram descritas revelam que pelo fato de Mamborê ser uma pequena cidade, talvez não seria interessante estudá-la na disciplina de Geografia, tratando-se, pois, de uma percepção equivocada.

Como a presente pesquisa busca revelar, as pequenas cidades também possuem suas diversas particularidades geográficas, e estudá-las nas aulas de Geografia é um ato para a melhor compreensão das dinâmicas locais, bem como para entender as interrelações que podem ocorrer com os fenômenos regionais e globais.

Justificativas como não estar interessado em saber sobre Mamborê podem estar relacionadas a um desinteresse específico em aprender sobre a cidade, podendo esta ser uma opinião pessoal do estudante, que reflete sua pessoalidade sobre o que gosta ou não de estudar. No entanto, respostas como “não se tem o que falar sobre a cidade" ou "não é relevante" sugerem a ideia de uma falta de conexão entre os conteúdos geográficos e as experiências do cotidiano do aluno.

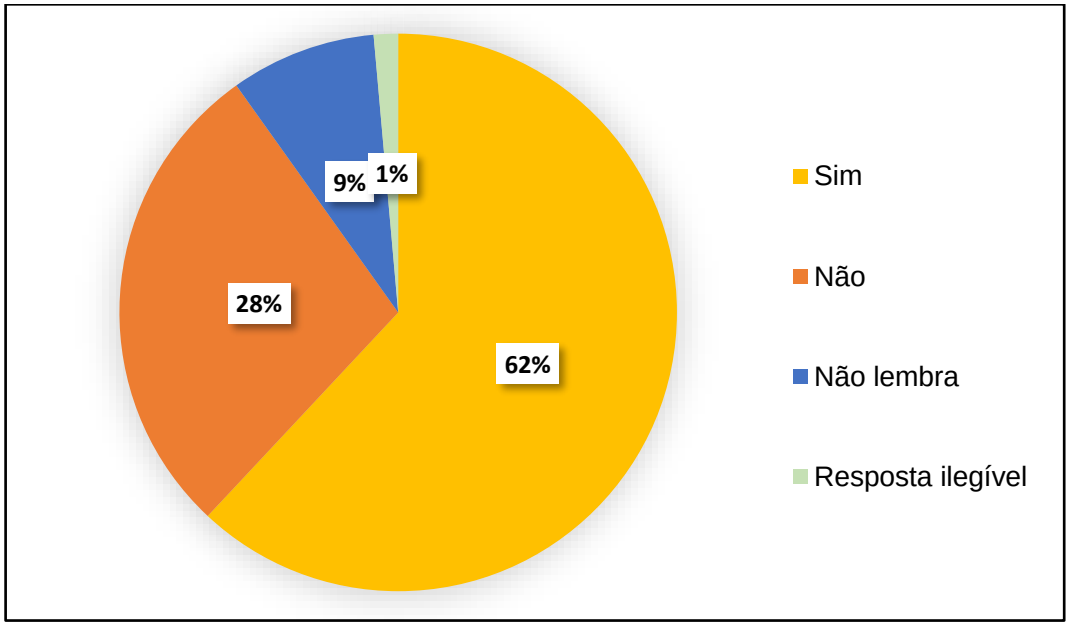
Ao não perceber essa importância de estudar a própria cidade, os discentes reforçam uma ideia de que este não seria um conteúdo relevante ou interessante para ser abordado nas aulas, e tal fato pode sinalizar que o currículo de Geografia precisa ser melhor (re)pensado para que se possa abordar essa temática nas salas de aula.

É imprescindível, deste modo, mostrar aos alunos que o conhecimento geográfico pode ser aplicado para melhor compreender o mundo ao seu redor, incluindo a cidade em que vivem, e que uma melhor compreensão dos conteúdos e conceitos geográficos pode ser construído a partir do conhecimento dos aspectos locais.

6.1.6 Os alunos, a cidade e o ensino de Geografia em Peabiru-PR

Em continuidade à análise feita aos mesmos pontos do questionário aplicado no tópico anterior sobre Mamborê, apresenta-se neste item os dados obtidos com o questionário aplicado em Peabiru. Há, neste caso, um cenário inverso ao observado nos questionários de Mamborê: maior parte dos alunos afirmaram já ter estudado sobre seu município nas aulas. De acordo com os dados obtidos ao se indagar se os estudantes estudaram algo sobre Peabiru nas salas de aula, obteve-se os números representados na figura 12.

Figura 12: Peabiru – PR. Porcentagem das respostas dos alunos sobre o estudo da sua cidade nas aulas, 2023.



Fonte: dados coletados na pesquisa de campo, 2023.

Para 44 dos alunos respondentes (62%), houve, em alguma disciplina, o estudo do seu município; enquanto 20 alunos afirmaram não ter estudado sobre; seis afirmaram não se lembrar e uma das respostas estava ilegível.

Dentre os alunos que mencionaram ter estudado, os conteúdos que mais vezes apareceram foram os Caminhos de Peabiru, mencionado por 11 alunos; e estudos relacionados ao relevo ou a altitude de Peabiru, citado por nove estudantes.

> Sim, no 5º ano do fundamental estudei “caminhos de Peabiru”, e no Estadual falamos sobre o mesmo assunto, mas bem pouco (I. F. O.).
>
> Sim, o tamanho de Peabiru, os caminhos de Peabiru, altitude do mar (R. B. O.).
>
> Sim, estudei sobre os Caminhos de Peabiru, uma cidade que antigamente era habitada por índios (V. E. S. F.).
>
> Sim. Pelo o que eu me lembro só estudamos nas aulas de geografia. Estudamos sobre a altitude da cidade (G. R. S.).

Como se observa, há uma predominância das respostas relacionadas aos estudos da história do município. Os Caminhos de Peabiru desempenham um papel de grande relevância na compreensão da história regional, na preservação cultural e no desenvolvimento turístico da região. De acordo com Rocha (2017), os Caminhos de Peabiru, possivelmente, configuravam-se como uma trilha transcontinental que ligavam o Oceano Pacífico ao Oceano Atlântico. Essa rede de diversos caminhos serviu como um meio de inserção de colonizadores europeus, jesuítas e bandeirantes pelas terras paranaenses.

> Uma trilha destes caminhos cortava a América do Sul Brasil perfazendo cerca de 3.000 quilômetros de trilha. Compunha-se provavelmente este ramal pela recepção de ramificações secundárias que conduziam até o caminho principal entrecortado por picadas e caminhos os quais conduziam ao ramal principal e aos caminhos secundários ligando diversos povoamentos indígenas (Rocha, 2017, p. 29-30).

Sendo assim, os Caminhos de Peabiru possuem uma fonte rica de informações e de histórias e memórias no que hoje se localiza o município de Peabiru, e como tal, estes foram tratados como conteúdos para maior parte dos educandos que afirmaram ter estudado sobre o mesmo nas salas de aula.

Ao também afirmarem ter estudado a altitude de Peabiru, demonstra-se que algumas características do município foram trabalhadas. Contudo, estudar apenas a altitude de Peabiru, isoladamente, ainda não é um estudo geográfico do município. Trata-se apenas de dados, que devem ser trabalhados em conjunto a outros conteúdos para que de fato o conhecimento geográfico se construa.

Em seguida, oito estudantes afirmaram ter estudado o tamanho de Peabiru, no qual algumas respostas traziam afirmações como “Peabiru é pequena”. Cinco foram os alunos que destacaram ter estudado a história de Peabiru; o clima e a população; quatro alunos citaram ter estudado sua pirâmide etária, assim como outros quatro apenas escreveram que estudaram sobre suas cidades, mas não escreveram sobre quais conteúdos.

A vegetação foi mencionada por dois alunos, e, com uma resposta cada, surgiram os seguintes conteúdos: localização; terras; gráficos; agricultura e quantidade de recursos minerais. Em todas essas respostas não houve um detalhamento sobre o que foi estudado, como por exemplo o tipo de vegetação presente no município, quais informações sobre a agricultura e as terras foram tratadas e assim por diante.

Tais dados demonstram a importância do estudo do município enquanto possibilidade dos alunos explorarem sua história, cultura e geografia local. A inclusão de temas como os Caminhos de Peabiru enriquece a compreensão dos alunos sobre o contexto histórico do município em que vivem. Contudo, ainda é baixo ou impreciso alguns dos conteúdos elencados, não havendo um maior detalhamento nas respostas dos alunos sobre o que estudaram.

Ademais, é relevante destacar que talvez os estudantes não se lembrem de todos os conteúdos que estudaram, o que pode contribuir para a ausência do detalhamento de conteúdos elencados pelos discentes.

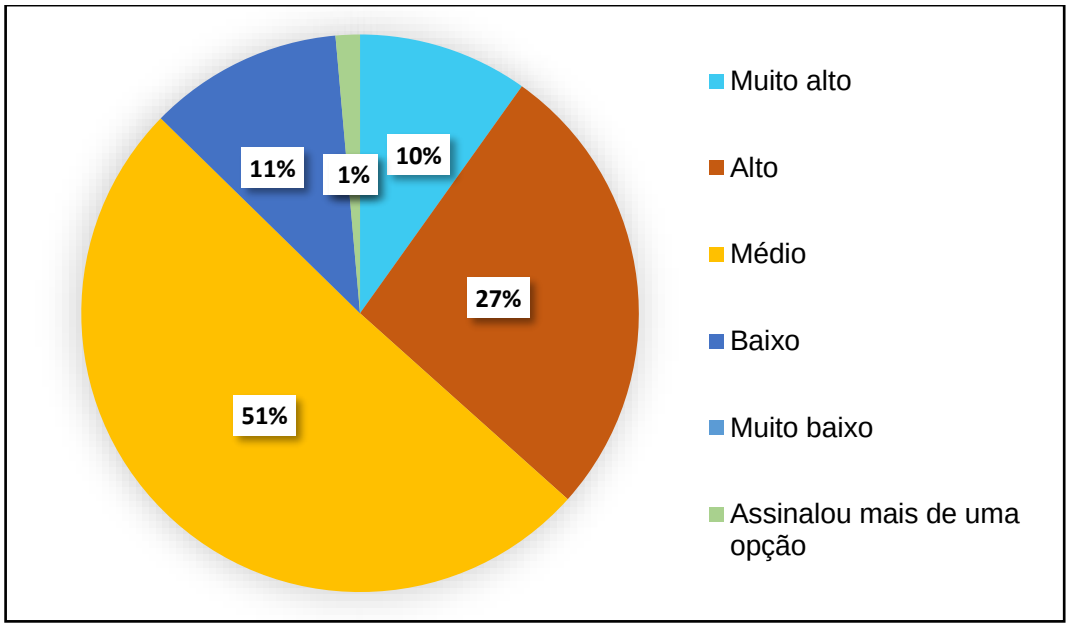
Observa-se que determinados conteúdos mencionados pelos alunos representam informações que, quando estudados isoladamente, podem não contribuir de forma significativa para a construção de um raciocínio geográfico que se deseja em sala de aula. A abordagem fragmentada desses tópicos pode limitar uma compreensão do espaço nas suas diversas dimensões - históricas, naturais, sociais, econômicas e políticas.

É essencial, pois, promover uma integração mais efetiva dessas dimensões, permitindo que os alunos desenvolvam uma visão integrada desses diferentes

aspectos do município de Peabiru. Isso implica em não trabalhar cada informação de forma isolada, mas na interligação dos mais variados conteúdos, possibilitando uma compreensão mais profunda do ambiente em que vivem.

Na sequência do questionário, indagou-se o grau de interesse dos alunos para com os conteúdos trabalhados na Geografia, para entender se há um desinteresse pelos conteúdos que são trabalhados, ou se por outro lado os alunos se mostram receptivos para com os mesmos. Os números dessa questão são apresentados na figura 13.

Figura 13: Peabiru – PR. Porcentagem das respostas dos alunos sobre seu grau de interesse pelos conteúdos na disciplina de Geografia, 2023.



Fonte: dados coletados na pesquisa de campo, 2023.

Para a maior parte dos alunos respondentes (36 respostas), há um interesse considerado "médio" nos conteúdos da Geografia. Assim como no questionário aplicado em Mamborê, este é o grupo mais numeroso. No entanto, logo na sequência uma parcela significativa (19 respostas) expressou um interesse "alto", indicando que uma parte considerável da amostra demonstra um envolvimento positivo para com os conteúdos geográficos.

Um número menor de alunos (sete respostas) classificou seu interesse como "muito alto"; e a quantidade de respondentes que indicaram um interesse "baixo" (oito respostas) é menor em comparação com as categorias de interesse médio e alto.

Nenhum discente assinalou a opção de interesse "muito baixo", demonstrando que nenhum participante expressou um desinteresse total pelos conteúdos de Geografia.

Compreender o grau de interesse dos alunos pode ser um valioso instrumento para melhor ajustar as abordagens pedagógicas utilizadas em sala de aula. O fato de a maioria dos estudantes responderem possuir um interesse mediano pode ser interpretado como uma possibilidade para explorar estratégias didáticas que ajudem a melhorar esse engajamento dos alunos para com os conteúdos trabalhados pela disciplina de Geografia. Tal como abordado em outros momentos na sistematização desta pesquisa, abordar a realidade do município por meio de metodologias diversificadas, tais como aulas de campo, utilização de novas tecnologias, fotografias, desenhos e outras possíveis práticas, pode ser um caminho para tal objetivo.

Ao indagar aos estudantes de Peabiru se consideram estudar Geografia importante, 67 alunos (94,37%) afirmaram que é importante, enquanto que para três alunos (4,23%) não seria importante. Apenas um dos discentes assinalou ambas as opções.

Dentre as justificativas apontadas pelos estudantes, foram apresentadas respostas baseadas na relevância do conhecimento geográfico; a importância da Geografia enquanto disciplina; a necessidade de se compreender os aspectos naturais, políticos e sociais do espaço, bem como a relevância pessoal e profissional.

As justificativas mais citadas pelos educandos estiveram relacionadas a conhecer mais sobre cidades, regiões ou países; para aprender mais sobre o mundo e para aprender a ler/interpretar os mapas. Algumas das respostas que apresentam esse viés são destacadas a seguir.

> Porque aprende várias coisas sobre os países e sobre as regiões. Nós estudamos um pouquinho de cada coisa, é bem interessante a geografia (V. S. O.).
>
> Porque nos ensina sobre muita coisa de outras cidades (F. S.).
>
> Para descobrirmos coisas novas sobre países, nações e principalmente sobre o mapa (G. R. S.).
>
> Para aprendermos coisas sobre o nosso planeta, nosso país, nossa cidade (V. E. S. F.).

Apesar do fato de que a Geografia é uma ciência multidisciplinar que estuda diferentes aspectos de nossa sociedade, e, assim perpassa pelas diferentes escalas

de análise, seja a nível municipal, regional, nacional ou global, não se deve perder de vista o real objetivo da ciência geográfica. Como Lacoste (1977) alertava, a Geografia não deveria ser vista enquanto uma disciplina simplória e enfadonha.

> Todo mundo acredita que a Geografia não passa de uma disciplina escolar e universitária, cuja função seria fornecer elementos de uma descrição do mundo, numa certa concepção "desinteressada" da cultura dita geral. [....] Uma disciplina maçante, mas antes de tudo simplória, pois, como qualquer um sabe, 'em geografia nada há para entender, mas é preciso ter memória ...' De qualquer forma, após alguns anos, os alunos não querem mais ouvir falar dessas aulas que enumeram, para cada região ou para cada país, o relevo - clima - vegetação - população agricultura - cidades - indústrias (Lacoste, 1977, p. 9).

A Geografia, nesse contexto, não deve ser abordada unicamente enquanto uma disciplina destinada à descrição do planeta Terra, ou a elencar cada um de seus elementos, continentes ou países. Tal visão limitaria sua verdadeira essência, que reside na capacidade de explorar, descobrir e entender criticamente como se dá a intervenção do ser humano no espaço. Se ensinada apenas enquanto um exercício de memorização de conceitos e conteúdos, a Geografia se limita em seu papel de incentivar os alunos a participarem ativamente na construção do conhecimento geográfico.

> Feita matéria escolar, a Geografia contribui para o educando situar-se no mundo, compreender a organização desse espaço e identificar os tipos de intervenção que a sociedade executa na natureza, com vistas a buscar explicações sobre a localização e a relação entre os fenômenos geográficos. O ensino dessa matéria permite ao estudante acompanhar e compreender o moto contínuo de transformação do mundo no tempo e no espaço (Barbosa, 2016, p. 83).

Considerar o ensino de Geografia em uma visão crítica, para além da mera descrição do mundo, é proporcionar ao estudante a compreensão de que a nossa realidade é uma elaboração do social sobre a natureza. Nesse sentido, a Geografia nas escolas deve buscar desenvolver o senso crítico dos educandos, a fim de que estes possam atuar de maneira reativa e propositiva perante as injustiças sociais. Quando este ensino adquire essa abordagem de superação da perspectiva tradicional de uma Geografia meramente descritiva, os educandos adquirem saberes para agir conscientemente em seus contextos de vida social, política e cultural (Barbosa, 2016).

Na sequência das justificativas apontadas pelos educandos nos questionários, foram apresentadas respostas baseadas na importância de aprender mais sobre o local em que vivemos ou moramos, e a importância da Geografia para a compreensão do espaço geográfico, como se observa em algumas das respostas.

> Para mim é importante porque precisamos saber o que foi e o que não foi modificado pelo homem (J. V. B. S.).
>
> Conhecer o ambiente que você vive, conhecer o seu governo e conhecer o espaço geográfico que você vive (G. H. C. M.).
>
> Para estudar como o ser humano se relaciona com o meio em que vive, as transformações, como funciona determinados processos da natureza é interessante, afinal saber essas relações é interessante e importante (M. I. A. S.).

As respostas demonstram que os educandos também percebem a Geografia como uma disciplina essencial para a compreensão do espaço em que vivem. O reconhecimento da Geografia enquanto disciplina que estuda como o ser humano se relaciona com o meio permite o olhar para o desenvolvimento de cidadãos conscientes do espaço que os cerca.

A percepção da Geografia enquanto estudo do espaço geográfico destacado pelos estudantes reforça a ideia de que essa disciplina vai além de uma mera descrição do espaço físico ou natural, mas que abrange as complexas interações entre a sociedade e o meio. Ainda, o reconhecimento da importância de aprender sobre o local em que vivem reflete uma consciência sobre a relevância da disciplina para a formação de cidadãos engajados em compreender e transformar o espaço em que estão inseridos.

> O potencial de contribuição da geografia à educação escolar decorre da sua própria natureza, como ciência que trata dos elementos naturais e humanos em sua configuração espacial, em vista de uma explicitação relacional-interativa da construção do mundo pelo homem. Assim, a Geografia busca apreender os eventos humanos em sua dinâmica de espacialidade: onde ocorrem, como ocorrem e por que ocorrem, na concretude de lugar e mundo. Portanto, a leitura geográfica da realidade não se restringe à descrição localizada dos elementos naturais e efeitos da ação humana, mas analisa as inter-relações entre os elementos em diversas escalas segundo objetivos de um estudo (local, regional e inter ou supranacional), sob critérios de apreensão dos determinantes histórico-sociais das diversas organizações espaciais identificadas (Carneiro, 1993, p. 122).

Ao abarcar as diferentes escalas de estudo, desde o local, até o regional ou mesmo a escala supranacional, como destaca a autora, a Geografia proporciona esta leitura do mundo. Porém, ela não apenas observa as características geográficas específicas do espaço, como também busca compreender os determinantes histórico-sociais que moldam o espaço geográfico. Essa perspectiva é que deve ser levada às salas de aula, de modo que permita aos alunos a compreensão do mundo ao seu redor nas suas diferentes abordagens e nas suas diferentes escalas de análise.

Em continuidade às respostas dos alunos no questionário, diversas respostas foram elencadas. Como se trata de um grande número de respostas, e grande parte delas foram citadas por apenas um único aluno, nem todas elas serão aqui apresentadas ou discutidas.

Em síntese, algumas das demais respostas perpassam por algumas categorias em comum. Dentro de uma perspectiva do conhecimento geográfico geral, foram destacadas justificativas como a relevância da Geografia para o entendimento do clima; para saber se localizar no espaço; para entender sobre o relevo; entender a agricultura ou mesmo para saber o nome de países/cidades.

Em um entendimento sobre benefícios pessoais ou futuros, algumas respostas estiveram relacionadas à aprovação no ano letivo no colégio; ter uma boa vida boa futuramente; ter um bom emprego; poderá ajudar na faculdade; ou mesmo para o conhecimento próprio.

Sobre a diversidade de conteúdos ou temáticas abordadas pela Geografia, foram elencadas respostas como a importância de compreender a geopolítica; entender sobre economia; conhecer o governo; entender como funciona a natureza; entender astronomia e sobre os planetas; ou mesmo porque a Geografia é importante para entender se vai chover.

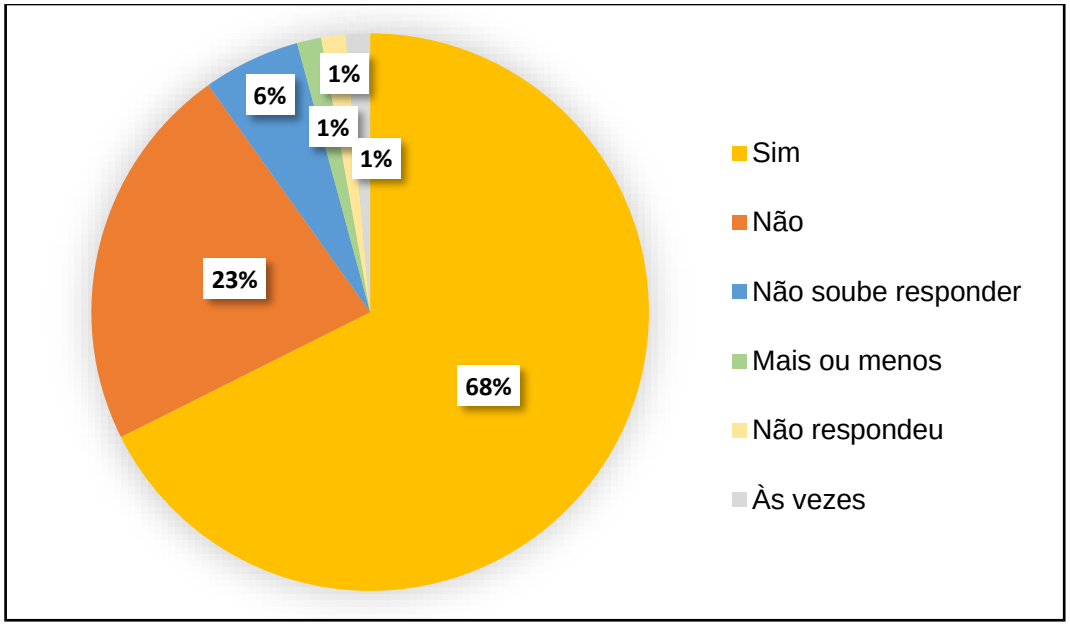
Como se pode observar, as respostas acerca da relevância da Geografia são bastante diversas, no qual muitas delas destoam dos objetivos mais gerais dessa disciplina no processo de ensino e aprendizado. Contudo, não se perde de vista seu significado para a compreensão dos fenômenos que se manifestam no espaço geográfico e a formação de alunos cidadãos partícipes desses espaços.

Já para os três alunos que assinalaram não achar importante, um dos educandos não justificou sua resposta, e as outras duas justificativas foram: considera a disciplina chata e não gosta de estudar nenhuma das disciplinas escolares. Apesar de ser em um número consideravelmente pequeno de educandos que assinalaram

não achar importante, há de se ressaltar como fundamental as estratégias didáticas que relacionem os conteúdos geográficos com os interesses e a realidade dos alunos, a fim de promover uma visão mais positiva da disciplina.

Por fim, na última questão que indagou aos estudantes se consideram importante o estudo da sua cidade nas aulas de Geografia, no qual se obteve os dados expressos na figura 14. Para maior parte dos respondentes (48 alunos), sua cidade é, de fato, relevante de ser abordada nas aulas de Geografia; enquanto que para 16 alunos não seria importante. Não soube responder, mais ou menos ou às vezes foi mencionada por um aluno cada.

Figura 14: Peabiru – PR. Porcentagem das respostas dos alunos sobre considerar importante o estudo da sua cidade na disciplina de Geografia, 2023.



Fonte: dados coletados na pesquisa de campo, 2023.

A predominância de alunos que afirmaram que é importante sugere uma consciência por parte dos estudantes de que o conhecimento geográfico local é relevante para sua formação educacional. Dentre as justificativas apontadas pelos educandos, sobressaiu-se a de que é significativo saber sobre a cidade em que habitam, colocadas por 16 alunos; para saber mais coisas e para saber mais sobre a história da cidade, ressaltada por quatro alunos cada; e aprender algo novo, apontada por três discentes.

> Sim, nós nunca estudamos a cidade de Peabiru em geografia, era importante sabermos mais da nossa cidade (G. A. S.).
>
> Sim, para você saber mais da sua cidade, você descobre algumas coisas que você não sabe (N. G. D.).
>
> Na minha opinião sim, pois além de compreendermos a nossa própria história, isso torna o assunto mais cativante e interessante (A. C. B.).
>
> Sim, pois aprendemos mais com exemplos perto da nossa realidade (L. C. B.).

Chama atenção nas respostas dos educandos a percepção de que exemplos mais próximos do cotidiano podem tornar o aprendizado mais significativo, ou nas palavras de um dos estudantes, mais “cativante”. Ainda, destaca-se o reconhecimento de que é necessário conhecer mais sobre o local em que se habita.

Os depoimentos dos alunos refletem a relevância de uma abordagem geográfica que se conecte com a realidade vivida pelos estudantes, como se vem buscando demonstrar na presente pesquisa que este encontro entre a realidade vivida e os conteúdos estudados pode ser um importante elo de aprendizado. Essa análise sugere que estratégias que explorem o espaço urbano local podem não apenas fomentar o interesse dos estudantes, mas também promover uma compreensão mais profunda do espaço geográfico em diferentes âmbitos. Nesse contexto, os jovens

> [...] têm um conhecimento espacial, eles são cidadãos em busca de identificação e, assim, produzem uma “geografia”. Nas práticas de ensino é relevante compreendê-los, entender como eles vivem em seu lugar, em seu cotidiano, como se relacionam com esse lugar, com seu bairro, sua cidade (Cavalcanti, 2011, p. 07-08).

Cavalcanti (2019), defende que é possível orientar atividades de ensino que tenham como meta problematizar a vida cotidiana dos alunos e apresentar contribuições da Geografia para a compreensão de aspectos desses problemas, para que, nesse contexto, os educandos formem conceitos sólidos e abrangentes sobre a cidade. Ainda para a autora,

> Compreende-se que a leitura dos espaços da cidade pode ser feita pela Geografia, o que contribui significativamente para sua compreensão. Esse campo do conhecimento constitui um conjunto de conceitos, princípios, categorias e teorias que permitem analisar a produção e reprodução do espaço urbano, tanto em sua dinâmica, com os agentes envolvidos (Cavalcanti, 2019, p. 140).

A abordagem enfatizada pela autora corrobora à importância de uma visão que permita aos alunos não apenas entender os conceitos geográficos, mas também os aplicar nos espaços cotidianos. Tal perspectiva contribuí para uma educação geográfica emancipadora, permitindo que os estudantes compreendam os espaços urbanos e que participem ativamente da construção e transformação dos mesmos no meio em que vivem.

Em outras justificativas dos estudantes foram apresentadas respostas como: é importante porque a cidade possui fortes laços com as atividades agropecuárias; conhecer os aspectos naturais e humanos da cidade; reforçar as origens culturais de Peabiru; importante estudar os Caminhos de Peabiru; para saber onde não se deve desmatar; conhecer a localização do município; entre outras respostas.

As respostas, de uma forma geral, permitem refletir que de fato há um interesse por parte dos discentes em compreender as dinâmicas espaciais que afetam diretamente suas vidas cotidianas, se tornando relevante um ensino de Geografia que conecte os conteúdos geográficos ao espaço de vivência mais imediato desses estudantes, ao espaço da cidadania. E a cidadania, nesse contexto, só passa a se efetivar quando o morador da cidade se percebe enquanto um ser concreto, participante ativo no processo de produção do espaço que o cerca, e não como um mero usuário os consumidor deste espaço (Paiva; Maria Júnior, 2005).

Por outro lado, entre os 16 alunos que indicaram não considerar importante estudar sobre sua cidade, há, nas respostas destes, uma falta de conexão percebida entre os conteúdos geográficos locais e os interesses ou prioridades dos estudantes, como se observa em algumas das respostas destes educandos.

> Não sei dizer, essa cidade é pequena então acaba não tendo nada de interessante (P.).
>
> Acho que não pois no momento ela não é tão importante, e também temos vários assuntos a estudar. (G. H. C. M.).
>
> Não, porque não tem muitas coisas de interessantes numa cidade pequena (A. C.).
>
> Não, a cidade é pequena, não tem o que estudar (C. D. B. S.).
>
> Creio que não, pois acredito que há coisas mais importantes do que minha cidade para se estudar na Geografia (J. V. B. S.).

> Não, não vejo porque estudar nas aulas de Geografia, é importante saber sobre a cidade, mas para tirar tempo para falar disso não parece ser muito interessante, ainda se as pessoas quiserem saber sobre o mundo, viajar pelo mundo, apesar de ser interessante o fato de levar um pouco da história da minha cidade para o mundo. Fico aí no meio termo (M. I. A. S.).

Se torna nítido que nas respostas em que os educandos afirmam não ser importante estudar sua cidade nas aulas de Geografia, os alunos associam diretamente a tese de que por ser uma cidade pequena não é relevante estudá-la, ou que existem outros conteúdos mais importantes do que estudar uma cidade que é considerada pequena.

Há, portanto, um menosprezo por parte desses alunos em relação às dimensões territoriais da cidade de Peabiru e sua relevância nas aulas de Geografia. Trata-se, pois, de uma visão limitada de que por ser pequena não há o que se estudar, ou que não deva apresentar alguma importância aos conteúdos geográficos. De alguma maneira, os educandos reproduzem a ideia de que as pequenas cidades não apresentam problemas e que também não possuem processos interessantes. Esse é o pensamento não só do senso comum, mas também de muitos que estão na gestão do poder público (ou também privado) e que desconhecem a realidade não metropolitana.

Em uma aplicação de questionários, tal como se fez, as facetas dessas apreciações aparecem. A pesquisa, até o momento, demonstrou a grande quantidade de temáticas que surgiram a partir da análise dos educandos a respeito de suas próprias cidades, mostrando que existem diversas potencialidade e desafios a serem (re)pensados a partir do estudo das pequenas cidades.

A resposta que destaca a cidade como pequena e sem elementos interessantes sugere uma ausência da percepção de aspectos particulares da cidade de Peabiru que poderiam ser explorados nas aulas de Geografia. Além disso, a noção de que "[...] há coisas mais importantes do que minha cidade para se estudar na Geografia" e a sugestão de que "[...] não tem o que estudar" revelam que estes alunos priorizam outros assuntos ou conteúdos em detrimento do entendimento do espaço mais próximo.

Nota-se que algumas respostas destacam a importância de se estudar a cidade, mas ponderam a relevância de dedicar um tempo para esse estudo. A última resposta também aponta ainda para a ideia de que levar a história da cidade para o

mundo pode ser interessante, revelando que, mesmo apesar da dúvida se seria significativo seu estudo, há uma potencial abertura para uma visão mais ampla da importância de compreender Peabiru para além de seus limites.

Tais respostas indicam, por conseguinte, a necessidade de pensar em estratégias didático/pedagógicas que ressaltem o potencial de aprendizado presente nas cidades consideradas pequenas. Essa abordagem pode contribuir para superar a limitada percepção dos educandos que não consideram o estudo do seu próprio espaço local, para que assim se possa promover uma visão mais enriquecedora sobre o estudo de seu contexto imediato nas aulas de Geografia. Como destaca Cavalcanti,

> O desenvolvimento de um pensamento geográfico, advindo da experiência cotidiana em habitar a cidade, é possível devido à quantidade de processos envolvidos na produção desses lugares. Compreender a cidade por meio do ensino de Geografia pode ser, dessa forma, um elemento central para que as escolas possam formar cidadãos mais críticos e conscientes de que a cidadania é efetivada pela criação dinâmica de direitos e pela consciência da responsabilidade social na luta pela vida democrática e pela justiça espacial (Cavalcanti, 2019, p. 140).

Reforça-se que não se trata apenas de entender sua cidade, mas de entender a complexidade da rede urbana como um todo. Aos docentes se faz imperativo o conhecimento dessa realidade local, bem como de outras realidades urbanas, em seu sentido geográfico. O objetivo deve ser, em essência, a formação de cidadãos conscientes e críticos sobre o espaço em que vivem, assim como de suas interações com outros espaços, nas suas diferentes escalas de análise.

Destaca-se, nesse contexto, a relevância de pesquisas acadêmicas no âmbito de formar para a cidadania por meio do estudo da realidade urbana. Uma dessas ações é o projeto “Nós Propomos! Goiás”, que está integrado a rede do projeto “Nós Propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica”, do Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT), da Universidade de Lisboa, que mantém seus princípios, mas com objetivos específicos ao contexto das ações realizadas na Rede Ensino e Pesquisa Educação e Cidade (REPEC), coordenada pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Geográfica (LEPEG) da Universidade Federal de Goiás.

De acordo com Moraes *et al* (2022), a rede Nós Propomos! direciona seus esforços no ensino por meio da resolução de problemas para o fortalecimento da

cidadania territorial. Com o intuito de alcançar esse objetivo, um dos seus eixos é o protagonismo dos estudantes, que busca desenvolver a responsabilidade na ação, numa perspectiva de desenvolvimento da autonomia dos discentes. Isso se dá por meio do envolvimento do estudante no processo de execução da pesquisa sobre o local, tais como a elaboração, execução e avaliação de situações problema, além do engajamento nas causas sociais de base territorial.

> Dessa maneira, compreende-se que ao apropriar-se do território o sujeito identifica-se, desenvolve sentimento de pertencimento e compromisso com a sociedade da qual faz parte. Há, nessa concepção, a perspectiva de uma cidadania cujo pensamento é voltado à ação, sendo esta última orientada pelo pensamento (Moraes, *et al*, 2022, p. 24).

Portanto, a Geografia enquanto disciplina integrante do currículo da Educação Básica, possui um papel fundamental na formação crítica e cidadã dos jovens. Essa contribuição ocorre “[...] por meio do desenvolvimento de uma forma de pensar que considere as espacialidades dos fenômenos e processos decorrentes da dinâmica da sociedade na sua interação com a natureza” (Moraes, *et al*, 2022, p. 40).

Para alcançar tais objetivos, é *mister* que os professores adotem práticas didáticas que mobilizem os conhecimentos e habilidades relacionadas à essa área do conhecimento. Assim, tais elementos podem ser apropriados pelos estudantes, promovendo uma compreensão mais complexa das relações entre o espaço, a sociedade e o meio ambiente.

6.2 OS PROFESSORES E AS PEQUENAS CIDADES: UM DEBATE A PARTIR DA VISÃO DOCENTE

Apresenta-se nesta subseção as percepções dos docentes de Geografia que atuavam nos colégios em que a pesquisa se deu, objetivando analisar a perspectiva dos professores em relação às pequenas cidades, e suas experiências para com o ensino nessas realidades.

Para tanto, partiu-se de alguns pressupostos como: os docentes trabalham os o espaço cotidiano de seus alunos em suas aulas? Como tal trabalho é realizado? Quais são os possíveis obstáculos e percalços que se fazem presentes nas práticas

desses professores ao se trabalhar com a realidade das pequenas cidades? Os depoimentos, impressões e visões dos educadores que participaram da pesquisa são apresentados na sequência.

Reforça-se que a identidade dos professores será mantida no anonimato, utilizando-se de termos como professor 1, 2, 3 e 4, ou P1, P2, P3 e P4, que já foram previamente apresentados na seção anterior. Ainda, relembra-se o fato de que o P2 optou por responder às questões em forma de questionário, e não em entrevista. Tratam-se, todos, de docentes que possuem experiência na área, lecionando há alguns anos no contexto das escolas públicas estaduais do Paraná.

A professora 1, que possui 14 anos de experiência nas salas de aula, reside no município de Peabiru e conta que seus planos iniciais não eram de ser professora de Geografia, mas sim de Educação Física. Porém, quando se formou no ensino médio, não havia o curso de Educação Física nas proximidades de Peabiru, e então decidiu cursar Geografia devido à proximidade de Campo Mourão e por ser o curso que mais se aproximava do que gostava na faculdade em que se formou naquele período.

O professor 2 também possui 14 anos de experiência enquanto docente, e destaca que teve uma formação “muito básica”. Nas palavras do professor:

> Era uma geografia de cunho mecanicista, separada em gavetas denominadas Geografia Física e Geografia Humana. Muito pouco se abordava a relação sistêmica entre os elementos físicos e os humanos na formação do espaço geográfico. Os conteúdos eram superficiais. Obtive conhecimento mais aprofundado e sistêmico no campo da geografia por meio das capacitações oferecidas pela Secretaria de Estado da Educação e pela experiência em sala de aula nestes 14 anos de docência (Professor 2).

Contudo, ao indagar sobre as motivações do docente para cursar Geografia[28], o professor em questão destacou que, pelo contrário, se sente desmotivado. Para tanto, destacou dois principais motivos: primeiro, a desmotivação vem, principalmente, em constatar que os estudantes não veem a escola e o aprendizado como algo importante para a sua formação enquanto cidadãos e futuros profissionais. Já a segunda desmotivação vem, segundo o docente, da pouca valorização que a sociedade dá aos profissionais da educação, que, além da má remuneração, a estrutura administrativa da educação “[...] pouco reconhece sua parcela de

[28] Questão no roteiro de entrevista: Comente um pouco sobre sua formação enquanto docente, e sobre suas motivações em atuar como professor(a) desta disciplina.

responsabilidade pelo fracasso do aprendizado e atribui esse fracasso a suposta má atuação do professor em sala de aula".

Já a professora 3 atua, em média, há quatro anos na docência, e sua motivação é de um contexto familiar, segundo o qual seu avô era engenheiro topógrafo, e por este motivo a docente cresceu tendo contato com mapas. A professora destaca ainda que sempre gostou da área da educação, e que inicialmente se inscreveu para ser professora de Educação Física. Contudo, foi aprovada no vestibular de Geografia, e começou a gostar do curso, das áreas ligadas à cartografia, e assim permaneceu no mesmo.

A professora 4 afirma que se se formou em 2014, e desde seu primeiro ano de faculdade vem lecionando. Segundo a docente, sua motivação vem pelo fato que gosta de entender o espaço geográfico, da Geologia, e dos conteúdos da Geografia Humana.

Questionou-se a estes docentes se eles trabalham com a escala local e os acontecimentos do cotidiano dos alunos nas aulas, e de que forma este trabalho é realizado[29]. De acordo com a P1, ela consegue realizar este trabalho, contudo de forma superficial, sem muito aprofundamento, pois para isso seria necessário ter uma maior preparação para levar estes conteúdos para sala de aula, e para tanto não há tempo suficiente para essa preparação.

A docente destaca que busca trazer as tecnologias para esse trabalho em sala de aula. Nas suas palavras,

> Eu trabalho muito com o IBGE, com os dados do IBGE, pra conseguir fazer com que eles entendam, e com o *Google Earth*, que a gente trabalha configuração, como que é né, mais esses aspectos assim né, mas aprofundar a gente não... não dá pra aprofundar sabe, é bem superficial. [...] Eles gostam bastante. Mas não é sempre que dá pra trazer né. Aí muitas vezes eles não sabem ainda mexer, aí até você conseguir é muito tempo sabe? A gente tem uma cobrança muito grande de conteúdo agora nesse governo, daí se a gente pega uma aula para trabalhar um pouquinho, [...] a gente daí é cobrado pelo o que faltou (Professora 01).

Como se observa, a professora em questão busca diversificar suas metodologias para o trabalho com a realidade local, utilizando de ferramentas que

[29] No roteiro de entrevista: Você trabalha com a escala local e os acontecimentos do cotidiano dos educandos em suas aulas? Se sim, como este trabalho é realizado?

auxiliam no trabalho cartográfico. No entanto, a docente destaca a dificuldade para realização de atividades como essas, tanto por questões da própria sala de aula, como pelo tempo que tais atividades demandam, e para tal, ainda há uma cobrança dos currículos escolares para que se conclua os demais conteúdos ao longo do ano letivo.

Ainda em complemento a essa questão, a professora assinala que no sexto ano do Ensino Fundamental se trabalha bastante o espaço urbano e o rural, assim como na 1ª série do Ensino Médio, adentrando então nas questões urbanas, como as cidades, pequenas cidades e a hierarquia urbana. Existe, portanto, um espaço em meio aos conteúdos para se trabalhar questões relacionadas à rede urbana. Porém, devido à grande carga de conteúdos e a disponibilidade de tempo que os professores possuem, como ressaltou a docente, nem sempre é possível realizar um trabalho mais complexo e aprofundado.

Essa cobrança pelo cumprimento dos conteúdos, estritamente relacionada às políticas educacionais do governo, impõe desafios para que os docentes possam aprofundar o estudo da realidade local, que, em muitos dos casos, acaba em segundo plano diante das pressões por cumprir as metas curriculares. O fato chama atenção para a dualidade enfrentada pelos professores em equilibrar a necessidade de atender às exigências do currículo e o desejo em proporcionar uma compreensão mais profunda da realidade local para os educandos.

Segundo o P2, na medida em que o conteúdo curricular e as condições estruturais da escola permitem, ele busca trabalhar com a realidade local. De acordo com as palavras do docente,

> Exemplos disso são as aulas e as atividades de fixação de conteúdo em que os alunos são levados a refletir sobre como o espaço geográfico de sua localidade é produto da interação entre as atividades humanas e os aspectos físicos-naturais, e também como a fração local do espaço geográfico está integrada, agindo e sofrendo a ação dos espaços que vão além dos limites municipais, como os espaços regionais, nacionais e global.

O relato do P2 revela uma preocupação em integrar o conteúdo curricular com a realidade local para permitir que os educandos compreendam a relação entre as atividades humanas e os elementos físicos que moldam o espaço geográfico. A ênfase na conexão entre o espaço local e escalas mais amplas, como os espaços

regionais, nacionais e globais, demonstra uma tentativa de situar a aprendizagem dentro de um contexto mais amplo, que é primordial no ensino de Geografia.

A P3 menciona que tenta estabelecer uma relação entre conteúdos mais amplos e o espaço local, de modo a tentar chamar a atenção dos alunos para que os conteúdos não se tornem algo tão distante da realidade dos mesmos. Segundo a professora,

> Eu, por exemplo, quando trabalho fatores socioeconômicos, eu tento trazer a ideia da cidade, a quantidade de habitantes da cidade, não só algo lá São Paulo, sabe, mais local porque eu percebo que... é sei lá, taxa de mortalidade... Eles ficam intrigados quando a gente está trabalhando e começam a entrar na localidade, não numa coisa tão distante deles (Professor 03).

Há, segundo a professora em questão, uma tentativa de chamar atenção para os conteúdos utilizando de exemplos da realidade mais próxima. A docente utiliza o exemplo de São Paulo, que é, na maioria das vezes, a cidade mais abordada nos materiais didáticos, por ser uma grande metrópole nacional presente nas notícias, nas mídias, materiais e assim por diante.

Em complemento a essa ideia, Moreira Junior (2016) afirma que as cidades são estudadas, na maioria das vezes, enquanto grandes metrópoles, ou são vistas apenas como capitais de países. Assim,

> Os materiais curriculares trazem Tóquio, Nova Iorque, Londres, Nova Deli, São Paulo, Rio de Janeiro, entre tantas outras. Mas, o que de fato elas representam para a maioria de nossos alunos? Qual significado que elas assumem por eles, não somente para a compreensão da urbanização mundial, mas enquanto fenômeno geográfico? São alguns questionamentos que ficam, especialmente, quando o público são alunos moradores das milhares de cidades pequenas brasileiras (Moreira Junior, 2016, p. 29).

Em sequência, a P4 afirma que este estudo da realidade local acontece de forma muito superficial, de acordo com as palavras da mesma. A docente ressalta ainda que, no momento em que a entrevista estava sendo realizada, estava trabalhando junto a uma turma o conteúdo urbanização, e os livros abordavam apenas informações de metrópoles como São Paulo. Ao solicitar um material que abordasse sobre a cidade de Mamborê para a diretora do colégio, a diretora fez uma indicação de um professor aposentado que escreveu sobre a história da cidade.

Segundo a P4, o professor em questão estava naquele momento preparando uma palestra para os alunos para comentar sobre o processo de formação do município. De acordo com a docente, este professor trabalharia então “[...] a parte histórica, porque a parte geográfica não vai dar, vai ficar em vaga, mas assim, já vai ajudar eles a compreender a mudança que ocorreram e o município. Eu achei interessante trazer para a realidade deles.”, aponta a P4.

Ao sugerir que a “parte geográfica” ficaria vaga, se pode entender que, devido às limitações de tempo ou mesmo curriculares, não seria possível abordar em maiores detalhes os aspectos geográficos do município de Mamborê. Contudo, é notável perceber uma ação da professora, em conjunto com a direção do colégio, para tentar abordar um pouco mais sobre a realidade local, de modo que os educandos não estudassem o processo de urbanização apenas pelo viés das grandes cidades retratadas nos livros didáticos.

A P4 ressalta ainda uma série de problemáticas presentes no cotidiano escolar no que diz respeito à escolha dos conteúdos a serem trabalhados ao longo do ano letivo. Para a docente, há um “engessamento” dos conteúdos trabalhados devido à baixa flexibilidade que o currículo e o sistema de ensino paranaense oferecem aos professores para que se possa fazer alguma aula diferenciada.

> [...] o nosso material já vem pronto, nós não fazemos planejamento, o nosso RCO você abre lá no dia e você vai ter a aula que você vai dar naquele dia. Se você precisar ir além, por exemplo, você vai trabalhar sobre urbanização naquele dia, mas na aula do outro dia já é um outro conteúdo. Se você precisar você pode continuar esse conteúdo, mas tem toda uma parte burocrática meio chata ali, se você quiser mudar o conteúdo, se você acha que urbanização é melhor ali no último trimestre tudo bem, mas tem toda uma parte burocrática ali, é bem chato (Professor 04).

O RCO destacado pela docente é a abreviação do chamado “Registro de Classe Online”, que é, basicamente, o sistema no qual os professores da Rede Estadual de Ensino do Paraná realizam suas chamadas, registram conteúdos, consultam planos de aula, *slides*, atividades, videoaulas e outras ferramentas ali presentes. Como se observa no depoimento da professora, a dependência que os professores possuem do RCO acaba “ditando” os conteúdos a serem trabalhados em cada aula, e assim limitam a capacidade dos educadores de adaptarem suas práticas

pedagógicas de acordo com o andamento da turma e a dinâmica do aprendizado. Ainda nesse viés, a P4 acrescenta:

> A gente não pensa igual a Seed, mas a gente acaba ficando engessado porque a gente vai seguindo o fluxo, como se diz, para não modificar e não trazer problema para a gente porque eles vão questionar: 'Por que você tá mudando? Por que não seguiu o planejamento?'. Então a gente procura seguir o fluxo pra não ter problema até para a gente (Professora 04).

Se torna nítido na fala da professora que há uma barreira imposta pelo próprio sistema educacional do Estado, que, ao tentar introduzir mudanças ou ajustes nos conteúdos, acaba caindo dentro de questões burocráticas e trabalhosas. A necessidade de seguir estes procedimentos burocráticos para fazer alterações no planejamento de ensino acaba se tornando uma fonte de frustração e desmotivação para os professores, dificultando o trabalho docente de realizar adaptações ao contexto específico da sala de aula.

Por fim, a docente relata que ao trabalhar com o município busca um trabalho com os dados do IBGE, pois não existe nenhum material específico do município. Em suas palavras, "[...] a gente não tem um material pronto, nada relacionado ao município, o que a gente tem é a junção de dados, conversas que a gente acaba comparando até com Campo Mourão" (Professora 4).

Essa ausência de materiais específicos que tragam informações sobre as pequenas cidades, como mencionado pela docente, traz um dos problemas centrais que se discute ao longo dessa pesquisa: o significativo desafio enfrentado pelos professores para poder abordar a realidade das pequenas cidades em suas aulas. Tal lacuna pode implicar diretamente na qualidade do ensino, pois os professores são forçados a improvisar e buscar dados de fontes diversas, como o IBGE, para suprir a falta de materiais prontos relacionados ao município em que lecionam.

Na sequência, indagou-se aos professores entrevistados se o livro didático adotado pelo colégio contempla, de alguma forma, o estudo da realidade local dos estudantes, ou se existe algum outro material disponível para se trabalhar essas

questões[30]. De acordo com a P1, tal abordagem é bastante incipiente no livro didático utilizado. De acordo a professora:

> [...] é uma perguntinha ou outra, uma atividade do livro que pergunta ali onde você mora. A gente tem pelo estado do Paraná algumas aulas prontas. Aí cada conteúdo, cada aula tem lá, tal conteúdo. E nessas aí as vezes vem alguma atividade que eles têm que pesquisar sobre o lugar onde eles moram, aí tem algumas atividades. Mas ainda é bem pouco também sabe, geralmente quando vai elaborar alguma atividade sobre isso é nós mesmos que fazemos.

É em alguns materiais extras fornecidos pela própria Seed que se encontra alguma tentativa de relacionar os conteúdos trabalhados em sala com as vivências dos alunos, mas também tais materiais não atendem de forma satisfatória a presente problemática. Sendo assim, os professores devem elaborar algum material ou atividade por conta própria caso haja o desejo de levar essa temática para as aulas de Geografia.

Relacionando tal questão a outros depoimentos expostos pelos docentes, deve-se levar em consideração que, em grande parte dos casos, existe uma elevada carga horária dos professores em sala de aula, somado ao fato de que há uma cobrança pelo volume de conteúdos a serem trabalhados ao longo do ano. Ainda, existe uma dificuldade em abordar novos conteúdos ou metodologias que diferem daquelas colocadas pelo próprio sistema educacional. Nesse viés, a elaboração ou produção de materiais próprios para abordar a realidade local pode se transformar em uma atividade adicional, que pode vir a sobrecarregar o docente em suas responsabilidades diárias na escola.

Em relação a existência de algum outro material na escola que aborde essas questões, a P1 afirma que já tentou acesso a um mapa do município, mas não o conseguiu. A professora ainda relata uma de suas experiências para tentar contornar tal problema, e a dificuldade de encontrar até mesmo livros e escritos que tratem essas informações sobre o município de Peabiru.

> A gente foi no computador, pegou a imagem do *Google Earth*, eles pesquisaram quais são as ruas que faziam o entorno do colégio e o que significavam. Acho que foi só isso até agora que eu trabalhei. Eu

30 No roteiro de entrevista: O livro didático atualmente adotado, contempla de alguma forma este estudo da realidade local dos alunos? Existem materiais na escola que permitem trabalhar com os aspectos locais do seu município?

> queria trabalhar um pouquinho sobre etnias, descendências, essas coisas, mas com algum livro da cidade. Mas é bem pouco que tem ainda, sabe. Geralmente é aqueles livros que só falam dos primeiros habitantes e a parte espacial quase não enfatiza (Professora 01).

É evidente, portanto, que existe uma dificuldade em encontrar materiais e informações que tratem sobre o município, dificultando o trabalho docente ou até mesmo a possibilidade de execução de atividades diferenciadas no contexto das salas de aulas. O P2 também assinala que o livro didático não traz tal possibilidade de discussão, já que se trata de um material amplo, distribuído em nível nacional.

De acordo com suas palavras, “O livro didático, sendo um material produzido para uso em todo o território nacional, apenas incentiva o professor a incrementar o trabalho em sala de aula de forma a abordar a realidade local integrando-a aos conteúdos gerais nele contidos” (Professor 02). Tal afirmação corrobora a afirmação de Almeida (2013) de que

> O livro didático consiste em um material impresso, planejado e construído por diferentes autores, cuja finalidade é a produção final de um material que possa ser comercializado para atender a função de auxiliador ou facilitador no processo de construção e apropriação do conhecimento, tornando-se um instrumento específico de ensino formal e científico. Contudo, sobre o professor recai a responsabilidade de resgatar aquilo que o aluno sabe e conhece a fim de dialogar com esse conteúdo científico, pois é nesse processo que o conhecimento avança (Almeida, 2013, p. 82).

O livro didático é, pois, um material de apoio para as aulas. O seu propósito é facilitar a construção e a apropriação do conhecimento do aluno. No entanto, a responsabilidade de transmitir o conhecimento e promover o avanço do aprendizado não é do livro didático, mas do professor, que irá atuar enquanto um mediador no processo de ensino.

O P2 ainda menciona que são poucos os acervos bibliográficos presentes na escola, principalmente no que se refere ao conhecimento geográfico, que contemplem os aspectos e a realidade local.

A P3, ao ser questionada se o livro didático dá espaço ao professor para trabalhar com a realidade local afirma que fica a cargo do professor, e que não recorda se há alguma informação sobre o tema nos livros. A respeito de presença de materiais que contemplem a realidade local no colégio, a professora afirma:

> Tem mapa do município, não me lembro o nome, mas é como se fosse uma caderneta do IBGE, algo assim, alguns livretos que trazem informações local, da Comcam, tem, não lembro o nome, mas eu já usei algumas vezes. Mas é bem pouco também, não é algo muito amplo não (Professora 03).

Percebe-se, assim, que também se tratam de materiais ou informações que são incipientes, não oferecendo muitas possibilidades de trabalho aos docentes aqui entrevistados. O fato de a docente ter usado esses materiais em algumas ocasiões demonstra uma disposição de tratar o local em suas práticas pedagógicas. Contudo, sua observação de que esses recursos são poucos, ou não muito amplo indica limitações na disponibilidade ou diversidade desses materiais.

Por fim, a P4 destaca que os livros pouco abordam essa possibilidade de trabalho com o local, e que estas geralmente aparecem ao final do capítulo ou dos *slides* produzidos pela Seed, em um tópico chamado “Mão na massa”. Este seria uma atividade prática relacionada ao conteúdo trabalhado, no qual se tem alguma pergunta relacionada ao município, porém, segundo a docente, “nada muito complexo”.

Como se observa dos depoimentos dos quatro professores participantes da pesquisa, toda e qualquer atividade relacionada ao estudo da realidade local fica a cargo do professor em sala de aula, assim como a presença de materiais é bastante escassa, e dependeria, em maior parte dos casos, do próprio docente em reunir ou criar seu próprio material.

Logo, a ausência dessa temática nos livros didáticos ou mesmo de materiais que versam sobre o município nos colégios demonstram uma clara lacuna que acaba por ser preenchida pelos próprios professores, ocasionalmente. Essa realidade coloca então os docentes em uma posição desafiadora, exigindo deles não apenas o domínio do conteúdo, mas também a habilidade de contextualizar esse conhecimento inserido na realidade local dos estudantes. Não se deve esquecer, ainda, da sobrecarga com outros conteúdos que devem ser trabalhados ao longo do ano letivo, que dificultam a inserção desses conteúdos.

Na sequência, perguntou-se aos professores quais são as metodologias utilizadas pelos mesmos ao se abordar conteúdos relacionados a sua cidade, buscando entender de forma mais aprofundada quais são as possibilidades que estes docentes criam para abordar a realidade de suas cidades nas aulas de Geografia[31].

[31] No roteiro de entrevistas: Você aborda a cidade dos educandos durante as aulas de Geografia? Se sim, de quais formas ou quais as metodologias utilizadas para se estudar a realidade local?

A P1 afirma que ela investiga por meio de perguntas aos educandos, se eles sabem o que é uma cidade, um município, e indaga a eles o que é uma cidade grande, uma cidade média, uma metrópole, e assim por diante. Segundo a docente, “[...] vou perguntando para fazer com que eles construam assim pelo menos o básico para eles saberem o que é”. Todavia, uma metodologia em específico, a P1 afirmar não ter, mas que trabalha com mapas e os conceitos relacionados ao meio urbano, como destacado.

Já o P2 assinalou no questionário que não somente aborda a cidade como também a zona rural. O professor afirma que a pesquisa *in loco*, que julga ser mais significativa para a compreensão geográfica da localidade pelo estudante, é uma atividade de difícil realização, pois a organização cotidiana da escola, o modelo tradicional e a falta de estrutura para tais atividades, principalmente no que se refere ao deslocamento dos estudantes, são fatores limitantes dessa prática.

De fato, a possibilidade de estudar na prática os elementos da realidade local é uma importante metodologia que poderia ser adotada; mas sua realização depende de uma série de fatores que muitas vezes não estão ao alcance do professor, como destacado na resposta do P2. Ainda, o docente faz a seguinte constatação:

> Reféns de um modelo tradicional de escola, entre quatro paredes, a metodologia que mais utilizo é a produção de mapas mentais a partir das explicações apresentadas pelo professor, em sala de aula, das leituras do material de apoio e de pesquisas bibliográficas e de campo. Tais mapas são utilizados para apresentação de trabalhos, para padilha entre grupos de estudos e também como material de apoio para a realização de avaliações objetivas e descritivas. Os conteúdos apresentados por mim, em sala de aula, assim como as pesquisas solicitadas, sempre contêm, quando o currículo permite, a relação entre o local e o global.

Em consonância, a P3 afirma que nunca conseguiu realizar uma saída de campo com os educandos, e que “[...] é bem complicado para levar a questão local para a escola”. Esta é, pois, uma atividade complexa, que não se trata apenas de explicar um determinado conteúdo, mas fazer o elo entre os conteúdos colocados pela Geografia e aquilo que acontece no espaço de vivência dos alunos.

A afirmação da P3, ao destacar que nunca conseguiu realizar uma saída de campo demonstra alguns dos desafios enfrentados pelos educadores na incorporação de metodologias que ajudem a tratar sobre a realidade local no ambiente escolar. Essa dificuldade resulta não apenas de questões logísticas, como organizar essas atividades práticas fora da escola, mas também aponta para barreiras conceituais e metodológicas.

A realização de saídas de campo envolve não apenas o deslocamento dos alunos para espaços externos aos muros das escolas, mas a capacidade de estabelecer conexões entre os conceitos geográficos abordados em sala de aula e realidade do espaço de vivência dos estudantes. Essa ponte entre o conteúdo e a realidade é fundamental para garantir que a aprendizagem seja significativa.

A P4 destaca que suas metodologias utilizadas para trabalhar com Mamborê nas aulas é utilizar do IBGE, com tabelas, mapas e o mapa do município. A professora ainda traz uma situação em que vem tendo um desafio em seguir com determinados conteúdos, pois os alunos apresentam uma dificuldade muito grande em interpretar mapas e tabelas. Em seu depoimento, a docente coloca a seguinte situação:

> A gente tá (*sic*) com um sexto ano lá na escola, acho que tem 30 e poucos alunos, 35, 36 alunos na sala, eles não tiveram praticamente aula, porque no município, eles não tiveram aula. [...] eles não sabem ler, eles não sabem escrever, meu Deus, a dificuldade deles é assim... Tá terrível, eu acho que eu vou ter que voltar lá na Geografia do ensino básico para mostrar para eles, porque eles não têm noção.

A situação descrita pelo P4 não apenas demonstra limitações em relação aos conhecimentos geográficos, mas também aponta para questões mais amplas relacionadas à alfabetização e ao desenvolvimento de competências mais básicas que os alunos já deveriam ter tido o aprendizado. O fato de os alunos não terem tido essas aulas anteriormente – possivelmente por conta da pandemia do Covid-19 vivenciada nos últimos anos - associado à esta lacuna de habilidades fundamentais, cria um cenário desafiador para a professora.

Seguindo nessa linha de análise, indagou-se aos professores quais seriam as principais dificuldades que vêm sendo encontradas no trabalho com a realidade local

em suas aulas[32]. A P1 ressalta a necessidade de maiores estudos e pesquisas que cheguem também no ambiente escolar:

> Eu acho que talvez até mesmo mais estudo sabe, na parte científica, mais interesse para essas pequenas cidades pra que a gente consiga ter um trabalho realmente bom para trabalhar dentro da sala de aula. Acho que falta um pouco de... algo escrito, alguma coisa que ajude a gente também né.

O depoimento da P1 reforça um olhar para as lacunas que existem, tanto no meio acadêmico como também nos ambientes escolares, no que diz respeito ao estudo das pequenas cidades. Certamente, como debatido em outros momentos, a recente redescoberta das pequenas cidades nas pesquisas acadêmicas (Fresca, 2010) implica também no contexto das salas de aulas, que como constatado, pouco ainda de produz sobre como mudar essa realidade.

Ao mencionar a falta de material escrito ou de recursos que auxiliem os educadores, a professora evidencia uma lacuna que perpassa tanto a produção de materiais didáticos, de livros ou mesmo de artigos científicos que abordem a realidade das pequenas cidades. Tais lacunas impactam diretamente no processo de ensino, pois os professores enfrentam os mais diversos desafios em construir suas práticas pedagógicas, dependendo, na maior parte dos casos, como se pode observar pelos depoimentos aqui até então colocados, de seus esforços próprios para poder levar esta temática nas salas de aula.

O P2 destaca alguns complexos desafios também presentes no cotidiano escolar. Um deles é o modelo tradicional de escola, em que os alunos ficam restritos à sala de aula em maior parte do tempo e em alguns poucos espaços educativos da escola, segundo o docente. O outro motivo é a falta de estrutura física e humana para a concretização de aulas fora das escolas.

> Além dessas duas dificuldades, acrescento ainda a exigência, mesmo que velada, por parte da mantenedora, para cumprirmos o currículo de conteúdos de cada série/ano. Em geral, a quantidade de conteúdos que devem ser abordados e explorados em sala de aula não nos deixa espaço de tempo suficiente para tratar cada conteúdo com profundidade e muito menos o tempo é suficiente para a assimilação do conhecimento pelos estudantes (Professor 02).

[32] No roteiro de entrevistas: Quais seriam, na sua perspectiva, as principais dificuldades encontradas para se trabalhar com a realidade local nas salas de aula?

Assim como citado por outros professores, a própria forma como o ensino se encontra organizado limita as práticas docentes: são grandes quantidades de horas em sala de aula e poucas horas para planejamento; elevada quantidade de conteúdos a serem trabalhados ao longo do ano e de cada série; os problemas de infraestrutura das escolas, dentre vários outros. Portanto, desafios estruturais e organizacionais impactam diretamente os processos de ensino e aprendizagem no ambiente escolar. É *mister*, portanto, repensar a dinâmica educacional na atualidade.

Enquanto tentativa de sanar ou minimizar esses problemas o P2 assinala:

> [...] é preciso que a escola esteja organizada estruturalmente de forma a facilitar o trabalho do professor e estimular o interesse do aluno pelo aprendizado. Pensar isso é trabalho dos intelectuais que pensam a escola. Faz-se necessário pensar e concretizar um outro modelo de escola, que seja adequado à realidade contemporânea e tecnológica e que atraia o estudante, fazendo com que ele perceba a importância da escola e dos conteúdos escolares para a sua vida. As crianças, jovens e adolescentes, em sua maioria, não conseguem perceber o sentido da escola em suas vidas.

Se torna relevante observar a consideração que o docente faz de que “pensar isso é trabalho dos intelectuais que pensam a escola”. É fundamental os diálogos que se estabelecem entre as produções acadêmicas e as salas de aula, pois, o que é produzido nas pesquisas acadêmicas, reverbera no local onde o processo de ensino e aprendizado acontece na prática: no cotidiano escolar.

É na universidade que se dá a formação inicial dos professores, que, futuramente, estarão na prática do dia a dia escolar. Um diálogo constante entre as instituições de ensino superior e as escolas permite que uma maior compreensão das demandas reais das salas de aula.

> Nesse sentido, a partir do momento em que o processo formativo se dá na parceria entre universidade e escolas, potencializa-se o constituir-se professor, pois além dos aspectos teóricos estudados nas disciplinas, há a possibilidade de ver, na prática, como tais questões se efetivam, uma vez que é na ação docente que os saberes são mobilizados e ressignificados, na interação com diferentes sujeitos. Isso se mostra necessário, pois muitas vezes os sujeitos não conseguem perceber que a teoria embasa e qualifica a prática (Trennepohl, Lang, Possani, 2016, p. 03).

Portanto, a parceria entre universidades e escolas é uma via de mão dupla, que busca promover uma educação mais eficaz e alinhada com as necessidades da

sociedade. Essa relação é essencial para alinhar a teoria e a prática, e como destaca o P2 em sua resposta, é cada vez mais necessária para que os discentes não vejam a escola apenas enquanto um local desinteressante e sem sentido em suas vidas.

A P3 reforça em seu depoimento a dificuldade de encontrar materiais, e a disponibilidade de tempo para poder pesquisar e coletar dados e informações sobre o município, para que se possa levar o conteúdo às salas de aulas.

> [...] nem sempre a gente tem todo o conhecimento necessário, então a gente não tem esses conteúdos locais, as cidades, o país, a gente se esforça né, então isso é uma problemática. E se você vai trabalhar, você tem que fazer um levantamento, tem que pesquisar muito para trazer todas essas informações, acaba que você acaba desistindo. Então é mais fácil ir lá e achar algo que já tem do que fazer todo esse levantamento. (Professor 03).

A afirmação da P3 destaca uma questão que é enfrentada por todos os docentes entrevistados, que reforça a limitação de tempo para realizar pesquisas aprofundadas sobre o município e a ausência destes materiais para o trabalho na sala de aula. Como corrobora Oliveira *et al* (2017), os materiais didáticos muitas vezes carecem de recursos que permitam este estudo da realidade local. Essa lacuna é resultado, em parte, das limitações relacionada à própria elaboração desses materiais, e das possibilidades de produção e publicação de conhecimento local.

> Assim, é indispensável à disciplina Geografia a articulação do conteúdo programático com aspectos que possibilitem uma construção significativa do conhecimento, o que se pode concretizar na apropriação da categoria lugar no processo de ensino-aprendizagem. [...] Torna-se, assim, um desafio para os profissionais da educação inserir de forma sistematizada conteúdos do cotidiano nas atividades escolares, ultrapassando a exploração dos conhecimentos prévios dos estudantes e da sua própria experiência (Oliveira; *et al*, 2017, p. 116).

A P4 também ressalta a dificuldade em encontrar materiais que versam sobre a realidade local desses municípios. Nas suas palavras,

> Você não encontra nada assim, você vai ter que ler a tese de alguém, não existe um livro, entendeu? Você tem que procurar ali nas teses, dos professores que escreveram alguma coisa e tal, pra você tirar alguma coisa para você estar passando para os alunos. [...] Desde que eu estava na faculdade eu já tinha essa noção, de que a gente procura trabalhar fora e esquece o nosso local aqui, até o estado não tem essa preocupação.

A fala da P4 reforça a importância de se pensar em materiais que abordem o estudo do local, demonstrando que existe uma dependência de consulta da própria docente em pesquisas acadêmicas para que se possa ter acesso a esses conhecimentos. É preciso pensar em investimentos na produção de conteúdos voltados para as particularidades das pequenas cidades, principalmente, como chama a atenção a docente em seu depoimento, por parte do estado do Paraná em se atentar a tal fato.

Uma aceitável alternativa a essa questão, como discutido em outros momentos, seria a elaboração de atlas escolares municipais, que pode vir a oferecer diferentes possibilidades de compreensão da produção do espaço geográfico local, possibilitando que os professores possuíssem um material que contemplasse de forma mais ampla os elementos do espaço da escala local de seus municípios.

Como corroboram Oliveira *et al* (2017), a elaboração do atlas é um processo complexo, pois precisa reunir conhecimento, técnica e arte. A seleção dos conteúdos a serem abordados deve atender à proposta pedagógica da série ou ciclo para o qual se destina, além de manter a qualidade científica, tanto textual como gráfica. No entanto, seu ganho no processo didático-pedagógico é de suma importância.

> Pensado enquanto recurso didático, podemos refletir sobre um ensino que utilize o atlas não apenas como mais um material escolar, mas lance mão das possibilidades didáticas, tomando-o inclusive protagonista do processo de ensino-aprendizagem. Trata-se da incorporação de uma metodologia inovadora, na qual de coadjuvante o atlas passe igualmente a personagem principal. Sobretudo, se haurido localmente, pois um trajeto do conhecido para o imaginado torna mais significativa a aprendizagem, ou seja, do local para o regional e/ou global retornando para o local, transitando nas escalas geográficas (Oliveira; *et al*, 2017, p. 116).

É de grande apoio, assim, a inserção dos atlas municipais para auxiliar o docente nesse estudo do espaço local. Como ainda destacam os autores, este material pode trazer conteúdos específicos, complementando e oferecendo possibilidades de inovação nas práticas pedagógicas. Contudo, esta inovação depende da concepção teórico-metodológica do docente, que poderá partir da categoria lugar “[...] para explorar os elementos, as relações e interrelações do local, o que consideramos ideal, ao se beneficiar dos conhecimentos pré-elaborados pelos alunos, para posterior geografização dos mesmos” (Oliveira; *et al*, 2017, p. 118).

Ao fazer uso dos atlas escolares municipais, há então a possibilidade de os professores utilizarem desses conhecimentos prévios dos educandos, permitindo uma "geografização" desses conhecimentos, utilizando do termo colocado pelos autores citados. Assim, os Atlas podem relacionar os conteúdos curriculares à realidade dos alunos, de modo a estimular uma compreensão mais crítica e engajada do espaço em que vivem.

Em sequência à entrevista realizada, indagou-se aos professores como estes acreditam que o estudo da cidade e da realidade local pode contribuir na formação dos educandos[33]. A P1 salienta que existe uma dificuldade de compreensão do espaço geográfico por parte nos alunos, no qual muitos deles não chegaram a conhecer nenhum outro município para além de Peabiru.

> Eles têm uma dificuldade muito grande porque a maior parte nem saiu às vezes de Peabiru né. Então eu tenho uma dificuldade muito grande em explicar o que que é um município, o que que é um estado, um país, continente... E essa é uma das coisas que eu tô tentando sanar em praticamente todas as turmas (Professora 01).

O depoimento da docente demonstra que ainda existe uma dificuldade basilar dos educandos na compreensão das diferentes escalas de análise geográficas. Como realizar um trabalho com o espaço local sem antes os alunos compreenderem conceitos como município, cidade, estado, país, etc.? Decorre daí a importância de um trabalho que perpasse por essas diferentes escalas, conhecimento pois que é essencial para a construção de uma visão mais ampla e integrada do espaço geográfico, que permita que os estudantes contextualizem o espaço tanto a partir da realidade local como a partir de uma perspectiva global.

A P1 afirma que acredita ser importante o estudo do próprio município nas aulas de Geografia, principalmente para a formação do aluno enquanto cidadão e para uma questão de empregabilidade. No entanto, a docente também destaca que esse estudo do espaço local também pode ser fragilizado pela mobilidade que os alunos acabam exercendo estando em uma pequena cidade, pois muitos acabam se mudando de cidade, e esse estudo pode acabar não tendo influência sob a sua formação. De acordo com a docente,

[33] No roteiro de entrevista: Na sua opinião, de que forma o estudo da cidade e da realidade local pode contribuir na formação dos discentes?

> [...] é legal eles terem um vínculo com a cidade, daí eles vão desvendando, vão aprendendo, mas também tem aluno que tá aqui hoje e outro dia já não tá, então eles não criam esse vínculo, né. Então esse não vai ter influência nenhuma o conhecimento, porque cada dia tá num lugar. Mas como a gente mora em uma cidade pequena, eu acho que função que ele vai exercer na sociedade é importante conhecer o lugar que ele vive, a cidade em que ele vive (Professor 01).

O relato da P1 reconhece a importância do estudo do município para a formação cidadã dos alunos e para a vida em sociedade. Por outro lado, a mobilidade dos estudantes, fenômeno bastante comum em localidades menores, pode impactar a construção desse vínculo com o espaço local de acordo com a docente.

Tal evidência é, de fato, um desafio. No entanto, a Geografia enquanto disciplina cujo um de seus objetivos é a formação para a vida cidadã e partícipe no espaço geográfico, também deve se preocupar com esta realidade, e seu estudo em sala de aula não deve limitar-se apenas para o mundo do trabalho em seu espaço de vivência, mas sim para uma compreensão mais ampla do espaço em um contexto social, cultural, político e assim por diante. Logo, o ensino de Geografia não deve limitar-se apenas às demandas das práticas da vida cotidiana, mas também proporcionar uma base sólida para a compreensão do mundo em sua mais variada complexidade.

O P2 afirma acreditar que é mais fácil compreender o mundo sistêmico das relações socioespaciais partindo do conhecimento da realidade local, pois, segundo o docente, compreender o global exige conhecer e viver o local.

> Essa geração atual de jovens e crianças nasceu no contexto da integração local-global. Para ela é como se tudo tivesse sempre sido assim. Compreender como esse emaranhado se dá, como é esse sistema local-global, é essencial para que essa geração possa sugerir e materializar melhorias que impactarão numa melhor qualidade de vida local para os moradores urbanos e rurais (Professor 02).

Essa compreensão do local-global destacada pelo docente é fundamental para a construção do conhecimento geográfico. E tão importante como compreender conceitualmente estes termos, é, também, entender que os educandos fazem parte desse contexto mais amplo.

> O conceito global a partir da leitura do lugar possibilita ao aluno uma compreensão e análise acerca das influências que a globalização provoca no seu cotidiano. Portanto, levar a discussão da

> cotidianidade como conteúdo de Geografia para alunos do ensino fundamental não se trata de um estudo do lugar como conceito fechado e de resistência a elementos de outros lugares, ao contrário, no lugar se reproduz a totalidade como processo de reprodução ampliada (Pureza; Castellar, 2019, p. 1554).

Assim, a Geografia não deve apenas proporcionar aos estudantes uma análise do espaço local ou do espaço global apenas, mas deve prepará-los para uma compreensão de suas experiências e vivências dentro de uma perspectiva mais ampla. Uma abordagem integrada entre local e global promove uma visão mais abrangente e crítica do mundo em que vivem.

Em continuidade, a P3 enfatiza como os conteúdos aparecem muitas vezes distante da realidade dos educandos e a dificuldade em torná-los interessantes. A docente afirmar que [...] às vezes até a gente não sabe passar para eles de uma forma que eles se interessem. Então aí você tem um trabalho a mais de tentar trazer informações mais locais, mais próximas, que vai despertar o interesse neles de analisar [...] (Professora 03).

A docente evidencia a preocupação em trazer informações locais e próximas para a formação dos educandos, como forma de despertar o interesse dos estudantes por meio de uma análise geográfica. Porém, a professora destaca também uma preocupação em não saber como “passar [...] de uma de uma forma que eles se interessem”.

Tornar os conteúdos atrativos para os educandos e aproximar as temáticas trabalhadas em sala com a realidade dos mesmos é, sem dúvidas, um dos grandes desafios docentes. Deve-se estabelecer um diálogo com a realidade dos estudantes, mas sem perder de vista os conteúdos, métodos e bases conceituais da Geografia, no qual “[...] o professor precisa ouvir e ser ouvido na relação sujeitos-saberes-práticas, em torno dos objetos de estudo, numa práxis didática, dada que a aprendizagem significativa, pelos alunos, ocorre em dialogia com a realidade apreendida” (Nogueira; Carneiro, p. 138).

Por fim, a P4 afirma que é importante o aluno conhecer o seu local e que, ao abordar os conteúdos, os professores acabam tendo que tratar dos aspectos geográficos de outros países, mas que é relevante trazer este estudo também para a escala do município. Nas suas palavras,

> Eu acho que é de extrema importância entender o processo de

> formação ali, relevo, o clima do seu município para ele compreender as outras realidades que existem no mundo além da dele. Existe uma realidade dele ali, não é colocada nos livros, mas existe. Mamborê tem a sua, Iretama, Roncador, cada um dos municípios aqui da Comcam tem a sua especificidade, relevo, clima, solo e tal, e é importante a gente compreender esse contexto para que os alunos tenham ali a cabeça mais aberta para entender outras realidades (Professora 04).

A professora destaca, como se observa, a pertinência de compreender os elementos geográficos específicos do município. Assinala também como compreender as particularidades que cada município possui no processo de ensino, sendo, portanto, essencial para que os educandos possam compreender tanto as diversidades geográficas globais como as locais.

Percebe-se, a partir dos relatos dos docentes participantes da presente pesquisa, que existe uma preocupação em abordar os conhecimentos locais no processo de ensino de aprendizagem, bem como em trabalhar seus respectivos municípios nas aulas de Geografia. O esforço para que esta escala de análise se faça presente nas aulas de Geografia é fundamental, pois é somente a partir destes anseios que se faz possível abordar o espaço local nas escolas, já que, como se pode constatar, os livros didáticos não permitem tal trabalho.

Contudo, apesar dessa preocupação ser destacada nos depoimentos dos professores, tornou-se evidente também que muitas vezes este estudo da escala do município é barrado por questões como a pressão para cumprir uma grande quantidade de conteúdos a serem trabalhados ao longo do ano letivo; pouco tempo dentro da rotina escolar para preparação de aulas e materiais sobre o município; a falta de flexibilidade nos currículos; a ausência de materiais que tratem sobre o assunto, entre outras problemáticas aqui tratadas.

A análise das metodologias utilizadas pelos professores, de suas dificuldades enfrentadas no processo de ensino e da importância do estudo da realidade local revelaram uma série de desafios e possibilidades que permeiam o ensino de Geografia no contexto das pequenas cidades.

Os docentes apresentaram suas diferentes metodologias adotadas pelos para esse trabalho sobre e nas pequenas cidades, como a utilização de dados do IBGE, mapas, análise de imagens de satélite, produção de mapas mentais, entre outras metodologias que demonstram uma preocupação em relacionar os conteúdos geográficos à realidade local dos estudantes.

No entanto, tão importante quanto essas ações dos professores para levar a cidades para as salas de aula, é também destacar que ainda existem limitações estruturais, a permanência de um modelo tradicional do ensino e dos currículos escolares e a falta de recursos adequados que apareceram enquanto obstáculos significativos de acordo com os depoimentos dos docentes. Tratam-se não apenas de obstáculos práticos, mas também, como se pode analisar, lacunas conceituais e metodológicas que trazem implicações diretas ao ensino da Geografia.

A ausência de pontos que conectem os conteúdos mais gerais da Geografia ao estudo do espaço local nos livros didáticos, e ainda a carência de materiais que abordem a realidade das pequenas cidades é um ponto crítico identificado nas falas dos professores, demonstrando que é necessário se pensar em investimentos na produção de conteúdos específicos para estas realidades. A elaboração e distribuição de atlas escolares municipais, ou mesmo regionais, seria uma das possíveis alternativas que supririam estas lacunas, que poderiam promover um maior envolvimento dos alunos no processo de aprendizagem da Geografia.

Ainda, se faz necessário também (re)pensar a parceria entre universidades e escolas, de modo a estabelecer os diálogos que permitam pensar em formas de superar essas dificuldades, e alinhar as teorias e pesquisas produzidas no âmbito acadêmico às ações práticas que ocorrem na realidade escolar.

De acordo com algumas falas dos professores, ainda existe uma dificuldade por parte dos educandos em compreender conceitos geográficos fundamentais, tal como a análise das diferentes escalas. É preciso, pois, um trabalho contínuo na construção de uma base sólida desses conhecimentos, tal como a compreensão dos conceitos do local-global e suas interconexões.

> É necessário considerar que essas crianças e jovens vivem numa sociedade que tem características especificas do tempo e do espaço e numa relação entre global e local que exige a interpretação dos acontecimentos no âmbito de uma escala social de análise, capaz de sustentar as explicações para entender este mundo. A intenção é a de desenvolver nos alunos capacidades de pensar e atuar de modo autônomo, de resolver problemas, estabelecendo suas próprias metas, definindo suas próprias estratégias, trabalhando as informações e constituindo recursos técnicos para atender às suas necessidades (Callai; Cavalcanti; Castellar, 2012, p. 87).

Como corroboram Callai, Cavalcanti e Castellar (2012), a prática de ensino de Geografia, tem se orientado, nas últimas décadas, pela meta de fazer um ensino mais

significativo para os alunos. Assim, busca-se articular os conteúdos da escola com a vida social cotidiana, e as práticas de ensino de Geografia tem, nesse contexto, o papel de promover a formação geral e a construção de interpretações de mundo.

Este estudo do local para o global - ou do global para o local - surge enquanto uma questão essencial para a formação dos estudantes, pois em um mundo em que os elementos da escala global se fazem cada vez mais presentes na vida cotidiana, é de grande relevância considerar como estes fenômenos afetam a vida dos educandos em níveis locais. Sendo assim, o entendimento do contexto sociocultural pode permitir uma melhor compreensão dessa interconexão global-local, e desenvolver a autonomia dos alunos frente aos desafios do mundo contemporâneo.

> É necessário relacionar os meios de comunicação, comércio (produtos) e serviço presentes no local às características do global, não considerando lugar como espaço de relações fixas e lineares, mas o lugar como o espaço de vivência, dinâmico e repleto de influências do global, com isso, tornar compreensível e concreto a heterogeneidade e flexibilidade do lugar, estando em constante reconstrução e marcado pela diversidade gerada por múltiplas ações externas, assim, construir o conceito global não distante do conceito lugar e vice e versa, ainda que sejam conceitos radicalmente diferentes (Pureza; Castellar; 2019, p. 1554).

A ideia de heterogeneidade e flexibilidade destacada pelos autores vale também para a realidade das pequenas cidades. Estas, enquanto parte da rede urbana brasileira, é influenciada por múltiplos fatores externos. Elas não são homogêneas, mas sim repletas de suas especificidades e complexidades, moldadas por uma variedade de fatores, incluindo as influências de um contexto nacional ou global. E, como tal, merecem a atenção dos professores no cotidiano escolar.

A cidade, nesse contexto, pode surgir enquanto possibilidade para trabalhar o cotidiano, o local. A cidade é educadora, como foi destacado em outros momentos, e seu potencial educativo deve ser explorado no ambiente escolar. Logo, ela “[...] não é somente localização, mas é lugar onde se produzem e se reproduzem modos de vida” (Callai; Cavalcanti; Castellar, 2012, p. 88). Incorporar as experiências cotidianas dos educandos no ensino de Geografia surge enquanto uma oportunidade para promover uma aprendizagem mais significativa, estabelecendo as conexões entre os fenômenos do espaço local e as demais escalas geográficas.

Não obstante, tal prática ainda reforça o exercício da cidadania destes discentes para com seu espaço, reconhecendo-se enquanto sujeitos que possuem o

direito à cidade, e que nela atuam, diariamente, na construção das relações que ali se estabelecem.

> Compreender o mundo, estudando o lugar, ou ‘estudar o lugar para compreender o mundo’ passa a ser a possibilidade de teorizar a partir da realidade local, ou sempre a incorporando nas análises de modo a que os alunos se sintam sujeitos envolvidos naquilo que acontece no lugar, percebendo que a sua forma de agir pode fazer a diferença. Nesse sentido, construir a cidadania vai além dos objetivos apresentados nos planos curriculares, pois é parte do trabalho que acontece no cotidiano da escola (Callai; Cavalcanti; Castellar, 2012, p. 98).

Apesar de aqui se reforçar a importância do estudo da realidade local, principalmente no que se refere às pequenas cidades, ressalta-se que não se trata apenas de uma necessidade exclusiva do contexto desses espaços. Essa questão foi problematizada neste trabalho pois são esses os espaços que acabam sendo negligenciados ou mesmo esquecidos no âmbito acadêmico e/ou educacional.

Portanto, este entendimento das dinâmicas e características da rede urbana como um todo deve ser compreendida por estudantes das diferentes realidades urbanas, desde as pequenas cidades às metrópoles. Trata-se, pois, do desenvolvimento de uma consciência geográfica que perpasse por essas diferentes escalas, preparando os alunos para interpretar e contribuir efetivamente na sua leitura do espaço geográfico enquanto cidadão desses espaços.

De modo geral, a análise das entrevistas dos professores revela uma série de pontos que podem ser pensados para a formulação de estratégias didáticas para o contexto das pequenas cidades. Tais pontos abarcam a necessidade de inclusão do estudo da realidade das mesmas nos currículos escolares, a importância do diálogo entre a universidade e as escolas, e a elaboração e inclusão de materiais didáticos que atendam às particularidades locais ou regionais.

Ao superar, ou mesmo minimizar alguns dos desafios identificados, é possível fortalecer uma educação geográfica mais significativa, que prepare os alunos não apenas para compreender seu entorno imediato, mas também em atuar enquanto um cidadão partícipe de um mundo cada vez mais complexo e multifacetado pelas relações que nele se estabelecem.

Como se observou também nos questionários aplicados aos alunos, a maior parcela destes expressou um reconhecimento positivo da relevância em aprender sobre o local em que vivem. Tal posicionamento dos educandos também reflete uma

percepção positiva sobre a contribuição que a Geografia possui na compreensão do espaço geográfico e das interações nele existentes.

Por meio dos depoimentos de alunos e professores é evidente que o estudo da realidade do local e das pequenas cidades nas aulas de Geografia se torna de grande relevância para a formação dos alunos, contribuindo para sua compreensão do espaço, identidade e cidadania. Não obstante, o desafio reside na superação de algumas das problemáticas que aqui foram levantadas, que demandam um esforço conjunto de professores e pesquisadores para a promoção de práticas de ensino que tornem este aprendizado mais significativo e contextualizado.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada teve como objetivo contribuir para o ensino da Geografia Urbana na Educação Básica considerando as particularidades das pequenas cidades. Buscou-se, por meio da coleta de dados e das percepções de alunos e professores residentes nessas localidades, uma compreensão mais aprofundada dos aspectos específicos do processo de ensino e aprendizagem da Geografia escolar nesses espaços.

Este estudo almejou não apenas identificar desafios e as oportunidades que caracterizam o ensino da Geografia no contexto das pequenas cidades, mas também contribuir para o desenvolvimento de abordagens didático-pedagógicas mais significativas. Ao investigar as percepções de alunos e professores residentes nessas localidades, buscou-se não apenas compreender os desafios inseridos no contexto das pequenas cidades, mas também reconhecer suas especificidades que moldam o ambiente de aprendizagem dos educandos.

A tese foi fundamentada pelo método dialético, caracterizado, principalmente, pelo confronto de ideias. Nesse contexto, o pensamento elaborado durante a investigação foi submetido a um constante processo de confrontação das ideias com novas perspectivas, buscando a superação do senso comum e da simples aparência dos objetos.

Ao adotar o método dialético, foi possível examinar criticamente os nuances e a complexidade e existente no contexto geográfico local em sua relação com o ensino de Geografia, indo além de uma simples descrição das pequenas cidades e de sua inserção no ensino, mas analisando e confrontando as ideias e preceitos existentes por trás dos estudos destas realidades espaciais.

Para alcançar uma realização efetiva dos objetivos da pesquisa, o presente estudo adotou uma abordagem metodológica que envolveu pesquisas bibliográficas em materiais e fontes diversas pertinentes à temática das pequenas cidades e ao ensino de Geografia. Os procedimentos abrangeram levantamentos de produções acadêmicas que tiveram as pequenas cidades enquanto objeto de pesquisa, assim como a análise de documentos como a Base Nacional Comum Curricular, Referencial Curricular do Paraná e o Currículo do Estado do Paraná.

Também foi realizada uma análise de livros didáticos para observar se estes traziam alguma possibilidade de relacionar as diferentes escalas geográficas de

análise, ou se abordavam, em algum momento, as pequenas cidades no contexto da ampla rede urbana brasileira.

A coleta destes dados bibliográficos e a análise dos currículos e livros didáticos proporcionou uma base sólida para a análise crítica e a interpretação da presença das pequenas cidades no ensino de Geografia, bem como os desafios e oportunidades existentes nesse contexto. Foi possível, portanto, averiguar se a realidade urbana local está ou não contemplada nestes documentos.

Conforme evidenciado pela pesquisa, constata-se que a inserção dessa temática nos documentos analisados ainda é incipiente, revelando que existem consideráveis lacunas a serem preenchidas. A identificação dessas lacunas, conforme evidenciado ao longo do presente estudo, não apenas destaca a necessidade em abordar o estudo da realidade local nos documentos examinados, mas também ressalta a relevância de futuras investigações e esforços no sentido de aprofundar as pesquisas sobre essa temática no âmbito do ensino de Geografia.

Para dar início à pesquisa, partiu-se de algumas questões e pressupostos que direcionaram e encaminharam os estudos realizados, tais como: as pequenas cidades possuem um espaço nas aulas de Geografia? Os municípios estudados possuem um material próprio que aborde as especificidades dessas realidades? Qual é a abordagem dos professores das escolas selecionadas em relação ao ensino das pequenas cidades e à incorporação de sua realidade nas aulas? Como os estudantes percebem suas cidades e de que maneira se relacionam com elas? Qual é o potencial dos conteúdos sobre cidades, especialmente as pequenas, no contexto de uma Geografia voltada para a construção da cidadania?

Estes questionamentos nortearam a presente pesquisa, e, junto à contribuição dos professores e alunos que participaram das entrevistas e questionários, tornando possível avançar nos estudos sobre a Geografia Urbana, especialmente no que se refere às pequenas cidades e seu ensino nas aulas de Geografia em escolas de nível fundamental e médio. Tal esforço revelou-se ainda mais significativo considerando que a produção acadêmica sobre o tema é ainda pouco explorada, como se pode evidenciar.

Em um primeiro momento, o objetivo foi de entender, conceitualmente, o que é uma pequena cidade, considerando que não existe uma definição única ou consensual acerca do que define uma cidade enquanto pequena. Somado a tal

desafio, ainda é possível considerar que são recentes as produções científicas que abordem as pequenas cidades.

Destacou-se que a definição de uma cidade enquanto pequena não se deve apenas aos aspectos quantitativos, sendo preciso, pois, considerar sua inserção em uma rede urbana ou região para melhor entender seu papel, suas áreas de influência, integrações internas e externas às redes, dentre outros aspectos que devem ser levados em consideração. Ainda que muitas vezes invisível aos olhos de muitos, as pequenas cidades também fazem parte de um todo do urbano, e como tal, merecem ter suas particularidades estudadas, tanto nas pesquisas acadêmicas como nas salas de aula.

Ao analisar a produção acadêmica das pequenas cidades nas pesquisas de mestrado e doutorado, pode-se concluir que a abordagem dessas realidades no meio acadêmico revela a diversidade e a complexidade desses espaços, no qual é necessário um olhar geográfico diferenciado para compreendê-las em suas diversas dimensões. As pesquisas examinadas evidenciam que as pequenas cidades são analisadas sob diferentes temas, perspectivas e métodos. A diversidade desses estudos reflete a relevância de considerar as particularidades de cada pequena cidade.

Se torna essencial, portanto, a continuação dessas investigações acadêmicas sobre as pequenas cidades no contexto da rede urbana brasileira, de modo que se aprofunde as análises de suas dinâmicas para a compreensão da totalidade da realidade urbana do país. Além disso, buscou-se evidenciar que tão importante como a inclusão dessas realidades nas pesquisas acadêmicas é, também, sua inserção no processo de ensino e aprendizagem da Geografia, pois pode proporcionar aos educandos uma visão mais abrangente do espaço geográfico em que vivem.

Defendeu-se que o estudo das pequenas cidades desempenha um papel de grande relevância na formação dos estudantes e na construção de uma consciência espacial e cidadã. Essa compreensão do espaço local, de suas especificidades e interações com outras escalas e contextos contribui não apenas para o entendimento da realidade dos discentes, mas também para aquilo que é o objetivo da Geografia enquanto disciplina: desenvolvimento de um o pensamento geográfico e cidadão.

É fundamental superar o ensino da realidade urbana do país com o foco exclusivo nas grandes metrópoles, e passar, portanto, a integrar outros espaços, tais como o das pequenas cidades, nas discussões geográficas nas salas de aula. Além

disso, se ressaltou que o estudo das pequenas cidades não deve se destinar apenas aos alunos que vivem nessas localidades, mas que todos os alunos possam compreender a complexidade da rede urbana e suas diversas formas de organização do espaço.

Ao tratar sobre a inserção das pequenas cidades e da realidade local nos currículos e documentos norteadores do ensino, foi possível realizar algumas inferências. No que se refere à BNCC, não há menção explícita às pequenas cidades no documento, pois esta não traz os conteúdos a serem trabalhados em cada série da Educação Básica, apenas os objetos de conhecimento e as habilidades a serem desenvolvidas. Contudo, o documento destaca a importância do estudo das diferentes escalas de análise e a importância de explorar o espaço de vivência dos alunos para alcançar o desenvolvimento do raciocínio geográfico.

Em relação ao Referencial Curricular do Paraná e ao Currículo da Rede Estadual Paranaense, não houve menções específicas às pequenas cidades nestes, e os documentos foram construídos enquanto complemento ao que é colocado pela BNCC.

Ressalta-se que o ensino de Geografia não deve se restringir totalmente aos conteúdos previstos em documentos como o Crep e a BNCC, pois se deve incentivar os professores a incorporarem elementos específicos de suas realidades locais. O planejamento curricular deve ser uma construção conjunta, atento às demandas e características de cada contexto educacional.

Ao analisar se havia alguma menção às pequenas cidades em alguns dos livros didáticos analisados no presente estudo, constatou-se que também é incipiente tal discussão nestes materiais. Verificou-se que ainda existe uma lacuna significativa no que diz respeito à abordagem das pequenas cidades no qual os livros analisados tiveram um enfoque maior nas grandes cidades e metrópoles brasileiras. Essa visão colocada nos materiais examinados, como salientado anteriormente, pode limitar a compreensão dos estudantes sobre a diversidade do espaço urbano do país.

A comprovação de que as pequenas cidades são tratadas de forma indireta, muitas vezes através de exercícios ou sob trechos que abordam a diversidade urbana de forma bastante sintética, chama atenção ao fato de que é preciso uma maior reflexão sobre a representatividade das diferentes escalas de análise nos materiais didáticos.

Como buscou-se defender, é imperativo que os professores possam ir além dos materiais disponíveis sempre que possível. Contudo, é sabido que os docentes, em sua maioria, encontram-se em um contexto no qual a realidade educacional impõe uma carga de trabalho excessiva aos mesmos, tanto em sala de aula quanto em termos de responsabilidades extracurriculares. Todavia, é de suma importância incorporar as particularidades locais, incluindo as pequenas cidades no processo de ensino para construir uma Geografia mais próxima da realidade dos estudantes. Espera-se que as dificuldades assinaladas neste trabalho possam contribuir para superá-las.

Uma das possibilidades que se observou nessa tentativa de ir além dos conteúdos colocados pelos livros didáticos, foi o estudo de caso dos materiais produzidos pelos professores no PDE. Contatou-se que a realidade local em pequenas cidades foi contemplada de formas diversas pelos professores que desenvolveram seus projetos no programa, demonstrando que existem inúmeras formas e metodologias de abordar essas realidades nas aulas de Geografia. Prosseguir com políticas de formação continuada como foi esse programa é fundamental.

Enquanto os livros didáticos silenciam ou quase não abordam sobre as pequenas cidades, o levantamento dos materiais do PDE sistematizado neste trabalho mostrou a diversidade de possibilidades criadas pelos professores que atuam diretamente nas escolas, revelando como é possível ir além dos livros e dos currículos escolares que pouco sinalizam a respeito da temática.

A análise dos materiais do PDE revelou a diversidade de possibilidades desenvolvidas pelos professores que estão na linha de frente das escolas. Evidencia-se, dessa forma, as potencialidades de transcender os limites impostos pelos livros e pelos currículos escolares, que, como se pode depreender das análises realizadas, muitas vezes negligenciam a relevância dessa temática.

Verificou-se que existe uma necessidade de inserir as pequenas cidades no contexto do meio escolar. Se o objetivo da pesquisa era entender se as pequenas cidades possuem ou não um espaço no ensino de Geografia, era preciso também compreender o que alunos e professores pensam a respeito da temática.

Nesse sentido, a utilização de questionários e a realização de entrevistas foram utilizados buscando a compreensão das opiniões e concepções dos discentes e docentes que participaram da pesquisa nos municípios de Peabiru e de Mamborê. A

coleta desses dados proporcionou uma visão mais ampla sobre como as pequenas cidades têm sido abordadas nas salas de aula, bem como elucidou as percepções dos educandos acerca de seu espaço cotidiano e sua inserção no ensino da Geografia escolar.

Por meio dos 151 questionários aplicados aos educandos, se pode constatar algumas de suas opiniões acerca de suas cidades. Ficou nítido uma dualidade de respostas sobre as percepções dos educandos em relação à Peabiru e Mamborê, no qual apontaram tanto os pontos positivos, como a tranquilidade, segurança, encurtamento das distâncias, entre outros tópicos, assim como as preocupações com oportunidades de emprego, atividades recreativas e eventos, problemas de infraestrutura urbana e outros.

Essa ambivalência sugere que, embora existam aspectos que contribuem para uma experiência positiva na cidade, há desafios a serem enfrentados para melhor atender às demandas dos jovens em suas cidades. A preferência pela cidade pequena é evidente em algumas respostas, com uma grande parte dos educandos ressaltando que a redução de distâncias entre os lugares e o ritmo de vida mais calmo os agrada.

Contudo, é notável que, em ambos os municípios investigados, que a falta de atividades de entretenimento é apontada enquanto um aspecto negativo, demonstrando que existe uma imperativa necessidade de investimentos públicos no sentido de atender a alguns dos anseios dessa camada da população.

No caso de Mamborê, a valorização de espaços públicos, como praças e áreas de lazer, evidencia a importância do ambiente urbano nas vivências desses educandos. No entanto, os desafios socioeconômicos, como a falta de oportunidades de emprego e de estudo, assim como a falta de opções de recreações e a ausência de privacidade entre os moradores, surgiram enquanto algumas das principais preocupações.

Em Peabiru, houve uma predominância de percepções positivas, tais como a tranquilidade e a proximidade entre locais como fatores atrativos. A valorização da segurança e a construção dos laços criados nesses espaços ressaltam também alguns desses aspectos positivos. Entretanto, a falta de atividades de lazer, de oportunidades de emprego, bem como desafios relacionados à infraestrutura urbana demonstra algumas das fragilidades na visão dos estudantes.

Por meio das respostas e contribuições dos alunos das diversas turmas e idades, é possível inferir que é *mister* a continuidade de investigações dessas

realidades urbanas, para que assim as possíveis intervenções públicas possam ser direcionadas para fortalecer as dinâmicas urbanas em pequenas cidades. Tais espaços precisam de um maior número de pesquisas que investiguem suas realidades e desafios que possuem ao estarem inseridas na complexidade da rede urbana brasileira.

No que se refere ao debate do ensino sobre as pequenas cidades, constata-se que ambos os municípios enfrentam desafios comuns em relação à percepção dos alunos sobre a importância do estudo geográfico de suas cidades. Em alguns casos que foram destacados, a visão de que cidades pequenas não oferecem conteúdos relevantes a serem estudados pode limitar a compreensão dos estudantes sobre o espaço em que vivem.

Decorre daí a relevância de pensar as potencialidades das pequenas cidades, de modo que estas não estejam dissociadas dos fenômenos globais ou nacionais, demonstrando, por meio das pesquisas acadêmicas e do aprendizado das mesmas nas salas de aulas, que estas realidades são necessárias para a compreensão do urbano como um todo.

O vínculo entre os conteúdos geográficos e a realidade cotidiana emergiu enquanto um elemento essencial nas análises realizadas. Não cabe mais à Geografia o rótulo de uma disciplina descritiva, mnemônica. A Geografia deve ser capaz de potencializar a compreensão das dinâmicas sociais, econômicas e ambientais que moldam o espaço em que vivemos e que estabelecemos nossas relações diariamente. Inserir este local de vivências nas aulas ressalta a um elemento primordial que deve ser inserido para a formação de cidadãos conscientes das relações que estabelecem no espaço geográfico.

A Geografia pode, nesse sentido, capacitar os alunos a analisar criticamente as interações entre a sociedade e o seu meio, de modo a promover uma visão integrada do espaço nas diferentes escalas geográficas, seja do local para o global, ou vice-versa. Alguns dos preceitos elencados por Cavalcanti (2006; 2011; 2013; 2019) ao longo da presente pesquisa destacam a pertinência de problematizar a vida cotidiana dos alunos, e ainda de apresentar contribuições da Geografia para a compreensão desses problemas, de modo de que promova uma educação geográfica. E a cidade tem um papel fundamental nesse processo, pois esta pode ser educativa, possibilitando o desenvolvimento de uma consciência espacial e cidadã dos estudantes da Educação Básica.

Diante dos desafios identificados, sugere-se a necessidade de estratégias didáticas que contemplem este estudo do local, partindo da própria realidade urbana enquanto possível ponto de partida para a conexão com outras escalas ou conteúdos geográficos. As próprias experiências dos projetos do PDE relatas sugerem que metodologias como as aulas de campo, uso de tecnologias, fotografias e práticas que explorem o espaço urbano local podem ser de grande relevância no processo educacional.

Com o objetivo de aprofundar a compreensão das possibilidades e potencialidades referentes ao ensino em pequenas cidades, assim como para entender como essas práticas escolares vem acontecendo nesses contextos, foram conduzidas entrevistas com quatro docentes. O intuito foi investigar de maneira mais aprofundada o papel dos professores ao tratarem os temas locais e as estratégias adotadas para envolver os alunos com a realidade local.

As entrevistas contribuíram para uma análise mais ampla das dinâmicas educacionais nas pequenas cidades, assim como entender os desafios que ainda permeiam o ensino de Geografia nesses espaços. As experiências e perspectivas dos professores demonstraram que existe uma complexa interação entre as práticas nas salas de aulas, as exigências curriculares e as demandas específicas das pequenas cidades.

Existe, como se pode observar nos depoimentos dos docentes, os esforços para relacionar os conteúdos com a realidade das pequenas cidades. Contudo, as dificuldades que permeiam o ensino de Geografia sobre e nas pequenas cidades ainda é considerável. Há uma pressão pelo cumprimento dos conteúdos do ano letivo; uma rigidez burocrática do sistema educacional e a falta de materiais específicos sobre as localidades que dificultam este trabalho.

Os professores apontaram as lacunas existentes no que se refere à presença de conteúdos relacionados ao espaço local nos materiais adotados, o que os leva a criar ou adaptar atividades por conta própria. No entanto, a rotina da sala de aula também é um fator que pode acabar inibindo os docentes de buscarem a inserção dessa temática nas aulas, assim como a falta de flexibilidade do currículo escolar quanto aos conteúdos a serem lecionados.

É necessário, portanto, repensar as políticas educacionais em curso para que se possa discutir formas de flexibilizar a organização curricular das escolas, bem como

permitir o trabalho docente com materiais que tratem sobre a realidade local e/ou regional nas salas de aula.

A valorização do conhecimento prévio dos alunos, a elaboração e incorporação de atlas escolares municipais, a busca por recursos que abordem o espaço local e as relações de parceria entre universidade e escolas são algumas das estratégias destacadas enquanto potenciais caminhos para superar essas dificuldades e limitações que fazem parte do cotidiano escolar nas pequenas cidades.

O espaço geográfico marcado por suas variadas escalas e complexidades, exige, nos dias atuais, abordagens didáticas que vão além da mera transmissão ou memorização de conteúdos isolados. A compreensão do local enquanto parte integrante do global, bem como a disposição de analisar criticamente essas relações que se dão no espaço, são preceitos fundamentais a serem desenvolvidos no ensino de Geografia.

Ao se reconhecer a cidade enquanto um espaço educador, é necessário não perder de vista a relevância de articular o ensino da Geografia e de promover a cidadania por meio dos conhecimentos geográficos. A formação cidadã, nesse contexto, não se restringe apenas aos conteúdos curriculares, mas faz parte também do cotidiano, das vivências dos educandos, de modo que se permita integrar estes conhecimentos aos saberes da ciência geográfica e permitir que os estudantes desenvolvam uma consciência crítica de sua participação na construção do espaço urbano.

A ausência de materiais didáticos sobre as pequenas cidades no processo de ensino-aprendizagem representa um dos grandes desafios para esse cenário, e os professores possuem um importante papel na superação desses entraves. Entretanto, isso só pode ser conquistado a partir de uma formação sólida dos docentes, que lhes permita estabelecer as conexões entre diferentes escalas geográficas e assim integrar o estudo das pequenas cidades em suas práticas.

Ressalta-se que esta não é uma responsabilidade exclusiva dos professores. A integração entre teoria e prática, o entendimento das escalas geográficas e as diversas realidades da rede urbana, a valorização do conhecimento local, o diálogo entre o meio acadêmico e o ambiente escolar e a promoção de uma educação geográfica crítica são elementos essenciais para enfrentar estes desafios e potencializar as oportunidades de um ensino da Geografia voltado para o desenvolvimento de uma consciência espacial-cidadã.

O objetivo não é apenas conhecer a realidade local, mas sim desenvolver uma visão crítica acerca do espaço geográfico, tanto do seu espaço mais imediato como também dos fenômenos que ocorrem em outras escalas. É preciso fortalecer uma Geografia que permita aos educandos se reconhecerem como cidadãos ativos do seu meio, que sejam capazes de compreender, questionar e transformar o ambiente em que vivem.

A presente pesquisa representou um grande desafio ao relacionar a temática das pequenas cidades e o ensino de Geografia. Apesar de recentemente as pequenas cidades ganharem um espaço nas discussões acadêmicas, havendo pesquisadores, eventos, congressos, grupos de estudos e outros meios de investigar e socializar o conhecimento acerca dessas realidades, ainda é incipiente o número de trabalhos que tratem especificamente sobre a inserção dessas no ensino e aprendizado da Geografia escolar.

Partir de um tema cuja produção científica ainda é escassa, é, certamente, um desafio instigante, mas foi, ao mesmo tempo, uma experiência enriquecedora, pois permitiu a expansão desses conhecimentos, tanto no campo da Geografia escolar, como da própria Geografia Urbana. É preciso avançar nesses debates, outras produções científicas podem ser realizadas no esforço de dar continuidade à temática aqui proposta.

Análises mais aprofundadas acerca do ensino de Geografia nas pequenas cidades e de outros possíveis temas que podem ser desmembrados a partir dessa temática, permitirão não apenas compreender as particularidades desses espaços, mas também estabelecer as relações entre a Geografia e a vivência cotidiana dos estudantes. Assim, se torna possível não apenas enriquecer a compreensão acadêmica sobre as dinâmicas das pequenas cidades, mas também promover um ensino de Geografia voltado para a compreensão do espaço geográfico na sua totalidade, reconhecendo a diversidade de realidades urbanas que o compõem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriano Pereira. **A especialização industrial metalmecânica e as transformações espaciais em Assaí-PR**. 2011. 197 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

ALMEIDA, Renata Maria. **Imagens do livro didático de geografia:** representações do espaço geográfico. 2013. 168 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2013.

ALVES, Larissa de Mattos. **Turismo e suas implicações em municípios de pequeno porte demográfico da região turística noroeste do Paraná**. 2018. 303 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

ANDRADE, Áurea Andrade Viana. **Poder, estado e capital nos processos des-re-territorialização no campo na microrregião geográfica de Campo Mourão-PR**. 2013. 310 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

ASALIN, Gilmar Aparecido**. Gênese e dinâmica de três cidades na rede urbana de Maringá:** Paranavaí, Nova Esperança e Nova Aliança do Ivaí. 2015. 305 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. **A pequena cidade nas teias da aldeia global:** relações e especificidades sócio-políticas nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara – MG. 2008. 411 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

BACKSCHAT, Tânia Mara da Silva. **Território-usado e saúde em pequenas cidades**. 2015. 160 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

BADO, Sandra Regina de lima. **Desafios da geografia**: a cidade como conteúdo escolar no ensino médio. 2009. 164 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre,2009.

BARBOSA, Maria Edivani Silva. A Geografia na Escola: Espaço, Tempo e Possibilidades. **Revista de Ensino de Geografia**, Uberlândia, v. 7, n. 12, p. 82-113, jan./jun. 2016.

BATISTA, Marinalva dos Reis. **Inserções e interações espaciais das pequenas localidades na região metropolitana de Maringá – PR**. 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

BECKER, Elsbeth Leia Spode. A Geografia e o método dialético. **Vidya**, v. 25, n. 2, p. 51-58, jul/dez, 2005, Santa Maria, 2007.

BELL, D.; JAYNE, M. Small Cities Towards a Research Agenda. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 33, n. 3, p. 683–699. 2009.

BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. **Pequenas cidades na região de Catanduva - SP:** papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias. 2004. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

BORGES, Paulo Roberto Santana. **Inserção da Região Centro Ocidental no cenário econômico do Paraná:** atividades industriais. 2015. 462 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

BOVO, Marcos Clair; OLIVEIRA, Michelli Alvares. Centro e centralidade urbana: uma análise da pequena cidade de Peabiru (PR), Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 36, v. 2, p. 04-123, ago./dez. 2014.

BRASIL**. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 12 dez. 2018.

BRASIL**.** Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf> Acesso em: 21 out. 2021.

BRASIL**. Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a Base. Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL**. Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BUENO, Silveira. **Minidicionário da língua portuguesa**. Ed. Para o Ensino Fundamental. São Paulo: FTD, 2000.

CALLAI, Helena Copetti. A Geografia e a escola? Muda a geografia? Muda o ensino? **Terra Livre**, São Paulo, nº 16, p. 133-152, 2001. Disponível em: < http://agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/viewFile/353/335> Acesso em: 5 ago. 2020.

CALLAI, Helena Copetti. *et al*. O ensino de geografia nos trabalhos apresentados no XI ENANPEGE. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege),** v.12, n.18, p.43-55, 2016.

CALLAI, Helena Copetti; CAVALCANTI, Lana de Souza; CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. A cidade, o lugar e o ensino de Geografia: a construção de uma linha de trabalho. *In*: CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella; CAVALCANTI, Lana de Souza; CALLAI, Helena Copetti (Orgs). **Didática da Geografia:** aportes teóricos e metodológicos. São Paulo: Xamã, 2012, Cap. 2.1, p. 87-110.

CALLAI, Helena Copetti; MORAES, Maristela Maria. Educação geográfica, cidadania e cidade. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Edição Especial, p. 82-100, 2017. Disponível em: < https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/4771/2416> Acesso em: 25 Mar. 2020.

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 6, nº 2, p. 179-191, jul./dez. 2013. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1983-82202013000200003&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 11 ago. 2021.

CAPEL, Horacio. Las pequeñas ciudades en la urbanización generalizada y ante la crisis global**. Investigaciones Geográficas**, Boletín del Instituto de Geografía, UNAM, n. 70, p. 7-32, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-46112009000300002> Acesso em: 7 nov. 2019.

CARDOZO, Edna de Nazaré Ribeiro; *et al.* Educação e neoliberalismo em contexto brasileiro: elementos introdutórios a discussão. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 13, 2017, Curitiba. **Anais...** Curitiba: 2017. p. 01-15. Disponível em: < https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25724_12514.pdf> Acesso em: 20 out. 2021.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, nº 4, p. 679-684, out-dez. 2006. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17.pdf> Acesso em: 14 abr. 2019.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 9º ed. São Paulo: Contexto, 2019.

CARNEIRO, Josué. **Da vida no campo à vida na cidade:** transformações socioespaciais no município de Quinta do Sol: 1970-1980-1990. 2010. 142 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

CARNEIRO, Sonia Maria Marchiorato. Importância educacional da geografia. **Educar**. Curitiba, n. 09, p.121-125. 1993.

CARVALHO, Cintia Silvia. **Espacialidades em esvaziamento demográfico da mesorregião Noroeste Paranaense e a oferta de serviços públicos**. 2016. 181 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. Para entender a necessidade de práticas prazerosas no ensino de geografia na pós-modernidade. *In*: REGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; KAERCHER, Nestor André (Orgs). **Geografia:** práticas pedagógicas para o ensino médio. Porto Alegre: Artmed, 2007. Cap. 2, p. 35-47.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Aprender sobre a cidade: a geografia urbana brasileira e a formação de jovens escolares. **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial, EGAL, p.01-18, Año 2011. Disponível em: < https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2900> Acesso em 15 nov. 2019.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Bases Teórico-Metodológicas da Geografia: uma referência para a formação e a prática de ensino. In: CAVALCANTI, Lana de Souza (Org.). **Formação de professores**: concepções e práticas em Geografia. Goiânia: Editora Vieira, 2006.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Ensino de Geografia e cenários urbanos cotidianos: laboratórios para o desenvolvimento do pensamento geográfico. **Punto Sur**, n. 1, p. 122-143, jul./dez. 2019.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Jovens escolares e a cidade: concepções e práticas espaciais urbanas cotidianas. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 35, Volume Especial, p. 74-86, 2013. Disponível em: < http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/2171/2611> Acesso em 15 nov. 2019.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

COPATI, Carina. Livro didático de geografia: da produção ao uso em sala de aula. **Élisée, Revista de Geografia da UEG**, Porangatu, v.6, n.2, p.74-93, jul./dez. 2017. Disponível em: < https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/6634> Acesso em: 12 abr. 2021.

CORNELI, Vanessa Medeiros. **A praça no contexto de pequenas cidades da microrregião de Campo mourão – PR.** 2013. 309 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**. Rio de Janeiro, v.4, n.6, p.43-53, jan-jun. 1999.

COSTA, Fábio R.; ROCHA, Marcio M. Estudo sobre os municípios periféricos na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense. **Geografia**, Londrina, v. 18, n. 2, 2009. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/2482 Acesso em: 26 out. 2021.

COSTA, Fábio Rodrigues. **A noção de municípios periféricos:** contradições e desigualdades no estado do Paraná. 2013. 215 f. Tese (Doutorado em Geografia – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

COSTA, Fábio Rodrigues. SCHEFFER, Milena Ferreira. Avaliação de indicadores sociais no município de Mamborê – PR. **Revista Percurso**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 105- 126. 2017

DELLORE, Cesar Brumini. **Araribá Mais**: Geografia. 7º ano. 1º ed. São Paulo:Editora Moderna, 2018.

DIAS, Franciele Miranda Ferreira. **Pequenas cidades na rede urbana de Ourinhos-SP:** agronegócio e especialização produtiva. 2019. 301 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. 21º ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

ENDLICH, Angela Maria. Na trilha conceitual e de definição das pequenas cidades. *In*: BOVO, Marcos Clair; COSTA, Fábio Rodrigues (org). **Estudos urbanos:** conceitos, definições e debates. Campo Mourão: FECILCAM, 2017. Cap. 02, p. 33-54.

ENDLICH, Angela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no Noroeste do Paraná**. 2006. 505 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2006.

ENDLICH, Angela Maria; FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. Aumento da violência em pequenas cidades, sentimento de insegurança e controle social. *In*: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 13, 2014, Barcelona. **Anais…** Universitat de Barcelona: 2014, p. 01-21.

FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. **Sociabilidade e sentimento de insegurança urbana em pequenas cidades:** o Norte do Paraná. 2012. 261 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. **Um espectro ronda as pequenas cidades:** o aumento da violência e da insegurança objetiva. 2017. 525 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, 2017.

FERNANDES, Pedro Henrique Carvenalli. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. **Revista Eletrônica Geoaraguaia,** Barra do Garças, v.8, n.1, p. 13 - 31. Jan./Jun. 2018.

FIGUEIREDO, Vilma Dominga Monfardini **Pequenos municípios e pequenas cidades do estado do Rio Grande do Sul:** contrastes, perfil do desenvolvimento e de qualidade de vida, 1980-2000. 2008. 265 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2008.

FRANCISCHETT, Mafalda Nesi. **A Cartografia no Ensino de Geografia:** a aprendizagem mediada. 2001. 219 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2001.

FRESCA, Tânia Maria. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator**, Fortaleza, número especial, p. 75 a 81. Dez. 2010. Disponível em: < http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/398> Acesso em: 17 mar. 2020.

FRESCA, Tânia, Maria. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino de Geografia. **Geografia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 27-34, jan./jun. de 2001. Disponível em: < http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/viewFile/10212/9028> Acesso em: 21 nov. 2019.

GABRIEL, Kelton. **Paisagem de Furusato:** desastres naturais e reconstrução de pequenas cidades. 2016. 441 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

GALDINO, Silvana De Jesus; CORREIA, Jocimara Maciel. Transformações do espaço urbano do município de Mamborê-PR. **Revista Mirante**, Anápolis, v. 11, n. 8, dez. 2018.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Quadros geográficos**: uma forma de ver, uma forma de pensar. 1º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

GONÇALVES, Francisco Ednardo. **Cidades pequenas, grandes problemas:** perfil urbano do Agreste Potiguar. 2005. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

GUIMARÃES, Iara Vieira. Ensinar e aprender Geografia na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Ensino Em Re-Vista**, Uberlândia, v.25, nº especial, p.1036-1055, 2018. Disponível em: < http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/46456> Acesso em: 4 nov. 2021.

HAURESKO, Cecilia; FERNANDES, Rafaelly Aparecida Schier. A cidade no ensino de geografia e as possibilidades de uso da teoria das representações sociais. *In*: GOMES, Marquiana de Freitas Vilas Boas; HAURESKO, Cecilia (Orgs). **A cidade na sala de aula:** reflexões e práticas na educação geográfica. Editora Unicentro, Guarapuava: Unicentro, 2022. Cap. 4, p. 63-75.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Brasília, 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2022**. Brasília, 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Localidades**. Brasília, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-

territorio/estrutura-territorial/27385-localidades.html?=&t=o-que-e> Acesso em: 14 nov. 2021.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Cadernos Municipais.** Curitiba, 2022. Disponível em: < https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Cadernos-municipais> Acesso em: 28 mar. 2021.

JAYNE, Mark. *et al*. **The Cultural Economy of Small Cities**. Geography Compass, vol. 4, n. 9, p. 1408–1417. 2010

JESUS, Sandra Lician Sacramento Neves. **Novos conteúdos e morfologias na periferia das cidades pequenas:** urbanização e desigualdades na cidade de Caetité – BA. 2019. 188 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019.

JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades pequenas e indústria:** contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente-SP. 2011. 282 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

KAERCHER. Nestor André. A geografia escolar: gigante de pés de barro comendo pastel de vento num fast food?. **Revista Terra Livre**, Presidente Prudente: AGB. v. 1, n. 28, p. 27-44, 2007

KEGLER, Jonathan Júlio. **O clima de cidades pequenas:** configuração urbano-rural com uso de transectos móveis em Agudo/RS. 2016. 152 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro; BARBOSA, Raoni Borges. Fofocas e rumores no cotidiano do pequeno urbano: a construção e a apresentação do *self* nas sociabilidades urbanas de pequena escala. **Latitude**, n.2, v.14, p. 56-81, ago./dez., 2020. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/6143 Acesso em: 26 nov. 2022.

LACOSTE, Yves. **A Geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra**. São Paulo: Papirus, 1977.

LEÃO, Carla de Souza. **A inserção de pequenas cidades na rede urbana:** o caso das cidades na Região de Governo de Dracena. 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011
.
LEÃO, Carla de Souza. Reflexões sobre o desenvolvimento e as pequenas cidades: análise das cidades de Dracena e Ouro Verde-SP. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, vol.1, n.32, , p.135-153, jan/jun. 2010.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Morais,1991.

LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **Geousp - Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 24, p. 109-123, 2008.

LIMA, Maria das Graças. O êxodo rural da Mesorregião Geográfica Centro Ocidental Paranaense – um processo permanente. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 21, 2012, Uberlândia. **Anais…** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012. p. 01-16.

LOPES, Diva Maria Ferlin. **O conceito de urbano e as cidades de pequeno Porte no semi-árido baiano:** Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio Do Quinto. 2005. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

LOVADINI, Mauricio. **O uso do território e as novas dinâmicas locacionais da indústria:** A implantação da Mercedes-Benz na pequena cidade de Iracemápolis (SP). 2019. 202 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2019.

LUCCI, Elian Alabi; BRANCO, Alselmo Lázaro; FUGII, William. **Geografia**: Território e Sociedade, 7 ano. 1º ed. São Paulo: Saraiva,2018.

MACHADO, Carlos Eduardo. **Pertencimento e mudança:** um estudo sobre temporalidades em um pequeno município brasileiro. 2017. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

MACHADO, Ramom Pereira Machado. **A cidade das grades:** a espetacularização da violência e materialização do medo no espaço urbano de Baixa Grande/BA. 2016. 125 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

MANFIO, Vanessa. **O papel da CAMNPAL na (re) estruturação do espaço urbano de Nova Palma-RS**. 2011. 128 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

MARENGO, Shanti Nitya. **Santo Amaro-BA**: um lugar de muitos lugares. 2015. 421 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

MEDEIROS, Maria Suelly da Silva. **A produção do espaço das pequenas cidades do Seridó Potiguar**. 2005. 154 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

MELO, Nágila Aparecida. **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO):** análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas. 2008. 527 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

MORAES, Antônio Carlos Robert. A contribuição social do ensino de Geografia. *In*: CICLO DE DEBATES E PALESTRAS SOBRE REFORMULAÇÃO CURRICULAR E ENSINO DE GEOGRAFIA, 2002, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Departamento de Ciências Humanas e Integração Social / CAp-UERJ, 2002, p. 08-26.

MORAES, Loçandra Borges. *et al*. O projeto Nós propomos! Goiás: Concepção teórica e metodológica. *In*: OLIVEIRA , Karla Annyelly Teixeira; CAVALCANTI, Lana de Souza, MORAES, Loçandra Borges (Orgs.). **Projeto Nos Propomos! Goiás:** Construção do pensamento geográfico e atuação cidadã. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2022. Capítulo 1, p. 23-42.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, nº 37. p. 7-32, 1999. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf> Acesso em: 6 fev. 2019.

MOREIRA JUNIOR, Orlando. As cidades pequenas como componente curricular para a geografia escolar. **Revista Formação (Online)**, Presidente Prudente, vol. 2, n. 23, p. 20-37. abr/2016. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/download/3956/3350> Acesso em 3 nov. 2020.

MOREIRA JUNIOR, Orlando. **As cidades pequenas na região metropolitana de Campinas-SP:** dinâmica demográfica, papéis urbanos e (re) produção do espaço. 2014. 324 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

MORIGI, Josimari de Brito; BOVO, Marcos Clair; TÖWS, Ricardo Luiz. Processos de formação socioespacial e de produção do espaço urbano de Mamborê (PR) Brasil. **Geo UERJ**, ano 14, n. 23, v. 1, p. 223-243. 2012.

MOURA, Francisco Aracildo; **Parcelamento de terras e expansão urbana na microrregião do agreste potiguar:** loteamentos e especulação imobiliária em Boa Saúde, Lagoa Salgada e Serra Caiada – RN. 2016. 116 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

NASCIMENTO, Edson José. **Contribuições para o ensino de Geografia de Ibiporã/PR.** 2019. 120 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

NOGUEIRA, Valdir; CARNEIRO, Sônia Maria Marchiorato. **Educação geográfica e formação da consciência espacial-cidadã.** Curitiba: Editora UFPR, 2013.

OLIVEIRA, Elias Mendes. **A implantação de grandes indústrias de capitais nacionais e internacionais na cidade pequena de Extrema (MG):** processos, fatores e agentes. 2018. 292 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2018.

OLIVEIRA, Fabio de Souza**. A inserção das pequenas cidades de Sertanópolis e Jataizinho na região metropolitana de Londrina-PR**. 2017. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

OLIVEIRA, Tiago Soares. **Cidade(s) pequena(s) e redes urbanas:** uma análise dos papéis e significados de Jandaia do Sul na rede urbana do norte central paranaense. 2017. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2017.

OLIVEIRA; Ana Isabel Leite. *et al*. Material didático para incursões locais: ampliando possibilidades para a Geografia escolar com o atlas municipal. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, vol. 2, n.2, p. 115-124, 2017.

OWUSU, George. The Role of Small Towns in Regional Development and Poverty Reduction in Ghana. **International Journal of Urban and Regional Research**, vol. 32.2, Jun. 2008, p. 453-472.

PAIVA, Márcio Luis Alves; MARIA JÚNIOR, Martha. O ensino de geografia, a cidade e a construção da cidadania. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 6/7, n. 1, p. 123-140, 2004/2005.

PARANÁ. **Lei Complementar 130 de 14 de Julho de 2010**. Regulamenta o Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, instituído pela Lei Complementar nº 103/2004, que tem como objetivo oferecer Formação Continuada para o Professor da Rede Pública de Ensino do Paraná. Diário Oficial nº. 8262 de 14 de Julho de 2010. Disponível em: < https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=56184&indice=1&totalRegistros=2>. Acesso em: 22 ago. 2021.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Consulta Escolas**. Curitiba, 2023. Disponível em: <http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas-java/pages/templates/initial2.jsf?windowId=aad>. Acesso em: 12 jan. 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo da Rede Estadual Paranaense:** Geografia. Curitiba: Seed, 2019. Disponível em:< https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-05/CREP_geografia_2021_anosfinais.pdf> Acesso em: 15 nov. 2021.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica – GEOGRAFIA**. Curitiba: Seed - PR, 2008. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_geo.pdf> Acesso em: 20 out. 2021.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial Curricular do Paraná:** Princípios, Direitos e Orientações. Curitiba: Seed, 2018. Disponível em: <http://www.referencialcurriculardoparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=18> Acesso em: 12 nov. 2021.

PASSINI Elza Yasuko; CARNEIRO, Sonia Maria Marchiorato; NOGUEIRA, Valdir. Contribuições da alfabetização cartográfica na formação da consciência espacial-cidadã. **Revista Brasileira de Cartografia**, v. 66, n. 4, p. 741-755, 2014.

PEREIRA, Thiago Henrique Valério. **Uma pequena cidade, uma grande relação:** Piraju (SP) e a importância do café. 2013. 180 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2013.

PESSOA, Jomara Dantas. **Dinâmicas de reprodução do comércio e os novos papéis urbanos de pequenas cidades norte-rio-grandense:** um olhar a partir das redes associativistas de supermercados. 2015. 243 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

PINHEIRO, Isadora. LOPES, Claudivan Sanches. A Geografia na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): percursos e perspectivas. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 39, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/45521> Acesso em: 9 out. 2021.

PUREZA, Marcelo Gaudêncio Brito; CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. Compreender o global a partir da construção do conceito de lugar. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO EM GEOGRAFIA, 14, 2019, Campinas. **Anais...** Universidade Estadual de Campinas: 2019, p. 1553-1561.

PYKETT, Jessica. Making citizens in the classroom: an urban geography of citizenship education? **Urban Studies,** v. 46, n. 4, abr. 2009, p. 803-823.

QUEIROZ, Marcos Antonio. **Desafios socioespaciais na região central do Paraná e as iniciativas locais em Nova Tebas:** alcances e limites. 2011. 169 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

RAMOS, Danielle Cristina. **Laranjeiras do Sul como centro de gestão do território da Cantuquiriguaçu no centro-sul paranaense**. 2014. 182 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2014.

RAUBER, Joaquim; TONINI, Ivaine Maria. Livro didático de geografia: pensando as aprendizagens. In: ENCONTRO DE PRÁTICAS DE ENSINO DE GEOGRAFIA DA REGIÃO SUL, 2., 2014, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2014. Disponível em: <http://anaisenpegsul.paginas.ufsc.br> Acesso em: 10 mai. 2021.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Por dentro da Geografia:** 7º ano. 4º ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

ROCHA, Arleto Pereira. **Os caminhos de Peabiru:** história e memória. Maringá: Hellograf, 2017.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?** 3º ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ROMA, Claúdia Marques. **Segregação socioespacial em cidades pequenas.** 2008. 156 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

ROSSATO, Paula Savegnago. **O sistema termodinâmico do clima urbano de Nova Palma, RS:** contribuição ao clima urbano de cidades pequenas. 2010. 121 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

SALVADOR; Diego Salomão Cândido Oliveira. A Geografia e o método dialético. **Sociedade e Território**, Natal, v. 24, nº 1, p. 97 - 114, jan./jun. 2012.

SANT'ANA, Thiago César Frediani. **A cartografia nos estudos das dinâmicas espaciais do município de Cambira-PR.** 2011. 121 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

SANTOS, Cintia Pereira. Sobre a Produção do Espaço Urbano e o Processo de Verticalização no Brasil: algumas considerações. **Caderno Prudentino de Geografia**. n. 32, vol. 1, p.155-175, jan/jun. 2010.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3º ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS; Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

SCHERER, Fabiano Bolzan. **Construção do espaço urbano da pequena cidade:** um estudo sobre São Sepé-RS. 2009. 108 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

SENE, Eustáquio; MOREIRA, João Carlos. **Geografia Geral e doBrasil**: 7º ano. 1º ed. São Paulo: Scipione, 2018.

SILVA, Alexsandro de Oliveira; SAMPAIO, Andrecksa Viana Oliveira; NETO; Dario Barbosa de Souza. Abordagem Ambiental na Perspectiva do Ensino de Geografia no Ensino Médio. **Revista Cocar**, v.15 n.32, 2021, p.1-17. Disponível em: < https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4351> Acesso em: 17 ago. 2021.

SILVA, Ana Kácia Gomes; COELHO, Alex Almeida. Ensino de Geografia ou educação geográfica: metodologias diferenciadas no ensino de Geografia em uma escola da cidade de Eirunepé-AM. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína, v. 8, n. 16, Out-Dez./2019, p. 41-54. Disponível em: < https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia/article/view/7545> Acesso em: 11 out. 2021.

SILVA, André de Paula; AZEVEDO, Sandra de Castro. As cidadespequenas e o ensino de geografia: uma análise a partir do Guia do Programa Nacional do Livro

Didático (PNLD). **Geomae**, Campo Mourão, v.12, nº especial Sinapeq, p.549-564, 2021.

SILVA, Ivaneti Pereira Martins. **Dinâmica populacional e produção do espaço de Campo Mourão – PR** – a espaço temporalidade de um núcleo polarizador. 2008. 167 f. Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008.

SILVA, Paulo Fernando Jurado. **Cidades pequenas e indústria:** contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente-SP. 2011. 285 f. Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

SIQUEIRA, Santiago Alves. A educação geográfica e a cidade: a geografia escolar, o método e o ensino da cidade. **Pesquisar** - Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 324-358, out. 2014. Disponível em: < https://periodicos.ufsc.br/index.php/pesquisar/article/view/66600> Acesso em: 3 nov. 2019.

SOARES, José Roberto Henrique Souza; BATISTA, Eloyze Lorena Gomes; BRAGA, Clézia Aquino. O estudo da cidade através da escola: como a educação influência na construção do urbano. **Revista Rural & Urbano**, Recife. v. 01, n. 01, p. 136-142, 2016.

SOBRINHO, Hugo de Carvalho. A cidade e o ensino de geografia: significação a partir das práticas espaciais cotidianas. **Itinerarius Reflectionis**, v. 14, n. 2, p. 01 - 12. 2018. Disponível em: < https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/53675> Acesso em nov. 2019.

SOUZA, Adalberto Dias. **Novos municípios como espaços sociais e políticos:** implicações do processo de emancipação político administrativa na mesorregião Centro- Ocidental do Paraná. 2016. 316 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia:** contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Geografia**, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 51-62, jan./abr. 2010.

TRENNEPOHL, Vera Lucia; LANG, Maristela Righi; POSSANI, Taíse Neves. A relação entre universidade e escola através da docência compartilhada. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIAS DA ANPUH, 13, 2016, Santa Cruz do Sul. **Anais...** Universidade de Santa Cruz do Sul: 2016, p. 01-11.

VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?. In: INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. **Planejamento e território**: ensaios sobre a desigualdade. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001. p.13-32. Cadernos IPPUR-UFRJ. 2002.

VEIGA, Léia Aparecida. **Jaguapitã-PR:** pequena cidade da rede urbana norte-paranaense especializada na produção industrial de mesas para bilhar. 2007. 235 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

VENDRUSCOLO, Cassiana Elisa. **As relações do espaço urbano do município de Dona Francisca, RS com a região da Quarta Colônia**. 2010. 163 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

VIANA, Gessilda da Silva**. Pequenas Cidades no contexto metropolitano:** o caso da Região Metropolitana de Maringá, Paraná. 2017. 351 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília 2017.

VLACH, Vânia. Papel do ensino de geografia na compreensão de problemas do mundo atual**. Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona, vol. XI, núm. 245, 2007. Disponível em: < http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24563.htm> Acesso em: 14 jul. 2023.

YOUNG, Michael F. D. O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento: o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16 n. 48, set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n48/v16n48a05.pdf> Acesso em: 22 nov. 2021.

YOUNG, Michael F. D. Para que servem as escolas? **Educação e Sociedade**.,Campinas, vol. 28, n. 101, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a0228101.pdf> Acesso em: 22 nov. 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A: MODELO DE ROTEIRO DE ENTREVISTA COM DOCENTES

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PGE

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSORES

Pesquisa: "A Geografia Urbana enquanto possibilidade para a educação geográfica: o potencial educativo das pequenas cidades"
Doutorando: Lucas da Silva Salmeron
Profª Orientadora: Drª Angela Maria Endlich

- Em qual instituição de ensino você se formou, e há quanto tempo leciona enquanto professor(a) de Geografia?
- Comente um pouco sobre sua formação enquanto docente, e sobre suas motivações em atuar como professor(a) desta disciplina.
- Você trabalha com a escala local e os acontecimentos do cotidiano dos educandos em suas aulas? Se sim, como este trabalho é realizado?
- O livro didático atualmente adotado, contempla de alguma forma este estudo da realidade local dos alunos? Existem materiais na escola que permitem trabalhar com os aspectos locais do seu município?
- Você aborda a cidade dos educandos durante as aulas de Geografia? Se sim, de quais formas ou quais as metodologias utilizadas para se estudar a realidade local?
- Quais seriam, na sua perspectiva, as principais dificuldades encontradas para se trabalhar com a realidade local nas salas de aula? E como você acredita que estas dificuldades poderiam ser sanadas ou mesmo minimizadas?
- Na sua opinião, de que forma o estudo da cidade e da realidade local pode contribuir na formação dos discentes?

APÊNDICE B: MODELO DE QUESTIONÁRIO COM ALUNOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PGE

Caros estudantes:

Meu nome é Lucas Salmeron e estou realizando pesquisa de doutorado intitulada: "A Geografia Urbana enquanto possibilidade para a educação geográfica: o potencial educativo das pequenas cidades", junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá, para a qual venho solicitar sua importante colaboração preenchendo o questionário a seguir. Informo que a pesquisa tem o aval do Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres humanos – COPEP/UEM e que ***os dados coletados serão usados exclusivamente para os efeitos da referida pesquisa com a garantia do anonimato.***

Nome: _____

Escola:_____

Data: _____/_____/_____ **Série e turma**:_____

1. Qual sua idade? _____

2. Em qual cidade você nasceu?

_____

3. Você gosta da cidade que você habita?

SIM ( ) NÃO ( )

Justifique:

_____
_____
_____
_____

4. Cite um ou mais aspecto(s) positivo a respeito da cidade que você habita:

_____
_____
_____

5. Cite um ou mais aspecto(s) negativo a respeito da cidade que você habita:

_____
_____
_____

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PGE

6. Você já estudou a respeito da sua cidade nas aulas de Geografia ou nas demais disciplinas? Se sim, o que você estudou sobre a sua cidade?

_____
_____
_____
_____

7. Como você avalia seu grau de interesse pelos conteúdos trabalhados na Geografia?

( ) Muito alto; ( ) Alto; ( ) Médio; ( ) Baixo; ( ) Muito baixo.

8. Você considera que estudar Geografia é importante?
( ) SIM ( ) NÃO

Por que?

_____
_____
_____
_____

9. Na sua opinião, qual a importância de estudar sobre a sua cidade nas aulas de Geografia?

_____
_____
_____
_____

ANEXOS

ANEXO A: PARECER CONSUBSTANCIADO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A Geografia Urbana enquanto possibilidade para a educação geográfica: o potencial educativo das pequenas cidades

Pesquisador: Angela Maria Endlich

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 52064021.6.0000.0104

Instituição Proponente: CCH - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.086.895

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto da Profª Angela Maria Endlich do CCH – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, enquanto orientadora do Doutorando de Lucas da Silva Salmeron, do Programa de Pós Graduação em Geografia.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Construir contribuições para o ensino de Geografia Urbana ao considerar as especificidades de pequenas localidades no processo de ensino e aprendizagem, considerando as visões de alunos e professores na compreensão das pequenas cidades enquanto conteúdo das aulas de Geografia.

Objetivo Secundário:

- Compreender conceitualmente as pequenas localidades, bem como a dinâmica das cidades de Peabiru e Mamborê selecionadas para a pesquisa;
- Analisar a relevância dos estudos da Geografia Urbana, e mais especificamente das pequenas cidades no ensino da Geografia escolar, levando em consideração a análise de diretrizes curriculares, planos de ensino e depoimentos dos sujeitos participantes da pesquisa;
- Entender como os docentes da disciplina de Geografia abordam a temática das pequenas cidades e ainda se existem materiais didáticopedagógicos que tratem sobre tal temática nas salas de aula;
- Investigar como os educandos da Educação Básica dos municípios selecionados para a pesquisa

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4
Bairro: Jardim Universitário **CEP:** 87.020-900
UF: PR **Município:** MARINGA
Telefone: (44)3011-4597 **Fax:** (44)3011-4444 **E-mail:** copep@uem.br

compreendem o espaço das pequenas localidades em que habitam, de forma a entender como a Geografia Urbana pode auxiliar nesta compreensão.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, que envolve, principalmente, entrevistas e questionários com professores e alunos, certos constrangimentos por parte dos entrevistados podem surgir, assim como a dificuldade de se expressar nos questionamentos a serem realizados. Logo, as situações em falar diretamente com o pesquisador, ou de expressar suas opiniões por escrito, podem vir a ser acompanhadas de um incômodo por parte do participante da pesquisa, acarretando em riscos psíquicos, emocionais ou morais, no qual os sujeitos participantes da pesquisa podem não se sentir à vontade para falar sobre determinado assunto. Além disso, considerando o meio técnico e científico na atualidade, riscos como o vazamento de dados, de quebra do sigilo ou confidencialidade podem vir a surgir. No entanto, os possíveis desconfortos que possam vir a surgir serão compensados na medida em que se buscará minimizar estes possíveis riscos, de modo que se garantirá o total anonimato dos participantes da pesquisa, e na medida em que as reflexões serão sempre realizadas em um ambiente colaborativo e de liberdade, respeitando as opiniões e valores pessoais dos participantes da pesquisa.

Benefícios:

Considerando o recente interesse pelos estudos das pequenas cidades no campo acadêmico, a presente pesquisa poderá culminar no avanço nos estudos sobre a Geografia Urbana, principalmente no que tange às pequenas cidades e o seu ensino nas aulas de Geografia nas escolas destes municípios, assunto ainda pouco presente nas discussões científicas quando se alia a temática das pequenas cidades e ensino de Geografia. Além disso, considerar o ensino da cidade nas salas de aula é fundamental para que os alunos se reconheçam enquanto agentes ativos e partícipes que transformam e que deixam suas marcas no espaço urbano, e reforçar o estudo do espaço local nas salas de aula é então contribuir para o objetivo primário da escola de formar para a cidadania. O presente estudo pode também contribuir para a formação docente, ao proporcionar o debate a respeito da inserção do urbano e do local no cotidiano escolar, bem como afirmar e defender o conhecimento geográfico como um componente formativo promotor do desenvolvimento integral da personalidade do aluno.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O estudo da realidade urbana do Brasil e de outros países, de uma forma geral, é de suma importância nas salas de aula, já que estudar as cidades é também pensá-las como um lugar de formação que pode contribuir ativamente para a compreensão da espacialidade contemporânea. Estudar as cidades, portanto, é possibilitar que o estudante se entenda como um cidadão partícipe da vida social, que produz relações no espaço de seu local de vivência e que ali também pode agir, transformá-lo. No entanto, nem sempre a realidade local das cidades dos educandos é abordada nas escolas, principalmente daqueles que habitam nas pequenas cidades brasileiras. De modo geral, abordam-se apenas as grandes metrópoles nacionais ou globais nas aulas, e as pequenas cidades acabam tendo um papel menor, ou mesmo inexistente nas discussões. É preciso que as discussões sobre as pequenas cidades e sobre a realidade local dos alunos esteja presente também no cotidiano da sala de aula, e é pensando nesta problemática que se apresenta a presente proposta de pesquisa. Para tanto, duas pequenas cidades paranaenses - Peabiru e Mamborê - foram escolhidas para investigar, em maior profundidade, como a realidade local destas são abordadas nas práticas escolares; se existem materiais que as abordem nas aulas; assim como entender as contribuições da Geografia Urbana na compreensão do espaço vivido, neste caso em específico, das pequenas cidades. Pensar nos limites e nas possibilidades que as cidades tem a oferecer no ensino de Geografia se faz primordial para o avanço das pesquisas da Geografia Urbana e para sua inserção em uma educação geográfica. Palavras-chave: Geografia Urbana; Pequenas Cidades; Ensino de Geografia.

Metodologia Proposta:

A metodologia do trabalho consistirá então em pesquisas bibliográficas em materiais e fontes variadas, assim como produções bibliográficas acerca das cidades a serem pesquisadas. De tal modo, uma análise dos municípios selecionados para a pesquisa será realizada, de forma a entender suas características, problemáticas e seus aspectos mais gerais. Questionários e entrevistas também serão adotados e aplicados com alunos e professores das escolas no qual a pesquisa irá ocorrer, além da consulta à documentos e diretrizes curriculares para averiguar o que se discute sobre as pequenas cidades nos planejamentos escolares. Procurar-se-á, nestas cidades, uma maior compreensão acerca do ensino da Geografia urbana e da realidade destas. Sendo assim, objetiva-se a realização de uma avaliação de quais materiais se vem utilizando ou que estariam disponíveis para trabalhar com essas localidades. Trata-se de uma pesquisa de cunho

qualitativo, cujo interesse está na maneira como os sujeitos da pesquisa irão se expressar e falar sobre o que é importante para eles, em como pensam sobre suas ações e as dos outros (BAUER; GASKELL, 2002). O foco principal é a interpretação da realidade estudada, ouvindo os diferentes sujeitos (neste caso, os professores e os alunos) para poder analisar o contexto da pesquisa como um todo. Enquanto instrumentos para o levantamento dos dados da pesquisa, serão aplicados questionários para os alunos das turmas a serem selecionadas e a realização de entrevistas com os professores destas turmas. Além disso, os planos de trabalho docentes também serão analisados, buscando entender como se dá e qual é o espaço que as discussões referentes às cidades ocupam nos planejamentos escolares.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta os seguintes itens obrigatórios contidos na Norma Operacional 001/2013-CNS contemplando as normas vigentes: Folha de Rosto devidamente preenchida e assinada, Projeto Simplificado e Detalhado, Autorização do Núcleo Regional de Educação de Campo Mourão para que as Instituições de Ensino: Colégio Estadual 14 de Dezembro de Peabiru/PR e Colégio Estadual João XXVIII de Mamborê/PR participem da pesquisa, apresenta TALE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido para os menores de 18 anos e TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os Professores e Pais dos menores dentro das normas vigentes, apresenta orçamento detalhado no valor de R$400,00, cronograma compatível.

Recomendações:

- Incluir no TALE E TCLE o horário de funcionamento do COPEP;
- Realizar as entrevistas obedecendo as normas de vigilância sanitária.
- Alterar o Nome de TCLE para TALE para os alunos abaixo de 18 anos.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

De acordo com a análise e as informações constantes nos arquivos anexados e com base na legislação vigente, esse Comitê julgou o presente protocolo de Pesquisa como APROVADO.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Continuação do Parecer: 5.086.895

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1825685.pdf	23/09/2021 20:40:19		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_menoresde18.doc	23/09/2021 20:39:35	LUCAS DA SILVA SALMERON	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_responsaveis.doc	23/09/2021 20:39:27	LUCAS DA SILVA SALMERON	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_participantedapesquisa.docx	23/09/2021 20:39:07	LUCAS DA SILVA SALMERON	Aceito
Outros	Concordancia_pesquisa_escola2.pdf	21/09/2021 13:55:06	LUCAS DA SILVA SALMERON	Aceito
Outros	Concordancia_pesquisa_escola1.pdf	21/09/2021 13:54:37	LUCAS DA SILVA SALMERON	Aceito
Outros	TermoconcordanciaNRE.pdf	21/09/2021 13:50:50	LUCAS DA SILVA SALMERON	Aceito
Outros	ROTEIRO_DE_ENTREVISTA_PROFESSORES.pdf	21/09/2021 13:38:59	LUCAS DA SILVA SALMERON	Aceito
Outros	Questionario_Alunos.pdf	21/09/2021 13:34:33	LUCAS DA SILVA SALMERON	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_DOUTORADO_Lucas_Salmeron.pdf	21/09/2021 13:27:35	LUCAS DA SILVA SALMERON	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_Lucas.pdf	21/09/2021 13:22:35	LUCAS DA SILVA SALMERON	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

MARINGA, 08 de Novembro de 2021

Assinado por:
Maria Emília Grassi Busto Miguel
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4
Bairro: Jardim Universitário **CEP:** 87.020-900
UF: PR **Município:** MARINGA
Telefone: (44)3011-4597 **Fax:** (44)3011-4444 **E-mail:** copep@uem.br